

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**ENTRE O PRODUZIR E O REPRODUZIR NA
AGRICULTURA FAMILIAR FUMAGEIRA DE
ARROIO DO TIGRE/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ezequiel Redin

Santa Maria, RS, Brasil

2011

ENTRE O PRODUZIR E O REPRODUZIR NA AGRICULTURA
FAMILIAR FUMAGEIRA DE ARROIO DO TIGRE/RS

por

Ezequiel Redin

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**ENTRE O PRODUZIR E O REPRODUZIR NA AGRICULTURA
FAMILIAR FUMAGEIRA DE ARROIO DO TIGRE/RS**

elaborada por
Ezequiel Redin

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Marco Antônio Verardi Fialho, Dr.
(Presidente/Orientador)

David Basso, Dr. (UNIJUÍ)

Joel Orlando Bevilaqua Marin, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 25 de fevereiro de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família. A meus pais, Emildo Redin e Teresinha Hister Redin, por me ensinarem a lutar insistentemente por meus sonhos. A meu irmão, Cássio José Redin, por acompanhar a família. E a minha companheira, Lenise Schlosser, pelos anos de afeto dedicados, em momentos de felicidade e dificuldades. Obrigado!

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado do esforço coletivo de inúmeras pessoas que influenciaram, direta ou indiretamente, de distintas formas, pelas reflexões em ambiente de estudo, nas conversas informais, nas trocas de experiências, principalmente, com os agricultores. Todos contribuíram de forma espetacular na construção desse trabalho. Agradeço a todos que habitaram minha rede social nos últimos anos, vocês foram extremamente importantes para esta caminhada.

Um abraço apertado a Emildo Redin, meu pai, agricultor (talvez meu co-orientador) que me forneceu em todas as conversas elementos decisivos para o andar desta, além de ser uma baita pessoa trabalhadora que vive na e da lida na terra; o suor de seu trabalho possibilitou a conquista de meus sonhos. Um beijo e um abraço a Teresinha Hister Redin, minha mãe, por me fornecer suporte emocional, possuir ótima gestão familiar e por ser uma verdadeira mulher multifuncional. Um aperto de mão a Cássio José Redin, meu irmão, por estar presente com a família, e agora desejo sucesso nessa caminhada em busca de qualificação profissional no Técnico Agrícola no IFRS Sertão.

Um abraço, um beijo e um carinho especial, a Lenise Schlosser, minha companheira, amiga e fraterna pessoa que dedica parte de sua vida, a me ajudar a conquistar sonhos, que são nossos sonhos. Sua competência, dedicação e afeto são motivos de orgulho e motiva-me na minha lida diária. Valeu por ser essa pessoa incrível, que palavras são insuficientes para mensurar.

Um abraço apertado ao amigo e orientador Marco Antônio Verardi Fialho que em muitos momentos me fez pensar e traçar objetivos pessoais e profissionais. Agradeço-o pela esplêndida forma de orientar, aconselhar e transmitir confiança, você foi, sem dúvida, agente de inspiração e motivação para a construção desse trabalho. Obrigado por me ensinar os caminhos e traçados da pesquisa acadêmica e o uso da ciência social com um olhar investigativo, sua qualidade influenciou na condução e no esforço de meu caminhar, pois sua trajetória foi-me base de inspiração para os estudos e um exemplo profissional.

Agradeço ao professor e amigo Paulo Roberto Cardoso da Silveira pelo apoio e compreensão, e pelo empréstimo de uma pilha de livros e horas de conversa e aprendizado desde 2008, todos muito importantes para essa caminhada. Na sua figura, agradeço ainda todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural que proporcionaram

bases analíticas usadas neste documento. Já agradeço de antemão, Professor David Basso e Professor Joel Orlando Bevilaqua Marin pela disponibilidade, contribuição e conhecimento acrescentado na dissertação. Ao Joel, certo que teremos muitos momentos de experiência para compartilhar na construção da tese de doutorado em Extensão Rural.

Um abraço a todos os colegas de mestrado e doutorado, em especial da turma de ingresso de 2009, pelas trocas de experiências constantes. Um agradecimento especial as pessoas próximas que pude trocar vários diálogos na construção desta – primeiro, a amiga Leliani Valéria de Souza, pela amizade, divisão das angústias, indecisões e reciprocidade nas ideias; ao colega e irmão Martin Dorneles pelas constantes argumentações, construções de teorias mirabolantes; a Aline Weber Sulzbacher pelo carinho e por acreditar no meu potencial. Todos foram importantes, talvez, precisaria de uma tese para agradecer, portanto, ao mesmo tempo em que agradeço o companheiro Daniel Uba repasso um agradecimento a todos que mantive contato durante essa trajetória. A todos que de uma ou de outra forma tem contribuído e depositando confiança e amizade, como familiares, amigos, conhecidos e todos que dialogaram e me fizeram crescer durante a minha caminhada. A estes lhes digo: o conhecimento não se constrói sozinho.

Aos agricultores de Arroio do Tigre, em especial aqueles que me oportunizaram seu conhecimento, o meu estima. Um obrigado ao Senhor Guido que possibilitou que essa pesquisa se concretizasse me acompanhando no encontro dos informantes-chaves. Aos viajantes de todas as horas, que manifestaram apoio nas horas que mais precisava, agradeço com especial carinho e desejo sucesso à todos que tiveram a graciosa bondade de me ajudar a chegar a tal destino.

Por fim, deixo meu agradecimento à todos dizendo, que é necessário acreditar, se esforçar e caminhar, esse tripé sustenta a ponte de transição para galgar êxito na sociedade letrada. Para tanto, termino como lembra a letra da música cantada por Leopoldo Rassier: “Não podemos se entregar pros home/ Mas de jeito nenhum amigo e companheiro/ Não tá morto quem luta e quem peleia/ Pois lutar é a marca do campeão”. O meu *muito obrigado* a todos!

EPÍGRAFE

Para os originários e portadores do saber científico moderno já é preciso um esforço muito grande para reconhecer que o saber das populações rurais existe, quanto mais verem que por vezes é superior ao seu. A arrogância da gente de fora, formada e ignorante, é uma parte do problema. Eles não sabem o que sabem as populações rurais e não sabem que faz diferença o facto de não saberem.

(Robert Chambers)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

ENTRE O PRODUZIR E O REPRODUZIR NA AGRICULTURA FAMILIAR FUMAGEIRA DE ARROIO DO TIGRE/RS

AUTOR: EZEQUIEL REDIN

ORIENTADOR: MARCO ANTÔNIO VERARDI FIALHO

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 25 de Fevereiro de 2011.

Este trabalho trata da análise da agricultura familiar fumageira no município de Arroio do Tigre/RS, tomando como ponto de partida as estratégias de reprodução de ciclo curto que envolve o setor primário, potencialmente movedor da economia local. O objetivo deste estudo foi compreender e explicar os fatores que influenciam os agricultores familiares a optar pela produção familiar fumageira como estratégia de reprodução principal, através dos apontamentos e apreciações da análise de dados secundários e do discurso que norteiam os produtores rurais no escopo do seu desenvolvimento, principalmente econômico. Para sua realização utilizamos tanto a pesquisa bibliográfica e de fontes secundárias, como de observações e entrevistas em pesquisa de campo. Com base na bibliografia sobre as estratégias, a tomada de decisão e as formas de produção, relacionamento e comercialização da cultura do fumo; tratamos de descrever e analisar as transformações no espaço rural, a continuidade das atividades e as dificuldades do setor agrícola; atentando para aspectos da relação interna e externa, do sistema de integração, do agricultor diante das variações do mercado e suas formas de produção e reprodução no rural, condições estas que explicam, em parte, o motivo pelo qual a agricultura de base familiar de Arroio do Tigre sustenta 2.610 famílias produtoras de tabaco atingindo 90% dos produtores rurais. Na pesquisa de campo, estimulamo-nos a desvendar os motivos pelo qual a cultura do fumo responde por 43,8 milhões de reais no município, bem como representa 57% do valor produzido na propriedade, segundo dados da Afubra. Verificamos também que a fumicultura é o carro-chefe da atividade agrícola e econômica dos agricultores, contudo, grosso modo, a maioria das propriedades apresenta produção para o autoconsumo, comercializando o excedente. Dentre os resultados que merecem destaque: a) assinalamos três tipos de estratégias: estratégia de reprodução principal (fumo); estratégia de reprodução complementar (milho, trigo, feijão e soja e pecuária de corte e leite); e estratégia de reprodução básica (autoconsumo); b) identificamos três tipos de agricultores de tabaco: com alta restrição produtiva, com relativa restrição e baixa restrição; c) em relação aos fatores econômicos importantes para a produção de fumo são: alta renda bruta por hectare; financiamento e crédito de insumos e instalações; assistência técnica; garantia de compra da safra; seguro agrícola; sistema de produção intensivo; negociação de preços antes, no momento e pós comercialização; uso de mão de obra familiar; rusticidade da cultura; possibilidade de duas culturas e responsabilidade da logística do produto pela empresa. Os elementos não econômicos são: saber fazer; reconhecimento; confiança; tradição produtiva; segurança e ação de cooperação entre agroindústrias e fumicultor. Por fim, um dos resultados mais interessantes foi perceber que as famílias, grosso modo, não se dedicam exclusivamente a cultura do tabaco, tendo em sua propriedade um leque de produtos de autoconsumo e algumas culturas voltadas ao mercado como estratégia de apoio a reprodução dos agricultores familiares no espaço rural.

Palavras-Chave: estratégia de reprodução, agricultura familiar, fumo, Arroio do Tigre.

ABSTRACT

Dissertation of Master Degree
Post-Graduation in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

AMONG THE TO PRODUCE AND REPRODUCING IN THE FAMILY AGRICULTURE TOBACCO OF ARROIO DO TIGRE/RS

Author: Ezequiel REDIN

Adivisor: Marco Antônio Verardi FIALHO

Date and Location of Defense: Santa Maria, February, 25, 2011.

This work treats of the analysis of the agriculture family fumageira in the municipal district of Arroio do Tigre/RS, taking potentially as starting point the strategies of reproduction of short cycle that it involves the primary section, mover of the local economy. The objective of this study was to understand and to explain the factors that influence the family farmers to choose for the production family fumageira as strategy of main reproduction, through the notes and appreciations of the analysis of secondary data and of the speech that you/they orientate the rural producers in the mark of his/her development, mainly economical. For his/her accomplishment we used the bibliographical research so much and of secondary sources, as of observations and interviews in field research. With base in the bibliography about the strategies, the socket of decision and the production forms, relationship and commercialization of the culture of the tobacco; described and to analyze the transformations in the rural space, the continuity of the activities and the difficulties of the agricultural section; looking at aspects of the relationship interns and external, of the integration system, of the farmer due to the variations of the market and their production forms and reproduction in the rural, conditions these that explain, partly, the reason for which the agriculture of family base of Arroio do Tigre sustains 2.610 families producing of tobacco reaching 90% of the rural producers. In the field research, we stimulated ourselves to unmask the reasons for which the culture of the tobacco answers for 43,8 million Real in the municipal district, as well as it represents 57% of the value produced in the property, according to data of Afubra. We also verified that the fumicultura is the car-boss of the farmers' agricultural and economical activity, however, thick way, most of the properties presents production for the self-consumption, marketing the surplus. Among the results that deserve prominence: a) we marked three types of strategies: strategy of main reproduction (I smoke); strategy of complementally reproduction (corn, wheat, bean and soy and cut livestock and milk); and strategy of basic reproduction (self-consumption); b) we identified three types of tobacco farmers: with high productive restriction, with relative restriction and low restriction; c) in relation to the important economical factors for the production of tobacco are: high gross income for hectare; financing and credit of inputs and facilities; technical support; he/she guaranteed of purchase of the harvest; I hold agricultural; intensive production system; negotiation of prices before, in the moment and powders commercialization; use of hand of family work; rusticity of the culture; possibility of two cultures and responsibility of the logistics of the product for the company. The elements no economical they are: to know to do; recognition; trust; productive tradition; safety and cooperation action between agribusinesses and fumicultor. Finally, one of the most interesting results went to notice that the families, thick way, they are not devoted the culture of the tobacco exclusively, tends in his/her property a fan of self-consumption products and some cultures returned to the market as support strategy the family farmers' reproduction in the rural space.

Keywords: reproduction strategy, family agriculture, tobacco, Arroio do Tigre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01	– Características agroecológicas do município de Arroio do Tigre/RS.....	29
FIGURA 02	– Identificação de algumas das localidades do município de Arroio do Tigre/RS.....	40
FIGURA 03	– Esquema dos elementos que influenciam as estratégias de reprodução dos agricultores familiares.....	88
FIGURA 04	– Foto da produção de tabaco em Arroio do Tigre/RS.....	89
FIGURA 05	– Localização do município de Arroio do Tigre/RS.....	91
FIGURA 06	– Reprodução dependente do mercado.....	99
FIGURA 07	– Foto de uma propriedade que produz tabaco em Arroio do Tigre/RS.....	141
FIGURA 08	– Vista panorâmica da paisagem na Localidade de Linha Paleta (1) e Linha Tigre (2); Linha Taquaral (3) e terraplenagem para construção de um forno de estufa em Linha Santa Cruz (4).....	149
FIGURA 09	– Classe de declividade (%) do município de Arroio do Tigre/RS.....	151
FIGURA 10	– Altimétrico do município de Arroio do Tigre.....	155
FIGURA 11	– Sistematização das estratégias de reprodução em Arroio do Tigre/RS.....	157
FIGURA 12	– Cultura de fumo tipo Burley prestes a ser colhida na Localidade de Linha Paleta (1), Vila Progresso (2); e Linha Rocinha (3); e Linha São Roque (4).....	165
FIGURA 13	– Foto da produção de tabaco tipo Virginia em Arroio do Tigre/RS.....	189
FIGURA 14	– Processo de cura do fumo tipo Burley (1,2,3) e Virgínia (4) em Arroio do Tigre/RS.....	193
FIGURA 15	– Soja e Fumo tipo Burley (área que será cultivado milho após a colheita do fumo) em Linha Paleta.....	209

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	–	Estrutura Fundiária do município de Arroio do Tigre/RS.....	65
TABELA 02	–	Demografia da população no meio rural e urbano de Arroio do Tigre/RS....	94
TABELA 03	–	Principais produtos agrícolas em Arroio do Tigre/RS – Safra 2008/2009.....	96
TABELA 04	–	Produção diversificada em Arroio do Tigre - Safra 2008/2009.....	102
TABELA 05	–	Censo de animais em Arroio do Tigre - Junho de 2010.....	104
TABELA 06	–	Perfil dos fumicultores de Arroio do Tigre 2005-2010.....	110
TABELA 07	–	Valores econômicos da cultura do tabaco em Arroio do Tigre – 2005/2010.	111
TABELA 08	–	Estratégias de reprodução de ciclo curto em Arroio do Tigre/RS.....	143
TABELA 09	–	Características das propriedades rurais em Arroio do Tigre/RS.....	192

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil
AFRs – Agroindústrias Familiares Rurais
APP – Áreas de Proteção Permanente
ATC – Associated Tobacco Company Brasil Ltda
ATER – Assistência Técnica de Extensão Rural
BPF – Boas práticas de fabricação
BRASFUMO – Indústria Brasileira de Fumos S/A
CAI – Complexo agroindustrial
CISPOA – Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMACEL – Cooperativa Agrícola Mista Linha Cereja Ltda
CONICQ – Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
COP 4 – 4ª Conferência da Convenção Quadro para Controle do Tabaco
COV – Contrato de Opção de venda
CPR – Cédula de Produtor Rural
CQCT – Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
CTA – Continental Tabaccos Alliance
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Partido Democratas
DESER – Departamento de Estudos sócio-econômicos rurais
EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FAEP – Federação da Agricultura do Paraná
FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEASC – Federação da Agricultura de Santa Catarina
FEE - Fundação de Economia e Estatística
FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
FESTICARP – Festival da Carpa de Arroio do Tigre
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M – Índice Geral do Preço de Mercado
INCA – Instituto Nacional de Câncer
INTAB – Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
NSE – Nova Sociologia Econômica
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PEP – Prêmio para Escoamento de Produção
PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista Nacional
PPGExR – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SIM – Sistema de Inspeção Municipal
SINDITABACO – Sindicato da Indústria do Fumo
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

APÊNDICE A	–	Localização do município de Arroio do Tigre/RS/Brasil.....	259
ANEXO A	–	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	260

SUMÁRIO

PARA INICIAR A PROSA.....	16
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	18
ARROIO DO TIGRE: UM PASSEIO PELO LOCAL DE ESTUDO.....	25
UM SINAL METODOLÓGICO.....	35
CAPÍTULO I - ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO: UM CAMPO HETEROGÊNEO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	42
Marco teórico para a análise da Agricultura familiar como um campo heterogêneo e complexo.....	42
1.1 Estratégias de reprodução como um campo analítico em construção.....	42
1.2 Breve marco conceitual para compreender a tomada de decisão do agricultor.....	49
1.3 Dentro da porteira: fatores internos que condicionam as estratégias de reprodução dos agricultores.....	58
1.4 Fora da porteira: fatores externos que condicionam as estratégias de reprodução dos agricultores familiares.....	69
CAPÍTULO II - ARROIO DO TIGRE: UM MUNICÍPIO POTENCIALMENTE AGRÍCOLA.....	89
2.1 Arroio do Tigre em cena: o celeiro do Centro Serra.....	90
2.2 Fumicultura em foco: <i>o fio</i> da reprodução dos agricultores familiares.....	106
2.3 A Convenção-Quadro: uma pedra no sapato dos agricultores.....	116
2.4 O agricultor e a indústria: as duas interpretações dessa relação.....	125
CAPÍTULO III- MUITO ALÉM DA PRODUÇÃO: CARACTERIZAÇÃO, ESTRATÉGIAS E AS DIFICULDADES.....	141
3.1 Localizando as atividades agrícolas distritais.....	142
3.2 Afunilando nas “nossas” estratégias.....	155
3.3 Agricultores: generalizando a diversidade.....	169
3.3.1 Agricultores com alta restrição.....	170
3.3.2 Agricultores com relativa restrição.....	171
3.3.3 Agricultores com baixa restrição.....	172
3.4 As dificuldades do ato de fazer agricultura.....	173
CAPÍTULO IV- A ESCOLHA DOS AGRICULTORES: MOTIVAÇÕES E BENEFÍCIOS DA ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO PRINCIPAL.....	189
4.1 O fumo é nossa atividade principal porque.....	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	241
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	249

Para iniciar a prosa

Neste trabalho encorajamo-nos a dar um passo em busca das interpretações das ciências sociais que tem sido frequentemente utilizadas no campo das ciências agrárias que abordam a agricultura familiar em suas relações internas e externas à propriedade rural. Para tanto, acreditamos ser determinante apresentar ao interlocutor a nossa trajetória de vida pessoal e profissional, pois entendemos que ao longo dessa caminhada elegeremos determinados contextos como prioritários na análise e assumiremos posições que se relacionam com nossa experiência empírica e teórica precedentes.

A vivência de filho de agricultor, jovem rural e as relações com a comunidade rural datam desde a formação de nossa família no interior. Desde pequeno quando em uma caixa de madeira, no interior de uma carroça à sombra, via o pai e a mãe mexendo a terra, carpindo o mato e lançando a semente, tudo isto sob o sol fervente com suor correndo no rosto, já notava a dificuldade da lida na roça. Tal situação evocava a reprodução da família com os grãos que cultivamos desde a década de 80, com a lida na roça, muito trabalho árduo para tirar da terra o sustento da família. E os anos se passavam e a dificuldade do labor campo emergia esforços para quitar o pagamento da terra. Após ter idade escolar, já notava a maravilha que era a escola, tão diferente daquela dificuldade da roça. No primeiro dia de volta da escola, a mãe conta ainda até hoje que eu proferi a seguinte frase: “Mãe eu não quero ir na roça, eu quero estudar!”. Talvez a afirmação de uma simples criança, não deveria ter muitos reflexos no futuro, mas ao contrário das ínfimas expectativas isso vem se confirmando a ponto de hoje, escrever nessa dissertação.

Se passado o tempo, na lida de várias atividades agrícolas (fumo, milho, soja, feijão, trigo, mandioca, batata, amendoim, batatinha, cana de açúcar, entre outras) concomitantemente aos estudos, que eu sempre sonhava em gravitar para outro lado, aquele onde o esforço físico era menor e o suor bem mais gostoso. O sonho da faculdade era peculiar e distante, devido nossas constantes dificuldades financeiras. O ponto de ruptura desse processo deu-se com o término do Ensino Médio onde fui desafiado novamente pela Mãe, Dona Teresinha: “Se tu queres estudar piá, vai te arrumar um emprego!”. Esta afirmação soou como elemento motivador que marcou a busca de um sonho, mas o rompimento parcial com as atividades agrícolas.

Após uma tentativa, torno-me colaborador da Cooperativa Agrícola Mista Linha Cereja Ltda (Comacel), onde fico lotado como safrista no departamento do setor fumageiro, onde era responsável pelo ingresso do fumo no momento da classificação¹ e na entressafra transitava entre o trabalho árduo dos armazéns da cooperativa e a “fácil” tarefa de classificação e recebimento de grãos proveniente dos agricultores associados a Comacel. Em seguida, após 2,5 anos de trabalho e alguns trocos no bolso, consigo ingressar no processo seletivo da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em Cachoeira do Sul, no curso Superior de Tecnólogo em Agropecuária com ênfase em Sistemas de Produção.

Essa nova etapa, marcada de muita motivação no atendimento de um sonho, dedico-me inteiramente aos estudos, minha grande chance de emergir e aproveitar minha vivência empírica para usar como suporte aos conhecimentos teóricos, a partir de então. A dedicação ao tema agricultura familiar, jovens rurais, fumicultura e atividades agrícolas em geral, são minhas aspirações de estudo, uma vez que provinha desse meio. Entretanto, ainda não se conseguia avançar mais nesses aspectos, devido algumas disciplinas ainda serem vinculadas a grandes culturas considerando o agricultor com uma capacidade infinita de fatores de produção, ou ainda no andamento do curso de administração que, quando falava em agricultor, considerava como o empreendedor empresarial apto a lidar com o agronegócio, produzindo commodities para a bolsa de valores, situações estas que me deixavam intrigado. Ainda na metade de minha faculdade já tinha definido que tentaria ingressar no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR), pois as áreas de estudo deste vinham em completa concordância com meus anseios de compreensão da realidade dos agricultores familiares que tinham identidade parecida com a da minha origem.

Ingressado no PPGExR, sobre um ano forte, debruçado em teorias envolvendo o universo científico e empírico, deparo-me neste instante como ponto de partida para apresentar ao leitor uma miscigenação entre a vivência, a teoria, a pesquisa e a construção intelectual sobre os elementos que envolvem o agricultor familiar nesse abrangente espectro da interação homem-capital-reprodução.

¹ O trabalho envolvia a identificação do fardo de fumo com a respectiva classe, peso e eventuais descontos, tendo como resultado final a emissão da nota fiscal. Controlava-se todo o estoque e saída do tabaco para a CTA Continental, empresa tabagista em que a Comacel tem parceria na compra, remetendo o produto.

Considerações iniciais

Neste estudo objetivamos compreender e explicar os fatores que influenciam os agricultores a escolher a produção familiar fumageira como estratégia de reprodução principal, através dos apontamentos e apreciações da análise de dados secundários e do discurso dos agricultores, elementos que conduzem a tomada de decisão das famílias rurais no escopo do seu desenvolvimento, principalmente socioeconômico. Dedicamo-nos em analisar e entender os fatores condicionantes, a influência dos elementos internos e externos, apresentando o lócus de pesquisa e a sua realidade diante da dinâmica do tempo/espaço estabelecida no meio rural. Relações estas, que denotam uma realidade absoluta produto da interação entre o homem, natureza e capital que competem no escopo das interações sociais, culturais, ambientais, econômicas, entre outras. Cremos que a pluralidade, a complexidade e as particularidades de cada região são moldadas pelas características específicas de determinado território rural, portanto, qualquer política pública ou programas de desenvolvimento devem levar em consideração estes pressupostos, para então, propor possíveis soluções na construção de projetos para alavancar o desenvolvimento rural.

Ao escolhermos compreender as estratégias de reprodução produtivas de ciclo curto, fornecendo atenção especial para a atividade fumageira no município de Arroio do Tigre/RS, tomamos como linha orientadora a tensão entre as relações dentro e fora da porteira, possíveis condicionantes na decisão da família por uma ou várias estratégias produtivas. Seguimos por caminhos que colocam os analistas, talvez, com diferentes abordagens tratando do mesmo tema com intuito de enriquecer nossa argumentação. A forte predominância do fumo dado o destaque do município em termos de produção, justifica, talvez, a escolha do local inserido na Região Centro-Serra² e de suas respectivas localidades. De acordo com nosso aperfeiçoamento no tema de pesquisa utilizamos esse embasamento para a discussão posterior que rodeia em torno do tabaco, principalmente do tipo Burley e Virgínia³. O uso de culturas

² A Região Centro Serra é composta pelos municípios de Arroio do Tigre, Estrela Velha, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Passa Sete, Segredo, Sobradinho e Tunas.

³ O cultivo de fumo tipo Burley (fumo de galpão) e o tipo Virgínia (fumo de estufa) se diferenciam em relação ao manejo do agricultor, apenas no processo de colheita e secagem das folhas. Ao segundo, o valor tabelado pela produção comercializada é mais elevado, devido sua maior aceitabilidade no mercado internacional. Existe ainda o fumo tipo Comum que é similar ao tipo Burley, mas seu valor de comercialização é menor e possui maior teor de nicotina. O Sinditabaco complementa afirmando que o fumo tipo Virgínia envolve os fumos claros, sendo aqueles cujas folhas são submetidas à cura em estufas com temperatura e umidade controladas, em processo que demanda de cinco a sete dias para ser concluído. No fumo tipo Burley, as plantas são curadas em galpões ventilados naturalmente, levando cerca de 40 dias para completar o processo de cura.

agrícolas comerciais (estratégia de reprodução complementar), aliadas aquelas para o autoconsumo da família (estratégia de reprodução básica) apresentam-se com objetivo de consolidar a atividade principal. As distintas opções em relação à reprodução social na agricultura não limitando a uma única atividade (fumo), mas envolvendo outras culturas, rendas não-agrícolas, ou pluriativas que abordam a multifuncionalidade da agricultura, podem ser caracterizadas, inicialmente, como estratégias amplas. As estratégias restritas envolvem famílias agricultoras que se dedicam necessariamente à uma única cultura, se adaptando ao longo do tempo, em casos de restrições ou novas técnicas para a atividade.

Não raro, ouvimos falar da importância da agricultura familiar na produção de alimentos para a mesa do consumidor. No censo agropecuário de 2006, publicado em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chama a atenção que a agricultura familiar produz 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão, 46,0% do milho, 38,0% do café, 34,0% do arroz, 58,0% do leite, possuíam 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos e produziam 21,0% do trigo. Destes dados, podemos retirar duas afirmações: a) a agricultura familiar é importante segmento na produção de alimentos no Brasil; b) ela está diretamente vinculada ao mercado, portanto, compete imediatamente com a agricultura de larga escala no âmbito das commodities, supostamente perdendo em escala. Em Arroio do Tigre, município potencialmente agrícola, os agricultores familiares têm destaque na produção comercial de feijão, soja e fumo, principalmente.

Nos últimos anos, a expectativa e reconhecimento em relação a este segmento têm aumentado significativamente, traduzindo-se em políticas públicas específicas, o que implica em responsabilidade de produzir alimentos, em quantidade e qualidade, dentro dos princípios da segurança alimentar. Entretanto, qualquer ação fora deste escopo é alvo de críticas sobre o comportamento social e produtivo dos agricultores. Grosso modo, a coletividade não está disposta a entender as dinâmicas de reprodução e suas dificuldades na produção de alimentos. Notamos, muitas vezes, agricultores tendo altos prejuízos financeiros durante as fases de produção e comercialização de produtos agrícolas, sofrendo um processo de endividamento, cada vez maior.

Outrora, percebemos que a intenção de produzir fumo ou outra cultura que venha no intuito de capitalizar o agricultor, sendo que esta pode afetar a produção de alimentos ou o meio ambiente é alvo de discussões e debates, desconsiderando que o agricultor enfrente dificuldades e problemas econômicos advindos da produção de alimentos e da tradicional história da agricultura moderna. Deste modo, compreendemos a situação como um

imperialismo urbano, ou seja, os agricultores devem produzir alimentos de qualidade e quantidade no seu espaço rural e a sociedade remunera-os com capital, mantendo o estilo de vida e status social, desconhecendo os impactos negativos da atividade agrícola como o trabalho árduo, as intempéries climáticas, condições agroecológicas adversas, a falta de fatores de produção, a subordinação as agroindústrias de insumos, o difícil acesso, entre outros elementos que entram o desenvolvimento rural.

Compreendemos com esse fato, que na percepção da sociedade contemporânea, os agricultores são vistos como atores invisíveis, mas quando estes exigem de cultivar determinado produto da dieta humana, independente se a causa seja aliada a economia ou não, é alvo de críticas, pois ameaçam a estabilidade da oferta e demanda. Aliás, existem interesses divergentes entre as famílias agricultoras e os consumidores, enquanto o primeiro é favorecido pela baixa oferta de alimento, conseqüentemente, tendo uma remuneração maior devido à escassez do produto, o segundo prioriza pela farta oferta, o que reduz o preço dos alimentos, minimizando o impacto do orçamento da família na cesta básica. Talvez, a busca por um preço justo para ambos seria uma forma de cooperação. As flutuações do mercado agropecuário implicam diretamente no sucesso das atividades agrícolas, às vezes, sendo circunstancial na decisão do agricultor em abandonar determinada atividade para fins de comercialização, priorizando apenas para a subsistência da família. A fraca atuação da intervenção estatal em relação aos preços mínimos e alto custo de produção podem ser um dos determinantes que inviabilizam algumas estratégias produtivas.

A cultura do fumo, diante do sistema de integração entre o agricultor e a indústria, fornece uma estrutura de apoio em que insere situação vantajosa perante outras atividades agrícolas. Como veremos no decorrer de nossa investigação, o sistema de integração possibilita a emergência de elementos econômicos e não econômicos importantes para o desenvolvimento da atividade como a garantia de compra de toda a safra contratada, o pagamento em quatro dias úteis, o seguro agrícola e da carga, aval dos financiamentos, fornecimento de crédito, insumos e assistência técnica, fiscalização da classificação, confiança, segurança, reconhecimento, entre outras. Apesar dos conflitos, divergências, a disputa de poder existente e certo oportunismo, parecem-nos que os agricultores valorizam a existência das integradoras atuando no cenário rural.

No estudo, centramos esforços na compreensão da dinâmica em que se inserem os agricultores de Arroio do Tigre/RS em seu empenho em continuar a sua reprodução econômica e social no meio rural frente a força exercida diante das condições e avanços do capitalismo. Muller (1989) já alertava para um processo de concentração de capital no campo

e subordinação dos agricultores aos complexos agroindustriais em consolidação. Notamos que em lugares atípicos sob condições adversas à agricultura, de características agroecológicas restritas (alto relevo, declividade elevada, alta erosão do solo, baixa fertilidade, avanço das capoeiras, pedregosidade, pequena profundidade, acidez, etc.) onde os requisitos não atendiam as exigências do grande capital, portanto, se apresentam como agricultores marginais aqueles que não possuem condições favoráveis a agricultura de commodities.

A introdução do cultivo do fumo nessas regiões sustenta-se na possibilidade, que representa para o agricultor, de atendimento aos anseios primeiramente da família e após do capital industrial, pois a elevada produção em pouca terra e alto valor agregado possibilita o ingresso em um mercado que apresenta garantia de compra e outras ações de apoio à produção. Deve-se lembrar que a garantia de venda e apoio em crédito e assistência técnica tem sido meta de muitos agricultores familiares em outros ramos de produção. Com isso, notamos que algumas famílias passaram de apenas produtores de autoconsumo para ofertadores de produto ao mercado. No caso da soja, milho, feijão e trigo, cultivados em áreas propícias (relevo plano), foram incorporados também como fonte de renda para a propriedade competindo sua produção com os grandes volumes provenientes de unidades de produção com larga escala.

Antes de seguir, gostaríamos de acentuar alguns fatos que corroboraram para a escolha da região e respectivamente o tema que desenvolvemos nesta dissertação. Já mencionamos o conhecimento empírico que trazemos como filho de agricultor e as relações de trabalho em pequena propriedade rural. Um dia sonhávamos em mostrar o quão difícil é a *lida* nos afazeres da roça, da labuta ao sol quente, da dor nas costas após um dilacerado dia de trabalho ou ainda após passar por um ano agrícola esplêndido, mas no final dele contemplado por intempéries climáticas, dias antes da colheita e comercialização do produto, aquele sentimento de frustração e impotência; de quando fazia saltar lágrimas da família em ver o fruto de seu suor sendo levado pelas pedras, pelo vento, pela chuva; todos descontrolados a mercê de uma possível oração para que os prejuízos financeiros não fossem tão elevados e que possamos dar a volta por cima. Ou ainda quando a produção era farta, apontando um bom retorno ao trabalho da família, era a comercialização que apontava a frustração, uma vez que, o valor irrisório do produto mal apenas pagava os custos de produção. Isso nos motivou a investir na qualificação profissional e no estudo para minimizar os anos ruins da agricultura. Como a unidade de produção familiar, embora existisse demanda para a mão de obra de quatro pessoas, resolvemos buscar qualificação fora da região como forma de tentar buscar respostas para os problemas de baixo rendimento, da volatilidade dos preços e produções, dos

problemas estruturais e dilapidação dos recursos (problemas ambientais). Nosso medo é que a afirmação de Abramovay (1998, p. 214) torne-se cada vez mais real, onde exclama: “o besouro só voa porque ignora as leis da aerodinâmica: da mesma forma, se conhecesse teoria econômica, o agricultor abandonaria irremediavelmente sua atividade”.

Se não conseguirmos alterar essa situação, motivamo-nos, ao menos, ao apontar as dificuldades existentes na realidade rural e como são tomadas as decisões inerentes a uma lógica intrínseca. Portanto, nos incumbimos a tarefa de pesquisar, mas também apresentar o cenário e as dificuldades em que acontece o filme, uma vez que, se isso não ser anotado, parece que não cumprimos com nossa meta de optar por uma análise da realidade e muito menos estaremos felizes ao final deste, pois já tivemos a oportunidade de estar em distintos lados (agricultor, indústria e pesquisa acadêmica). Podemos afirmar que ser produtor rural não é sempre sinônimo de eficácia, reconhecimento e consolidação, como alguns discursos circulares apontam. Muito pelo contrário, é uma vida que mistura trabalho, família, lazer, convivência, destreza (...), tudo em um só momento, ou seja, muito diferente de um emprego na cidade, onde podemos ao final do expediente desligarmos e fornecer totalmente atenção especial a vida particular. No meio rural estas coisas se misturam, apresentando distintas maneiras de conduzir determinada situação que, às vezes, se distancia de uma análise totalmente econômica, envolvendo aspectos emocionais, psicológicos e estratégicos na ação. Por isso, a complexidade de situações que o chefe da família enfrenta como ser, ao mesmo tempo, filho, pai, marido, administrador, agrônomo, pesquisador (pois constrói hipóteses), talvez um *camaleão de 700 identidades*⁴, pois é um profissional que precisa empiricamente encontrar o ponto certo entre os diferentes pensamentos, ideias e concepções diante de sua família, situação difícil de conduzir, concomitantemente, as relações que mantém com o mercado.

Outro motivador para a escolha da área em estudo, é a necessidade da compreensão de como tem ocorrido o processo de desenvolvimento na região, tendo como referência o município de Arroio do Tigre: *o celeiro do Centro-Serra*⁵. Em meados de 1920⁶ já temos registros na região sob cultivo do tabaco e a criação de suínos, cuja venda abastecia os produtores tanto com capital ou outros produtos que não eram característicos das condições

⁴ Termo levantado pelo Pesquisador Ricardo Ferreira Ribeiro no IV Encontro de Rede de Estudos Rurais em Curitiba-PR em Julho de 2010, quando se referia a agricultura familiar.

⁵ Marca registrada no pórtico do município na Administração Municipal desde 2004. Anteriormente o lema era: “Arroio do Tigre: terra de gente com garra” dando alusão a onça que foi descoberta perto de um Arroio, sendo confundida por um tigre, originando o nome da cidade.

⁶ Nessa época, Arroio do Tigre ainda era localidade do município de Sobradinho/RS. Este ano marca a fundação da Cooperativa Mista Linha Cereja LTDA, localizada na Localidade de Linha Cereja, hoje, Município de Arroio do Tigre/RS.

edafoclimáticas regionais como o café, açúcar e arroz que provinham do município de Santa Cruz do Sul, utilizando-se o mesmo transporte feito por carroças que conduziam o fumo para a exportação. Estas carroças tinham capacidade para mil quilos de fumo e levavam de quatro a oito ou mais dias de viagem, dependendo das condições climáticas. Nessa época era tipicamente a agricultura de autoconsumo que conduzia os trabalhos dos agricultores como plantio do milho, o feijão, o trigo, a cevada, entre outros. Em 1960, a comunidade já dispunha um moinho para moagem de trigo para o consumo dos próprios agricultores, fato que caracterizada forte cooperativismo intrínseco da região povoada por alemães e italianos⁷.

Os últimos 40 anos marcam um processo de transformação da região em busca de maior relação com o mercado e a intensificação da produção acompanhando todo o processo de modernização agrícola, que emergia na década de 70 em diante. Com emprego de tecnologias agrícolas e o início das exportações, os produtores aumentaram suas lavouras de grãos e, conseqüentemente, a produtividade com o advento da mecanização e utilização de insumos industriais. A expansão da soja começa a fazer parte das atividades dos agricultores e na década de 80 aumenta-se o número de variedades de fumo, bem como a produção e comercialização dos produtos agrícolas (milho, soja, trigo e feijão)⁸. Além desses acontecimentos históricos que identificam a região, outros fatos que conduziram a determinação do estudo como a própria identidade que temos com Arroio do Tigre mobilizaram a escolha do âmbito territorial de abrangência, que vamos estudar, posteriormente.

Prosseguindo com a exposição, o município de Arroio do Tigre, faz parte da porção do Estado do Rio Grande do Sul denominada, regionalmente, Vale do Rio Pardo, com foco particular para a região alta denominada Região Centro Serra. Município tipicamente agrícola tem sua economia bastante comprometida em anos de queda na safra afetando diretamente o comércio e o varejo urbano. A região assume realce quando, emergem debates em nível regional ou mundial sobre os conflitos entre a saúde, ambiente e economia relativos a produção de tabaco. Na oportunidade em que é redigida essa dissertação, o debate versava

⁷ A sociedade gaúcha é decorrência da agregação de várias etnias que apontaram em vários períodos. Destacamos dois deles: 1) inicia no século XVII com a chegada dos portugueses que vieram disputar território com os espanhóis, onde existiam também os sul-americanos (índios nativos), dos europeus (portugueses e espanhóis), dos africanos (negros escravos) e outras etnias resultado do cruzamento entre os gaúchos; 2) inicia no século XIX marcado pela chegada dos imigrantes alemães e, posteriormente, italianos. Sendo a parte sul do RS já habitada restou a parte norte, região que era formada por serras e florestas, em pequenas extensões de terra onde incumbia a base da economia na agricultura de mão de obra familiar. Assim, a Metade Norte é distinta pela colonização alemã e italiana e pela diversidade da produção agrícola familiar (FIALHO, 2005); o que assinala exatamente as características de Arroio do Tigre, RS.

⁸ Informação levantada por conversa com os associados mais antigos da Cooperativa Mista Linha Cereja LTDA (Comacel).

quanto às possíveis restrições ao fumo tipo Burley pela posição adotada no Canadá onde foi proibida a mistura de ingredientes como o açúcar na elaboração do cigarro, fato que a discursividade da imprensa local, parlamentares e indústria aponta para a exclusão fumo Burley do mercado. O tema foi discutido por diversos países na 4ª Conferência da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (COP-4) realizada em novembro de 2010 em Punta del Este, no Uruguai, onde o Brasil adotou posição, preliminarmente favorável a eliminação dos açúcares. Grosso modo, o fumo tipo Burley é fonte de renda de considerável percentual de famílias na Região Centro Serra e de 2.610 famílias agricultoras em Arroio do Tigre. Portanto, a posição Brasileira em relação a esta restrição pode influenciar muito na futura dinâmica do município e conduzir muitas famílias agricultoras a um endividamento maior, caso da migração para o cultivo do fumo Virginia, estratégia de reprodução restrita adotada por mais de cem famílias no município, precavendo de possíveis restrições futuras. Diante dessas circunstâncias, abordamos como relevante a pesquisa nesse município, uma vez que, se buscam respostas sobre quais os fatores condicionantes que influenciam os agricultores a tomar a decisão de utilizar o sistema de produção fumo na sua unidade de produção agrícola, como uma das estratégias de reprodução econômica. Seguindo essas indicações preliminares procuramos aprofundar a análise partindo da realidade empírica consolidada pelas inserções teóricas apresentadas adiante.

O presente trabalho está estruturado nas considerações iniciais, além de uma aproximação com o local de estudo e um sinal metodológico, compondo o primeiro momento. A partir disso, distribui-se em quatro capítulos com o intuito de entrosar a pesquisa bibliográfica com os dados secundários e as observações e informações derivadas das conversas com os agricultores familiares de Arroio do Tigre. No primeiro capítulo, com base no marco conceitual de estratégias e das abordagens que discutem os fatores implicantes na tomada de decisão dos agricultores familiares, tratamos de caracterizar os fatores internos e externos que apresentam ameaças e oportunidades diante das estratégias de reprodução escolhidas no ano agrícola. No segundo capítulo, focamos em questões relacionadas aos dados secundários do município de Arroio do Tigre, discutindo sua característica potencialmente agrícola, delimitando nossa análise na cadeia do fumo e, brevemente, sobre a Convenção Quadro e as tentativas do Estado em apontar alternativas para a diversificação nas áreas cultivadas com tabaco. Na sequência, discutimos a relação do agricultor com a indústria tomando por base elementos da Nova Sociologia Econômica e de especialistas na pesquisa sobre o relacionamento entre agricultores e empresa fumageira. No terceiro capítulo, dedicamo-nos a apontar pela base distrital, as características dos fumicultores, as

peculiaridades do relevo e outras informações pertinentes ao desempenho da atividade agrícola. Na sequência, usamos depoimentos dos agricultores para esclarecer as atividades tradicionais adotadas em Arroio do Tigre. Mais adiante, trabalhamos com uma tipologia de produtores de fumo, bem como as dificuldades e problemas que enfrentam, atualmente, diante do mercado agropecuário e a ausência do Estado em intervenção mais efetivas. No quarto e último capítulo, trabalhamos com os principais condicionantes para ingressar ou continuar na atividade fumageira que mais apareceram nas entrevistas com os agricultores familiares, principalmente. Por fim, nas considerações finais, prezamos por apontar uma síntese de algumas das principais reflexões apontadas no decorrer do estudo e as motivações para seguir a pesquisa.

Arroio do Tigre: um passeio pelo local de estudo

Nosso objetivo com esse passeio pelo município de Arroio do Tigre é mostrar a heterogeneidade e complexidade de fatos, fenômenos e acontecimentos que demonstram como é difícil estudar o meio rural. Apresentamos um leque colossal de atividades que os agricultores desenvolvem, bem como expomos uma leitura da paisagem onde passamos para, posteriormente, delimitarmos a temática e as ações que convirjam para o aprimoramento de nosso estudo. Apostamos esse procedimento para facilitar a compreensão do contexto empírico de onde estamos motivados a transpor a orientação analítica para o campo de pesquisa visando analisar, compreender e entender como se porta a produção fumageira como uma das estratégias de desenvolvimento dos agricultores familiares.

Sáimos do coração do Rio Grande - Santa Maria - em direção a nossa região de estudo, o município de Arroio do Tigre. Em trajetória normal pela RST 287 são 160 km, mas com a queda da ponte em Agudo usando o desvio pela ERS-348 (por Dona Francisca/Agudo/Candelária) chegamos depois de percorridos 185 km. Do município de Arroio do Tigre são em torno de 248 km de Porto Alegre, 116 km de Cachoeira do Sul e 94 Km de Espumoso. A primeira localidade que avistamos, antes de chegar ao centro urbano, é Linha Rocinha, onde se situa uma comunidade tipicamente alemã, com terras caracteristicamente dobradas, onde predominam agricultores típicos de produção de tabaco tipo Burley e Virgínia, onde a presença de fornos de estufa e galpões ao lado das casas é constante.

Alguns quilômetros após, avistamos algumas fileiras de árvores que caracterizam a chegada ao centro urbano, abraçado de morros por todos os lados. Em continuação na Estrada RSC 481, vamos encontrar ao nosso lado direito a Localidade de Linha Cereja e a esquerda a localidade de Linha Tigre, ambas com restrições agroecológicas que impedem a agricultura de larga escala. Passando a ponte do Jaquirana, já na localidade de Vila Progresso, encontramos ao lado direito o Balneário Jaquirana e mais adiante a entrada para o Balneário Hermes (Linha Cereja), pontos turísticos do município. Adiante já percebemos que a paisagem começa a modificar tendo terras propícias a cultura de larga escala como a soja, o milho e alguns lugares, muito restritos, a cultura do trigo, intercalando é claro, com a cultura do tabaco e, às vezes, do feijão. Passando por Vila Progresso, onde encontramos uma oficina mecânica, alguns bares e uma escola Estadual, nossa próxima localidade (sempre ao lado do asfalto) é Linha Paleta onde percebemos formas distintas na produção agrícola onde temos a) áreas onde encontramos culturas de alto emprego de tecnologia; e b) áreas onde existem muitas restrições ambientais pontuando limitações à produção agrícola. Após esta localidade, já deparamos com o município de Estrela Velha caracterizado, essencialmente, por alguns agricultores familiares em Vila Itaúba; e grande parte por agricultores patronais destacando a produção de larga escala em quase todo seu território.

Essa leitura que fizemos no decorrer do trajeto asfáltico se restringiu as localidades que eram interceptadas pela RSC 481⁹. De maneira geral, nas comunidades rurais, a maioria dos agricultores tem casas em boas condições, algumas de alvenaria outras de madeira, cobertas de telha de barro ou telha de fibrocimento ondulada. Normalmente, os agricultores possuem dois ou mais galpões abertos (propícios para secagem do fumo em folha tipo Burley) e no mínimo um galpão fechado (armazenar suas safras de fumo, tanto Burley como Virginia¹⁰ e outras colheitas, como milho, sementes de aveia e azevém, feijão, batatinha, amendoim e outras derivados para o autoconsumo da família). Existem localidades que dependendo restrições ambientais e das condições socioeconômicas particulares de cada família encontramos emprego de tecnologia como trator, pulverizador, carreta, escarificador, disco, semeadora, etc. Outros considerados agricultores *mais fortes* possuem caminhões, colheitadeiras, tratores, ensiladeiras¹¹ e semeadoras de maior potência ao qual usam, além de serviços na sua propriedade, para prestação de serviço aos agricultores da Região Centro

⁹ Apresentaremos as outras localidades adiante, com suas respectivas características.

¹⁰ Quando cultivam o Fumo Virginia, necessariamente vai se ter perto da casa e dos galpões um forno de estufa, movido a lenha ou a luz elétrica, para a cura das folhas do fumo.

¹¹ Equipamento acoplado ao trator que tritura o milho verde na lavoura para a confecção de silagem para o gado bovino.

Serra¹². Nas propriedades mais antigas, derivadas de herança ou adquiridas há mais de 20 anos, apresentavam árvores frutíferas (bergamoteiras, pereiras, laranjeiras, pessegueiros, etc) e fornos de pão feitos de alvenaria. Em outra oportunidade, encontramos a piscicultura como fonte de renda alternativa em que comercializam a sua produção, majoritariamente, na semana Santa¹³ e no Festival da Carpa – Festicarp¹⁴. Nessa realidade se caracteriza por apresentar um relevo levemente inclinado com maior grau de mecanização, onde se cultiva a soja, o milho, o trigo, gado de leite e corte e suínos.

Evidentemente, as diferenças ecológicas e históricas pontuam as distinções entre as famílias produtoras, onde se encontram agricultores com menor acesso a tecnologia, fator relegado, em certa medida, pelas restrições produtivas como terreno acidentado e considerável presença de condições atípicas para a agricultura, como morros, terras dobradas, paredões e mata que condicionam limitações a atividade agrícola. Nesse local, para trabalhar com a terra os animais desempenham relevante função. Os animais de tração (junta de bois), a enxada, a carroça, a grade, o arado, a capinadeira, a zorra são ferramentas ainda utilizadas no dia-a-dia de parte dos produtores. Diferentemente como se imagina, esses locais, apesar de menos desenvolvidos pelas restrições apresentadas, não oferecem condições de pobreza extrema, pela sua inserção na atividade produtiva que lhe proporciona uma renda considerável em pequena área útil, sendo mais comum o cultivo de fumo, feijão, pastagens e criação de uma ou duas cabeças de gado de leite. Podemos citar, grosso modo, como partes das localidades de Sítio Baixo, Sítio Alto, Sítio Novo, Linha Ressaca, São Pedro, Tabãozinho, Linha Barrinha, Morro da Lentilha e Linha Travessão.

O modulo fiscal de Arroio do Tigre é de 20 hectares, muitos destes, apresentando mata nativa além dos 20% de área de preservação ambiental como previsto em lei, até o momento. Grosso modo, a área útil de produção é limitada a 60%, quando uma generalização muito otimista, incluindo a análise das declividades elevadas, capoeiras e áreas improdutivas. Conforme a Figura 01, percebemos que a mata nativa, o capoeirão e o eucalipto é muito representativo em todo o território Arroiotigrense, restando apenas, pequenos espaços para o

¹² Estes últimos agricultores possuem um capital imobilizado muito alto para o seu nível de produção e, geralmente, possuem altos financiamentos bancários. A aquisição das máquinas agrícolas é usada estrategicamente para a prestação de serviço e acúmulo de capital. Entretanto, muitos acabam não conseguindo êxito pela instabilidade da agricultura (preço, demanda, clima), portanto, acabam tendo altos prejuízos financeiros.

¹³ Na semana antecedente a Páscoa, os agricultores se organizam com auxílio da Prefeitura Municipal e comercializam os peixes diretamente para os consumidores. No restante do ano, na primeira sexta feira do mês um agricultor comercializa sua produção na Feira municipal, alternando cada mês, pois são apenas 14 piscicultores reunidos numa associação.

¹⁴ O festival da carpa (Festicarp) é um encontro bienal como forma de atrair consumidores para prestigiar o evento, bem como gerar a possibilidade dos piscicultores comercializarem seus peixes.

cultivo agrícola. Nesse ambiente territorial, que divide administrativamente o município, encontramos 99,55% dos produtores que se enquadram na definição de Agricultor Familiar¹⁵ definido pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).

O local que mais de destaca em área útil, plana e fácil emprego de tecnologia é o IV Distrito. Nesses lugares o valor da terra é muito elevado, em torno de 25 a 35 mil o hectare, o que dificultaria, em certa medida, o ingresso de novas famílias nessas localidades. Raramente, quando se adquire um lote de terras nessa região é porque os agricultores se aposentaram e estão vendendo a propriedade por não quererem mais a vida árdua do campo, optando pela cidade no sentido de aproveitar o restante da vida. Normalmente, os agricultores que adquirem esse ativo imobilizado são aqueles que já possuem um capital de giro mais elevado e, geralmente, são da mesma localidade ou no entorno. Ou ainda, empresários da região que pretendem investir o capital no recurso imobilizado, tendo uma fonte de renda agrícola para compor o quadro de ingresso de capital relativo a seu negócio. Outro motivo que condicionou o aumento do valor da terra no município foi a demanda para a produção do tabaco, devido sua rentabilidade elevada.

¹⁵ A lei 11326/2006 da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que no Art. 3 define: Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

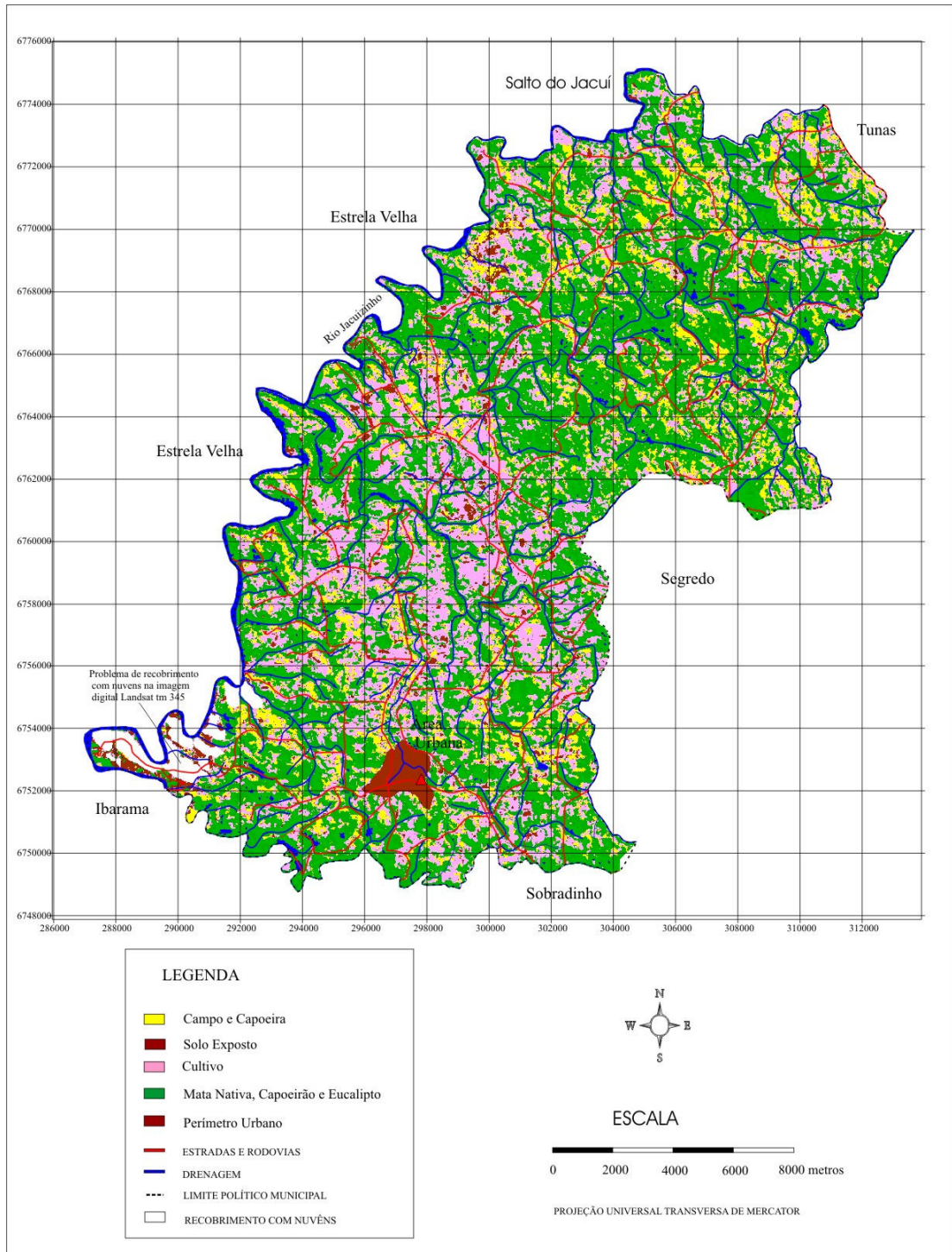


Fig. 01 – Características agroecológicas do município de Arroio do Tigre/RS
 Fonte: Laboratório de Geoprocessamento UNISC, 2009

Outrossim, avistamos solos desestruturados, degradados e fertilidade comprometida com vulnerabilidades em propriedades físicas. Isso, em parte, é explicado pela mobilização ou revolvimento do solo para preparação da terra para o cultivo do fumo, onde é necessária a formação de pequenos camalhões construídos com arado de aiveca, sulcadores ou

implementos agrícolas adaptados. Presenciamos os sulcos abertos, em lavouras com maior declividade, pelas intensas chuvas que aconteceram durante nossa inserção em 2009 no município, provocando erosões e muita perda de solo. A elevada precipitação prejudicou a produção tabagista em 25% para o fumo Virgínia e entre 30 a 35% para o fumo Burley, na safra 2008/2009 comparado ao ano anterior, segundo estimativas da Afubra para o Rio Grande do Sul. Evidentemente, as culturas do feijão e da soja também tiveram reduções de produtividade.

Geralmente, presenciamos em cada localidade que transitamos uma comunidade Católica. Apesar de existirem uma distribuição paritária entre alemães e italianos, as Igrejas Católicas predominam na grande maioria das localidades¹⁶, onde poucas que não têm Igreja ou Salão comunitário. A comunidade Evangélica Luterana também é predominante na sociedade Arroiotigrense, mas no interior é restrita as Localidades de Vila Progresso (Comunidade João Batista) e Linha Coloninha (Comunidade São Marcos- Apóstolo Paulo)¹⁷. No final de semana, ambas as comunidades (Católica e Evangélica), servem de espaço de lazer e descontração, onde encontramos homens jogando bocha ou cartas, mulheres no jogo de dama, jovens jogando bola e crianças brincando. Nesse ambiente de interação dos agricultores, indiferente de religião, todos usavam esse espaço como um ambiente de distração e também de informação dos fatos sociais que aconteciam no município ou troca de informações técnicas sobre determinado cultivo agrícola. Notificamos nessa oportunidade, momentos em que os agricultores usam artifícios para impressionar outros, como forma de buscar reconhecimento na comunidade, mas nem sempre usavam de informações verdadeiras. Aos domingos de manhã a comunidade católica usa o espaço para o momento do terço. No domingo a tarde, novamente é aberto o espaço ao entretenimento e convívio social.

Normalmente, próximas as comunidades se encontram as escolas municipais de Ensino Fundamental¹⁸, mas isso não ocorre em todos os lugares. O município possui cinco Escolas Estaduais com 692 alunos, onde uma delas é localizada em Vila Progresso e oportuniza ensino fundamental completo para toda a região próxima ao IV Distrito. A Escola Estadual de Ensino Médio de Arroio do Tigre é localizada no centro urbano formando grande

¹⁶ A Comunidade Católica tem sua Igreja Matriz denominada “Sagrada Família” no centro de Arroio do Tigre/RS. O padre Benno Reis é um dos mais antigos da região e acompanhou toda a evolução do município desde sua formação administrativa até os dias de hoje.

¹⁷ A Comunidade Evangélica Luterana tem sua Igreja Matriz denominada “Martin Lutero” no centro urbano do município.

¹⁸ São 15 escolas municipais de Ensino Fundamental com 1.400 alunos. Além destas temos 01 escola particular com 100 alunos matriculados.

parte dos filhos de agricultores do município¹⁹. Em seis destas localidades encontramos Unidades de Saúde - Taboãozinho, Coloninha, Sítio Alto, Sítio Baixo, Vila Progresso, Linha Ocidental e Linha Taquaral - segundo informações recebidas esses lugares foram estrategicamente decididos pelos gestores públicos por se localizar em pontos privilegiados que oportunizassem o acesso a maioria das comunidades.

Nas visitas que realizamos, nos diversos locais do município, encontramos agricultores familiares que se dedicam a produção artesanal de alimentos como, por exemplo, carne, queijo, mandioca, cucas, rapaduras, vinhos, pães, melado, embutidos em geral. Nossa investigação constatou que são poucos os agricultores que mantêm essa atividade informal, bem menos daqueles identificados por Zago (2002) na sua pesquisa em nível de mestrado sobre a importância da Agroindústria Caseira de Produtos de Origem Animal em Arroio do Tigre/RS. Simultaneamente aproximamos com a definição estabelecida por Guimarães e Silveira (2007) sobre os agricultores que mantêm atividades informais com inexistência de instalações e equipamentos específicos, como no caso das famílias que produziam rapadura e bolachas, denominada Agroindústria Caseira. Em outras propriedades encontramos aqueles que produzem queijos, cucas e pães que identificamos por possuir uma Agroindústria Familiar Artesanal distinta por Guimarães e Silveira (2007) pelo caráter artesanal do produto final, ligado a um saber intergeracional como base dos procedimentos adotados, mesmo que aprimorados por cursos e trocas de experiências para incorporar as Boas Práticas de Fabricação (BPF), objetivando avançar na qualidade sanitária. Segundo informações levantadas, apenas três agroindústrias estão legalizadas dentro das exigências previstas em lei. São agroindústrias de processamento de pequena escala semelhante a uma grande indústria, conforme definido por Guimarães e Silveira (2007) de agroindústria familiar de pequeno porte. Duas delas se situam na localidade de Linha Rocinha e outra em Sítio Alto²⁰.

No trajeto entre a cidade e o interior podemos notar que a região é muito rica em recursos hídricos, mas sofreu transformações ecológicas quando foi construída a barragem de Dona Francisca. Percebemos que os recursos hídricos são essenciais para o desenvolvimento do rebanho (gado bovino, vacas leiteiras, cabritos, ovelhas, etc) e, em alguns restritos casos, é usado para irrigação de hortas, pomares na fase inicial e nas lavouras. Entretanto, se destaca quando foi potencializado, por algumas famílias que tinham suas terras cortadas pelos rios,

¹⁹ Atualmente estão matriculados 407 alunos na EEEMAT. Existe a Escola Sagrado Coração de Jesus que é habilitada para formação de professores de ensino fundamental com 100 alunos matriculados. A menor demanda se justifica pela exigência do MEC para os professores serem formados em curso superior e por ser uma instituição privada. Existem 02 Pólos de faculdades privadas a distância em Arroio do Tigre.

²⁰ Preferimos não mencionar as localidades que estão instaladas as Agroindústrias Familiares informais para não comprometer sua reprodução econômica, enquanto uma forma de renda alternativa.

transformando em áreas de lazer. A construção de espaços de lazer, entretenimento, descanso, tranquilidade, diversão e frescor, midiaticamente vinculados, são relegados aos cinco balneários que ocupam o espaço territorial de Arroio do Tigre. Além dos dois já citados, Balneário Hermes (Linha Cereja)²¹, Balneário Jaquirana (Vila Progresso)²², temos Balneário Lazer e natureza (Linha Paleta)²³, Balneário Renascer (Sítio Novo)²⁴ e Balneário Sede Campestre Taquaral (Linha Taquaral)²⁵. Todos estão integrados a rota turística da região.

Todos, sem exceção, estão localizados no interior do município e três deles (B. Hermes, B. Renascer e B. Lazer e Natureza) ainda pertencem a agricultores familiares que visualizaram uma oportunidade de renda na propriedade e investiram esforços para concretizá-los. Segundo informações, favorecidos pelas características naturais a existência de rios que interceptam a propriedade foi o principal fator que condicionou os agricultores a buscar uma nova fonte de renda. Investimentos em infraestrutura, nas margens dos rios, na preservação da natureza foram realizados nas propriedades para atrair turistas. Em conversa com os agricultores percebemos que, nos meses de verão, o trabalho é redobrado para o grupo

²¹ O Balneário Hermes fica localizado a 15 km do centro urbano de Arroio do Tigre na localidade de Linha Cereja, as margens do Arroio Serrinha. A infra-estrutura do local integra uma ampla área de lazer com cabanas, local para camping, bar, lancherias e banheiros, quadra de voleibol, futebol sete, churrasqueiras e uma um salão para festas e cancha de bocha. Além da venda de alguns produtos coloniais. Antigamente no local existia uma barragem de usina e quebrador de milho para a comunidade local se beneficiar, mas com o tempo passou a se tornar área de lazer e o agricultor-proprietário começou a investir nessa atividade.

²² O Balneário Jaquirana está localizado a 7 km do centro urbano de Arroio do Tigre, na localidade de Vila Progresso, próximo a RST 481 e da ponte Jaquirana. Dispõem de ampla área de lazer, cabanas, churrasqueiras, lancherias e quadra de esportes. Antes de se tornar um empreendimento de lazer e turismo, no local existia uma barragem para gerar energia elétrica e mover um moinho que ainda funciona para o consumo familiar. Atualmente, o dono alugou as instalações para empreendedores do município e preferiu ir para a cidade por negócios familiares.

²³ O Balneário Lazer e natureza está localizado a 22 km do centro urbano do município, na Localidade de Linha Paleta, próximo a divisa com Estrela Velha. Dispõe de algumas cabanas, área para camping, área de entretenimento com quadras para futebol e uma pequena infraestrutura. Sua localização se dá na interseção dos rios Lagoão e Jacuizinho. O agricultor utilizou parte da área disponível para agricultura e investiu numa pista de veloterra, onde atualmente é realizada uma das etapas da Copa Zanella de Veloterra. Este empreendimento está com os dias contados, pois um projeto que pretende investir na formação de uma barragem para produzir energia elétrica fará com que o local seja desapropriado para tal. O que acarretará na saída dos agricultores do local e a perda de sua atividade não-agrícola.

²⁴ O Balneário Renascer está localizado a 35 km do centro urbano de Arroio do Tigre na localidade de Sítio Novo, no Rio Caixão. Com cabanas, churrasqueiras, cancha de bocha e futebol sete. Como o acesso é mais difícil não possuindo asfalto até a sua sede, abrange apenas a comunidade local e de outros municípios devido a sua proximidade.

²⁵ O Balneário da Sede Campestre Taquaral está localizado na localidade de Taquaral, 2 km da cidade, apresenta estrutura diferenciada, sem arroios por perto, mas com um grande investimento em piscinas para adultos e crianças, toboáguas, local para camping, apartamentos para hospedagem, área coberta para churrasqueiras, salão de festas e de jogos, quadra de vôlei de areia e futebol sete e água natural de poço. Tal empreendimento localizado no meio rural é resultado de um investimento de uma liderança política no município que possuía a propriedade. Atualmente, como já falecido, a área administrada pelos filhos, é alugada para empreendedores da região dar continuidade a área de lazer e turismo. A atividade está tendo resultados pelas várias excursões que visitam o local ultrapassando os limites geográficos da região Centro Serra. Seguidamente se nota excursões de vários municípios da região centro do Estado.

familiar, pois intercala atenção com a colheita agropecuária²⁶. Normalmente, quando o investimento torna-se mais rentável que a atividade agrícola é percebida uma realocação de esforços no empreendimento de lazer, deixando a produção em segundo plano ou investindo em culturas que são altamente mecanizadas como a cultura da soja, quando as condições agroecológicas permitem. Schneider e Conterato (2006, p. 6) afirmam que: “essa combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família, é que caracteriza e define o fenômeno da pluriatividade”.

As potencialidades naturais congregadas a oportunidade de uma renda extra aos produtores familiares, em áreas de difícil prática de agricultura, estimulam maior valor ao meio ambiente como observamos nas placas de madeiras intercaladas próxima a área de banho e camping: “*Preserve a natureza*” ou “*jogue lixo no lixo, a natureza agradece*”. O fortalecimento das atividades não-agrícolas, nas palavras de Schneider e Fialho (2000), pode estimular a produção de produtos alimentícios para os turistas ou para o comércio local, entretanto, por outro lado, a agricultura, ao invés de ser estimulada e alavancada pelo turismo, pode acabar substituída por atividades mais rentáveis, perdendo a competição em termos de trabalho e terra, especialmente em regiões geográficas desfavoráveis.

Em algumas localidades existem pequenos armazéns, parecidos com mini-mercados onde comercializam alguns produtos, não muito variados, de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza, artigos de papelaria, itens de necessidade básica²⁷. Estes locais servem para eventual aquisição de produtos que faltam repentinamente na propriedade não sendo viável ir a cidade para fazer a compra. Grosso modo, o custo dos produtos são superiores ao comparado ao centro urbano da cidade, justificado pelo difícil acesso para repor os produtos. Além disso, em Sítio Alto encontramos um Posto de Gasolina, segundo informações recebidas, se justifica por sua distante localização ao centro urbano de Arroio do Tigre, assim os agricultores aproveitam para abastecer seus maquinários agrícolas e carros de passeio. Muitos anos atrás, em Vila Progresso já existia um empreendimento desse gênero, mas acabou fechando. Entretanto, em 2009, iniciou-se a construção nessa localidade, próximo a faixa da RSC 481 um novo Posto de Gasolina, pensado, inicialmente, para o trânsito que intercepta Cruz Alta a Santa Cruz do Sul.

Atravessando Sítio Novo, deparamo-nos com grupo de descendentes de quilombos na localidade de Linha Fão. Tivemos informações de que estas famílias foram beneficiadas por

²⁶ Segundo informações, nos finais de semana ou feriados festivos existe a necessidade de buscar pessoas para ajudar na recepção dos visitantes/turistas. Assim, a atividade proporciona empregos para diaristas. Normalmente são amigos, filhos de vizinhos, isto é, pessoas de confiança para auxiliar nas atividades.

²⁷ Nas localidades de Vila Progresso, Linha Tabãozinho, Linha Sítio Alto e Coloninha.

programas assistencialistas de desenvolvimento rural. Jeggli (2009) aponta que segundo informações dos extensionistas da Emater/RS de Arroio do Tigre, no ano de 2000, foram construídos 96 banheiros em algumas comunidades, sendo que alguns foram na comunidade de quilombos, por intermédio do Programa Pró-Rural. Posteriormente, foi instituído o Programa RS Rural, sendo que, em 2004 a Emater ofereceu este recurso para o grupo de quilombos, pois era um recurso limitado que proporcionaria apenas para um pequeno grupo. Assim, foi investido na comunidade quilombola R\$ 72.633,74 no ano de 2005, sendo 25 famílias beneficiadas com 155 pessoas, elencando ações no sentido de gerar renda investindo na unidade de produção de artesanato, galpões, carroças, arados e vacas. Ainda, foram realizadas também ações de manejo e conservação de recursos naturais, fonte e rede de água, reforma de moradias, etc. Atualmente, são 27 famílias de quilombolas que estão na região.

A localidade de Linha Coloninha que faz fronteira com o município de Tunas também é permeada de armazéns, bares, igrejas e marcenarias. O que nos chama a atenção é o fato histórico, pontuado no Plano Ambiental do Município de Arroio do Tigre, onde assinala que a localidade era referência pelas suas pedras semipreciosas oriundas da garimpagem. As pedras eram exportadas para Idar-Oberstein (Alemanha) sendo que o maior volume de pedras comercializadas era de pedras ágata, seguidas de topázios e ametistas. Atualmente, notificamos que existem alguns descendentes dos primeiros colonizadores que iniciaram as atividades, contudo, a garimpagem deixou de ser realizada, pois não se encontram mais pedras preciosas no local. A dedicação das famílias agricultoras se refere ao cultivo do fumo e pecuária de corte, no momento. A exportação de pedras preciosas concomitantemente com a exportação do fumo para a Europa, ambos de boa qualidade, posicionava Arroio do Tigre como um município de destaque internacional em função de tais atividades.

A diversidade é enorme no meio rural Arroiotigrense, inclusive, é o que caracteriza, em parte, a miscigenação entre os povos alemães e italianos, negros e portugueses. Essa miscigenação aliada com o saber fazer herdado proporciona com que surjam eventos gastronômicos que valorizam o potencial agrícola da região. Durante nossa pesquisa, deparamos com vários eventos realizados em distintas comunidades, onde são oferecidos produtos do local e que atraem pessoas de vários municípios. As comidas típicas relegadas a identidade da região são feitas pelas próprias mulheres do local dando as confraternizações o seu próprio saber fazer e suas habilidades. Alguns destes destacam-se na Região Centro Serra, marcando um momento de valorização das culturas em detrimento da busca de recursos para as comunidades se desenvolverem. Entre os eventos temos: Porco na Estuda, em Linha Paleta; Jantar alemão *Essen und Tanzen*, em Linha Rocinha; Fest Milho, em Linha São José; Festa da

Ovelha e o Costelão na Brasa no CTG Pousada das Carretas, Festa do Cabrito, em Linha Tigre; Jantar Italiano em Linha São Roque; *Kerb Fest* na comunidade Evangélica, o Fest Frango em Linha Barrinha; o Café Colonial, em Linha Rocinha; a Feira do Peixe na cidade; entre outros. Através desses eventos se percebe a tentativa de cultivar os costumes do passado, mas inevitável não perceber a importância do cultivo de fumo para as estratégias de desenvolvimento das propriedades.

Nesta seara de pluralidade de fenômenos no meio rural, apontamos para amplitude e a heterogeneidade características, condizentes com a magnitude das relações sociais e produtivas. Portanto, essa parte teve por opção instigar o imaginário do leitor sob os diversos elementos de pesquisa possíveis, mesmo delimitando um município-base. Explicação, essa necessária, para projetarmos a delimitação de nosso foco de estudo que perpetua para os sistemas de produção adotados como uma das estratégias de desenvolvimento.

Um Sinal Metodológico

No exercício de arquitetar as reflexões e as interações sócio-dinâmicas do meio rural em relação a espacialização produtiva ponderamos as delimitações distritais para compreender como acontece a inserção dos agricultores familiares no âmbito de comercialização e suas motivações para permanecer no meio rural. Este trabalho propõe analisar a produção familiar fumageira, como uma das estratégias de reprodução agrícola, elencando possíveis elementos na tomada de decisão do agricultor familiar. Assim, como Arroio do Tigre tem uma característica muito peculiar, onde 90% das propriedades rurais têm como foco o cultivo do fumo, delimitamos nossa análise pormenorizada para as relações produtivas, econômicas e sociais desta atividade, pois notamos na conversa com os agricultores a importância que fornecem a orientação produtiva e mercadológica sobre o sistema de produção fumo. Dedicamos compreender como são inseridas as culturas comerciais do milho, soja, trigo, atividade leiteira e sua relação direta ou indireta com o autoconsumo.

Neste escopo empírico, buscamos a complexidade existente no meio rural para explicar determinados comportamentos, tanto da indústria como dos agricultores familiares em suas estratégias como forma de desenvolvimento. A busca por uma pesquisa bibliográfica e dados secundários (tanto de caráter quantitativo como de qualitativo), complementam nossa

delimitação ao tema e norteiam os rumos dessa investigação. Usamos a pesquisa qualitativa, definida por Bicudo (1997, p. 54) que “supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada [...]”. Uma etapa exploratória é relegada ao trabalho, estas definidas como importantes na pesquisa por Gil (2002), Cervo e Bervian (2002) e Malhotra (2001). Em certos momentos, usamos o método etnográfico, proposto por Malinowski no campo da antropologia, para compreender os fatos sociais ressaltado por Geertz (1989).

Entretanto o mais importante que buscamos seguir com fidedignidade é o sinal metodológico aplicado por Fialho (2005) que complementa nossos anseios investigativos. Para o autor, é interessante se ter um vínculo interpessoal no estudo, entre pesquisador e pesquisado, criando se possível, vínculos de amizade como forma que se possa compreender melhor ainda o tema de pesquisa. Fialho adverte que várias conversas em momentos diferentes são importantes. Talvez para alguns pesquisadores, mais rigorosos, a aproximação, estreitamento dos laços de afetividade, não seja vista com bons olhos; contudo, isso permite observar as pessoas em momentos variados da vida cotidiana, em expressões de estado de espírito diversas, e utilizar, ou experimentar, procedimentos diferentes de coleta de informações.

Fomentamos como respeitável o pesquisador acompanhar, caso possível, todas as etapas que envolvem a tomada de decisão, o plantio, o desenvolvimento da cultura, as especulações do mercado agropecuário, as flutuações de preços, o momento da colheita, o intermédio da negociação e as relações estabelecidas entre agricultor, família e espectro de comercialização. Nesse sentido, várias foram as inserções no município de Arroio do Tigre/RS, em que debruçamos não como pesquisador *stricto sensu*, propriamente dito, mas como um amigo, como membro da comunidade, como filho de agricultor, como jovem rural, como um parente distante, como um trabalhador rural, enfim, revestindo múltiplas identidades para compreender como aconteciam as relações dos agricultores diante de sua dinâmica produtiva e inserção no canal de comercialização. Nesse momento do estudo, tivemos no mínimo quatro inserções mensais durante os 24 meses que competem esse mestrado. Participamos de festas do colono e motorista, de torneios esportivos de juventudes rurais, de olimpíadas de jovens rurais, de bailes comemorativos, de festas comunitárias, eventos religiosos, festas de escolas e jantares alusivos a datas festivas. Visitamos produtores conhecidos, acompanhamos a assistência técnica do local, dialogamos com presidentes de cooperativas, líderes políticos, agentes de desenvolvimento, intermediários (picaretas), donos

de empreendimentos que dependem do meio agrícola, com turistas, com agricultores pluriativos, especializados e diversificados, entre tantos outros.

Nesses momentos informais, as conversas entre os agricultores, os empresários ou a comunidade em si, ligeiramente se voltava para elementos que caracterizavam a agricultura. Não menos, Arroio do Tigre/RS como um município de economia tipicamente agrícola é beneficiado ou afetado pelo contexto favorável ou desfavorável da agricultura. Nesse sentido, os diálogos rapidamente referiam ao cultivo do tabaco como, por exemplo: “mas eu ganhei R\$ 95,00 a arroba do fumo que vendi”; “meu fumo não deu muito bom esse ano, acho que vai dar só para pagar as contas”; “pro ano que vem eu vou mudar a forma de plantar fumo”; “eu planto milho depois do fumo e já aproveito o adubo”. Isso nos auxiliou na tentativa compreender os motivos que conduzem os agricultores adotar determinadas estratégias de reprodução usando uma delas, o cultivo do tabaco, em grande parte das propriedades e as suas diferentes formas de reprodução das famílias. Essa nossa inserção informal teve como principal objetivo conhecer pormenorizadamente como os agricultores caracterizavam seu trabalho na roça.

Assim, notificamos a importância da agricultura no município e na vida da sociedade arroiotigrense, bem como acompanhamos a imagem que alguns agricultores tentam passar a comunidade a qual convivem. Portanto, esse primeiro momento serviu de uma análise da imagem do comportamento dos agricultores perante a sociedade, onde evidenciam frustrações, indignações, vantagens, desvantagens, lucros, prejuízos, crescimento econômico, endividamento, todos relacionados diretamente com a agricultura comercial. Verificamos que as produções de alimento voltadas para o autoconsumo da família eram pouco evidenciadas nesses espaços, o que nos chamou a atenção para este aspecto. Com isso, podemos afirmar que nossa investigação foi intermediada pela observação participante, que nas palavras de Queiroz et. al. (2007, p. 278), “consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação”. As autoras afirmam que esse método proporciona a chance de atrelar o objeto a seu contexto, contrapondo ao princípio de isolamento no qual fomos formados.

No segundo momento, usamos como metodologia de estudo formal, a busca de informantes qualificados. Para tanto, conversamos com os agentes de desenvolvimento municipais (EMATER, Secretaria da Agricultura e Secretaria do Meio Ambiente e Agropecuária), que poderiam nos indicar os agricultores para que nos auxiliassem na compreensão dos elementos da pesquisa. Noutro momento, buscamos pessoas ligadas direta

ou indiretamente a agricultura para nos auxiliar nessa definição como operadores de máquina (da prefeitura municipal), cabeleireiros, motoristas de carregamento de leite (leiteiros), transportadores de insumos agrícolas (vinculados a agropecuárias ou independentes), instrutores de fumo (assistência técnica privada) e demais pessoas. Nossa investigação foi no sentido de chegar a um consenso sobre os nomes dos agricultores mais indicados no geral que, posteriormente, teve auxílio dos agentes de desenvolvimento para apontar os informantes-chaves para os sete distritos do município.

Conduzimos nossa pesquisa com os agricultores familiares no sentido de abstrair as características e dinâmicas produtivas que envolvem a região. Buscamos seguir a orientação de Fialho (2005) na construção de entrevistas que valorizavam as experiências vivenciadas e aprendidas pelos interlocutores, bem como proporcionávamos atenção a assuntos que o entrevistado estava disposto a falar, deixando mais adiante, as perguntas mais complicadas que exigiam mais confiança do mesmo para expor.

Neste trabalho, usamos também o auxílio do enfoque sistêmico²⁸ para compreender os objetos de comportamento dinâmico no espaço estudado. Dentro do escopo analítico, discernimos que explicar todo um complexo, dinâmico, abrangente e heterogêneo espaço rural (mesmo que delimitado) por apenas uma das áreas do conhecimento seria *tapar um olho* de nosso espectro de análise. Nas palavras de Gerhardt (2002) ao estudar os agricultores familiares e a problemática ambiental salienta para a dificuldade de organizar teorias que dêem conta de explicar, descrever e interpretar as causas, formas, modalidades e relações dos fenômenos, portanto, isso se origina pelo estudo assumir incontáveis vertentes e formas. Nesse sentido, ao escolhermos nossa base teórica assumimos o delineamento de Gerhardt (2002, p. 4) onde afirma: “... optou-se por adotar, ao invés de uma teoria científica específica ou o uso de fundamentos teóricos herméticos e já consolidados (caminho, na maioria das vezes, mais seguro em termos acadêmicos), um amálgama de conceitos e instrumentos metodológicos extraídos de correntes e autores por vezes distantes”.

Nesse contexto, imbuídos de buscar caracterizar o município por completo identificamos dois informantes-chaves por cada distrito que norteia a pesquisa científica, totalizando 14 entrevistas entre os agricultores familiares, onde seis desses foi possível utilizar a gravação e outros oito catalogamos através de anotações em bloco pela dificuldade inerente

²⁸ Miguel (1999, p. 6) postula que a utilização do enfoque sistêmico permite explicar os mecanismos internos que orientam e condicionam uma realidade agrária e que, muitas vezes, dependem não somente das propriedades dos seus elementos constitutivos, mas, sobretudo de suas inter-relações. Esse preceito impõe considerar que a agricultura, no seu sentido mais amplo, não é uma simples justaposição de atividades produtivas e fatores de produção, mas sim um sistema organizado em torno de interações entre seus múltiplos componentes.

do local de pesquisa ou falha do equipamento. Compôs a amostra mais dois técnicos da Emater, dois profissionais ligados a Secretaria do Meio Ambiente e Agropecuária, um presidente da cooperativa e um da Secretaria da Agricultura, sendo que, nesses últimos, buscamos informações gerais do município para identificar os agricultores entrevistados. As informações desses últimos atores foram registradas apenas pela escrita em documento, não utilizando gravador. Ainda compôs a pesquisa um técnico ligado a iniciativa privada de uma empresa fumageira, entrevista esta toda gravada. Além destes, como já destacado, vários outros atores participaram da construção e identificação das regiões e a relação destas com a economia.

Os distritos do município de Arroio do Tigre estão assim divididos: **I Distrito:** determina as proximidades do centro urbano de Arroio do Tigre, onde aponta as seguintes localidades: Lamedor, Linha Turvo, Linha Cereja, Morro da Lentilha, Linha Rocinha, Linha Guabiroba e Linha Tigre; **II Distrito:** envolve as localidades de Linha São Roque e Taquaral; **III Distrito:** engloba as localidades de Linha Barrinha, Travessão, Linha Floresta, Linha Ocidental e Linha Ressaca; **IV Distrito:** envolve as localidades de Vila Progresso, Linha São José, Linha Santa Cruz, Linha Anjo da Guarda, Linha São Pedro e Linha Paleta; **V Distrito:** engloba as localidades de Linha Sítio Alto, Linha Sítio Baixo, e Linha Papo Roxo; **VI Distrito:** engloba as localidades de Coloninha e Despraiado; **VII Distrito:** envolve as localidades de Tabãozinho, Lomba Alta e Lagoão. Usamos a Figura 02 para identificarmos visualmente onde se situa algumas localidades no município de Arroio do Tigre/RS.

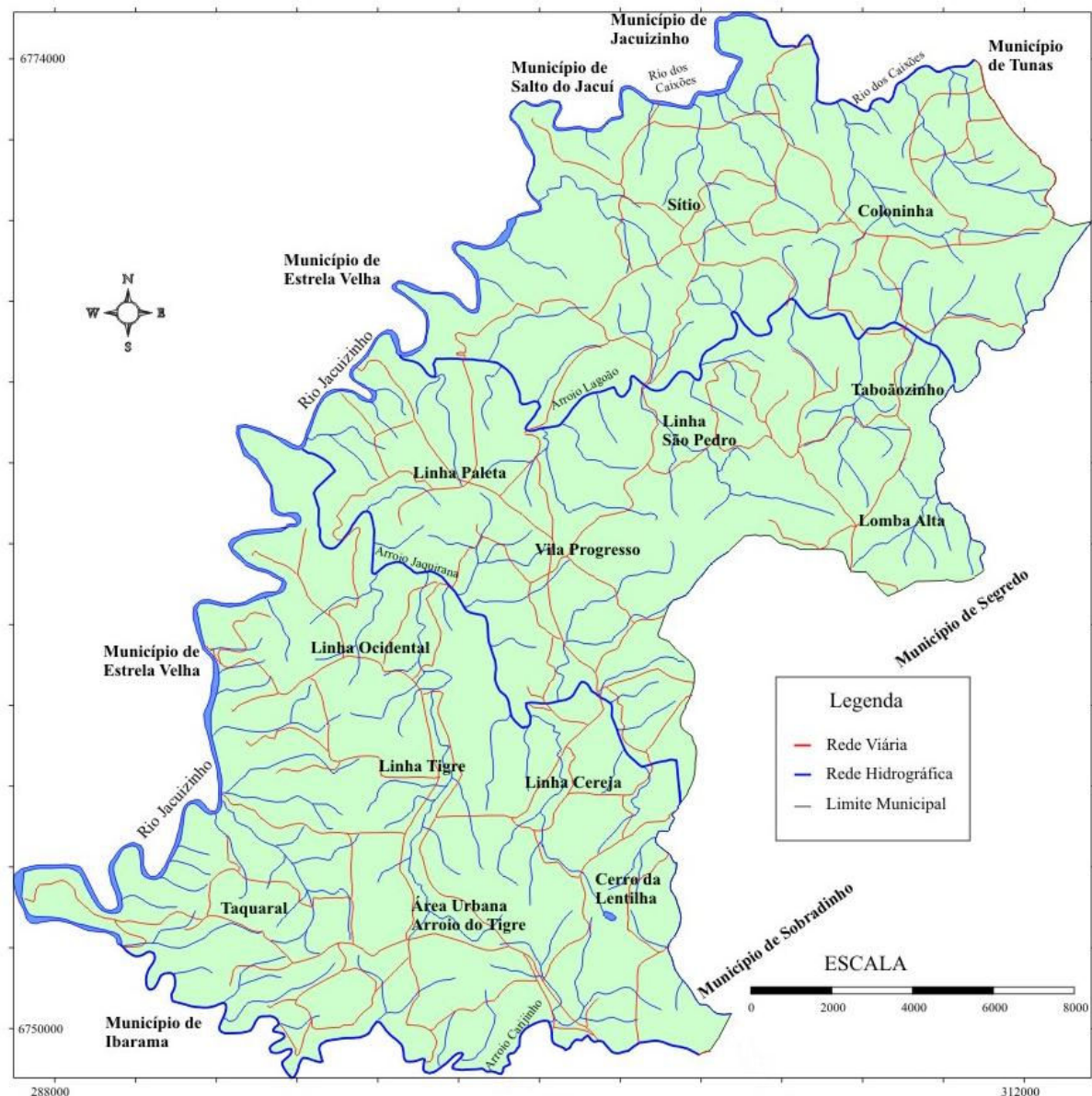


Fig. 02 – Identificação de algumas das localidades do município de Arroio do Tigre/RS
 Fonte: Adaptado do Laboratório de Geoprocessamento UNISC, 2009

A pesquisa de qualidade, composta de eixos orientadores, teve como guia um questionário aberto com algumas questões, talvez, que possibilitou ou facilitou a busca de respostas no contato a campo. Fomos auxiliados no reconhecimento e no andar da pesquisa pela experiência do Senhor Guido, motorista de trator esteira aposentado, que conhecia cada canto do interior e as famílias existentes no meio rural do município. Através de seu acompanhamento e o conhecimento dos agricultores facilitou nossa abordagem de pesquisa. Procuramos deixá-los informados, através do termo de consentimento livre e esclarecido os objetivos do estudo, procedimentos, benefícios, riscos, critérios de exclusão, sigilo das

informações e garantia de acesso. Em relação aos benefícios explicamos que, talvez, os resultados da pesquisa podem auxiliar os gestores públicos em futuras intervenções no meio rural. No quesito riscos, o único problema seria um desconforto psicológico, porque todas as falas citadas, por questão de ética e sigilo, envolvem nomes fictícios não remetendo a imagem do agricultor. Tomamos o cuidado, em certos momentos, de não identificar a localidade de onde o agricultor está vinculado, para evitar certas inferências, mesmo usando nomes diferentes. Utilizamos no decorrer da dissertação os seguintes nomes fictícios: Senhor Harley, Senhor Edson, Senhor Cléber, Senhor Willian, Senhor Evaldo, Senhor Joaquim, Senhor Robinson, Senhor Clementino, Senhor Henrique, Senhor Éderson, Senhor Joanilson, Senhor Walter, Senhor Feliciano e Senhor Edemar. Em relação aos outros entrevistados, denominamos de orientadores técnicos, agentes de desenvolvimento, assistentes técnicos, ou similares.

Após concordar com as informações recebidas, começamos a dialogar sempre privilegiando a experiência e fornecendo liberdade ao agricultor falar o que estava mais disposto, respeitando e mostrando atenção a sua argumentação. Passados alguns instantes, a confiança do entrevistado em relação ao pesquisador, buscávamos através de questões norteadoras sobre as diferentes estratégias de reprodução, elencando e caracterizando a região em que o agricultor situava-se. Tivemos a oportunidade entre essas conversas de entender a relação existente entre a indústria e os produtores de fumo, bem como, a influência da convenção quadro e as projeções de diversificação estatal. Em quase todas as falas percebemos que surgiam elementos que apontavam para as dificuldades e problemas recorrentes da agricultura, salientando que o sistema de integração, apesar de algumas limitações, fortalece sua reprodução no rural. Buscamos construir um diálogo não muito extenso, privilegiando algumas informações, mas em alguns momentos deixamos o questionário em segundo plano para priorizar as informações que as famílias tinham necessidade de expor. Algumas informações adicionais, em relação à maneira de abordagem identificaremos ao longo do texto.

CAPÍTULO I

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO: UM CAMPO HETEROGÊNEO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Assim procedendo, não deveremos evitar os detalhes, porque, de outra maneira, nosso modelo geral nunca acumularia a riqueza de experiência e se conservaria oco – tal como a riqueza da experiência permanece caótica para quem não consegue divisar nela a ordem e as estruturas. Elias Norbert (1993, p.107)

Marco teórico para a análise da Agricultura familiar como um campo heterogêneo e complexo

O presente capítulo tem como propósito subsidiar o estudo com informações que auxiliem no conhecimento e na compreensão das estratégias de reprodução na agricultura familiar. Buscamos construir, concomitantemente ao referencial teórico-analítico, a perspectiva dialética das estratégias de reprodução da agricultura familiar, tomando como base a compreensão em torno do município de Arroio do Tigre. São conceitos e noções teóricas que consubstanciam o processo, bem como se apresenta como um modelo teórico importante para a compreensão dos fenômenos que envolvem a multiplicidade do meio rural.

1.1 Estratégias de reprodução como um campo analítico em construção

Os estudos sobre as distintas estratégias de reprodução tanto agrícola, econômica ou social continuam marcadas por uma situação de muita complexidade e indistinção sobre o constructo teórico que ampara a noção que abordaremos. Verificamos que, cada vez mais, o espaço é dedicado a estudos de estratégias de reprodução dos agricultores familiares, contudo, a atenção sobre as estratégias produtivas, ainda dão margem para estudar e compreender como acontecem as escolhas em curto prazo, no que se refere às atividades agrícolas que promovem o ingresso financeiro na propriedade, consubstanciado pelas atividades de

autoconsumo. Buscamos, nesse momento, iniciar a construção de um quadro analítico com base nos elementos que impulsionam o agricultor em sua tomada de decisão sobre as distintas possibilidades que podem contribuir na escolha das estratégias de reprodução, onde esforçamo-nos a complementar a análise dos diferentes autores, a partir da leitura inserida doravante. A fundante analítica deste tópico, então, veio de uma observação clássica dos estudos das ciências sociais agrárias sobre as diferentes formas de desenvolvimento da agricultura familiar e as diferentes estratégias de reprodução (possíveis) adotadas pelos agricultores.

Estratégia, palavra que desperta atenção quando suscitada, talvez por seu possível caráter representativo, na condição de resolução de problemas ou por carregar simbolicamente a forma pela qual se possa alcançar determinado propósito, ainda em processo de investigação, busca de um caminho ou alternativa para sua solução. Adjacência legada do âmbito militar quando na oportunidade planejava determinadas ações, considerando os recursos disponíveis, para envolver seus adversários em uma armadilha que possibilitasse seu domínio do território, objetivo final deste. Na busca hermenêutica da palavra estratégia, o Dicionário Aurélio conceitua-a como: “s.f. Militar Arte de planejar operações de guerra / Arte de combinar a ação das forças militares, políticas, morais, econômicas, implicadas na condução de uma guerra ou na preparação da defesa de um Estado/ Arte de dirigir um conjunto de disposições: estratégia política...”. O conceito foi apropriado nas reflexões das ciências sociais aplicadas como um dos elementos que compõem o sucesso das organizações, instituições públicas ou empresas particulares. Ghemawat (2007), importante teórico das ciências sociais aplicadas, que estudou as origens da estratégia, aponta que a história do pensamento estratégico-empresarial foi afetada, de múltiplos modos, por reflexões e conceitos militares, desse modo afirma:

Estratégia é um termo que remonta aos antigos gregos, que usavam a palavra *strategos*, da qual deriva, para designar o magistrado-chefe ou o comandante-chefe militar. Ao longo do tempo, refinamentos do conceito de estratégia continuaram a se centrar nos aspectos militares do termo. Na primeira metade do século XIX, a tentativa de síntese de Carl von Clausewitz é um exemplo especialmente notável: escreve que, enquanto ‘a tática...[envolve] o uso de forças armadas no confronto, a estratégia [é] a utilização de confrontos no tocante ao objetivo de guerra’. A adaptação da terminologia estratégica a um contexto comercial, entretanto, teve de esperar o cenário da Segunda Revolução Industrial, que iniciou na metade final do século XIX, mas realmente só deslançou no século XX (GHEMAWAT, 2007, p.16).

Neste campo de estudo, a estratégia é entendida como um artifício de competição, meios que, grosso modo, proporcionam vantagens em relação a seus concorrentes diretos ou indiretos, designado o futuro da organização. Segundo Ghemawat (2007), alguns dos primeiros textos acadêmicos sobre estratégia emergiram de economistas renomados, como John Commons (1934), Ronald Coase (1937), José Schumpeter (1942) e Edith Penrose (1959), Smith Jr. e Christensen (1950), Hendrews (1950), Ansoff (1965), entre outros menos influentes. Por conseguinte, diversas são as abordagens, sejam elas convergentes ou divergentes, no campo da gestão empresarial, como pontua Nicolau (2001), onde faz uma compilação dos diversos conceitos e a linha de raciocínio de diferentes teóricos sobre o marco conceitual de estratégia, aplicado a área empresarial, como Chandler (1962); Learned, Christensen, Andrews e Guth (1965); Ansoff (1965); Katz (1970); Andrews (1971); Steiner e Miner (1977), Hofer e Schandel (1978); Porter (1980); Jauch e Glueck (1980); Quinn (1980); Thietart (1984); Martinet (1984); Ramanantsoa (1984); Mintzberg (1988a) e Hax e Majluf (1988). Da definição expressa, sob compreensão da sociologia, Ghemawat (2007) afirma que pela análise da construção teórica, parece ter sido o campo acadêmico que mais desempenhou influência sobre as primeiras formulações do conceito de estratégia nos negócios, especialmente pelo esforço dos docentes das escolas de administração²⁹.

No contexto deste trabalho, remetemos o uso do conceito para o campo das relações que compreendem as famílias agricultoras e suas formas de desenvolvimento no meio rural em contraste com as relações internas e externas a propriedade, propriamente dita, tomando como base empírica o caso das famílias fumicultoras de Arroio do Tigre³⁰. A estratégia, em relação à família agricultora, segundo Marini e Pieroni (1987) é compreendida pelo efeito das preferências momentâneas em relação a seu entorno social. Existe uma estratégia familiar para o uso e distribuição de recursos, até mesmo para a mão de obra na propriedade (MARINI E PIERONI, 1987). Em outras palavras, a estratégia é fruto de decisões tomadas em determinados contextos influenciadas por diversos elementos no tempo e no espaço. Em face dessa consideração, evidentemente, que as estratégias são influenciadas por inúmeros fatores

²⁹ Não é nosso objetivo fazer um estudo exaustivo do termo, muito menos seguir o marco teórico da ciência social aplicada, mas acreditamos importante mencionarmos, pela relevância histórica dos estudos do termo nessa área. Para um estudo mais aprofundado nesse campo do conhecimento, sugerimos a leitura de 1) GHEMAWAT, P. **A estratégia e o cenário dos negócios**. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora – Artmed Editora S.A., 2007; e 2) NICOLAU, I. **O conceito de estratégia**. Campo Grande. Working paper 01-01, INDEG/ISCTE, 2001.

³⁰ Evidentemente, nossa análise não contemplará todas as teorias, autores e significados, bastante ecléticos, diga-se de passagem, que auferem abordagens predominantemente evocadas em suas áreas específicas. Nossa reflexão, tanto no âmbito das estratégias como, posteriormente, sobre a reprodução, envolverá o contexto observado em nossa investigação no local de estudo.

sociais, culturais, político-institucionais, econômicos, religiosos, legais, ambientais, etc. (relações externas); fatores estruturais, ambientais, de localização, saber fazer intergeracional, sociais familiares (relações internas), entre outros.

As relações na agricultura se mostram como um processo dinâmico, portanto não estático, sofrendo diferentes influências, de acordo com cada peculiaridade. Essa multiplicidade e heterogeneidade constante denotam diferentes formas e racionalidades vinculadas à propriedade e as experiências anteriores, bem como o contexto macro que dinamizam, em mais ou menos, na tomada de decisão por determinadas estratégias na sua unidade de produção, de acordo também a uma forma de gerir mais integrada ao mercado ou mais autônoma. Em outras palavras, cada realidade na agricultura familiar, pode ser encarada de forma distinta, portanto, com estratégias diversas para conduzir sua reprodução no meio rural.

A terminologia no campo da agricultura familiar, contexto adotado neste trabalho, já era discutida pelos clássicos dos estudos rurais, como Kautsky (1972), Lênin (1982), mas principalmente, Chayanov (1974), Tepicht (1973) e Bourdieu (1994). As análises nas ciências sociais na Europa já vinham discutindo subjetivamente as estratégias, quando Bourdieu (1994) decide analisar as diferentes estratégias de reprodução social na agricultura da França. Estas análises, teoricamente, vinculavam as formas de desenvolvimento dos camponeses no meio rural. Neste sentido, reportamos para a reprodução social dos agricultores, noção que é resultante do leque de alternativas disponíveis que conduzem as decisões dos agricultores e torna-se prioridade dos extensionistas e gestores públicos. Habitam nessa análise milhares de autores, mas, evidenciamos, principalmente, as contribuições de Bourdieu nessa temática. Para Bourdieu (1994) é importante, na compreensão sobre reprodução social, abdicar a visão estruturalista imbricada no mundo social, onde a submissão a determinadas normas e regras institucionais resulta em uma relação de dominação.

No dicionário Aurélio, reprodução é “Ato ou efeito de reproduzir”. Nesse amplo espectro, podemos ter várias adjetivações ao termo. No sentido, Edholm, Harris e Young (1977) apud Brumer e Anjos (2008) pontuam que a terminologia, possui três níveis: a) reprodução humana ou biológica; b) reprodução da força de trabalho; c) reprodução social como reflexo das condições de produção social na sua totalidade. Para nossa análise no que tange aos fomicultores de Arroio do Tigre, os itens b e c abordado pelos autores nos são mais relevantes e convenientes, portanto, os enfatizaremos no caminhar desta dissertação. Continuando nas ponderações de Brumer e Anjos (2008) citando Jelin (1995) caracterizam as três dimensões de forma, um pouco diferente, quando distinguem elas em: a) reprodução

biológica significa ter filhos no plano familiar e no âmbito social se refere aos aspectos sócio-demográficos da fecundidade; b) reprodução cotidiana é assegurar a população existente através de tarefas vinculadas ao trabalho e a produção para o autoconsumo; c) a reprodução social em si.

Voltando ao termo estratégia, Bourdieu (1994, p. 13) entende como “ensembles d'actions ordonnées en vue d'objectifs à plus ou moins long terme” (“os conjuntos de ações ordenadas com vista a objetivos de mais ou menos a longo prazo”). O autor tenta romper um pragmatismo já estabelecido, considerando as estratégias como conscientes, mas que pode agir com as limitações estruturais que enfrentam os agentes sociais e, ao mesmo tempo, como a possibilidade de respostas ativas para estas restrições. No documento que faz essa afirmação, Bourdieu conecta os termos “estratégia” e “reprodução social”, usando a expressão “sistema de estratégias de reprodução social”, para elencar as diferentes formas possíveis de desenvolvimento dos agricultores familiares. O sistema de estratégias de reprodução social, conforme Bourdieu (1994), é determinado por um grupo de estratégias pelas quais a família procura se reproduzir biológica, e, principalmente, socialmente.

Mediante esta análise, Bourdieu trabalha com diferentes classes no que tange as estratégias: a) estratégias de investimento biológica: elenca as estratégias de fecundidade, matrimoniais, celibato, etc.; b) estratégias de sucessão, onde objetiva a transmissão do patrimônio familiar entre as pais e filhos (herança, gerações); c) estratégias educativas, envolvem o uso da educação e conhecimento formal (escolas) e a ética que determinam o comportamento da família; d) estratégias de investimento econômica, que estão dirigidas ao aumento de capital em suas diferentes espécies, que podem envolver relações sociais como as estratégias matrimoniais e a reprodução biológica; e) as estratégias de investimento simbólico, envolvem o reconhecimento, as percepções, as aparências do grupo familiar, tencionando positivamente, perante as pessoas da sociedade.

A reprodução social na agricultura pode ser compreendida por várias lentes, algumas delas multifocais, isto é, abrangem um espectro maior e interligado, onde as formas de atuação dos atores, tomando como pressuposto o futuro desenvolvimento da família, podem ser múltiplas. Às vezes, se poderá ter linhas teóricas que envolvem uma análise das famílias agricultoras pelo uso do conhecimento técnico como estratégia, outrora, outros elementos podem explicar sua reprodução, vinculando a questões estritamente sociológicas, ou ainda, antropológicas, e assim por diante. Circundam também, nesse foco analítico, elementos econômicos e não-econômicos que descrevem a partitura na tomada de decisão dos agricultores. Nesse sentido, o construto teórico pode envolver linhas divergentes ora

convergentes, o que chamamos a atenção para este fato, pois o desafio de conseguir trazer para o plano de análise, distintas teorias convergindo para o mesmo tema é tarefa, um pouco desafiadora, pela possibilidade de cometer certos equívocos, como a ausência de compreensão ou esquecimento de alguma, entre tantas, por falta de contato. Admitimos que é o pesquisador que faz o recorte analítico que tomará por base, entretanto, não poderemos deixar de mencionar as distintos campos teóricos que conhecemos até o momento, que influenciam decisivamente, em nossas ações e a do objeto estudado. Portanto, buscar a complexidade é uma tarefa um tanto complicada, mas pode ser necessária para entendermos a ciência de modo interdisciplinar, o que atualmente é algo muito procurado, mas não tão tangível³¹.

Seguindo um dos focos analíticos, parece-nos evidente compreender que as estratégias de reprodução da agricultura familiar abrangem, ao menos, dois pontos muito influentes nessa análise: a) elementos econômicos e b) elementos não-econômicos que conduzem as escolhas, a racionalidade ou mesmo a partitura dos agricultores na sua tomada de decisão. Por isso, a sistematização de Almeida (1986) onde comenta sobre as questões econômicas e extra-econômicas nos chamou a atenção, por evidenciar estudos no meio rural que entendem as famílias camponesas como proprietários e arrendatários que usam prioritariamente a mão de obra familiar e pouco capital, como Santos (1978); Heredia (1979); Meyer (1979); Moura (1978); Neves (1981); Garcia Jr. (1983), Seyferth (1985); Woortmann (1984); Brandão (1982). Alguns estudos voltados para os trabalhadores rurais que residem em cidades, tendo ou não acesso a parcelas de terra Stolcke (1985); Sigaud (1981); Oliveira (1983). A distribuição espacial, as pesquisas anteriores focalizaram o Nordeste: Heredia (1979); Meyer (1979); Neves (1981); Garcia Jr. (1983), o sertão do Sergipe, Bahia e Goiás: Arames (1975), Woortmann (1984); Fukui (1981) e o Centro-Sul em Moura (1978); Fukui (1979); Santos (1978); Seyferth (1979). Almeida em 1986, afirma que as áreas de fronteira foram pouco estudadas até então, com uma análise menos explícita da família em Velho (1976); e Soares (1981).

Os trabalhos centrados na questão econômica estão concentrados, na visão de Almeida (1986), a partir da ideia de um modo de produção camponês, com a natureza da família enquanto esqueleto externo desse. Estas pesquisas pressupõem compreender como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, ajustando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício

³¹ Evidentemente nossa abordagem teórica será limitada por se tratar de uma dissertação, mas ao menos, se dará indicativos de como ela pode contribuir na compreensão do contexto dos agricultores familiares estudados em Arroio do Tigre/RS.

do processo, assim trata-se do que se tem apontado de reprodução, mas de uma reprodução de ciclo curto, anual. Essa perspectiva é movida pela lógica econômica da família, que mantém as famílias via trabalho e consumo.

Em nossa imersão empírica, verificamos, dado o destaque para a produção tabagista, que a estratégia de reprodução econômica de ciclo curto, anunciada por Almeida, é sempre mencionada como uma das principais formas de reprodução da propriedade rural, sendo que, numa visão unilateral, isso pode ser conduzido pelo sistema de integração com as agroindústrias processadoras, uma vez que, os acertos financeiros devem ser computados anualmente, ao final de cada safra. De certo modo, a lógica do capital pode conduzir a estratégia dos agricultores a pensar no imediato, no ciclo curto. Pela abordagem da influência do capitalismo na agricultura, John Wilkinson (1986, 2002), usando de um enfoque kautskyano explica esse processo de subordinação do agricultor ao capital; e Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) analisam o processo de apropriação pela indústria das tarefas agrícolas. O célebre geógrafo brasileiro, Milton Santos (1996), frisa que a racionalidade do capital se amplia por todos os espaços, no entanto, gera contra-racionalidades, em um processo complexo e dinâmico, no qual a heterogeneidade dos modos de vida e de ação é muito mais marcante do que a homogeneidade.

Outras pesquisas buscam apontar como a unidade familiar (ou conjunto delas) se reproduz no ciclo geracional, isto é, como famílias se perpetuam no tempo/espaço, o que podemos chamar de um ciclo longo, segundo Almeida (1986). Para o autor, o escopo dessa perspectiva é a lógica de parentesco que perpetua famílias pelo nascimento, casamento, morte e herança. Na contribuição geral dessas pesquisas, Almeida afirma que no lugar da concepção opaca de funcionalidade macroeconômica da família rural para o capital, surge a idéia de reprodução da família para si, no curto e no longo ciclo, articulada com sua inserção na sociedade capitalista. Uma forma de expressar tudo isso é afirmar que famílias seguem estratégias micro (de curto e de longo prazo) como resposta a pressões macroeconômicas e políticas. As pressões do ambiente exógeno denominamos de influências externas, como apresentada mais adiante.

Outra sistematização teórica, trazendo a reflexão das estratégias de reprodução para o campo das sociedades rurais, Ribeiro e Galizoni (2007), fundamentados nos ensinamentos de Schultz, perceberam que foi através dele que muitos outros conseguiram elucidar a dinâmica própria e as relações específicas que parte do meio rural mantém com a sociedade inclusiva, pois a ação econômica, advertida a ambiguidade do conceito tem por objetivo reproduzir família e terra, assim sendo, dispõe de recursos culturais, humanos, materiais e naturais num

conjunto de ações lógicas, designadas estratégias de reprodução, que abrangem desde a inserção nas agroindústrias integradoras, Santos (1978); Lovisolo (1989) até o planejamento do consumo familiar Heredia (1979); Brandão (1981); desde o ciclo emigratório para formar patrimônio Garcia Jr. (1989); Woortmann (1990) até o uso adequado dos recursos naturais Almeida (1988); Godoy (1998); bem como, a eliminação planejada de herdeiros Moura (1978); Galizoni (2002) ou a inclusão das atividades não-agrícolas Amaral, (1988); Schneider (2001). Sucessivamente, serão estratégias assinaladas pela conexão de fatores disponíveis, reajustando recursos que seriam inúteis em outras sociedades rurais.

A reprodução social da agricultura familiar, como pontuado, envolve a compreensão de múltiplos fatores, comportamentos e racionalidades determinados pelo seu contexto seja ele ponderado aos elementos internos que determinam as ações da família ou pelos condicionantes externos que implicam em alterar o caminho a ser seguido. A relação da decisão de toda a família de como se reproduzir é vulnerável pela influência dos fatores externos, como daqueles fenômenos que acontecem dentro da porteira. Inferir que uma decisão é voltada unicamente para uma dimensão é ignorar os elementos subjetivos que explicam a continuidade da agricultura familiar.

1.2. Breve marco conceitual para compreender a tomada de decisão do agricultor

Por tratar diretamente de estratégias de reprodução dos agricultores familiares, carecemos compreender de forma breve por quais vias circundam as noções analíticas sobre o resultado final da família, isto é, a escolha de uma determinada estratégia de reprodução (seja ela em termos produtivos ou não). Nesse sentido, tomamos conhecimento da teoria comportamental que busca, em certa medida, tentar suprir essa constatação pela sua posição explicativa e descritiva, com as colaborações de Simon (1979), principal autor nesta teoria considerando suas contribuições sobre os estudos da tomada de decisão organizacional. Para ele, as decisões são mais que simples suposições factuais, buscando um futuro estado de coisas, podendo essa descrição ser verdadeira ou falsa, baseado no sentido empírico. No entanto, possuem também uma qualidade imperativa, pois optam um estado de coisas futuro em detrimento de outro, e guia o comportamento rumo a alternativa escolhida. Toda decisão incluem dois tipos de elementos: a) elementos de fato e b) elementos de valor.

A abordagem comportamentalista integra clássicos importantes como o principiante Watson (1910, 1925), mais tarde, vai comportar o surgimento, no final da década de 40, com o principal cientista nesta área, Simon (1945, 1950, 1958, 1960, 1979), além da motivação de acordo com as necessidades humanas por Maslow (1954, 1962), entre outros. Destacamos a hierarquia das necessidades, proposição muito difundida, que considera o comportamento influenciado por uma hierarquia de importância sob o atendimento das necessidades mais básicas (necessidades fisiológicas) e no topo, as necessidades mais elevadas (auto-realização) que os indivíduos buscam atender (CHIAVENATO, 2000). Diante desta noção que explica, em parte, as ações tanto dos indivíduos como especialmente, nesse caso, das famílias agricultoras, o atendimento das necessidades primárias que fornecem suporte para o investimento em necessidades de grau mais alto na escala de Maslow.

Influência, termo intangível que designa a possibilidade de modificar determinada ação de um indivíduo. Ela pode agir de várias formas em trânsito com as condições sociais, ambientais, econômicas, políticas, culturais ou mesmo pelas relações da família, da alocação de fatores (do ambiente interno), assim por diante. Através dos aspectos influenciadores, o representante - ou a família rural - decide sobre quais as ações mais aptas para o momento. Esta decisão poderia fazer parte da racionalidade dos produtores. O termo racionalidade no Dicionário Aurélio, significa: “caráter do que é racional: a racionalidade de um fato científico / conformidade com a razão”. Isso delimita um campo ambíguo do que, supostamente seria a razão, quando se trata de compreender as ações dos agricultores familiares, sendo que, para uma família que tem objetivos de auto-sustento familiar sua racionalidade pode envolver fatores não-econômicos, outrora, seria irracional pensar desse modo, se considerar uma agricultura mercantilizada, onde as ações e os fatores de produção são voltados, em certa medida, para a comercialização.

Nesse último, chamamos a atenção para a industrialização da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1982) e incorporação da agricultura à lógica industrial (MULLER, 1989). Esse foco analítico entende que o agricultor move sua racionalidade pensando na lógica do capital. Hauresko (2007, p. 64) estudou a racionalidade do sistema de produção agrícola dos camponeses integrados à indústria do fumo alegando que a produção agrícola muda muito nesse momento de transformação do rural: “A esta se impõe uma ‘racionalidade’, ou seja, implanta-se o império do tempo cronometrado, a adoção de novas técnicas, a cidade passa a regular toda a produção, o capital financeiro passa a atender as necessidades (...) ampliam-se as exigências de racionalidade no campo”. A razão está, nesse momento, voltada estritamente para as relações com o mercado, sendo que, mesmo nessa concepção a família

dispõe, além dos elementos econômicos, de elementos que consideramos como não-econômicos que vão conduzir seu comportamento, elucidada pelas noções da Nova Sociologia Econômica (NSE). Fligstein (2001) afirma que a característica mais preponderante nos mercados contemporâneos é a sua estabilidade, então os atores sociais não desejam preços instáveis e muito menos uma competição muito forte, preferindo mercados mais estáveis, sem muitas surpresas.

Tomamos por exemplo, a realidade de nossa pesquisa, os Agricultores Familiares de Arroio do Tigre (maior produtor sul-brasileiro de fumo tipo Burley), frente às possíveis restrições que poderá limitar esse tipo de tabaco do mercado. Em reportagem do dia 24 de Setembro de 2010, no jornal Gazeta da Serra (p. 22), intitulado: “Arroio do Tigre é destaque no cultivo de Burley”, menciona que segundo informações do Secretário da Agricultura, o anúncio da possibilidade de prejuízos à produção faz com que muitos agricultores iniciem a migração para o fumo tipo Virgínia. A estimativa até esse momento indica que em dois meses foram realizadas 98 terraplenagens para a construção de estufas, buscando alternativas para permanecer na fumicultura. Nesse caso, a questão do fumo tipo Burley (cultivo ou mudança de tipo de fumo ou outra atividade agrícola) impacta nas estratégias (alternar de uma variedade para outra, continuando a produção de fumo), mas, talvez, espelha uma necessidade (expressiva) dos agricultores por segurança, pois este elemento deve ser contemplado quando se trata de estratégia, principalmente, de agricultores familiares. Complementando, Paulilo (1990) afirma que a segurança também é um elemento fundamental na relação com a empresa integradora pela comercialização garantida, recebimento e assistência técnica.

Com base nessas afirmações, notamos que os agricultores familiares produtores de fumo avessos a riscos procuram condições para que sua reprodução econômica seja menos instável e, portanto, assume relevância a segurança do mercado oferecida pelo comércio tabagista, diferente dos outros sistemas de produção que existem uma flutuação de preços discrepantes. Autores como Bourdieu (2005), Fligstein (1990, 2001 e 2007), Swedberg (2004), Vinha (2001), Granovetter (1973, 1985, 2007), Polany (1992), entre outros, discutem sob a perspectiva da nova sociologia econômica as relações estabelecidas entre os atores sociais e o mercado.

Voltamos a discussão que tínhamos iniciado, anteriormente, quando abordamos a questão da racionalidade. Bazernan (1994), apud Tenbrunsel (2004), adverte que a racionalidade econômica tem sido há muito tempo a estrutura fundamental do estudo formal de tomada de decisões. Entretanto, os pressupostos da ação racional não se mostraram particularmente úteis na descrição da escolha real ou comportamento decisório de indivíduos.

Os tomadores de decisão reais se comportaram de maneira que se desviavam das predições de modelos econômicos, tomando decisões que não eram “Pareto eficientes” e foram inconsistentes em suas escolhas ou tomaram decisões baseados em aspectos irrelevantes. Assim sendo, na perspectiva da racionalidade econômica, esses erros eram atribuídos a ignorância, à falta de incentivos corretos ou a preferências não reveladas (TENBRUNSEL, 2004). Essa consideração pode, em certa medida, contemplar explicações sobre as decisões dos agricultores familiares em Arroio do Tigre/RS não optarem, exclusivamente, por culturas agrícolas voltadas somente para a comercialização. A condição não-econômica que faz parte da sua tomada de decisão pode explicar os produtos cultivados para o autoconsumo das famílias, mesmo que não viáveis financeiramente são produzidos ou para sua reprodução ou pela necessidade de um compromisso com outro indivíduo, já firmado anteriormente. Outros autores como Edwards (1954)³², Bell et. al (1988)³³, Tversky e Kahneman (1973)³⁴ são citados por Tenbrunsel (2004) como autores que contribuíram para esta teoria. Ramos (1989), Motta (1991), Chiavenato (2000), Donaldson (1999) circundam contribuições tanto sobre os fundantes da teoria como da sua aplicabilidade.

Max Weber (1864-1920) foi um dos importantes clássicos que conduziram estudos sobre a racionalidade. A concepção weberiana sob a racionalidade sugere a adequação dos meios aos fins. Para ele, uma organização é racional se os meios mais eficientes são escolhidos para a implementação de metas. Para Marsden e Townley (2004, p. 36) “a racionalização trabalha eliminando dos negócios aqueles elementos humanos e emocionais que escapam ao cálculo”. Essa reflexão é realizada em função do modelo burocrático de organização. Trazendo para o campo da gestão das unidades de produção familiar o uso de métodos puramente técnicos, na escolha das distintas alternativas, podem contemplar esta análise, isto é, baseada em critérios de custo de produção baixos e uma margem de lucro considerável, não levando em conta questões subjetivas, muito implícitas e relevantes na gestão das famílias agricultoras.

A teoria das decisões de Herbert Simon afirma que a organização (nesse caso, entendida como a família rural), está permeada de decisões e ações. O tomador de decisão (chefe da família) está inserido em uma situação (aspectos que afetam sua decisão, às vezes, fora de seu controle, conhecimento ou compreensão) pretende almejar objetivos (meta de suas

³² EDWARDS, W. The theory of decision making. *Psychological Bulletin*, 51, p. 380-417, 1954.

³³ BELL et. al. *Decision making: descriptive, normative, and prescriptive interactions*. Cambridge University Press, 1988.

³⁴ TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Availability: a heuristic for judging frequency and probability. *Cognitive Psychology*, 5, p. 207-232, (1973).

escolhas), tem preferências pessoais (critérios) e segue estratégias (curso de ação) para alcançar resultados (consequência). Para um agricultor seguir uma estratégia, deve abdicar outras que surjam como alternativas, assim sendo, existe sempre um processo de seleção, ou seja, de escolha de alternativas. O processo de seleção pode ser uma ação condicionada (como a dos fumicultores de fumo tipo Virgínia, pois já dispõe de todo ativo imobilizado) ou produto de raciocínio, planejamento ou projeção para o futuro (família investir no turismo rural ou outra atividade até então não realizada na propriedade). O tomador de decisão escolhe uma alternativa entre outras, isto é, os meios adequados para conseguir certo objetivo - na concepção de Chiavenato (2000) sobre a teoria de Simon – sendo que a decisão é racional.

Nesse foco analítico, utilizamos Chiavenato (2000) para afirmar que a racionalidade (de Herbert Simon) é compreendida na escolha dos meios (estratégias) adaptados para obter determinados fins (propósitos), no intuito de alcançar os melhores resultados. No entanto, as pessoas (agricultores) comportam-se racionalmente apenas em função daqueles aspectos da situação que conseguem perceber e tomar conhecimento (cognição). Os demais aspectos da situação que não são percebidos ou não são conhecidos pelos agricultores (embora existam na realidade) não interferem em suas decisões, em outras palavras, os agricultores tomam decisões racionais (adequação dos meios-fins) apenas em relação aos aspectos do contexto que conseguem perceber e interpretar³⁵.

As ciências sociais tem se debruçado nas teorias da administração, principalmente, em três contribuições; a) teoria da decisão de Simon; b) teoria da cibernética de Norbert Wiener e c) a Teoria da ação de Parsons. Buscamos tomar conhecimento dos trabalhos do sociólogo Talcott Parsons, na década de 50 e 60, que tiveram grande influência no campo das ciências sociais, o qual teve por objetivo integrá-las em um abrangente trabalho. Segundo Bottomore e Nisbet (1980), os estudos envolveram os traços simbólicos da estrutura social, a racionalidade da ação, o papel das intenções dos agentes nas motivações das atividades econômicas e políticas, os aspectos institucionalizados e difusos de ação, bem como construiu um estudo sistemático do comportamento humano em seu contexto social o qual marcou grande influência nas ciências sociais, a partir desse momento. Sua primeira obra - *A Estrutura da Ação Social* - revisou toda a produção de alguns influentes, principalmente, como Max Weber, Vilfredo Pareto e Émile Durkheim, tendo como fundante o propósito de dar forma a sua teoria da ação que se fundamenta na ação humana voluntária, intencional e simbólica. O

³⁵ Para um estudo mais metódico da teoria da tomada de decisão, sugerimos a leitura de: SIMON, H. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1979.

estudo em várias áreas do conhecimento, desde a sociologia até a antropologia forneceu novos rumos de como compreender as ciências sociais na época³⁶. A reflexão de Parsons nos auxilia em nossa construção por compreender que não podemos analisar as escolhas dos agricultores por uma única vertente, sem fazer, ao menos, transições dos múltiplos campos do conhecimento. A teoria da ação social apontando aspectos não mensuráveis da escolha da ação, nesse caso dos agricultores, contribui para apontar como é complexo entender o comportamento dos sujeitos rurais.

Na década de 60, encontramos a teoria da decisão de White (1972) onde exclama para uma visão mais cognitivista sobre o comportamento humano. No mesmo momento, surgem abordagens mais antropológicas conduzidas, por exemplo, principalmente por Godelier e Bourdieu. Ou ainda por visões mais culturalistas tais como a abordagem de Wacquant e Calhoun (1991). O marco teórico construído por Godelier (1976) nos chamou a atenção pela sua posição em demonstrar que a economia na sociedade industrial emerge como um sistema autônomo (ou quase), com suas próprias leis de funcionamento impedindo o reconhecimento da lógica das sociedades não estritamente capitalistas onde as variáveis exógenas interferem do exterior na reprodução das condições econômicas da existência social. Em outras palavras, o autor pretende demonstrar que no interior das sociedades não capitalistas, a economia não ocupa o mesmo lugar e, desse modo, não assume as mesmas formas e modo de desenvolvimento, ou como Abramovay (1992) salienta, é a tentativa de elucidar o comportamento do agricultor familiar que, muitas vezes, o afasta da lógica capitalista da maximização de lucro.

Certas ações dos agricultores são movidas por interesses não ligadas a ações estritamente econômicas, pois podem, por exemplo, contemplar o processo produtivo baseadas na amenização de conflitos, nas relações sociais internas, sob determinada forma de gerir ou executar uma tarefa. As barreiras impostas pelos integrantes da família conduzem certa dificuldade e reduz o leque de escolhas, caso ele antever possíveis consequências negativas nessa alternativa. Mesmo, o agricultor estando, em parte, voltado para a lógica econômica ele leva em considerações aspectos elementares que vão determinar a harmonia do grupo familiar, muito importante para o futuro da unidade de produção.

Godelier (1976) afirma que é a partir de um sistema de representações, que os indivíduos e grupos, integrantes de uma sociedade, formulam seu processo, pois é a partir destas representações que eles atuam sobre o meio. O que subtraímos das reflexões do autor é

³⁶ Não é nosso objetivo aprofundar sua teoria, assim, para conhecer mais seu marco teórico, sugerimos a leitura de: PARSONS, Talcott. **Ensayos de teoría sociológica**. Buenos Aires: Paidós, 1967.

que as representações dão sentido a certos comportamentos e a intenções sobre a natureza que para um observador de outra realidade pode parecer totalmente irracional. A realidade que pretendemos demonstrar em nossa pesquisa com as familiares agricultoras pode estar vinculada a ideia de Godelier (1976, p. 55) onde pressupõe que: “Todo programa de desenvolvimento econômico que não leve em conta o conteúdo exato das representações tradicionais que uma sociedade formula de seu meio se expõe aos mais graves desastres”. O autor exemplifica isso pelos numerosos fracassos nos países subdesenvolvidos, que agora, denominamos países em desenvolvimento.

Para compreender as condutas dos indivíduos e dos grupos no interior desses sistemas e explicar as formas de medir a eficácia real de suas intervenções no sistema é necessário, segundo Godelier (1976) levar em consideração a transparência e a opacidade das propriedades dos sistemas sociais. Surge, então, o problema do papel da ação consciente humana na evolução dos sistemas sociais, isto é, o problema da relação entre racionalidade inintencional dos indivíduos e racionalidade intencional da evolução dos seus sistemas, da evolução da história.

Essas distintas racionalidades são explicadas em Godelier (1968); a primeira – racionalidade intencional – salienta que o comportamento dos atores ou agentes, em um sistema social ou administrativo, devem ser racional, isto é, aquilo que tem por propósito a razão, a sua forma, os procedimentos, objetivando atingir determinados fins para os quais concorrem os meios específicos. Nessa visão, entendemos que a compreensão dos fenômenos por uma análise da realidade ou interesse de compensação. A racionalidade inintencional entende que o sistema é racional, pois funciona na lógica da adequação dos meios aos fins, em um sentido de uma propriedade imanente, seja por meio da concorrência imperfeita ou pela funcionalidade e do equilíbrio inerentes. Nessa lógica, a ação é condicionada pelo sistema. Desse modo, quanto menor o grau de liberdade, menor será as ações inintencionais.

Tomamos como exemplo, o setor fumageiro, a avicultura e a fruticultura, setores em que o arranjo da indústria é mais direto e fundamentado em acordos de metas, o processo de industrialização deixa pouco espaço de liberdade aos agricultores e tende a transformá-los em empresários familiares, que perdem muito de sua condição camponesa (VAN DER PLOEG, 2008). Entretanto, mesmo em segmentos em que a coordenação da indústria é mais flexível, os patamares de escala tendem a ser necessários para permitir a competitividade, seja via produtividade física/ha, seja via redução de custos de produção, sempre na lógica de diminuição da vulnerabilidade aos efeitos das variáveis naturais. Para Reardon et al. (2009), a permanência da competitividade da produção em pequena escala depende dos laços dos

agricultores com os mercados locais e regionais, e da inexistência no mesmo setor de produção de unidades que operem em grande escala.

A análise de Van Der Ploeg (2008) paira sobre esse complexo e abrangente processo de industrialização que confere um contexto em que os preços agrícolas descendentes comprimem os agricultores, que, para resistir, muitos procuram trilhar um caminho que os afaste o máximo possível dos impérios alimentares. Assim, a exigência de escala de produção e um sistema altamente dependente de insumos industriais, têm originado graves problemas ambientais, causando enorme impacto sobre a qualidade dos recursos naturais disponíveis aos agricultores e suas famílias. A poluição dos recursos hídricos, inclusive dos lençóis freáticos mais profundos, e a contaminação dos alimentos, associadas à pressão do Estado, que responsabiliza os agricultores pelos problemas ambientais, criam um contexto em que proliferam estratégias de resistência a esse modelo industrial de agricultura. Essas estratégias estão inseridas no que Van der Ploeg (2008, p. 23) denomina de processo de recampesinação: “uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência. A condição camponesa não é, definitivamente, uma condição estática. Ela representa uma linha através do tempo, com movimentos ascendentes e descendentes”.

Dentre os autores que se tomou conhecimento para realizar esse trabalho, Wacquant e Calhoun são os sociólogos que inserem a noção de cultura no debate na racionalidade. Debruçados na teoria da ação racional, Wacquant e Calhoun (1991) criticam que esta não fornece uma base sólida e rigorosa para uma teoria geral da sociedade. Os autores interpelam para uma análise mais pormenorizada para falar de comportamento das pessoas frente a determinadas estratégias:

Não basta, contudo, ‘injetar’ na RAT [Rational Action Theory] um pouco de cultural ou de simbólico para escapar às suas ilusões. Sabe-se que uma análise realizada segundo o modelo parsoniano, que faz da cultura o quadro dos valores e das normas determinantes dos objetivos das ações, invocável freqüentemente de modo circular para explicar todo e qualquer tipo de comportamento observado, é igualmente pouco esclarecedora. Para evitar essa armadilha normativista, Ann Swidler (1986, p. 273) sugere conferir à análise da cultura uma dimensão estratégica, reconceitualizando-a como ‘um arsenal de símbolos, histórias, rituais e visões de mundo que as pessoas podem utilizar segundo diversas configurações para resolver diferentes tipos de problemas’. A análise causal das condutas consiste então em mostrar como a cultura fornece aos atores os “elementos pré-fabricados” a partir dos quais eles elaboram suas estratégias. Malgrado suas intenções, tal abordagem não nos permite escapar dos impasses do individualismo instrumentalista da RAT, já que tende a reduzir a cultura a um simples meio de ação, em vez de fazer dela um fator constitutivo ou estruturante das práticas. Embora recorra aos trabalhos de Bourdieu, Ann Swidler parece não perceber que a noção de estratégia cultural que este põe em jogo não pressupõe a intencionalidade consciente e a razão calculadora,

bem como o desdobramento de estratégias individuais (Bourdieu, 1980, 1988). Essas 'estratégias sem autor', sugeridas pela relação biunívoca entre o habitus e o campo, são, por definição, transubjetivas e já estão inscritas, como potencialidades materiais e simbólicas, no sistema das relações de força objetivas (WACQUANT E CALHOUN, 1991, p.85).

Nesse sentido, Swidler (1986), propõe inserir a cultura em três momentos: a) oferece uma imagem da cultura como um campo de símbolos, histórias, rituais e visões de mundo, que as pessoas podem usar em diferentes configurações para resolver diferentes tipos de problemas; b) para analisar os efeitos da cultura casual, centra-se em "estratégias de ação", as formas persistentes de ordenar medidas através do tempo; c) por último, o autor interpreta que a cultura casual não termina na definição de ação, mas no fornecimento de componentes culturais que são usados para construir estratégias de ação.

A análise da cultura na perspectiva sociológica insere ao campo de estudo, uma visão menos pragmática do comportamento humano no que se refere a escolher determinada opção na sua reprodução social. Talvez, a cultura é um dos aspectos determinantes que explicam as atitudes das famílias agricultoras, mediadas, por uma forte influência do ambiente externo quanto do interno, mas atreladas a paradigmas legitimamente construídos em suas gerações antecedentes. Em nosso local de estudo a grande proporção de italianos e alemães que habitaram e desenvolveram a região, é um exemplo do que estamos falando. Ao ser "italiano" ou "alemão" vem carregado de certos pré-conceitos em relação a determinados comportamentos, compreendidos como consagrados, independentemente da construção do indivíduo em questão. Essa "rotulagem" carrega uma visão unilateral e prescritiva de que toda família dessa origem tem determinado comportamento, o que nem sempre se torna verídico. Ou talvez, como melhor define DiMaggio (1990, p. 167) "na minha perspectiva, o termo 'cultura' diz respeito à cognição social, ao conteúdo e às categorias do pensamento consciente e a tudo aquilo que tomamos por certo". Mais adiante, discutiremos essa influência externa nas possíveis estratégias de desenvolvimento da família no meio rural.

O caráter transversal das teorias nos permite trazer à tona a teoria da contingência, pois acreditamos que não existe nada de absoluto nas decisões, assim sendo, tudo é relativo. Segundo Chiavenato (2000), nessa teoria tudo depende, sendo que existe uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas necessárias para o alcance eficaz dos objetivos da organização. Nesse campo de compreensão, as variáveis ambientais são variáveis independentes, enquanto as técnicas administrativas são variáveis dependentes dentro de uma relação funcional. No entanto, não existe causalidade direta entre

essas variáveis, pois o ambiente não causa a ocorrência de técnicas administrativas, mas uma relação funcional entre elas, ou seja, precede-se a relação “se-então”: se a variável independente for assim, então as técnicas administrativas deverão ser também. O reconhecimento, diagnóstico e adaptação à situação são essenciais para esta abordagem, mas não suficientes, pois precisam ser constantemente identificadas e adequadas ao contexto.

A teoria da contingência oferece elementos para reflexão da gestão das propriedades pelos agricultores, uma vez que, a análise do “se-então” é usada constantemente nas suas decisões. Percebe-se que as condições de preço, de mercado, de clima, de negociação são algumas das condições externas que influenciam, particularmente, na tomada de decisão do agricultor em cultivar ou não determinado produto agrícola. Essas contingências externas, como denominam Chiavenato (2000), podem oferecer oportunidades e imperativos ou restrições e ameaças que influenciam a estrutura da unidade de produção e os processos internos. Na visão de Donaldson (1999) existem diversos fatores contingenciais tais como estratégia, tamanho e incerteza com relação a tecnologia e às tarefas. Essas particularidades refletem a influência do ambiente em que a propriedade rural está inserida, sendo que para ser efetiva, ela precisa adequar sua estrutura e seus fatores contingenciais e de tal modo ajustando-se ao ambiente³⁷.

Nossa linha sistemática nesse marco conceitual, dentro das possibilidades, não pretende limitar nossa compreensão do espaço rural sob a tangente de uma única abordagem, pois isso, em nossa visão, é cometer um ledor engano ao imaginar que a complexidade e a dinâmica das chamadas estratégias de reprodução social, permitiriam a construção de simples modelos teóricos metódicos ou simplificadores que cabem a qualquer realidade. Portanto, dada as limitações, delimitamos nossa abordagem, adiante, sobre a perspectiva das estratégias que envolvem a produção agrícola, estratégias de curto prazo.

1.3 Dentro da porteira: fatores internos que condicionam as estratégias de reprodução dos agricultores

Buscamos, nesta seção, contextualizar os principais condicionantes que influenciam na escolha das estratégias produtivas que, de certo modo, auxiliam na reprodução social das

³⁷ Para uma análise mais pormenorizada da teoria da Contingência sugerimos a leitura de Donaldson (1999) ou Chiavenato (2000).

famílias agricultoras. Nossa compreensão, quando tratamos sobre a agricultura familiar, é que esta é carregada de diversas estratégias de reprodução social e econômica. Entretanto, nossa análise perpassa, principalmente, pelas relações produtivas e econômicas de produção primária que os agricultores familiares de Arroio do Tigre, usam com maior frequência no processo de desenvolvimento das propriedades. Desse modo, o foco central é a análise do fumo como a principal estratégia de reprodução e os outros produtos agrícolas como subsidiárias dessa estratégia. Portanto, estamos compreendendo os agricultores deste objeto de estudo, a partir de seu principal produto agrícola (o cultivo do tabaco) estabelecido o destaque do município em âmbito sul-brasileiro no cultivo. Analisamos, portanto, nesse momento, os aspectos ligados ao ambiente interno de produção, mais adiante, discutiremos a análise externa.

Antes de prosseguir, salientamos que vamos compreender as relações dentro da porteira pelo aspecto produção, na concepção delimitada por Almeida (1986), principalmente, sobre a reprodução de ciclo curto (anual) onde é orientada pela lógica econômica da família, que mantêm elas via trabalho e consumo. Concordamos com a posição de Wanderley, no prefácio da obra de Sabourin (2009), que ao considerar o agricultor um exclusivo produtor para sua própria subsistência seria desconsiderar a dimensão mercantil da sua atividade econômica, da qual não escapa pela imposição do mercado e que é por ele valorizada pelo desejo de inserção. Neste caso, o vínculo mercantil não se norteia em função da remuneração de um capital, entretanto, o que está em jogo é a sobrevivência da família pela construção/reprodução do patrimônio familiar possível, no presente e no futuro, e da própria comunidade. A proposição de Fialho (2005), talvez, nos auxilie nessa construção, por entender que os agricultores têm que combinar suas estratégias de reprodução em diferentes dimensões temporais, em certa medida, a lógica de reprodução das famílias de agricultores é guiada pela dinâmica temporal da natureza, em outras palavras, segundo o ciclo da vida: tempo de preparar a terra, tempo de plantar, tempo de cuidar, realizar alguns tratos culturais e de espera, e tempo de colher – germinação (gestação), nascimento, vida e morte.

O primeiro ponto dessa reflexão é o estudo da mão de obra na unidade de produção familiar. Sob análise da discursividade teórica é um dos poucos pontos que os analistas convergem sobre a definição do termo “agricultura familiar”. A mão de obra torna-se, quase sempre, um fator limitante na propriedade condicionando o agricultor a optar pela redução do cultivo de determinado produto ou mesmo eliminá-lo das possibilidades de produção na safra. A afirmação de Paulilo (1990, p. 94), talvez, consubstancie o que queremos dizer: “Ao estudarmos dois dos tipos de integração presentes no sul do Estado [SC], suinocultura e

fumicultura, percebemos que, em ambos os casos, a mão de obra é um fator que pesa na decisão do agricultor de integrar-se”. Nesse sentido, ela se torna um elemento que pode ser compreendido pelo âmbito do seu excedente quanto pela sua escassez na propriedade rural. Normalmente, quando se trata de discuti-lá na pequena escala de produção sempre é vinculada a sua carência.

A mão de obra é ligada a demanda de trabalho que determinada atividade agrícola pode necessitar. A sua escassez pode influenciar no ciclo de produção da cultura, pois o agricultor tem a opção de fracioná-la em distintas escalas de plantio (caso as condições edafoclimáticas permitirem) com o propósito de evitar o acúmulo de demanda da força de trabalho na hora da colheita. Por conseguinte, se a atividade agrícola precisar de uma intensificação do trabalho no momento da colheita, devido um mau planejamento (ou falta dele) ou por força das intempéries climáticas, o grau de risco na atividade aumenta podendo ter prejuízos na produção final, caso inexistir recursos financeiros disponíveis (ou não querer suprimi-los) para contratar pessoas para auxiliar na colheita ou pela impossibilidade de “troca de serviço”³⁸ com outras famílias agricultoras.

A despeito desse tema, Moreira (1985), afirma que os marxistas designam de força do trabalho e os funcionalistas de mão de obra³⁹, em distintos momentos, ela ocorre em três modalidades: a) a mais comum prevalece à forma de trabalho familiar onde todos os membros da família, e apenas eles, participam da lavoura; b) o trabalho assalariado acontece quando na família ainda existem integrantes muito pequenos que não podem participar do plantio e/ou da colheita, desse modo, o chefe contrata por prazo mensal ou anual o “peon”, cujo assalariamento assinala uma relação capitalista temporária dentro do modo de produção; c) a terceira forma é o “puxiron” que se refere ao trabalho vicinal, a prática de ajuda mútua entre famílias vizinhas, uma solidariedade em caso de doenças ou de danos causados pela natureza. Esta última denominamos de troca de serviço, que muitos agricultores ainda têm aversão, por ficar devendo “favores” a outras famílias ou pela possibilidade de emergir certos conflitos.

A eminência dos conflitos não é apenas um elemento que influencia, somente, nas relações que envolvem outras famílias agricultoras, mas um fenômeno que é passível de gestão interna dos recursos humanos. Uma empresa do comércio, por exemplo, tem seus

³⁸ Troca de serviço significa uma família contribuir com as atividades de outra, sendo que a remuneração dessa atividade seria a devolução do dia trabalhado em sua propriedade. Essa estratégia não é muito comum em Arroio do Tigre, pois a necessidade da demanda de trabalho pode conflitar com os dias disponíveis pelo outro agricultor ou ainda o trabalho devolvido não demonstra os mesmos resultados que o produtor empregou primeiramente. Por esse motivo, em muitos casos, evita-se utilizar dessa alternativa, há não ser em casos de extrema necessidade, da impossibilidade de contratar um trabalhador rural ou em grupos já consolidados.

³⁹ Em nossa análise força de trabalho e mão de obra são considerados sinônimos.

funcionários sob a jurisdição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas em casos de extrema desobediência ou insatisfação do empresário para com o colaborador, simplesmente, pode ter a opção encerrar seu contrato individual do trabalho, assim demitindo-o, com suas respectivas penalidades financeiras. Portanto, o trabalhador do setor empresarial pode ser considerado um *fator de produção descartável*, pois é passível de substituição por outro que tenha, ao menos, condições mínimas de qualificação, ou ainda esse outro, pode passar um processo de treinamento.

O caso torna-se muito diferente quando o indivíduo de conflito é uma pessoa da família (mulher, filho ou parente próximo) onde o agricultor não pode, ou teoricamente fica mais complicado, desconsiderar um membro do grupo, primeiro, porque é um integrante da família - a princípio um sucessor da terra (caso for filho (a)) -, e segundo, por ser um elemento que pode agregar na produtividade do trabalho. Portanto, a priori, o integrante da família não é um fator de produção descartável, sendo que é desejável a sua manutenção e auxiliando nas atividades agrícolas, ao contrário, pode acontecer uma possível migração deste para a busca de um espaço no meio urbano, através de várias formas, seja ela pela procura de qualificação profissional (educação) ou por uma atividade urbana⁴⁰. Wanderley (1998) e Woortmann (1995) realçam nossa reflexão ao pontuar que, antes de tudo, a agricultura familiar é um compromisso moral que fortalece os laços de parentesco. A definição de familiar é expressa por uma imagem de pertencimento a família onde o individual é subordinado ao coletivo e as dimensões culturais são importantes, pois apresentam questões que os aspectos meramente econômicos restringem como o próprio patrimônio, casamento, herança, entre outras. O parentesco se configura como um elemento importante a reprodução social dos agricultores.

O tamanho da família e a idade de seus integrantes também implicam na possibilidade dos agricultores diversificarem suas atividades, sendo que quanto menor for os membros da família e mais idosos, menor será a probabilidade de cultivar vários produtos agrícolas ou aqueles que exigem maior esforço físico. A tendência é que quanto maior a oferta da força de trabalho maior será a probabilidade de o agricultor diversificar a sua produção ou aumentar o volume de sua especialização. Tomamos, como exemplo, uma família agricultora que tem como atividade principal o cultivo de fumo e outros produtos agrícolas voltados ao mercado, mas privilegiando o autoconsumo da propriedade. No início da safra, o agricultor avalia como se dará a dinâmica da mão de obra durante o período agrícola, e caso constatar que a mão de

⁴⁰ Sobre a sucessão e a migração rural sugere-se aprofundar em Carneiro (1999), Dirven (2001), Castro (2005), Brumer (2006) e Spanevello (2008).

obra é suficiente para a colheita do fumo e do feijão (que acontecem ao mesmo tempo em Arroio do Tigre) ele opta por cultivar os dois produtos agrícolas, pois ambos dispõem de mão de obra artesanal. Ao contrário, na eminência de falta do fator de produção, o chefe da família opta por cultivar a soja que, atualmente, emprega um grau elevado de mecanização e muito pouco esforço artesanal, deixando o feijão fora da escala comercial, somente para demanda da família. Nesse último caso, sua decisão se dará pelo binômio fumo-soja.

No entanto, estudos realizados pela Embrapa Soja afirmam que no Sul do Brasil está acontecendo uma tendência de aumento da área das unidades produtivas que procuram fazer da soja sua principal fonte de receita. Os dados censitários demonstraram que a produção de soja em 1990 estava concentrada em propriedades cuja área era superior a 200 ha (65%) e que a tendência é dessa produção se concentrar cada vez mais em propriedades acima dos 500 ha (ASSAD & ALMEIDA, 2004), ao contrário, não se torna tão lucrativa. No caso da agricultura familiar do município, em determinados casos, o cultivo da soja significa o emprego de menos mão de obra artesanal aliado ao objetivo de “limpar a lavoura” devido o emprego de agrotóxicos ou movido pela opção da rotação de culturas. Os agricultores familiares que dispõem de terras planas para o emprego da tecnologia usam a soja nesse intuito, claro que o objetivo final sempre é obter um rendimento positivo, ao contrário, conflitaria a lógica de produção para o mercado.

Analisando sob a ótica do tipo de fumo (Burley ou Virgínia), geralmente, quando a família possui menos mão de obra cultiva-se o fumo tipo Burley, pois necessita menos trabalho no momento da colheita, sendo que este é retirado da lavoura em um único momento, ao contrário, do Virgínia que necessita várias etapas na mesma planta. Esse pode ser um dos fatores que influenciam os agricultores fumicultores a escolher a variedade a cultivar. Evidentemente, que o outro fator preponderante para essa escolha é o investimento que necessita o fumo tipo Virgínia, pois o ativo imobilizado (estufas, tecedeiras para a costura do fumo, canos para estufa, portas e grelhas fundidas, fios para tecedeira e automação para estufas de fumo, etc) envolve um alto recurso financeiro (mesmo sendo financiado pela agroindústria), enquanto o Burley necessita apenas de galpão e fios de arame para a cura do fumo.

A carência de mão de obra pode implicar diretamente na qualidade do produto final, no caso do fumo, principalmente⁴¹. Se a persistência do chefe da família for ter uma produção

⁴¹ Passando de pesquisador para pesquisado, no mês de Agosto de 2010, meu pai (chefe da família) consultou-me da possibilidade de estar disponível para o mês de dezembro. Sua intenção era, devido a uma perspectiva de aumento de preço do feijão, cultivá-lo contando com minha mão de obra para a colheita, uma vez que, a colheita

maior devido um preço satisfatório no momento do plantio, isso pode implicar que o excesso de trabalho pode afetar diretamente no resultado final da matéria-prima. Portanto, esse fator também é levado em consideração no momento do plantio. Em anos atípicos onde existe uma demanda muito grande por falta de determinado tipo de fumo, o fator quantidade prevalece no momento da comercialização, portanto, agricultores que tiveram a escolha de “fazer” qualidade levam certa desvantagem, nesse caso, pois isso implica em menor quantidade produzida. O mais comum é acontecer o contrário, ou seja, a qualidade ser mais valorizada que a quantidade, e se caso o agricultor tiver ambos (qualidade e quantidade) será recompensado no momento da sua comercialização.

Esse processo que envolve quantidade e qualidade quando relegado para os produtos agrícolas como a soja, feijão, milho, trigo (commodities), não pode ser realizada a mesma comparação, por um motivo essencial, a agricultura familiar sempre perderá em escala quando comparado aos agricultores patronais. Nesse sentido, a escala é limitante para os agricultores de pequena produção pela limitação do fator terra. O caso do cultivo do fumo, altamente especializado por ocupar pouca terra, mais mão de obra e investimentos imobilizados pode ser comparado com um agricultor patronal, pois a quantidade é um fator limitante para ambos, em detrimento da mão de obra artesanal e a inexistência de uma tecnologia que acelere a colheita na lavoura.

Na agricultura familiar o grau de diversificação, talvez, está diretamente vinculado a mão de obra apta na propriedade agrícola. A qualidade da mão de obra apta é preponderante quando envolve o conhecimento das técnicas aplicadas no plantio, na colheita e na cura, no caso do tabaco. Por outro lado, as atividades mais “braçais” podem ser realizadas sem nenhuma dificuldade, portanto, a qualificação da mão de obra, somente é exigida na impossibilidade das pessoas da família, que detém o saber-fazer, não poder estar presente no momento. Ao contrário, a repetição das atividades por algumas semanas coloca o indivíduo nas mesmas condições para efetuar o trabalho, muitas vezes árduo, da lavoura. Godelier (1971, p. 38) complementa: “a produtividade do trabalho não se mede apenas em termos técnicos e não depende apenas de condições técnicas, depende também das condições sociais”.

Para relação entre o tamanho da família e o volume de atividades, recorremos a Chayanov (1974), onde apresenta duas hipóteses: a) a primeira, estabelece que o tamanho da

do mesmo se dá juntamente com a do fumo. Como o foco era terminar essa dissertação pontuei que, nesse momento, teria que estar afinco com o trabalho do Programa de Extensão Rural. Esse fato foi circunstancial para o agricultor decidir que iria plantar o feijão, somente para fins de autoconsumo, não pretendendo atingir o mercado, pela possibilidade real de falta de mão de obra no período da colheita.

família possa determinar o volume da atividade econômica familiar; b) mais adiante, já supõe a possibilidade de que o grau de atividade agrícola pode determinar a composição da família, ou seja, o camponês se provém de uma família, de acordo com sua segurança material. A essa provocação, Chayanov, adverte que é necessário um estudo aprofundado sobre as relações para se ter uma conclusão mais efetiva sobre tal inquietação; a única afirmação mais clara é quando infere que, em nenhum momento, a família é o único determinante do tamanho de uma unidade particular de exploração e o que determina é um conjunto de fatores.

Em detrimento disso, é preciso considerar a reprodução da família pela sua retrospectiva histórica, identificando os períodos em que a disponibilidade de força de trabalho, a idade dos integrantes e as necessidades de consumo influenciam na composição de determinadas estratégias de reprodução, analisando por um aspecto mais complexo que a produção estritamente dita. Chayanov ao tentar explicar o processo de tomada de decisão dos agricultores em relação a sua unidade de produção e a disposição dos fatores de produção, designa a questão do tamanho da família como diferenciação demográfica interna das famílias (CHAYANOV, 1974), que expandimos esses fenômenos também para as relações externas. Talvez, os fatores internos poderiam elencar uma diferenciação social, mas se analisarmos a cultura do fumo, isso deve ser amenizado, pois não é o fator mão de obra o único determinante para o sucesso da família.

A penosidade do trabalho é outro elemento circunstancial nessa discussão, quando esta se refere à cultura do fumo e do feijão, principalmente, pois é um fator muito discutido internamente na família. Esse elemento acaba perdendo importância quando comparado ao fator ingresso de renda na unidade de produção agrícola. Tendo a propriedade rural mão de obra apta para realizar a atividade dá-se prioridade para as culturas com maior rentabilidade, mesmo que isso implique em um maior esforço nas atividades. A produção orientada para a comercialização tem prioridade em relação às culturas voltadas para o autoconsumo e sem mercado consolidado. Nesse sentido, ressaltamos a qualidade de vida imbricada diretamente no fator penosidade. Tal como Andrioli (2008, p. 3) afirma: “Na agricultura familiar a qualidade de vida está diretamente relacionada à forma como o trabalho é realizado e como ele se relaciona com a natureza”. Talvez, o grau de penosidade das atividades reflita na grande aceitação dos agrotóxicos, pois estes reduzem, circunstancialmente, o sacrifício aplicado na lavoura, como por exemplo, horas de capina são trocadas por alguns minutos de aplicação de agrotóxicos. Nessa tangente, ao mesmo tempo em que minimiza o gasto de energia humana aplicado, o indivíduo que é encarregado da aplicação dos inseticidas e herbicidas é prejudicado diretamente pelo contato, sendo os outros integrantes da família atingidos

indiretamente na hora da colheita e, caso for alimento, no momento da ingestão. Se por um lado, a família é beneficiada pela redução do trabalho, por outro a qualidade de vida é afetada pela contaminação provocada pelos agrotóxicos⁴². Na busca de analisar os princípios da organização econômica campesina, Chayanov (1974), alerta que o controle dos fatores de produção pode ser essencial para o desenvolvimento das atividades. A redução dos meios de produção afeta diretamente o volume de atividade e o equilíbrio básico econômico, no entanto, isso pode provocar um declínio no bem estar da família.

Tomamos, destarte, o fator mão de obra como um elemento importante na decisão do agricultor utilizar determinada estratégia de reprodução social dentro da porteira. Na mesma linha de compreensão, partimos nesse momento, para a análise do elemento “terra”, designando como um *fator estrutural* (tamanho da propriedade) que conduz a racionalidade interna da propriedade. Geralmente, a discussão sobre a pequena unidade de produção pode variar, consideravelmente, dependendo da região em que se estabelece. Em Arroio do Tigre, um módulo rural equivale a 20 hectares, portanto, se considerarmos a delimitação consolidada pelo PRONAF, já destacada anteriormente, um agricultor familiar é aquele que tem até 100 hectares, portanto, 99,55% dos produtores se enquadram nessa situação como verificado na tabela 01⁴³. Claro que em nossa reflexão não levamos tão a risco essa afirmação pela dicotomia que se estabelece no termo.

Tabela 01 - Estrutura Fundiária do município de Arroio do Tigre/RS⁴⁴.

Hectares	Propriedades	Percentual (%)
Até 10 ha	1.040	46,22%
De 11 a 20 ha	650	28,88%
De 21 a 50 ha	495	22,00%
De 51 a 100 ha	55	2,45%
De 100 a 500 ha	10	0,45%
Total	2.250	100%

Fonte: Arroio do Tigre. O município. Disponível em: <<http://www.arroiodotigre.rs.cnm.org.br/>>, Acesso em 12 de Out. de 2008.

⁴² Essa discussão é muito mais complexa, para tanto nossa intenção é apenas contextualizar o fator mão de obra como condicionante na escolhas das estratégias de reprodução, e não trabalhar a questão da qualidade de vida no meio rural, que por si só, já fornece um campo de estudo vasto para uma tese.

⁴³ Não é nossa intenção discutir a dualidade do conceito de Agricultura Familiar, mas injetamos uma análise superficial para situar nossa abordagem de estudo. Para uma discussão mais aprofundada ver: Redin, E.; Silveira, P. R. C. O campesinato revisitado: transformações e permanências. **Revista Isegoria**. Minas Gerais: UFV, 2011.

⁴⁴ Buscamos atualizar esse dado sobre a estrutura fundiária junto aos órgãos competentes no município, mas não foi possível pela falta de uma pesquisa mais apurada. O IBGE ratificou que, infelizmente, ainda não teve recursos suficientes para a atualização do dado. Portanto, como veremos a seguir, especialmente, no número de propriedades já se teve uma alteração nessa informação.

A limitação do *fator estrutural terra* fica evidente no município quando dispomos de 1.040 propriedades (46,22%) com até 10 hectares. Pela lógica voltada para o mercado, quanto menor for a área, maior a necessidade de especialização para atingir um patamar ideal, o chamado ponto de equilíbrio, derivado dos conceitos da economia. Como 90% das propriedades optam pelo cultivo do fumo, cultura de alta produtividade/ha, em áreas que transitam entre 1 a 10 hectares se consegue saltar de um mínimo a um máximo na produção de tabaco. Portanto, a cultura se adaptou muito bem as suas necessidades, em outras palavras, significa que essa cultura ganha espaço na propriedade rural e, muitas vezes, influencia na tomada de decisão do agricultor em cultivar um ou outro produto para o mercado por causa da atenção especial a atividade fumageira (mão de obra) e a limitação do fator terra. Acaba-se produzindo o fumo como atividade principal e caso haja todos os fatores de produção disponíveis complementa-se com outras culturas para o mercado, ao contrário, cultiva-os para o autoconsumo, apenas.

Nesse sentido, podemos delimitar a estratégia de reprodução em três formas: a) *estratégia de reprodução principal* (cultura do fumo); b) *estratégia de reprodução complementar* (produtos agrícolas voltados para a comercialização do excedente) e c) *estratégia de reprodução básica* (voltada principalmente para o autoconsumo). Especialmente, a essa última podemos dizer que segue a noção de alternatividade de Garcia Jr. (1990) e Heredia (1979), ambos, contemplam estudos nesse foco. Significa que os agricultores cultivam os produtos agrícolas para o autoconsumo, sendo que podem ser comercializados para a aquisição de produtos de consumo doméstico que não são produzidos na propriedade. Em Arroio do Tigre, por exemplo, não se cultiva arroz, café e erva-mate, dadas as condições ambientais restritivas. Logicamente, esses produtos são abastecidos pelo comércio da região que busca em outros locais para ofertar a comunidade. A eventual venda dos produtos básicos serve, de certo modo, como um complemento na renda ou para auxiliar na aquisição de outros produtos para a subsistência da família.

O *fator estrutural terra* está diretamente ligado ao que denominamos de *fator natural* (condições do solo, restrição ambiental). Entendemos por restrição ambiental o relevo acidentado (declividade acentuada), adversidades no terreno, ou seja, considerável presença de condições atípicas para a agricultura, como morros, terras dobradas, encostas de rios, paredões e mata que condicionam restrições a atividade agrícola. Os elementos que integram a restrição ambiental colocam limitações a determinadas culturas, pela impossibilidade de

emprego de tecnologia (uso de máquinas agrícolas como o trator, o escarificador, a carreta ou o semeador direto e outros equipamentos vinculados a tecnologia agrícola), mesmo as famílias tendo recursos financeiros para adquiri-los (muito difícil). Em detrimento, os agricultores que contemplam essa análise, necessitam de utilizar animais de tração movendo arados, grades, carroça e capinadeiras manuais, entre outros.

Nesse sentido, a produtividade do trabalho e a penosidade são elementos que estão diretamente vinculados, além de influenciar inteiramente na maneira de como o agricultor pensa o planejamento de suas atividades. Nem por isso, são agricultores que obtém menor eficiência no resultado da produção, pois, no caso do fumo, isso não é preponderante para obtenção da vantagem competitiva, sendo que o acesso a insumos agrícolas e as tecnologia são parecidas, não resultando em melhor qualidade no final. Os únicos fatores, grosso modo, que podem diferenciar a qualidade do produto são os solos desestruturados, com fertilidade comprometida devido à mobilização contínua e a ausência de área para a rotação de cultura, o saber fazer defasado em relação à evolução das pesquisas (ou inexistência dele) ou os ativos permanentes (*fatores estruturais* - estufas, galpões) em condições inadequadas de uso, no que se refere às técnicas de produção. Ou ainda as condições climáticas não propícias para o bom desenvolvimento da cultura.

O *fator natural restrição ambiental* pode comprometer o modo de gestão da propriedade, tendo que respeitar os limites impostos pela natureza, sendo que a possível pressão sobre novas áreas são mediadas pelas leis ambientais (fator externo). Além disso, o agricultor pode procurar - através da capacidade de resiliência do solo aliado a técnicas de manejo conservacionista - devolver as condições de fertilidade anteriores à degradação. Esse processo é lento e gradual e tendo o cultivo de fumo como a atividade principal torna-se mais difícil. Outra parcela de agricultores (dimensionando o *fator estrutural terra* acima dos 30 hectares) podemos afirmar, em certa medida, que o *fator natural restrição ambiental* também delimita influência na racionalidade de gestão, mas em menor grau do que os citados anteriormente.

O difícil acesso à propriedade ou distância dos pólos de comercialização se considera como elementos importantes para nossa análise, denominamos estes de *fator localização da propriedade*. Esse, por sua vez, interfere no cultivo de produtos perecíveis que, após a colheita, tem um tempo determinado para a comercialização e consumo. Caso a propriedade situa-se muito longe do centro urbano, por exemplo, o leque de alternativas para a tomada de decisão diminui, pois os produtos hortigranjeiros voltados para o mercado são descartados na decisão da família, pelas restrições de localização da propriedade e o difícil acesso, levando a

possíveis perdas de produto. Nesse sentido, produtos agrícolas já consolidados no mercado tendem a ser aceitos na racionalidade interna de produção, diferente dos produtos que necessitam ser colhidos e vendidos diariamente. Estes elementos influenciam nas estratégias de reprodução dos agricultores familiares.

Outro componente que pesa na propriedade agrícola é o fator emprego de tecnologia, pois atividades produtivas que envolvem tecnologias ainda não disponíveis ao agricultor são mais difíceis de serem adotadas. Por outro lado, se as condições externas forem propícias (crédito agrícola, assistência técnica e oportunidade de boa renda), analisando uma propriedade voltada para lógica mercantil, pode ser bem recebida pelo agricultor, desde que não se tenha nenhum fator que pese muito alto para a inviabilização da atividade. Para Chiavenato (2000) a tecnologia pode ser considerada ao mesmo tempo sob dois ângulos diferentes: a) como uma variável organizacional e interna e b) como uma variável ambiental e externa. Como estamos tratando do *item a*, a variável organizacional (endógena) influencia a organização, segundo Chiavenato (2000), como se fosse um recurso próprio e interno atuando sobre os demais recursos e proporcionando melhor desempenho na ação e maior capacidade para organização defrontar-se com as forças ambientais. O *item b*, discutiremos nos fatores externos, adiante.

Em boa parte dos casos, o homem é o chefe da família que se dedica em administrar a unidade agrícola, portanto, seria deste a última palavra referente ao “o que produzir?” ou “que estratégia usar?”. Entretanto, sem legitimidade da família, ele não poderá tomar essa decisão sozinho, pois pode correr o risco de não auxiliarem nos “serviços” da estratégia escolhida. Os conflitos na família, a disputa de poder interna entre homem/mulher, homem/filho, mulher/filho podem ser pontos que vão determinar o modo de gestão interno e a estratégia adotada, de acordo com o bom senso de ambos. Talvez, no auge desses conflitos pode ter como consequência a “fuga de mão de obra”, acarretando em limitações à manutenção de alguma estratégia que necessite muito desse fator. Weber (1982), Bourdieu (1977) e Elias (1993) trabalham mais a fundo com as questões de poder, Woortmann (1995) sobre as relações de parentesco sucessão na agricultura familiar, bem como Carneiro (1998), Castro (2005), Dirven (2001), Durston (1998), Brumer e Anjos (2008) sobre as implicações da sucessão, da migração, do gênero, inexistência de políticas públicas, invisibilidade do jovem perante a família e a sociedade; temas estes influentes e importantes para a continuidade do desenvolvimento da agricultura familiar no meio rural.

Nossa incursão até aqui, longe se ser minuciosa, aspiramos dar subsídios parciais dos fenômenos que habitam nos distintos momentos da escolha das estratégias de reprodução e da

gestão na agricultura familiar, doravante, surgirá outros elementos que oportunamente serão discutidos, mas não menos importantes.

1.4 Fora da porteira: fatores externos que condicionam as estratégias de reprodução dos agricultores familiares

Nesse momento, dedicamos esforço em compreender as relações externas que condicionam a gestão e as estratégias de reprodução. Por esse ângulo, verticalizamos um ambiente pluralizado no tempo e no espaço. Às vezes, podemos priorizar a discussão de determinados fatores por estes estarem mais presentes na realidade de Arroio do Tigre/RS, mas isso não significa que os outros elementos não são importantes ou não existem no contexto estudado, apenas são menos influentes.

O primeiro elemento importante em nossa discussão considerando o cultivo do fumo como uma estratégia de reprodução social consolidada, é o fator econômico. O agricultor que tem voltado a gestão para a venda do produto gerado pelo sistema de produção, leva em consideração, principalmente, o fator renda bruta e os custos de produção (insumos, aluguel de máquinas, etc), a expectativa de preço na colheita, a demanda do produto para o ano agrícola e o comportamento do produto em outros Estados e países (acompanhado pelas notícias vinculadas nos meios de comunicação como rádio e televisão, principalmente). Entretanto, ele está diretamente ligado com outros elementos determinantes para que essa decisão se concretize (fatores internos e externos) na escolha da alternativa. O fator econômico pode ser dado pela própria contingência, onde a relação “se-então” pode alterar os rumos da decisão da família agricultora. Consideramos que uma família esteja decidindo sobre o cultivo de feijão nessa safra, sendo que os fatores de produção já estão definidos de como se aloca durante a mesma, caso adotar essa estratégia. Nesse espaço de tempo, que pode variar de dias a semanas (dentro do tempo em que o plantio é propício para tal), podem ocorrer fatos no mercado agrícola que corroboram favoravelmente para a cultura como: plantio da safra no Paraná será reduzido, safra de feijão da Argentina foi afetada por fatores climáticos, governo adotará medidas de estímulo a atividade (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA), entre outros. Ou fatos que são menos propícios como o alto estoque do produto, devido uma “super-safra” anterior, possíveis restrições de compra, a entrada do

produto pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL⁴⁵), prospecção de preço final muito aquém do custo de produção, etc.

Nesse contexto, auxilia também nessa compreensão o condicionante externo que denominamos de *fator ambiental clima* onde afeta diretamente no momento da tomada de decisão e as práticas de gestão de determinada atividade. No momento da escolha de uma das diversas estratégias de reprodução possíveis na agricultura familiar, a tendência climática é avaliada pelo seu retrospecto histórico e pelas previsões futuras de comportamento do clima. Caso já se optou pela cultura, a necessidade é adequá-la no tempo para evitar que os efeitos do comportamento ambiental não atinjam de forma tão brusca, pois assim poderá perder todo seu investimento financeiro e de mão de obra. Em anos agrícolas em que as previsões constatarem o El Niño (aumento da temperatura média e da precipitação na região Sul) e o La Niña (passagens rápidas de frentes frias no Sul do Brasil) o cuidado com o calendário agrícola se torna mais preponderante para evitar perdas significativas de produção. Sabemos que secas prolongadas, frios demasiados, geadas (no início do cultivo), pedras e ventos fortes durante o processo produtivo causam prejuízos, às vezes, imensuráveis a produção podendo desestruturar uma unidade de produção, caso o planejamento sobre os fenômenos climáticos não foram calculados e previstos, sem alguma estratégia de reprodução articulada para compensar tais fatos negativos. A estratégia de reprodução principal, nesse caso o fumo, é mais rústica em relações às variáveis externas que causam danos a produção, mas não imbatível frente às devastações por ventos e pedras resultantes de modificações repentinas do clima. Por outro lado, as estratégias de reprodução complementares (feijão, soja, trigo e milho) são muito mais suscetíveis ao fator ambiental clima. E as estratégias de reprodução básicas (autoconsumo) mesmo que importantes para o consumo alimentar, não envolvem altos custos de produção e sua possível perda não é tão lastimada como das outras duas anteriores, por dificilmente envolver financiamentos para quitar pela família agricultora.

A cultura do fumo como a estratégia de reprodução principal no município de Arroio do Tigre é vista pelo âmbito da integração do agricultor/indústria. Nesse sentido, Wilkinson (1997) estudando a suinocultura catarinense (que alguns anos atrás prevaleceu na localidade de Linha Paleta/Arroio do Tigre) explana que, para sustentar o agricultor produzindo nesse

⁴⁵ Os integrantes do MERCOSUL são a Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (entrou em julho de 2006) tendo como propósito, grosso modo, de promover o desenvolvimento econômico de ambos os países e integrá-los ao mundo. Em nossa conversa com os agricultores eles citam o MERCOSUL como um fator negativo que influenciou no preço e na demanda de alguns produtos agrícolas como o trigo e o feijão. Ambos são adquiridos da Argentina com um preço abaixo do custo de produção do Sul do Brasil. Isso faz com que os agricultores reduzem circunstancialmente a produção de Trigo, principalmente, e o feijão tendo reflexos colaterais.

sistema de integração à indústria, torna-se essencial que ele realize, também, outras atividades simultâneas, tais como a produção de grãos, de pequenos animais, processamento de matéria-prima de origem animal ou vegetal (agroindústria familiar) ou até atividades não-agrícolas (membros da família trabalhando parcial ou integralmente na indústria, comércio ou prestação de serviços), a unidade de produção agrícola familiar adquire competitividade sistêmica (WILKINSON, 1997). Para o autor, a articulação entre atividades produtivas e fatores de produção, cujo resultado é a complementaridade de renda, permite que o sistema, em seu todo, garanta competitividade, mesmo se, individualmente, as atividades não a alcancem. Talvez, pelas considerações do autor, podemos afirmar que essas outras atividades concomitantes à principal como as estratégias de reprodução complementares e básicas são relevantes fornecendo sustentação as famílias agricultoras que tem o foco no cultivo do fumo.

Ainda que empregando uma abordagem próxima ao enfoque de Kautsky, John Wilkinson oferece, nesse estudo e em outros sobre a produção leiteira, também no Estado de Santa Catarina, um destaque: fatores intrínsecos à unidades de produção agrícolas (UPA) e às estratégias para reprodução das condições de permanência na atividade agrícola podem esclarecer a capacidade de o agricultor integrar-se à indústria, mantendo características próprias como a gestão do trabalho familiar e dos recursos naturais disponíveis e a mobilização de estratégias de cooperação, sempre voltadas para garantir o atendimento das necessidades básicas da família. Sobre tal, um estudo de Godelier sobre a antropologia, onde Carvalho (1981, p. 15) afirma: “do interior das relações econômicas, a dispersão, cooperação e fluidez dos bandos, coerções necessárias para que as condições de produção/reprodução se processem, determinam a natureza das demais esferas sociais”.

Se superarmos a relação utilitária das agroindústrias fumageiras, normalmente ressaltada pelos agricultores, percebemos que existem ações cooperativas entre eles e as indústrias ou ainda entre os profissionais de assistência técnica e os produtores. Nesse sentido, a relação entre o agricultor e indústria pode ser compreendida, por um lado, pelas estratégias de cooperação, onde essas ações são conduzidas e orientadas por interesses mútuos, isto é, ambos estão trabalhando com os mesmos objetivos, de gerar uma produção de qualidade e com uma boa margem de lucratividade. Assim, percebemos que a relação entre a empresa e os agricultores pode se tornar uma condição altamente favorável ao produtor dependendo do contexto. Por exemplo, determinadas famílias almejam cultivar fumo e não possuem terras para produção. Nesse caso, ao realizar o arrendamento dos meios de produção (terra especialmente), é possível identificar um suporte externo das empresas fumageiras para o início da atividade como o fornecimento de crédito a prazo - para quitar com um percentual

da produção -, a fim de constituir todo seu ativo imobilizado necessário ao cultivo do tabaco. Portanto, além do acompanhamento pelos serviços de assistência técnica, a empresa proporciona condições técnicas (insumos, tecnologia, conhecimento) e condições motivacionais (apoio, incentivo e motivação) para a família desenvolver essa atividade. Desse modo, caso, as famílias agricultoras conseguirem obter eficácia na produção através desse auxílio, ela consegue se reproduzir e com o passar do tempo pode quitar seu crédito perante a empresa e começa a criar seu próprio capital de giro. Nesse sentido, navegamos por argumentos chayanovianos para compreender a relação agricultor-mercado.

Diversamente da análise de Chayanov, aqui consideramos insuficiente e inadequado analisar a atual agricultura familiar apenas a partir das relações internas às unidades de produção familiares. Assim, com esse tópico esperamos realçar a importância para explicar a racionalidade do agricultor levando em consideração as relações externas à propriedade, devido à maior integração da agricultura ao mercado, tanto de insumos industriais como de produtos agrícolas. Para ultrapassarmos essa barreira, precisamos empreender esforços para os espaços de liberdade diante dos mercados e da sociedade envolvente com suas imposições políticas, religiosas e culturais. Essas questões juntamente com a centralidade do trabalho e a forma de alocação dos recursos disponíveis (discutidas anteriormente), agregadas as distintas formas de uso da base de recursos naturais disponíveis, constituem o cerne para compreender as estratégias contemporâneas de reprodução social.

Nesse campo é importante mencionar, quanto mais o mercado institucional estiver disponível, mais estímulo terá o agricultor de produzir aquilo que a cooperativa local ou a indústria estiver transacionando. Como as indústrias fumageiras, nesse caso, estão sempre dedicadas a um produto principal (fumo) é lógico entender que o aumento de produção ou sua orientação se dará para este produto e onde o preço recebido por safra tende a ser mais compensador. Nesse momento, as condições ofertadas pela indústria aos produtores e o contrato delas com o mercado exportador, em certa medida, vão determinar a oferta da qualidade e da quantidade do produto desejada e influenciará no número de famílias agricultoras integradas a essa empresa. Este estímulo leva o agricultor a dedicar mais tempo a estratégia principal, usando de um volume maior de produção, alocando todos os fatores internos para sua direção, quando esta atividade tem uma perspectiva rentável muito elevada. Nesse contexto, as estratégias de reprodução complementares como a soja, trigo e feijão são reduzidos e compatibilizados com o restante da área e dos recursos disponíveis para viabilizá-las. O milho, por sua vez, não sofre alterações de produção, pois geralmente é cultivado após a colheita do fumo, mas não necessariamente sua produção é comercializada. Muitas vezes, é

um produto valorizado para o autoconsumo familiar na alimentação dos animais domésticos. Essa possibilidade de duas culturas no mesmo período agrícola (fumo/milho), talvez, é um dos motivos pelo qual o fumo também prevalece internamente nas propriedades.

Nessa conjuntura, para incrementar nossa análise dos aspectos econômicos que influenciam nas estratégias dos agricultores, trazemos à tona o que designamos como *fatores sociais, fatores políticos e fatores culturais* que são impulsionados pela reflexão das bases da Nova Sociologia Econômica (NSE)⁴⁶, pois conhecemos como uma das teorias que contemplam nossos anseios de pesquisa, nesse momento. Para Vinha (2001) a Nova Sociologia Econômica e a visão de enraizamento social da economia admitem existir mecanismos de reciprocidade e redistribuição, independente da escala e da intensidade em que essas relações ocorrem. Esta especificidade faria emergir nessas unidades de produção dos agricultores familiares um comportamento inspirado nos princípios de solidariedade, cooperação, confiança e credibilidade, os quais funcionariam como nexos sociais de integração e geração de ordem onde atuariam como consolidadores das relações econômicas. Os pressupostos que conduzem a NSE são dois: a) entende a economia como um processo instituído socialmente (histórico), portanto, incorpora-se na análise uma série de variáveis de grande poder explicativo, onde legitima a organização perante a sociedade a sua ação em prol do benefício de ambos; b) busca de um modelo organizacional compatível com a motivação dos empreendedores, ou seja, enraizadas em convenções e regras implícitas, em normas de conduta e em laços de cooperação, reciprocidade e confiança, firmados através de contratos ou não, bem como não se restringem àquelas orientadas pelo, supostamente livre, jogo do mercado. Tais aspectos são importantes para compreender a tomada de decisão.

Percebemos no caso empírico abordado que existe um “jogo de disputa” entre os fatores econômicos e os fatores não-econômicos nas relações que envolvem os agricultores e a indústria, mediados pela análise dos aspectos sociais, culturais e políticos explicados pela NSE⁴⁷. Nesse sentido, esses fatores não se reportam ao estritamente econômico, mas podem

⁴⁶ A Nova Sociologia Econômica traz argumentos para explicar as interações entre aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, norteando a reflexão dos casos empíricos vivenciados. Segundo Weber (1949) *apud* Swedberg (2004) a sociologia econômica pode ser definida como uma aplicação de idéias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos desenvolvidos pelas organizações. Surgida na base do enfoque Weberiano, estuda o setor econômico da sociedade (fenômenos econômicos), analisando a maneira pela qual esses fenômenos influenciam o resto da sociedade (fenômenos economicamente condicionados) e o modo pelo qual a sociedade os influencia (fenômenos economicamente relevantes).

⁴⁷ A sociologia tem princípios fundadores de Augusto Conte com o precursor Durkheim, além de Weber, Marx, Joseph Schumpeter, Simmel, Tönnies, Karl Polany, Parsons, Smelser entre outros tantos que contribuem com reflexões teóricas para sua constituição como disciplina científica. Swedberg (2004, p. 7) define a sociologia econômica como “a aplicação de idéias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos,

estar interligados com esse, ou como Abramovay (2009) expressa, para a NSE no próprio mercado é possível encontrar redes sociais baseadas em laços não mercantis. Além disso, a inserção social dos mercados convida a que a ação política se dirija não apenas ao setor público e associativo, mas também, e cada vez mais, à própria forma de se organizar o setor privado.

A NSE auxilia para compreender e elucidar o funcionamento do mercado a partir de uma análise de redes sociais (SWEDBERG, 2004) e como esses fatores externos influencia na racionalidade do agricultor, são questões recorrentes. Granovetter (1985) contribui para a reflexão através dos conceitos de laços fortes (laços tradicionais que provém da família que dificultam a inovação) e laços fracos (laços sem estrutura que conduzem e facilitam o potencial empreendedor). Os laços fortes, em certa medida, são importantes para a compreensão da agricultura em Arroio do Tigre, uma vez que o cultivo do fumo foi introduzido nos sistemas produtivos, antes mesmo da formação do município. Nessa análise, os laços fortes conjugados ao conhecimento herdado sobre o plantio e o direcionamento das propriedades podem auxiliar no processo de continuidade da cultura. Quiçá, os laços fracos são impedidos de florescerem pelo alto investimento no ativo mobilizado que os agricultores deixariam na sua propriedade como estufas, galpões e equipamentos específicos para a produção de fumo ou ainda a presença do mais antigo chefe da propriedade (pais, avós ou mesmo bisavôs) que dificilmente concederiam permissão para substituir por completo o sistema de produção que serviu de reprodução social durante décadas.

Wilkinson (2002) apoiado nas contribuições da NSE, ao tentar explicar o dinamismo e as condições de mercado atingido pelos micro e pequenos empreendimentos no meio rural expõe que a noção de Embeddedness sugere duas questões: a) a economia está enraizada em que? e b) qual é o grau desse enraizamento? Para o primeiro questionamento pode ser identificados quatro abordagens: política, cultural, social e científica; que podem ser mais aprofundados em Fligstein (1996), Di Maggio (1994), Granovetter (1985), Callon (1998), respectivamente. Na segunda questão, Granovetter, após uma releitura de Polanyi – 1944; 1957– indica que o maior ou menor grau em que o homem elaborou seus cálculos econômicos sempre teve uma ligação com as redes sociais, assim, a natureza da inserção social e a posição das pessoas nessa rede são os pontos de partida para a análise da vida econômica. Vinha (2001) pontua que a economia humana está enraizada em instituições econômicas e não econômicas, sendo que estas são importantes para a sua estruturação e funcionamento. Para a

mercados, empresas, lojas, sindicatos, e assim por diante”. Estes autores precursores nos estudos da sociologia serviram de orientação para as reflexões sobre a chamada *nova* sociologia econômica.

compreensão de como são instituídas as economias é preciso estudar a maneira pela qual o processo econômico é instituído em diferentes tempos e lugares, isto é, como se revelam, empiricamente, as formas de integração como a reciprocidade, redistribuição e o intercâmbio. A economia na concepção de Polany, por estar socialmente enraizada, organiza, orienta e impõe limites às funções do mercado.

Granovetter e Swedberg, dois proponentes críticos da teoria de Polany, propõem analisá-la numa nova perspectiva, considerando que sua teoria tem muitas limitações. Para Vinha (2001, p. 11-12) a tese era importante para compreender as “motivações não econômicas e a ausência de competitividade nos sistemas econômicos pré-capitalistas, incluindo o mercantilismo, mas inadequada por não reconhecer que no sistema de mercado essas características também estão presentes, embora não sejam predominantes”.

No marco teórico brasileiro, alguns trabalhos abordam a nova sociologia econômica relacionando a teoria com a decisão dos processos de produção, bem como as relações com o canal de comercialização que os agricultores familiares mantêm. Abramovay (2003, 2009), Raud (2003, 2005, 2006), Vinha (2001) e Wilkinson (2002), são alguns dos pesquisadores que mais elencaram esforços para a aplicação da NSE. Apesar disso, reitera-se que suas discussões ainda são bastante arraigadas nas teorias norte-americanas e há uma acanhada tentativa de inserir os elementos no campo prático, o que traduz a necessidade de uma dedicação maior para que a contribuição brasileira chegue a influenciar nos estudos da NSE. Wilkinson (2002, p. 820) afirma que: “a noção de Embeddedness fornece elementos importantes para entender a força de mercados de proximidade, mesmo não regulados, bem como as suas condições de expansão e difusão”.

Os agricultores familiares buscam preços mais constantes, pouca competição e mercados mais estáveis (FLIGSTEIN, 2001). A estratégia de reprodução principal (cultura do tabaco) fornece aos agricultores segurança de que o valor estabelecido na tabela de preços⁴⁸ vai ser cumprido, de acordo com a qualidade e negociação do produto. Evidentemente, que o preço pode ser ajustado de acordo com a classificação do fumo (realizada pela indústria), no entanto, uma garantia mínima pode ser esperada, devido a pressão estabelecida pelos movimentos em defesa dos fumicultores. Processo muito diferente quando tratamos das estratégias de reprodução complementares (feijão, soja, trigo, milho) em que não se tem

⁴⁸ A tabela de preços do tabaco é construída em reuniões que envolvem a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Federações dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul (Fetagr) e de Santa Catarina (Fetaesc) e das federações patronais dos três estados do Sul (Farsul, Faesc e Faep), bem como as agroindústrias tabacaleiras. São levados em consideração os custos de produção, a moeda estrangeira, a economia nacional entre outros indicadores. A tabela é composta por uma hierarquia de preços desde o maior preço (BO1) até o menor (ST).

segurança do preço que se receberá, muito menos para quem vender o produto. Portanto, mesmo tendo superficialmente um mercado institucionalizado, as flutuações desses últimos produtos são motivos de precaução e muito planejamento para a escolha, analisando pela ótica do mercado.

A organização e o avanço do setor fumicultor teve reflexos importantes como a construção de um protocolo que insere exigências, tanto para os agricultores como para a indústria. Segundo informações da Afubra (2008), além da negociação de preço anterior a cada safra, foi estabelecido um caráter retroativo ao início da comercialização, caso as negociações serem concretizadas já no decorrer da safra. Portanto, caso o agricultor já comercializou sua produção, antes de um possível aumento, após ele receberá um pagamento adicional, caso for acertado um aumento de preço entre os representantes e a indústria (AFUBRA, 2008). Esse fenômeno é privilégio apenas do setor fumageiro, não sendo aplicado nas estratégias de reprodução complementares, que sofrem flutuações de preços constantes.

O pagamento do produto em até quatro dias úteis, o comprometimento por parte das empresas em adquirir toda a produção contratada, o pagamento dos financiamentos de custeio e investimentos junto às instituições bancárias credenciadas e das despesas com frete e seguro do transporte do fumo e de insumos agrícolas da casa do agricultor até as esteiras de comercialização; e acompanhamento da comercialização por fiscais de órgãos oficiais e membros das entidades (AFUBRA, 2008) foram pontos em que os movimentos organizados do setor conseguiram avançar frente essa integração entre o agricultor/indústria. Para a Afubra, o avanço foi relevante perante o protocolo que ainda estabelece a realização de reuniões entre indústrias e produtores, com o propósito de reconstituir conjuntamente os coeficientes técnicos de custo de produção.

Os avanços no setor são importantes para o desenvolvimento dos agricultores integrados a essa indústria. Geralmente, os agricultores são avessos aos riscos, ao menos, tentando diminuir as probabilidades desses emergirem com força, desestabilizando sua unidade de produção. Com esses progressos o agricultor sente-se mais confortável, em sua posição de escolher essa estratégia, em detrimento de outras. O *fator segurança* em relação ao mercado é altamente importante, entrando como preponderante na escolha do sistema de produção adotado. Podemos considerá-lo como um elemento não econômico que perpetua dentro e fora da porteira. Bourdieu (2005, p.17) em relação aos fatores implícitos no mercado agrícola, afirma: “a ortodoxia econômica que considera um puro dado, a oferta, a demanda, o mercado, é o produto de uma construção social, é um tipo de artefato histórico do qual somente a história pode dar conta”. Na verdade as estratégias econômicas são, geralmente,

integradas num sistema complexo de estratégias de reprodução, permanecendo, portanto, plenas de história de tudo ao que visam perpetuar (BOURDIEU, 2005).

Os *fatores não econômicos* são importantes tanto para as relações que estão diretamente ligadas com o mercado, bem como as relações sociais entre os próprios agricultores (que, às vezes, se postam como atravessadores). Nesse sentido, as relações não necessariamente econômicas entendidas como fundamentais nas relações econômicas investidas como a reciprocidade e a confiança descritas por Karl Polany não desapareceriam com a instituição de convenções estritamente mercantis (POLANY, 1992). As relações entre os atores (fumicultores e agroindústrias; fumicultores e fumicultores; fumicultores e atravessadores) permaneceriam influenciadas por aspectos sociais de imbricação e interesses convergentes e divergentes, não sendo somente a alta renda bruta um critério preponderante e levado como principal fator de decisão no cultivo do fumo. Adicionando mais alguns elementos, Carvalho (1981) afirma que as dominâncias do parentesco, da religião e da política, somente, são exercidas sobre a organização social e sobre o pensamento, quando funciona do interior como relação de produção e material dos homens sobre a natureza. Por isso, as dominâncias das estruturas não econômicas articulam-se diretamente a determinação, em último caso, das relações econômicas, sendo que distinção entre infra e superestrutura não pode ser visualizada como distinção de instituições ou instâncias, mas como distinções de funções.

Tangenciando nossa análise, cabe lembrar que o agricultor de tabaco também mantém cultivos complementares (produtos agrícolas que seu excedente é voltado para o mercado) e básicos (principalmente para o autoconsumo). Os produtos básicos, normalmente, são usados para trocas recíprocas entre as famílias por produtos que não dispõem ou ainda são emprestados para devolver em outro momento, sem nenhum contrato, simplesmente pelo grau de confiança dos agricultores. Cabe ressaltar, que a integração do sistema do tabaco muito pouco influencia em aspectos culturais ou tradicionais da família e, não é por esse motivo que o agricultor perde suas características mais arraigadas. É mais preponderante os fatores culturais interferirem no processo de integração, do que ao contrário.

Os fatores culturais compreendidos como condicionantes nas estratégias de reprodução são carregadas por fatores históricos intrínsecos da tradição da família. Essas *issues* (questões), muitas vezes, não são levadas em consideração na construção de estratégias de desenvolvimento para as comunidades rurais. Na concepção de Bourdieu (2005, p. 18) “sob o nome quase indefinível de mercado” que a demanda se especifica e determina completamente apenas em relação a um estado privado da oferta e também das condições

sociais e jurídicas notadamente. Para ele, a decisão econômica não é a de um agente econômico isolado, mas a de um coletivo, grupo, família ou empresa, funcionando a maneira de um campo. Tem raízes históricas e as estratégias econômicas são, na maioria das vezes, associadas num sistema complexo de estratégias de reprodução, estando, portanto, plenas da história de tudo ao que objetivam perpetuar.

De maneira especial percebemos que os sistemas de produção dos agricultores familiares têm traços históricos e culturais e que são, geralmente, preservados pela tradição familiar. A tendência de um processo de modificação em um sistema de produção completamente diferente dos seus antepassados é movida de forma lenta e gradual, se caso mais rápida, ainda são conservadas as tradições como forma de mostrar a continuidade e característica familiar. Transformar as relações culturais implica em confrontar com as formas de poder⁴⁹ dentro e fora da propriedade, fato que também provoca transformar seus valores, representações e a sociabilização com os atores externos divergentes a seus interesses. Geralmente, decisões que impliquem em alterar as estratégias clássicas, oriundas de tradições históricas e culturais, provocam conflitos na família rural. Sendo que cada grupo tem suas normas culturais ou como Wolf (2003, p. 88) afirma: “...formas ou mecanismos culturais que diferem de cultura para cultura”. Elencamos como importante nessa análise Shanin (2005), atribuindo que para compreender a especificidade dos agricultores, bem como sua lógica de reprodução vinculada as relações externas (capital), têm que congregam na análise as características da unidade de produção e a especificidade histórica e da sociedade que compõe.

Na região de Arroio do Tigre, muitas famílias fumicultoras têm o cultivo de fumo, além de principal estratégia de reprodução e relevância econômica, um saber herdado tradicionalmente pelos seus avós e pais. Tais características lhe agregam um saber fazer característico que ao conduzir sua própria unidade de produção, fornece segurança, uma vez que conhecem as práticas agrícolas sem depender de um agente externo. Aos agricultores mais novos ou ingressados recentemente na atividade, em casos de necessidade, os vizinhos se mostram solidários podendo, sem custo algum, passar informações e técnicas adquiridas com os anos de experiência na cultura, sem necessitar a presença do profissional de assistência técnica. Zanella e Prieb (2007) salientam que os conhecimentos técnicos a

⁴⁹ As relações de poder podem ser mais aprofundadas em Weber (1982) que analisa o poder nas estruturas políticas, o poder econômico, o poder na burocracia, e poderes de outra natureza. Ou ainda em Bourdieu (1977) que entende o poder como um campo de forças que lutam para sua obtenção. Faz menção ao poder simbólico que é um poder invisível que, somente, é exercido desempenhado com a conivência daqueles que não querem tomar ciência que a ele se submetem ou mesmo que o exercem. Talvez, essa análise de Bourdieu se aproxime mais do que estamos argumentando.

disposição podem influenciar a tomada de uma decisão a partir de argumentações de natureza técnica.

A escolha do tipo de fumo também pode ser mediado por um processo cultural, como o estudo realizado por Diehl et al. (2005) no município de Paraíso do Sul, anotando que em suas investigações, o fumo *Burley*, cultivado nas microrregiões de colonização italiana, geralmente é associado a outros cultivos, enquanto o de estufa, amplamente predominante na Microrregião de Colonização Alemã, é cultivado na forma de monocultura, raramente ocorrendo associado à outra cultura de forma comercial. Caso distinto dos agricultores de fumo de Arroio do Tigre onde predominam no meio rural, produtores de origem alemã e o município tem sua produção bem diversificada, sendo responsável pela maior produção de fumo tipo *Burley* sul-brasileira. Portanto, verificamos que a questão cultural também é mutável e influenciada pelo ambiente natural, características peculiares de cada região.

Dentro dos fatores culturais podemos elencar também as influências religiosas. Percebemos a marcante tradição religiosa na região, mas evidenciamos que esta influência, em parte, na gestão das propriedades e em menor grau nas escolhas das estratégias de reprodução. Por exemplo, influências religiosas emergem em dias santos em que é “proibido” qualquer tipo de trabalho agrícola, sendo que, qualquer coisa que acontece nesse dia é rapidamente associado a desobediência religiosa. Pastores e padres, principalmente, são os atores que em alguns casos podem ter algum grau de importância, mas não a ponto de intervirem decisivamente na decisão final da família, deste modo, uma influência indireta. A religião se torna mais relevante na composição do grupo familiar ou mais preponderante na divisão familiar, pois famílias tradicionais optam pela união estável, sendo o casamento a legitimação do processo. A tradição do casamento, por exemplo, pode reduzir a mão de obra da família, caso esta família constitua uma nova unidade de produção ou pode influenciar momentaneamente nas estratégias de produção do chefe da família, visto se capitalizar para realizar a festa dos filhos ou para auxiliar na composição da nova estrutura produtiva.

No que se refere às práticas de gestão de trabalho em relação a estratégia de reprodução principal identificamos o modo de colheita do fumo tipo *Burley*. Na região de Arroio do Tigre o agricultor corta a planta de fumo e no momento já faz a *gaipa* (espécie de dois cortes transversais para suspender a planta nos arames do galpão com vista a secagem ao ar livre). Em Nova Palma/RS verificamos que os agricultores penduram o fumo com o auxílio de um “pedaço de madeira” pontiagudo. Já em Jaguari/RS a planta de fumo tipo *Burley* é alfinetada com uma “vara de madeira” e pendurada transversalmente. As técnicas usadas são geralmente providas de um saber fazer próprio da família, sendo muito pouco influenciadas

pelos agentes externos. Desde a maneira aplicada no corte, no carregamento, no “pendure”, classificação, enfardamento e acondicionamento do fumo são formas tradicionais usadas até o momento, até que, não surja uma técnica que envolva muito menos esforço, essas continuam prevalecendo nas propriedades produtoras de fumo.

Voltando aos fatores sociais, o reconhecimento das atividades dos agricultores ou sua identidade produtiva são elementos complementares e motivadores para a continuidade da estratégia de reprodução principal. Na cultura do tabaco, o agricultor recebe atenção privilegiada pela assistência técnica, oferecidas pelo sistema de integração com a indústria, além de que, em Arroio do Tigre, ser considerado “plantador de fumo” é motivo de respeito, admiração e sinônimo de um agricultor consolidado. Nas suas transações comerciais no centro urbano, quando reconhecido como um “bom agricultor” ou um “agricultor forte” facilmente ganha crédito nas instituições financeiras, supermercados ou empresas de insumos agrícolas. Tal legitimação social não seria possível, caso produzisse o que denominamos de estratégias de reprodução complementares ou básicas. No entanto, aliado ao reconhecimento, é evidente que o grau de confiança nas transações das empresas com o agricultor também é mensurada. Nesse sentido, citamos Granovetter (2007), que complementa nossa reflexão ao explicar que a imersão identifica o papel das relações sociais concretas e as estruturas (redes) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé. Portanto, melhor que a declaração de quem é conhecido pela sua honestidade é a informação de uma pessoa confiável que já transacionou com esse indivíduo e o considerou honesto. Ou ainda, seria mais interessante, a informação das próprias transações que foram realizadas com essa pessoa. Esta última forma pode ter algumas vantagens, pois é barata, detalhada, precisa, confiável e com abstenção de oportunismo.

A confiança nas relações sociais e contratuais entre as agroindústrias fumageiras e os agricultores também são pontos importantes. A busca de informações de outros agricultores sobre a atuação da assistência técnica (orientador de fumo) fornecida pelo representante de uma agroindústria fumageira, pode ser decisiva na consolidação de um contrato com a agroindústria que representa. Ao contrário também pode acontecer, em situações em que o técnico busca informações sobre o comportamento moral e produtivo da família rural que, possivelmente, poderá ser aliada. Outra situação, no momento de consolidar a venda do produto, onde os agricultores se utilizam de informações dos preços de venda de outros produtores de fumo para tomar a decisão da sua comercialização da safra, pois os preços são variáveis de acordo com a classificação semanal adotada pela agroindústria fumageira.

As relações sociais são as principais responsáveis pela produção de confiança na vida econômica. Entretanto, mesmo sendo necessária para a confiança e o comportamento honesto, não estabelecem garantia suficiente e podem até fornecer a ocasião, a saída para a má-fé e o conflito em uma escala mais ampla do que em sua ausência. Para esta última existem três motivações: a) a confiança originada pelas relações pessoais oferece, por sua própria existência, uma oportunidade maior para a má-fé; b) a força e a fraude são usadas com mais proveito por grupos e a estrutura destes requer um nível de confiança interna que geralmente obedece a lógicas preexistentes; c) a dimensão da desordem resultante da força e da fraude depende em muito de como a rede de relações sociais está estruturada (GRANOVETTER, 2007).

Sob a primeira motivação exposta por Granovetter, nota-se na relação entre o profissional de assistência técnica e o agricultor. Caso o primeiro, tenha uma relação de confiança com o segundo e está exposto a uma situação de persuasão que coloca em risco sua continuidade como colaborador na empresa tabagista, este para se qualificar, fornecer credibilidade e resultados mais significativos para a sua organização usa-se da confiança que lhe é depositada pelo agricultor inferindo que a comercialização está boa e conduz o fumicultor a realizar a venda, afirmando que é o momento ideal para fazer a transação. Ao confirmar a venda, o agricultor percebe que a informação relatada pelo profissional técnico não se tornou verdadeira, portanto, usou-se da má-fé para um benefício estritamente individual. Granovetter (2007, p. 14) explica que “quanto maior a confiança, maior é o potencial de ganho por meio da má-fé”. Nesse caso, ganho para ambos, profissional técnico que se mantém no emprego e a agroindústria fumageira que obtêm vantagens econômicas com essa transação. Para Granovetter (2007) a abordagem da imersão para o problema da confiança e da ordem na vida econômica produz previsões generalizáveis, portanto, improváveis de ordem ou de desordem universal, mas sustenta que cada situação será determinada pelos detalhes da estrutura social.

Os agricultores, por conseguinte, são influenciados também pelo que denominamos de *fator político-institucional* intermitentes na relação com o mercado. Em face disso, os gestores públicos, consequentemente na figura do Estado, são atores que tem elevado grau de controle sobre as estratégias de reprodução dos agricultores familiares. Dado seu poder de intervenção, mediante os instrumentos vinculados a política agrícola e políticas públicas, podem conduzir a forma de reprodução social dos agricultores familiares, por meio de ações de incentivo para determinadas estratégias. Por exemplo, no momento dessa redação, o

Programa Mais Alimentos⁵⁰ indica que se o agricultor optar pela produção dos produtos agrícolas que estão vinculados ao programa pode-se beneficiar com financiamentos de caráter mais acessível; ou a vigência da Lei Nº 11.947, sancionada em junho de 2009, determinando que no mínimo 30% da merenda escolar seja comprada diretamente de agricultores familiares, sem licitação⁵¹ (vinculado ao Programa de Aquisição de Alimentos); ou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco⁵² que tem o objetivo de encontrar alternativas produtivas e geradoras de renda, com foco na qualidade de vida e na sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural entre as famílias agricultoras. Todos são derivados dos programas da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA).

Os pilares dessas ações determinam diretamente no foco do agricultor corroborando com os instrumentos de incentivo, a menos que, em determinada região não é possível cultivar algum produto que já possui um mercado, ao menos, estabilizado. Para essa afirmação, encontramos em Fligstein nossa referência, onde assegura que as suas relações são assinaladas pela incerteza (FLIGSTEIN, 2007). Nessa ótica, tanto o agricultor quanto as agroindústrias do setor agrícola (cooperativas, empresas, indústrias de tabaco, etc) procuram diminuir ao máximo o grau de incerteza nas suas relações com o mercado, como o estabelecimento de relacionamentos com os atores econômicos que, possivelmente, podem lhe trazer certos benefícios em todo o canal de comercialização (transportadores, intermediários, fornecedores, entes públicos e privados, empresas, entre outros) numa ação de cooperação entre as transações, tentando conduzir suas estratégias (externas) para estabelecer condições favoráveis ao longo de sua reprodução social e econômica.

Partimos dos elementos que influenciam sob o âmbito dos fatores político-institucionais já consolidados (governo vigente) para aqueles ainda a consolidar (candidatos ao governo). No ano de 2010, se constituiu o processo eleitoral para eleger representantes na Câmara Estadual e Federal, principalmente. Nesse fato coexistem interesses, tanto por parte

⁵⁰ O Mais Alimentos é uma linha de crédito do Pronaf que financia investimentos em infraestrutura da propriedade familiar. Contempla os seguintes produtos e atividades: açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aqüicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura (MDA, 2010)

⁵¹ O artigo 14 estabelece que: “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (p.5). Documento disponível em:< <http://www.cepagro.org.br/uploads/MP-455.PDF>>

⁵² Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco é uma das ações implementadas pelo Governo Federal desde 2005, ano em que o Brasil tornou-se signatário da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

os possíveis representantes da sociedade como dos interesses dos agricultores. Nas regiões já consolidadas do setor fumageiro, dificilmente, um possível representante ao governo será desfavorável ao cultivo do tabaco, pelo contrário, sabido da importância econômica para os municípios (por exemplo, em Arroio do Tigre, 70% da receita é proveniente da fumicultura ou em Jaguari que o cultivo do fumo representa ao município 46% do PIB agropecuário) estes usarão estratégias para defender ou incentivar o cultivo do tabaco, pelo conhecimento da realidade empírica que possuem e para sua legitimação como representante eleito. Já os agricultores, conhecendo os propósitos dos representantes não fornecerão legitimidade a uma pessoa com uma ideologia contrária a produção de tabaco.

Por outro lado, no mês de novembro de 2010, especificamente no dia 8, foi decidida a posição que o Brasil adotará na Quarta Seção da Conferência das Partes da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, reunião realizada no Palácio do Itamaraty, em Brasília, com a presença de dez Ministérios, onde foi afirmado o apoio favorável a redução dos açúcares no cultivo do fumo tipo Burley; e com isso reduz a possibilidade dos agricultores produzirem esse tipo de tabaco. Sua posição foi divulgada no encontro, também chamado de COP-4, que se realizou no dia 15 de novembro de 2010, no Uruguai. Aproximadamente 50 mil produtores de fumo do sul do país devem sentir os impactos desta restrição, caso isso implicar em término do cultivo e, em Arroio do Tigre será também afetado, causando muitas angústias aos agricultores que tem o tabaco como estratégia de reprodução principal. Essa decisão, caso concretizada pode inviabilizar a reprodução social dos agricultores que, possivelmente, perderão muito em conhecimento e ativos imobilizados propícios para a cultura. Talvez, como já discutido, a migração para o cultivo de fumo tipo Virginia pode gerar um endividamento maior pela necessidade da construção de estufas e aquisição de outros equipamentos. Além disso, o agricultor necessitará de um novo conhecimento, especialmente, no que tange a colheita e secagem do produto, momentos decisivos para a qualidade, onde poderão perder muito pelo desconhecimento das técnicas adequadas. Por outro lado, se o agricultor optar por abandonar de vez a fumicultura, as estratégias de reprodução complementares ainda não parece ser suficiente para dar condições de uma boa rentabilidade. A saída poderia ser as estratégias de reprodução básicas, no processo de agregação de valor, no caso das Agroindústrias Familiares Rurais (AFRs), entretanto, também é necessário um bom investimento e um saber fazer específico. Tal fato pode modificar radicalmente o cenário agrícola do objeto de estudo, nesse momento.

Até esse momento se ressaltam três processos de mudanças: um de tipo econômico, outro de vínculo político-institucional e o terceiro de vínculo ambiental-sustentável

(ambientalmente). O vínculo político-institucional sobrepujado pela posição do Brasil em apoiar a Convenção Quadro converge com a “necessidade” da sustentabilidade ambiental, sendo que ambos divergem da questão econômica. Nesse viés, pode se instaurar uma crise na estratégia de reprodução principal dos agricultores de Arroio do Tigre, vulnerabilizando sua estratégia de ciclo curto preferencial. Nesse novo panorama, os atores rurais buscam nos representantes políticos da região a tentativa de reverter essa situação, desfavorável, até o momento. Portanto, o âmbito político-institucional ganha realce nesse espaço pela possível intervenção nas decisões que podem ou não acarretar em altas implicações aos agricultores e a economia da região.

Essa série de fenômenos, em entrelaçamento constante na racionalidade dos agricultores está também ligada os *fatores legais* (leis, regras, questões ambientais, trabalhistas, posições, acordo do Estado, etc). Os *fatores legais* como a posição do Brasil frente a CQCT ou a legislação ambiental propondo restrições ao desenvolvimento da agricultura tem caráter orientador e, ao mesmo tempo, restritivo para a atividade agrícola. Como já discutimos anteriormente, o fator limitante terra é preponderante na escolha das estratégias de reprodução para os agricultores familiares, assim sendo, a necessidade do agricultor manter Áreas de Proteção Permanente (APP) conjugado com a adicional manutenção de 20% da propriedade como reserva legal, pode inviabilizar a reprodução social daqueles que possuem pequenas propriedades⁵³. Fato este que, segundo Godelier (1981), confere-lhes a perspectiva de que os efeitos e a ação do sistema de coerção exercem, ao mesmo tempo, sobre todas as instâncias, o modo de produção define a relação e a articulação, em outras palavras, determina a estrutura geral da sociedade, a forma e a função específica de cada instância que a constitui. Para Carvalho (1981), em consequência, o jurídico, o político e o ideológico, embora portadores de conteúdos próprios auferem o efeito da causação derivado do econômico e da ação simultânea das coerções.

No curso da luta entre a preservação ambiental e a reprodução social dos agricultores, mediados pelas regras, legislações e posições adotadas pelo Estado, existe um campo de conflitos, disputas e interesses em jogo. Para Bourdieu (2005, p. 33) o campo econômico “é um campo de lutas” destinado a manter ou a transformar o campo de forças, um campo de ação socialmente construído onde se afrontam agentes apoiados de recursos distintos. O resultado das ações em que as firmas engajam nele e sua eficácia depende de sua posição na estrutura da distribuição do capital sob todas as suas formas. Nas considerações de Raud

⁵³ Existe um intenso debate no Congresso Brasileiro sobre esta situação. Para aprofundar sobre esse assunto indicamos a leitura do Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771/65)

(2006) sobre Bourdieu, ele inova ao apreciar três dimensões esquecidas pela ciência econômica (histórica, social e política). A dimensão política emerge na reflexão a respeito dos agentes econômicos díspares, das barreiras à entrada de novas empresas no mercado e das relações de poder no campo econômico (o mercado como campo de lutas), assim como na análise do papel do Estado na formação da oferta e da demanda e de sua influência sobre as relações de poder existentes entre os agentes econômicos. Tais lutas de poder e a intervenção do Estado compõem os principais fatores de transformação no campo econômico.

As análises sobre as distintas sociedades tradicionais e sociedades modernas, além da caracterização do universo de crença construído e legitimado de forma lenta por um conjunto de valores sociais, evidenciam a dimensão histórica. A dimensão social aparece na discussão das condições econômicas e sociais, das disposições econômicas e na reflexão sobre a decisão econômica, analisada como um agente coletivo, família ou empresa, funcionando como um campo. É uma análise legitimamente sociológica dos fenômenos econômicos, uma vez que Bourdieu aplica seu quadro analítico, articulado ao redor dos conceitos chave de campo e habitus, à esfera econômica, permitindo relevar aspectos não abrangidos pela ciência econômica (RAUD, 2006). Habitus, para Bourdieu (1995), é compreendido pelas estruturas sociais de nossa subjetividade que formam inicialmente por meio de nossas primeiras experiências, e posteriormente, as de nossa vida adulta. Configuram-se como sistema de disposições, duradouras e transponíveis, que o agente possui de maneira inconsciente. A partir dessas disposições se podem entender as estratégias com as quais os agentes operam.

Seguindo nos aspectos fora da porteira que incidem nesse processo dinâmico e volátil da agricultura familiar e suas relações externas, voltamos ao *fator tecnológico*, discutido no tópico anterior. O item b, de Chiavenato (2000) alerta que a tecnologia pode ser entendida também como uma variável ambiental e externa, sendo que condiciona a família agricultora como se fora uma força externa e estranha a propriedade e sobre a qual tem pouco entendimento e controle. Esse fator foi estudado por Thompson que designou de racionalidade técnica, propondo algumas tipologias, como: a) tecnologia de elos em sequência; b) tecnologia mediadora; c) tecnologia intensiva, entre outros (CHIAVENATO, 2000). O fator tecnológico, traduzido pelos avanços na pesquisa e desenvolvimento pelas organizações, tem por intuito ganhos na área agrícola, sendo determinantes na estrutura das propriedades, bem como no seu comportamento.

Esse avanço tecnológico reflete mais enfaticamente no período denominado de modernização agrícola onde existiu um intenso processo de mecanização na agricultura. Atualmente, tomando como exemplo, a estratégia de reprodução principal em Arroio do

Tigre, ela influencia na tomada de decisão sobre as estratégias e na gestão da propriedade. As eminentes pesquisas, principalmente, para adaptação do cultivo (semente) a determinadas restrições no solo ou ainda nas técnicas para melhorar a qualidade do produto na propriedade de acordo com as exigências do mercado, são fundamentais para determinar a gestão da propriedade. Por outro lado, a crescente participação das empresas agropecuárias no aperfeiçoamento de máquinas agrícolas, que podem diminuir a labuta no campo, influencia decisivamente na escolha de determinada estratégia. Quiçá, o agricultor que disponha de condições favoráveis (financeiras e terras aptas) para a aquisição de determinadas tecnologias agrega facilidades, diminuindo, em parte, a penosidade do trabalho. Entretanto, na agricultura, dispor de tecnologia não significa ter maior eficácia no resultado final da produção, pois os fatores ambientais (clima) são determinantes para o bom desenvolvimento dos produtos agrícolas.

Prosseguindo, elencamos os *fatores demográficos* como uma variável externa importante. O envelhecimento da população ou mesmo a nova leva de jovens, potenciais consumidores dos produtos, podem afetar a dinâmica de produção agrícola. As variáveis demográficas como migração para centros urbanos evocam para uma diminuição da produção e a necessidade de uma maior oferta de alimentos. Teoricamente, a lei da demanda poderia influenciar positivamente no fator econômico, no entanto, na investigação de Michael Pollan, ao indagar o agricultor por que plantavam mais milho quando o preço baixava mais? O agricultor respondeu:

“A lei da oferta e da procura nunca funcionou na agricultura e nunca vai funcionar. A lógica econômica de uma propriedade familiar é muito diferente daquela de uma empresa quando os preços caem, a firma pode mandar gente embora... o mercado acaba encontrando um novo equilíbrio entre a oferta e a demanda. Mas a demanda por comida não é elástica; as pessoas não comem mais só porque a comida está barata. E demitir fazendeiros não ajuda a reduzir a oferta. Você pode me despedir, mas não pode despedir a minha terra, porque algum outro fazendeiro, que precisa de um fluxo de caixa maior ou que pensa ser mais eficiente do que eu, virá a cultivar as terras. Mesmo se eu sair desse ramo, esse pedaço continuará a produzir milho” (POLLAN, 2007, p. 64).

Os fatores demográficos também evocam para a constituição de uma nova família, através do matrimônio. Esta nova família agricultora que se constitui, caso vier a se estabelecer uma nova unidade de produção agrícola, pode influenciar na primeira, pelas razões já citadas como a redução de mão de obra (fator interno). Outro elemento a considerar é o grau de instrução dos componentes da família, as informações sobre o mercado

agropecuário ou sobre as técnicas de plantio, ou ainda a assessoria técnica na propriedade. O conhecimento exógeno à propriedade pode induzir nas escolhas das estratégias de reprodução de ciclo curto, a que estamos abordando. Isso pode se concretizar, por exemplo, através dos filhos que ingressaram no ensino superior e tem atividade permanente na propriedade. Quanto maior o grau de informações, maior é o leque para a tomada de decisão, sendo que, em alguns casos, pode ser mais complexo decidir sobre as possíveis estratégias. Além disso, os motivos para uma redução do crescimento demográfico podem estar ligados aos processos de urbanização e industrialização e com incentivos à redução da natalidade. Elegemos o fator demográfico com um fator externo periférico na relação racionalidade-agricultor.

No mais, cabe destacar que este capítulo veiculou, especialmente, as estratégias de reprodução de ciclo curto relacionadas a produção agrícola. No bojo desta explanação, ainda destacamos que podem ser contempladas por estratégias amplas, isto é, abarcam de diferentes opções de reprodução social na agricultura, sendo estas não limitantes a um único alvo, como no caso o fumo, mas envolvendo estratégias complementares, estratégias básicas ou outras não relativas a produção estritamente falando como as rendas não-agrícolas, a pluriatividade, o turismo rural, enfim, entre outras, relativas a multifuncionalidade na agricultura. Ou ainda, estratégias restritas que envolvem as famílias agricultoras que sempre se dedicaram a um único cultivo [principal] visualizando como única forma capaz de manter sua reprodução social, pela sua retrospectiva histórica e pelo único saber fazer geracional. Ambas, são mediadas por fenômenos positivos (oportunidades) e negativos (ameaças). As estratégias restritas são mais carregadas de ameaças, enquanto as estratégias amplas, mais consubstanciadas por oportunidades e, possivelmente, um menor grau de incerteza.

Essa análise quando realizada sob o contexto do agricultor, não se restringe a compilar e catalogar fatos e dados das propriedades rurais, na esperança de que isso venha gerar naturalmente um modelo. Pelo contrário, exigem uma busca persistente e uma análise pormenorizada das ações que são carregadas de experiências anteriores (acertos e erros), para então, buscar explicações e constatações empíricas subsidiando, posteriormente, modelos teóricos, às vezes, somente aptos para àquela realidade, ainda que sem deixar de levar em conta as circunstanciais alterações, ao longo do tempo, que podem modificar o comportamento das famílias agricultoras. Sugerimos analisar por intermédio de um processo dinâmico, abocanhado de complexidade constante o meio rural. Nesse momento, usamos a Fig. 03 como uma síntese da explanação complexa dos fenômenos que configuram as diferentes estratégias de reprodução no tempo e no espaço, no curto e no longo prazo, dentro e

fora da porteira, onde, grosso modo, pode simplificar o que não é simplificável, em nossa construção até então.

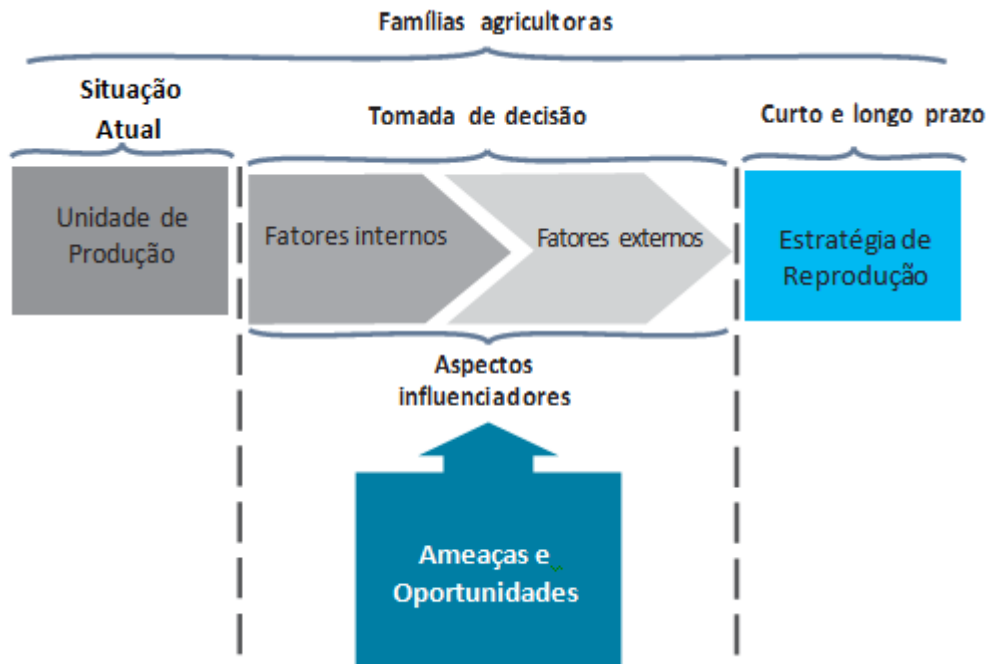


Fig. 03- Esquema dos elementos que influenciam as estratégias de reprodução dos agricultores familiares
Fonte: elaborado pelo autor

Nesse contexto, as famílias agricultoras diante da situação atual (e anterior) nas unidades de produção estabelecem graus de relevância (peso) nos condicionantes internos e externos mediando - de acordo com seu leque de informações, suas limitações e condições materiais - as possíveis oportunidades geradas ou as ameaças eminentes, para a escolha de suas estratégias de reprodução frente sua racionalidade e diante das transformações e modificações complexas e polivalentes no ambiente em estão imersos. Teoricamente a estratégia escolhida é, na concepção da família agricultora, sempre a melhor para determinado momento, mas nem sempre alcança resultados positivos, pelos inúmeros fenômenos que surgem a partir da decisão.

Assim, a partir desse momento, buscamos encarar o cenário de estudo pela compreensão realizada nesse capítulo, como fonte de subsídio para a explicação dos fatos que delegam as famílias agricultoras um desenvolvimento pautado na configuração espacial e temporal no território arroioitigrense e suas respectivas estratégias.

CAPÍTULO II

ARROIO DO TIGRE: UM MUNICÍPIO POTENCIALMENTE AGRÍCOLA

O que nos incomoda, o que nos confunde na experiência vivida é sua aparência enganadora, onde o que parece simples é, na verdade, uma síntese complexa cuja clareza não se obtém apenas vivendo e revivendo a mesma experiência, mas partindo-a e tornando a recompô-la. Maria Ignez Silveira Paulilo (1990, p.22).



Fig. 04- Foto da produção de tabaco em Arroio do Tigre/RS
Fonte: Trabalho a campo, Outubro de 2010.

O segundo capítulo visa se aproximar do local empírico do estudo procurando apresentar e compreender como está pautado o desenvolvimento agrícola dos agricultores familiares de Arroio do Tigre/RS. Para tanto, lançamos mão de um aparato de dados secundários⁵⁴ consubstanciados pelos analistas teóricos sobre as questões que envolvem o emaranhado contexto agrícola. Trataremos neste momento sobre as três estratégias que descrevemos anteriormente – estratégia de reprodução principal, estratégias de reprodução complementares, estratégias de reprodução básica – evidenciando, principalmente, a primeira delas, a cultura do fumo, foco de nossa análise. Mais ao final desse capítulo, resgatamos as discussões mais clássicas (integração agricultor/indústria) e contemporâneas (Convenção-Quadro e diversificação) sobre o contexto da produção do tabaco.

⁵⁴ Alguns dados secundários evidenciados foram, inclusive, oriundos de nossa pesquisa a campo.

2.1 Arroio do Tigre em cena: o celeiro do Centro Serra

Arroio do Tigre é um dos nove municípios integrantes da Região Centro Serra que compõem o Corede Vale do Rio Pardo, fazendo divisa territorialmente ao norte com Estrela Velha e Salto do Jacuí, ao sul com Sobradinho, a oeste com Ibarama e a leste com Tunas e Segredo, conforme figura 04. Como mencionado na introdução, em meados de 1900/1920, época anterior a sua emancipação, a região já se destacava por sua potencialidade agrícola. O fumo como estratégia de reprodução principal é apontado como uma das primeiras atividades agrícolas, juntamente a produção de suínos e os produtos de subsistência como o feijão, milho, trigo, cevada, entre outros. No primeiro momento, o fumo e a banha (criação de suínos) eram considerados a principal moeda de troca para produtos como o café, açúcar e arroz que não são produzidos na região, no entanto, o cultivo começou a ganhar destaque em razão da ótima qualidade do produto, relegado as condições naturais muito propícias, enfatizando as terras férteis, nunca agricultáveis anteriormente, propagaram um produto que ganhou competitividade, alcançando nível internacional. A região que abrange a localidade de Linha Cereja teve notória importância na Europa, de maneira especial, na Suíça. Na oportunidade já temos relatos de agricultores afirmando que a classificação do tabaco era rigorosa, não apenas no momento da comercialização, mas após o beneficiamento, onde o produto era fermentado e embalado para a exportação.

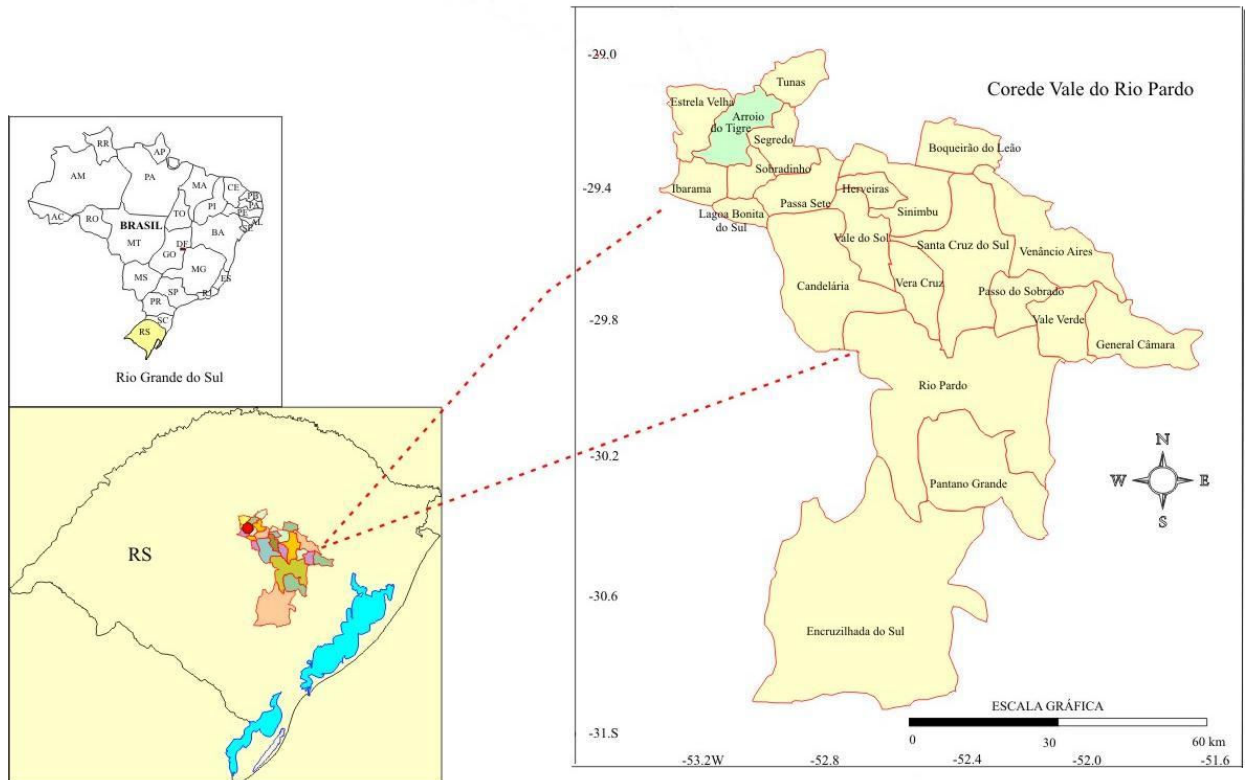


Fig. 05 – Localização do município de Arroio do Tigre/RS
 Fonte: Adaptado do Laboratório de Geoprocessamento UNISC, 2009

Segundo informações contidas no arquivo histórico de Arroio do Tigre, cujos dados foram coletados pelo Pastor Armindo Muller na década de 60, o fumo era classificado, pesado e seguia para a fermentação, após esse processo passava por uma reclassificação. A próxima etapa era o enfardamento pelo método de aniagem (tecido usado para encapar fardos), sendo que já existia uma padronização no produto com uma média em torno de 77 kg, posteriormente, os fardos eram identificados para o transporte com carroças puxadas por até oito cavalos para o município de Cachoeira do Sul, onde o tabaco seguiria viagem pela via fluvial até Porto Alegre. Na capital, a principal empresa consignatária era a F. G. Bier, que mais tarde se tornou Bier & Ullmann LTDA, a qual tinha muitos produtos que os agricultores necessitavam, como tecidos e ferramentas. Através dos viajantes (vendedores) as empresas de Porto Alegre comercializavam seus produtos aos comerciantes locais e esses revendiam aos agricultores, muitas vezes, para que estes pagassem apenas no final da safra.

Tal processo ficou mais organizado, por intermédio da Cooperativa Agrícola Mista Linha Cereja LTDA (Comacel), fundada em 1920, onde um grupo de agricultores de Linha Cereja, ainda ligado a Sobradinho, na época quarto Distrito de Soledade, tendo dificuldade em

inserir os seus produtos agrícolas no mercado, fez com que eles se unissem para estocar e vender sua produção. Perante esta realidade, 22 agricultores decidiram criar uma cooperativa para receber e beneficiar a sua produção e, a partir disso, no dia 28 de março de 1920, fundaram a Comacel⁵⁵. Por meio da cooperativa, os agricultores se fortaleceram no mercado possibilitando barganhar os preços dos produtos cultivados e nos artigos comprados em outras regiões.

Por volta da década de 60, a comunidade de Arroio do Tigre construiu um moinho para a trituração de trigo, inicialmente, para consumo das famílias agricultoras. Três anos mais tarde, em 1963, Arroio do Tigre consegue sua emancipação da cidade de Sobradinho⁵⁶. Até a década de 70, as estratégias de reprodução dos agricultores continuavam idênticas, onde se cultivava tabaco para a comercialização, a criação de suínos para carne e venda da banha - que tinha um valor muito alto na época - bem como produtos para o autoconsumo da família como o milho, feijão, trigo, mandioca e produtos oriundos da fruticultura e horticultura. Nos últimos 40 anos, alguns agricultores iniciaram um processo de aquisição de maquinários agrícolas, época em que os analistas apontam como um período de modernização e industrialização, tal como afirma Muller (1989), que o processo de integração entre a indústria e agricultura não se deram à margem das relações entre as grandes empresas, os grupos econômicos e o Estado. Este último atuou através de subsídios creditícios, incentivos fiscais e todo um arcabouço de políticas incentivadoras das exportações. Nesse sentido, o processo de integração indústria-agricultura foi designado, por Muller, de complexo agroindustrial (CAI). Resumidamente, o autor entende, o CAI como uma unidade de análise do processo sócio-econômico que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes e os grupos sociais.

Nesse processo de transformação agrícola, a década de 80, foi marcada pela expansão da soja no município. Talvez, esse fato foi conjugado com a aquisição das primeiras máquinas e implementos agrícolas no final da década de 70. Temos relatos de agricultores afirmando que a instituição financiadora das máquinas agrícolas exigia dos mesmos um documento comprobatório de outro produtor, que possuía colheitadeira de soja, para ratificar que iria colher seu produto, tendo como garantia de que as máquinas financiadas seriam pagas. Tal fato pode ser um dos motivos que explicam a expansão da soja nas atividades dos

⁵⁵ O primeiro presidente foi Bernardo Hackenhaar, têm permanecido à frente da Cooperativa na gestão pelos primeiros 40 anos, sendo atualmente presidida por Mário José Schaefer.

⁵⁶ Elevado à categoria de município com a denominação de Arroio do Tigre, pela lei Estadual nº 4605, de 06-11-1963, desmembrado de Sobradinho.

agricultores, uma vez que o crédito era liberado por intermédio, principalmente, do cultivo da leguminosa. Desse modo, para obter recursos financeiros para a aquisição das tecnologias agrícolas era necessária a integração desse grão na dinâmica produtiva das unidades de produção. Concomitantemente, se aumenta o número de variedades de fumo, a produção e comercialização dos produtos agrícolas (milho, soja, trigo, feijão e fumo principalmente). Ao final da década, apenas, chega com intensidade mais elevada o emprego de tecnologia, o advento da mecanização e utilização de insumos industriais, assim, em certa medida, fortalecendo as exportações.

Um recorte nessa análise se faz necessária, em que as dificuldades no momento da produção agrícola eram enormes, dadas as condições precárias e a inexistência de tecnologia até então, sendo que parcela significativa usava apenas alguns instrumentos para mexer com a terra, como a capinadeira puxada por um cavalo, quando isso era ainda de seus pertences. Em algumas situações era necessário empréstimo do vizinho ou trabalhar manualmente com suas foices, facões, enxadas e machados. Não menos, essa aquisição feita pelos agricultores (e outros dos arredores) propiciou algumas facilidades uma vez que tornava o processo de preparação da terra para o plantio menos oneroso, com menor grau de penosidade e mais rápido. Algumas implicações surgiriam com o emprego da tecnologia, como o abastecimento do trator e suas respectivas parcelas do financiamento. Entretanto, como àquela parcela de produtores ainda continuavam na produção de fumo essa dificuldade foi amenizada, devido os rendimentos e ingressos financeiros do tabaco, aliado também a produção de soja, que no momento era bem mais propícia. Outro adendo se faz importante sob o processo de modernização, principalmente, porque ele aconteceu somente com os agricultores mais estruturados economicamente e que as suas propriedades sustentavam o emprego do maquinário agrícola, pois ainda hoje temos em Arroio do Tigre, agricultores que não tem em suas propriedades o trator e seus respectivos implementos, uma vez que o relevo acidentado impede sua utilização, mesmo tendo condições financeiras para a aquisição ou incentivos do Estado.

Mesmo com a expansão de outros produtos agrícolas e a amplitude do mercado, o tabaco continua sendo o principal produto que move a economia de Arroio do Tigre/RS, sendo exportado até metade da década de 90. A posteriori, as indústrias de tabaco já tinham se consolidado na região do Vale do Rio Pardo e a produção parou de ser exportada⁵⁷ diretamente e começou a ser transportada até as indústrias localizadas principalmente em

⁵⁷ O término do contrato da Comacel que intermediava fumo pela antiga Meridional acabou finalizando as exportações diretas.

Santa Cruz do Sul. Na década de 2000, o município liderou por vários anos como a maior produção de feijão do Estado, evidentemente, sempre em conjunto com o fumo que nunca deixou de ser referência na região.

Atualmente, o município possui aproximadamente 12.820 habitantes, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE DADOS, 2009), sendo que destes, 6.539 (51%) se encontram na área urbana e os demais 6.281(49%) em áreas rurais. Os dados de 1970 demonstram que existiam 93% no meio rural, enquanto no meio urbano apenas 7%, assim sendo, com o passar dos anos aconteceram alguns fatos que modificaram esse cenário.

Nesse sentido, a principal redução da população rural ocorre, sobretudo, entre a década de 90 e 2000, onde temos 4.888 pessoas a menos no meio rural do município. Esse fato pode ser explicado pela organização de dois distritos de Arroio do Tigre (Itaúba e Estrela Velha), em torno à emancipação que, segundo o IBGE, com a Lei de Criação número 10.664 de 28 de dezembro de 1995, passam a constituir o novo município de Estrela Velha, funcionando administrativamente a partir de primeiro de janeiro de 1997. Desse modo, analisando os números da FEE DADOS, em 1996 temos 10.434 pessoas no meio rural, no entanto, com a emancipação de Estrela Velha reduziu para 7.614 em 1997, ou seja, uma diminuição de 2.820 indivíduos no interior do município⁵⁸. O destaque é relevante no sentido de perceber que não existiu, em certa medida, um processo de intenso êxodo rural, pelo contrário, as famílias permaneceram no mesmo local, apenas em um município diferente. Em menor relevância, mas não menos importante, a população no meio urbano também começa a acender, um pouco, orientada pelo desenvolvimento do meio urbano que trouxe oportunidades, assim explicando o acréscimo da sociedade urbana.

Tabela 02- Demografia da população no meio rural e urbano de Arroio do Tigre/RS

Ano	Demografia no rural e urbano em Arroio do Tigre		
	População Rural	População Urbana	Total
1970	14.970	1.135	16.105
1980	13.710	2.471	16.181
1990	11.834	3.747	15.581
2000	6.946	5.270	12.216
2009	6.281	6.539	12.820

Fonte: Elaborado pelo autor com informações da FEE DADOS (2009)

⁵⁸ No período de 1991, momento de início dos registros de óbitos, até 2000 foram constatadas 964 óbitos no município (FEE DADOS), dado esse que contempla pessoas do meio rural e urbano, ao mesmo tempo.

Como percebemos a história de Arroio do Tigre (e anterior a sua emancipação) estão atreladas as suas potencialidades agrícolas. O destaque pela pujante produção agrícola caracteriza-se por uma agricultura de base familiar, congregando 2.610 famílias produtoras de tabaco⁵⁹, atingindo 90% das propriedades rurais do município, sendo este o maior produtor de fumo tipo Burley sul-brasileiro (tipo de fumo que movimenta anualmente R\$ 24 milhões em Arroio do Tigre/RS). A cultura do tabaco responde por 43,8 milhões de reais no município, bem como representa 57% do valor produzido na propriedade, segundo dados da Afubra (2010). Além dessa expressiva cultura, destaca-se na produção de soja, milho e feijão, além da suinocultura, da atividade de leiteira e da piscicultura, que complementam o universo das propriedades, sem calcular os produtos para o autoconsumo da família que são diversos. Atualmente com a cultura do feijão, ocupa o segundo lugar em produção do Estado. Por essas características, fortalecendo um bom leque de produtos agrícolas e pela sua sobressalência em relação aos outros municípios integrantes da região é que se justifica o título de Arroio do Tigre: o celeiro do Centro Serra⁶⁰.

Na última safra 2008/2009, grosso modo, as famílias agricultoras optaram por continuar sua reprodução de ciclo curto nas atividades tradicionais, com mercado já consolidado, sempre diminuindo ao máximo possível os riscos eminentes da atividade. Percebemos na tabela 03 que, em certa medida, os agricultores mesmo tendo a opção por um interessante leque de estratégias de reprodução, as culturas escolhidas voltadas a comercialização são sempre àquelas já cultivadas tradicionalmente. Talvez, isso que nos levou a delimitar já previamente que o fumo é a estratégia de reprodução principal, considerando sua retrospectiva e importância histórica no processo de desenvolvimento do município de Arroio do Tigre/RS. Nesse âmbito, a dificuldade de obtenção de dados secundários sobre o município nos fez, por várias vezes, entrarmos em contato diretamente com a Secretaria da agricultura, bem como com a Empresa Assistência Técnica e Extensão rural (Emater) de Arroio do Tigre/RS. Nessa investigação, conseguimos alguns dados em primeira mão, ainda não disponíveis, aos quais elaboramos a partir deste momento análises sobre a realidade do meio rural.

⁵⁹ Sendo que dentre esse dado temos 19% das famílias produtoras não possuem terra e trabalham em regime de parceria (AFUBRA, 2010).

⁶⁰ O tema ilustrado no pórtico de entrada do município foi legitimado pela sociedade da região. Por outro lado, a título de exemplificação, Sobradinho é denominado a capital do feijão, porque anteriormente a emancipação de Arroio do Tigre a produção dos agricultores eram vinculadas a este município. Desse modo, foi registrado oficialmente, mas Sobradinho não tem mais relevância como produtora de feijão no Estado.

Tabela 03- Principais produtos agrícolas em Arroio do Tigre/RS – Safra 2008/2009

Produtos	Principais produtos agrícolas em Arroio do Tigre- Safra 2008/2009				
	Área (ha)	Produção (t)	R.med. Kg/ha	R\$ aprox./kg ⁶¹	R.B aprox./ha
Feijão Preto (1º Safra)	1.200	940,8	784	R\$ 1,167	R\$ 914,61
Feijão Preto (2º Safra)	600	972	1.620	R\$ 1,167	R\$ 1.889,89
Fumo	7.250	12.687,5	1.750	R\$ 6,24	R\$ 10.920,00
Milho (grão)	6.000	19.026	3.171	R\$ 0,375	R\$ 1.189,13
Soja Convencional	5.500	14.036	2.552	R\$ 0,7167	R\$ 1.829,02
Trigo	400	504	1.260	R\$ 0,355	R\$ 447,30
Total	20.950	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor, segundo dados da Emater/Arroio do Tigre/RS

A cultura do feijão, estratégia de reprodução complementar, apesar de sua boa produção, ganha destaque pela sua relevância histórica, na composição da renda e autoconsumo dos agricultores familiares. Analisando simplificadaamente os dados, podemos supor que as culturas do feijão, milho e soja deveriam ser consideradas também como estratégias principais, no entanto, ressalvas são necessárias. A produção de feijão nas unidades de produção que tem o fumo como foco principal é flutuante, como já destacamos anteriormente, pela limitação de mão de obra, às vezes, também pelo tamanho da propriedade. As relações intrínsecas da propriedade evocam para escolhas seguindo a alocação dos fatores de produção. Em alguns casos, para suprir essa demanda da força de trabalho no momento da colheita são contratados trabalhadores das zonas marginais do centro urbano, que organizados em grupos empreitam lavouras de feijão, considerando para fins de cálculo do valor do trabalho o volume de produção plantada⁶². O custo da contratação dessa mão de obra já ultrapassa a escala dos 26%, comparada com a rentabilidade do feijão (1ª Safra) por hectare da safra 2008/2009, além do que ainda não contabilizamos os custos do plantio, dos insumos e agrotóxicos aplicados, nem as despesas para a triagem e carregamento do produto. Grosso

⁶¹ O preço do Kg dos produtos agrícolas - feijão, milho, soja e trigo - foram estabelecidos, após consulta a Cooperativa Triticola de Espumoso Ltda- Cotriel- em 16 de Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.cotriel.com.br/>. O preço do médio do Kg fumo foi obtido pelo cálculo da Afubra na Safra 2009/2010 para o município de Arroio do Tigre.

⁶² Por exemplo, os trabalhadores formam o valor de seu trabalho tomando por base o preço do feijão, ou seja, cobram o valor cinco sacos vendidos (70,00 x 5= R\$ 350,00) para a colheita de um saco de feijão plantado. Este valor será duplicado se o agricultor tem dois sacos plantados e, assim sucessivamente. Os trabalhadores exigem ainda café da manhã e, em alguns casos, o almoço também. O transporte dos trabalhadores deve ser contratado e pago pelos agricultores. Normalmente iniciam as atividades por volta das 6 horas e terminam aproximadamente às 11 horas da manhã, quando o sol começa a ficar mais forte. Caso, não se terminou a colheita da lavoura (arranque do feijão) voltam no outro dia, para acabar. A quantidade de trabalhadores de que virá trabalhar é variável, de acordo com a necessidade de rapidez do grupo contratado e do ganho por dia que pretendem auferir, dividindo o montante estabelecido. O serviço contratado informalmente é apenas para arranque do feijão, não envolvendo as etapas de amontoamento, triagem e carregamento do produto para o estabelecimento.

modo, somando todos os custos de produção⁶³, a rentabilidade por hectare é mínima. Entretanto, essa prática é mais comum que as trocas de serviço entre os agricultores. Em alguns casos, depois de pago o montante do serviço antecipadamente, o grupo contratado informalmente não termina o trabalho, rescindindo a confiança entre o contratante (agricultor) perante o contratado (representante do grupo). Essa peculiaridade aponta para uma experiência negativa do agricultor com o cultivo, afetando diretamente nos custos de produção. Na próxima safra, necessitando novamente contratar mão de obra para a colheita, a família irá analisar de forma cuidadosa antes de decidir se continua com essa estratégia de reprodução complementar ou não, o que não impede de voltar a cultivar em anos posteriores. Seguindo nessa reflexão, os agricultores dificilmente contratam trabalhadores para permanecer na sua propriedade durante toda a safra agrícola, esse fato, além de aumentar os custos da propriedade, são temidos também prejuízos financeiros, caso o trabalhador deseje entrar na justiça do trabalho, por exemplo, por não receber horas extras depois de completado a jornada de trabalho. A prática mais corriqueira é a busca de famílias meeiras que possuem boas indicações, demonstradas confiança prévia. As relações de parcerias são estabelecidas para a produção de tabaco.

Os custos de produção do feijão são considerados altos, devido aos insumos ocuparem grande representatividade e a necessidade de contratação de mão de obra acaba elevando o passivo da produção. Sem incitar as adversidades climáticas negativas para o bom desempenho da cultura, normalmente, o agricultor não possui ganhos significantes com a mesma, conseqüentemente, em muitos casos, o produto passa a ser produzido apenas para o autoconsumo (estratégia de reprodução básica), quando o agricultor não tem na família mão de obra suficiente para a colheita do fumo e do feijão ao mesmo tempo, não pretende contratar força de trabalho ou não tem capital para tal.

Na tabela apresentada, o cultivo do milho alcança 6.000 hectares e o feijão (2º safra) 600 hectares. Os dois cultivos juntos representam 6.600 hectares no município de Arroio do Tigre. A escolha da produção de fumo fornece possibilidade de praticar duas culturas na mesma safra, após a colheita do tabaco, as duas estratégias possíveis são, respectivamente, o milho e o feijão, ocupando parte da adubação da cultura anterior. Portanto, aproximadamente 91% da área cultivada com fumo nesta última safra, podem estar vinculadas aos cultivos de milho e/ou feijão safrinha. Talvez, poderíamos inferir que um dos motivos que a

⁶³ Nosso objetivo não é calcular a viabilidade econômica de cada cultura, porém acreditamos necessária uma breve contextualização sobre os dados que dispomos no momento em comparação com outras culturas temporárias.

produtividade do feijão (2º Safra) aumenta nessa época, é pela adubação residual que permaneceu no local, bem como as características climáticas mais propícias do que na safra normal. Cabe ressaltar que os dados não abrangem a produção para o autoconsumo tanto da família como da propriedade, onde esses últimos serão utilizados na alimentação de suínos, bovinos, aves, entre outras. Comumente, a produção do milho pode ser transformada em silagem, triturado para ração ou mesmo mantido sua espiga para alimentação dos animais, singularmente, usado para as vacas leiteiras, quando é uma atividade predominante na propriedade.

A soja se torna preponderante em unidades agrícolas maiores de trinta hectares, em terras com relevo plano e com considerável emprego de tecnologia, onde se configuram agricultores que dispõem de ativo imobilizado, limitante no fator mão de obra. Entretanto, isso não suprime as unidades agrícolas com menos de trinta hectares produzirem a commodity. Muito pelo contrário, ela também serve de complemento de renda, mas nesse último necessitam contratar serviços para o plantio e colheita, principalmente. Nesse momento, abdicamos dessa análise, aquelas famílias com propriedades com alta restrição. Ao mesmo tempo, o cultivo do trigo teve redução de produção, nos últimos anos, sendo um fator relevante que condicionou isso, segundo informações dos agricultores, foi o alto custo de produção, o baixo preço de comercialização e a entrada do produto pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Constatamos que um dos principais problemas vinculados pelos agricultores quando se trata da produção agrícola são os preços desprezíveis dos produtos, alto custo dos insumos e as instabilidades climáticas. As dificuldades são, claramente, vinculadas a uma agricultura voltada para o mercado, onde prevalece a dependência dos agricultores pelos insumos externos e de um mercado consolidado, em que o produtor não necessita buscar a comercialização direto ao consumidor, ao contrário, deixa esta parte para os intermediários ou a indústria que tem ganhado em detrimento do trabalho do agricultor.

Quando sobrepujamos nossa análise para a cultura do fumo e as estratégias complementares, Van der Ploeg (2006), traz a tona o que chama de produção dependente do mercado (Fig. 06), sendo aquela em que todos os recursos são mobilizados em seus correspondentes mercados para, em seguida, entrarem no processo de produção como mercadorias. As relações mercantis entram no coração do processo de produção e trabalho sendo assim considerados como um modo de produção empresarial.

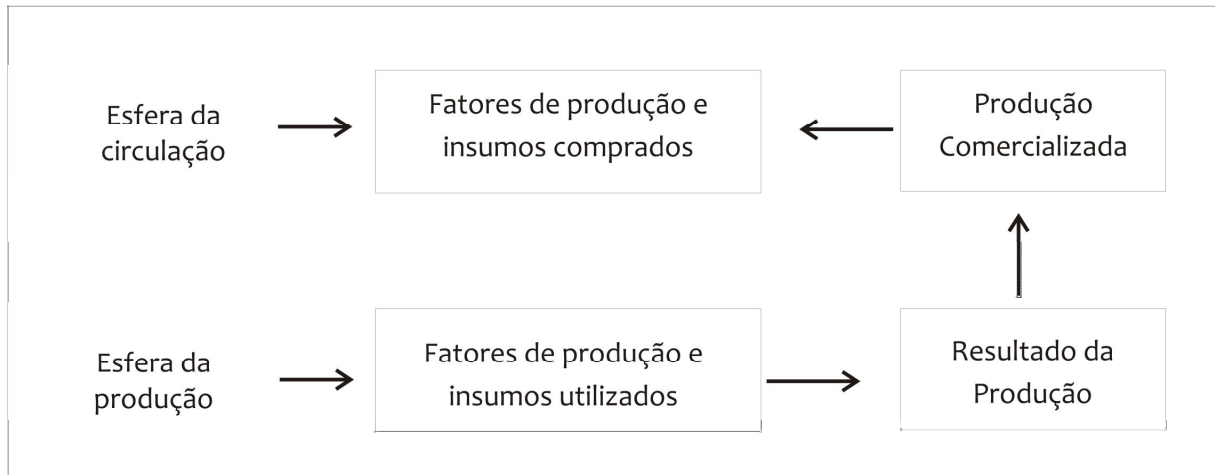


Fig. 06 – Reprodução dependente do mercado
 Fonte: Adaptado de Van der Ploeg (2006)

No entanto, mesmo que a produção esteja voltada para o mercado e a gestão da família agricultora possuir um comportamento similar a uma empresa, isso não confere a ela uma condição estritamente econômica, pelo envolvimento dos elementos considerados não econômicos, enfatizados no tópico anterior. Entretanto, nessas circunstâncias, é inevitável não racionalizar seus recursos em detrimento do maior retorno financeiro, quando se identifica oportunidades de desenvolvimento endógeno da propriedade. O discurso que procura homogeneizar as famílias agricultoras com rótulos de empresas rurais, parece estar soando como algo perverso para esta classe, dando a compreender que ser integrado ao mercado não cabe a classe da agricultura familiar. Quiçá, a suposta dominação da indústria pela agricultura deve ser entendida como Paulilo (1990, p. 103): “dominar não necessariamente significa aniquilar ou cooptar, de tal forma que a lógica de um só dos pólos, o dominante, alcançaria explicar a resultante do embate de interesses em conflito”.

Ao optar pela integração o produtor não está destruindo a assimetria dessa relação onde, visivelmente, a indústria é o lado mais forte, todavia, está participando da formação de um consenso mínimo que admite que a relação não só transcorra como também seja considerada legítima. No processo de formação desse consenso ingressa parte dos interesses dos agricultores, orientado, basicamente, na direção de uma menor necessidade de mão de obra e da obtenção de uma renda segura e constante, apesar de que esses dois aspectos nem sempre caminham juntos (PAULILO, 1990). Por bem, as ações de cooperação entre ambos podem explicar, em parte, essa relação constante entre o agricultor e a indústria. Mais adiante discutiremos com mais afinco esse fenômeno.

Voltando, entre os principais produtos agrícolas destacados na Tabela 03 é inevitável deixar de realçar a alta renda bruta por hectare do cultivo de fumo na safra 2008/2009 em Arroio do Tigre/RS. Segundo nossos cálculos a partir das informações da Emater/Arroio do Tigre, a renda bruta aproximada por hectare para o cultivo do fumo alcançou o patamar de R\$ 10.920,00. Independente do dado que utilizamos para nossa reflexão, a produção de tabaco por hectare é altamente rentável comparando com o feijão, milho, soja e trigo. A alta renda bruta é um dos fatores mais preponderantes no momento do agricultor decidir suas estratégias de reprodução de ciclo curto. Em pesquisa anterior com os agricultores que produzem fumo na localidade de Linha Paleta, Redin e Lunardi (2007), constataram que 46% dos entrevistados apontaram que a cultura é mais rentável economicamente em comparação as outras, sendo este o principal motivo para sua permanência na atividade. Paulilo (1990, p. 169) constatou que: “Se por um lado, os fumicultores formam um conjunto bastante heterogêneo, o motivo pelo qual se dedicam a essa lavoura é de uma homogeneidade surpreendente: dinheiro. Esse é um elemento-chave para se entender o relacionamento entre empresa e produtor”.

As estratégias de reprodução complementares fornecem subsídios em anos agrícolas quando o fumo não tem uma boa produtividade, devido a fatores climáticos, ou sua comercialização está muito rigorosa. A produção de tabaco na safra 2008/2009, apresentada na tabela, sofreu durante o desenvolvimento da cultura por fortes precipitações, consequentemente, resultou numa redução na produtividade e na qualidade do produto final, onde alguns produtores foram mais afetados que outros, pela sua localização e condições do edafoclimáticas. Nessas circunstâncias é que as estratégias de reprodução complementares (feijão, milho, soja e trigo) e as estratégias de reprodução básicas (todas aquelas voltadas para o autoconsumo) fornecem segurança às famílias agricultoras. Por exemplo, conhecemos um agricultor que, pela primeira vez em 40 anos de cultivo do tabaco, teve prejuízos financeiros com a cultura pelas instabilidades do clima, dadas em função das características do solo de sua propriedade não responderam as intensas chuvas, consequentemente, teve um declínio na produção e qualidade abaixo da média esperada. O agricultor empregou os rendimentos da safra de soja para sobrepor a dívida da produção de tabaco. Evidentemente, que para dar continuidade a sua reprodução na agricultura, necessitou de comercializar alguns bezerros e porcos que, normalmente, seriam para o autoconsumo da família, mas em momento de crise, servem como forma de proteção no mercado agropecuário. Nesse caso, as estratégias de reprodução complementares e as estratégias de reprodução básicas estão sendo circunstanciais para minimização do risco e manutenção das atividades agrícolas. Ao mesmo tempo, não

deixa de ser uma segurança para o agricultor. Ou, como afirma Ellis (2000), o ato de diversificar e produzir para o autoconsumo remete a uma resposta para os momentos de crise e insegurança.

Na próxima tabela, apresentamos o que consideramos como estratégias de reprodução básicas, que estão presentes na grande parte das propriedades dos agricultores familiares, principalmente, daqueles com mais tempo no local da atividade. Oferecemos destaque para a diversidade de produtos que são, fundamentalmente, para o autoconsumo da família e em algumas oportunidades com possibilidade de compor a renda. A estimativa dos dados da Emater teve como base a análise de todas as propriedades rurais, sugerindo um olhar menos minucioso, pela dificuldade de alcançar um valor que se aproxime mais perto da realidade, pois grande parte dos produtos, elencados na Tabela 04, não é comercializada, também podendo ser usados como subprodutos.

Destacamos a produção de mandioca, alcançando nesta safra de 2008/2009 600 hectares plantados. A atividade é realçada por sua característica laboriosa no momento da colheita, exigindo uma mão de obra que enfrenta considerável grau de penosidade quando se deseja retirar o produto da terra com suas características intactas, sendo, esse um dos motivos que muitas famílias do município usam apenas para o autoconsumo, em mínimos casos, é comercializada. Também serve de alimentação para os animais (suínos e bovinos) da propriedade, quando existe um excedente razoável de produção. Por outro lado, a batata inglesa, em menor expressão é cultivada com o intuito de substituir a mandioca na alimentação, no período em que essa última não está disponível.

Os 47 hectares de laranja são derivados de pomares próximos as propriedades consideradas mais antigas, para a suficiência da família. Nos pomares para fins comerciais, encontramos duas propriedades em Linha Cereja, uma em Morro da Lentilha e uma em Linha Taquaral, sendo as mais expressivas para o momento, mas não ultrapassando a escala de 2,5 hectares cada. O restante, equivalente a frutífera, responde pela alimentação das famílias. Não muito distinto, é o caso da batata doce que atinge 80 hectares no município, da pêra (24 hectares), da cebola (40 hectares) e da melancia (8 hectares). Por outro lado, fato particular se mostra para a produção de cana de açúcar que atinge 45 hectares sendo usada, principalmente, para a produção de melado para a propriedade e venda do excedente, quando surgir oportunidade. Não tão expressiva, o produto leva mera desvantagem ao comparado ao melado extraído da cana de açúcar do município de Agudo, segundo informações dos agricultores, pois alegam que as características ambientais são mais propícias no município germânico, resultando em qualidade superior em relação ao melado de Arroio do Tigre. Como a produção

de melado é ínfima, ela geralmente tem como prioridade o abastecimento familiar. Temos apenas um caso de agricultor que subtraia da cana de açúcar a cachaça, mas atualmente, não têm mais produção.

Tabela 04- Produção diversificada em Arroio do Tigre - Safra 2008/2009

Produtos	Produção diversificada em Arroio do Tigre- Safra 2008/2009		
	Área (ha)	Produção (t)	Rend. médio Kg/ha
Amendoim	30	45	1.500
Batata Inglesa	100	100	10.000
Cebola	40	480	20.000
Tomate	3	66	22.000
Alho	8	28	3.500
Melancia	8	120	15.000
Melão	4	16	4.000
Batata Doce	80	1.600	20.000
Ervilha (grão)	2	2	1.000
Cana de açúcar	45	540	12.000
Mandioca	600	8.400	14.000
Laranja	47	470	10.000
Uva	15	66	4.400
Figo	5	50	10.000
Pêssego	15	135	9.000
Caqui	15	50	10.000
Marmelo	1	4	4.000
Pêra	11	121	11.000
Abate	2	60	30.000
Noz	2	2	1.000
Goiaba	2	22	11.000
Tangerina	24	240	10.000
Limão	5	45	9.000

Fonte: Elaborado pelo autor, segundo dados da Emater/Arroio do Tigre/RS

Alguns trabalhos tratam de compreender como acontece a produção para o autoconsumo. Em sua mais recente publicação Grisa e Schneider (2008) ressaltam seis fatores que podem interferir na existência e intensidade da produção para autoconsumo, quais podem destacar: a) características da unidade familiar; b) condições técnicas de produção e produção agropecuária; c) diferentes fontes de renda; d) repertório cultural; e) dinâmica da agricultura familiar local; f) proximidade aos mercados; g) preço dos alimentos e alimentos “prontos”.

Nessa relação, nem todos interferem ao mesmo tempo e, em todas as unidades familiares, mas são fatores que transcorrem a tomada de decisão e laçam argumentos que podem explicar as diferenças entre universos sociais e no interior dos mesmos.

Geralmente, os agricultores familiares não contabilizam os alimentos de autoconsumo como relevantes, pois dificilmente existe a representação de ingressos financeiros na propriedade, em certa medida, porque os produtos não estão atrelados a comercialização. Entretanto, ao mesmo tempo em que desconsideram os produtos aos “olhos do mercado”, intuitivamente sabem da sua importância na alimentação e a não necessidade de adquiri-los fora da propriedade. As configurações que contemplam as estratégias de reprodução básicas servem como fios condutores importantes para subsídios a atividade principal. Portanto, recorremos a Grisa e Schneider (2008, p. 19) para reforçar nossa concepção onde “não é possível afirmar que a produção para autoconsumo é uma prática restrita as propriedades descapitalizadas ou decadentes, pelo contrário, esta prática também é recorrente em agricultores familiares consolidados”.

Nesse momento, apontamos nossa alça para os animais que preenchem o universo das unidades de produção agrícolas. A Tabela 05, com exceção dos bovinos, suínos e peixes, todos são para o autoconsumo da propriedade ou para exercer alguma função benéfica para as famílias agricultoras. Por exemplo, cães têm função de proteção e segurança do local, quando da ausência da família, seja por motivos de trabalho na lavoura ou viagens para tramitação de documentos e transações no centro urbano. Os gatos, na maioria das vezes, têm a função de espantar os ratos evitando prejuízos à produção estocada na unidade agrícola. Os gansos, angolas, perus, marrecos, patos, coelhos, galinhas, caprinos e ovinos tem a função, basicamente, para o consumo da família. No que diz respeito aos açudes com peixes, o início e incentivo das atividades de pisciculturas no município tem como função agregar renda a propriedade, através de sua comercialização nas feiras do município ou durante o Festival da Carpa – Festicarp, que acontece bienalmente. As abelhas não produzem mel em quantidade significativa para atingir escala mercantil, portanto, é empregado no consumo familiar. Talvez, aqui, fosse interessante o estudo de Carneiro (2009) onde demonstra a prevalência do rompimento da imagem do agricultor como um *homo economicus*, orientado unicamente por uma racionalidade econômica, no entanto, esse passando a considerar a totalidade da vida social das famílias rurais que tem na agricultura uma de suas atividades. Tal visão evoca para a contribuição não diretamente produtiva de agricultores, independente de seu estatuto como produtor.

Tabela 05- Censo de animais em Arroio do Tigre - Junho de 2010

Animais	Quantidade/ Número⁶⁴
Bovinos	13.292
Ovinos	788
Caprinos	565
Suínos	10.725
Equinos	130
Coelhos	316
Caninos	3.001
Açudes com Peixes	806
Caixas com Abelhas	1.851
Galinhas	64.548
Patos	311
Marrecos	128
Perus	83
Angola	333
Ganso	154
Gatos	1.551

Fonte: Elaborado pelo autor, segundo dados da Inspetoria Veterinária/Arroio do Tigre/RS

Enfatizamos a bovinocultura de leite presente nas unidades com facilidade de acesso, pela necessidade do transporte logístico do produto diariamente ou, às vezes, a cada dois dias, dependendo da situação. Presenciamos agricultores que não cultivavam fumo e se dedicavam intensamente à produção leiteira e as culturas de milho e soja, principalmente. No entanto, também verificamos agricultores em que a dinâmica da agricultura envolvia o fumo como atividade principal, as atividades complementares como a soja, milho, trigo; as atividades básicas para o autoconsumo, aliado a tudo isso, ainda com ênfase na atividade leiteira, função especialmente regida pelas mulheres. A produção de leite⁶⁵ transita entre a atividade principal, em alguns casos, estratégia complementar em outros, e básica no restante. Nos agricultores que já estão mais modernizados, tentando seguir os padrões da Normativa 51⁶⁶, podemos

⁶⁴ Foram contabilizadas 1.748 propriedades em Arroio do Tigre/RS

⁶⁵ Segundo informações da Secretaria da Agricultura em 2009, Arroio do Tigre estava com uma produção de leite no patamar de 16.000 mil litros/dia.

⁶⁶ Não é nosso propósito afunilar este tema, mas para conhecimento a normativa número 51 (IN51) de 18 de setembro de 2002 visa garantir a qualidade por meio de regras técnicas de produção e identidade do leite, tipificando em A, B ou C. Além disso, estabelece normas para a coleta do leite cru refrigerado, bem como no seu transporte a granel. Para mais informações sugerimos a consulta no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que pode ser acessado em: <http://www.agricultura.gov.br/>

afirmar que essa atividade já transita na estratégia de reprodução complementar ou na estratégia de reprodução principal. Devido às mudanças e exigências estabelecidas para garantir a qualidade do produto, isso acarretou na exclusão de muitos agricultores em Arroio do Tigre que comercializavam eventualmente, portanto, com baixa escala. Desse modo, esses agricultores, atualmente, possuem uma ou duas vacas leiteiras apenas para o consumo da família, a esses relegamos como uma estratégia de reprodução básica.

A produção de suínos atingindo 10.720 cabeças em Arroio do Tigre/RS no passado já foi muito mais requisitada. Em 1996, na localidade de Linha Paleta foi inaugurado um condomínio de suínos envolvendo muitas propriedades agrícolas na região. Este condomínio tinha como objetivo criar as matrizes, repassando para os agricultores engordar os animais. Nesse momento, existiu por parte dos agricultores que se integraram a essa associação, a necessidade de investimentos para alocar os suínos e fazer o processo de engorda. Após o animal ter atingido o porte ideal ele era levado a sede do condomínio onde seria vendido em conjunto com outros animais dos associados. O agricultor recebia os rendimentos com base no peso que cada animal ganhou em sua propriedade. Nos primeiros anos, essa atividade teve muito êxito e incentivo, entretanto, instaurou-se uma crise no setor que acabou, aos poucos, suprimindo o número de associados. O condomínio denominado “29 de Maio” foi aos poucos perdendo sua função, sendo que, atualmente, é administrado, somente, por um agricultor que decidiu investir esforços para sua continuidade. Talvez, grande parte dos animais contabilizados na Tabela 05 é deste local. Por outro lado, os suínos nas demais regiões do município são apenas para o consumo de carne e banha, sendo eventualmente comercializados em caso de dificuldades financeiras internas para outros produtores ou para duas agroindústrias familiares rurais que estão no ramo dos produtos de origem animal, sendo que apenas uma delas conseguiu atingir as exigências da legalização sanitária e ambiental. Por isso, que enquadramos a produção de suínos na estratégia de reprodução básica.

Assim sendo, como Arroio do Tigre caracteriza-se por uma agricultura de base familiar interligada, de certa forma, com o mercado. Nesse contexto, é interessante trazermos a tona Prieb (2005) salientando o fato de a agricultura familiar estar em constante procura de maior integração ao mercado e a produção capitalista, não contrariando, destarte, as tendências mais gerais das necessidades do capital. Entretanto, mesmo que em distintos graus, possui o controle dos meios de produção e dos processos de trabalho no interior de sua unidade. Deste modo, pode exercer uma autonomia relativa, que permite alguma possibilidade de escolha de estratégias de reprodução. Schneider (1999) explica que pelo motivo das decisões tomadas pela família e o grupo doméstico, perante as condições materiais, ao

ambiente social e econômico em que está introduzida, que ocorrerá ou não sua reprodução social, econômica e até mesmo cultural.

Nesse contexto, Prieb (2005) faz questão de apontar duas ressalvas: a) mesmo que se aceite que a tomada de decisão seja familiar, precisamos relativizar, pois é importante fazer uma distinção em que a organização do mercado reproduzida pelo movimento do capital é que proporcionam graus de liberdade estreitos de escolha das atividades que permitem a sua reprodução. E as práticas da unidade de produção são decididas pela própria vontade dos agricultores dentro desses limites estreitos, impostos pelos capitais que aí operam; b) existem vários analistas que ressaltam a ideia de existência de uma ruptura no campo, capaz de implicar, inclusive, a unidade de análise proeminente para a realidade que se atribui, qual seja, a presença marcante de atividades não agrícolas no meio rural ou a pluriatividade.

Ademais, dado o destaque da produção de tabaco no meio rural e a representatividade da cultura atingindo 90% das propriedades rurais, sendo este o maior produtor de fumo tipo Burley do sul do país e a cultura do tabaco responde por 43,8 milhões de reais no município, bem como representa 57% do valor produzido na propriedade, segundo dados da Afubra (2010), é pertinente nesse momento focarmos nossa atenção para a discussão dos elementos circunscritos da nossa estratégia principal, a cultura do tabaco.

2.2 Fumicultura em foco: o fio da reprodução dos agricultores familiares

Para tratarmos da agricultura familiar fumageira em Arroio do Tigre/RS apresentamos parâmetros comparativos da importância da cultura para o desenvolvimento econômico da região, mas principalmente dos produtores⁶⁷. Uma das sistematizações sobre os últimos anos da produção no município foi realizada pela Afubra na qual enfoca aspectos econômicos que apontam para uma atividade que envolve as famílias agricultoras e toda a rede de mercado que sustenta a produção tabagista⁶⁸.

⁶⁷ Ressaltamos que nosso foco não é discutir os malefícios da cultura do tabaco que envolvem as questões ambientais e a saúde pública. Não é esse nosso propósito, uma vez que, já existem vários trabalhos que abordam essa temática, mas desconsideram as dificuldades do agricultor familiar, onde os problemas da agricultura são, de certa forma, desprezados, tais como sistematização de Pinheiro e Carvalho (2003), que os divide em quatro: a) baixos rendimentos da atividade agrícola; b) da variabilidade dos preços e das produções; c) dos problemas estruturais; e d) dilapidação dos recursos naturais.

⁶⁸ Talvez, devemos analisar os dados da Afubra com certo cuidado, mas comparando com os dados informados pela Emater de Arroio do Tigre percebemos que a diferença dos cálculos de renda são similares.

Os dados da Afubra da safra 2009/2010 revelam que, atualmente, Arroio do Tigre conta com 2.120 propriedades rurais produtoras de fumo, sendo que estas integram 2.610 famílias fumicultoras. O fato pode ser explicado, pois 19% das famílias produtoras não possuem terra e trabalham em regime de parceria. Ampliando nossa análise, segundo dados da Afubra, 25% das famílias (de 185.160 mil) que produzem fumo no país (estimativa da última safra 2009/2010) não possuem o fator de produção terra, desse modo, estima-se que alcançamos um patamar de 46.290 famílias que desenvolvem a cultura na forma de parceria ou arrendamento. Diehl et al. (2005) distingue três categorias de agricultores familiares que produzem fumo: a) aqueles que não tem terras e se associam a outros para cultivar o fumo, b) os meeiros, mais conhecidos como sócios e c) os agricultores que dispõem de terras próprias para a produção.

Talvez, quando a atividade é regida pelo arrendamento da terra podemos identificar de forma mais enfática as estratégias de cooperação entre os agricultores e a indústria, no momento em que acontece a assistência da empresa fumageira para o início da atividade, fornecendo crédito para constituir o ativo imobilizado necessário a cultura do tabaco (galpões, bandejas, forno de estufa, tecedeiras, quando for o caso), além do acompanhamento e supervisão técnico. Redin et al. (2010) aponta, nesse caso, duas situações prováveis: a) a família tem sucesso na atividade e com o tempo quita o crédito perante a empresa criando seu próprio capital de giro, ou b) o grupo sofre com as altas taxas de juros, a pouca experiência com o cultivo ou através das intempéries climáticas, trazendo resultados pouco significativos, conseqüentemente, acontece um endividamento progressivo. Nesse último caso, uma das saídas para a família fumicultora é a quebra de contrato com a empresa, desviando toda a produção a concorrente para ter condições de continuar a se reproduzir. O empréstimo na primeira indústria é adiado por prazo determinado (geralmente até próxima safra), entretanto, protelando o ressarcimento da dívida, pelo menos no acordo firmado entre o técnico e o agricultor, a indústria usa de artificios jurídicos para recuperar parte do investimento. Nesse momento, o ato é concretizado com o *arresto*, isto é, a empresa com mandato judicial vai a propriedade da família, próximo ao período de comercialização, e assume a posse da produção fumo em folha proveniente da safra. Por conseguinte, de um lado a família necessitando quebrar o contrato para sobrevivência e de outro a empresa procurando não ter prejuízos financeiros maiores com o investimento realizado.

Normalmente, grande parte dos fumicultores que é proveniente do meio rural e possuem o *saber-fazer* nas etapas de produção e o controle da situação, desenvolvem a atividade sem maiores conturbações. Evidentemente, as condições que são impostas no

momento da comercialização do produto condicionam os agricultores a tomarem a decisão da “quebra” ou não do contrato. Se decidirem pelo rompimento do contrato, por constatar que o produto não será remunerado conforme expectativa, a partir desse momento, a busca se dá pela concorrência ou mesmo pelos intermediários (“picaretas”), ou seja, os atravessadores que estabelecem vínculos com diferentes empresas fumageiras. Para os fumicultores, caso comercializar a produção para a concorrência ou para o intermediário faz o pagamento da dívida em forma de dinheiro, cujo não é a preferência das multinacionais. Todavia, a mesma concorda com a forma de acerto para receber seu investimento para, quem sabe, continuar na próxima safra com o contrato de produção com o agricultor, pois se a sua comercialização estiver mais favorável no próximo ano conseguirá trazer a produção de volta para a empresa (REDIN, et al., 2010).

Prieb (2005) salienta que as probabilidades de alterações expressivas nos ganhos dos agricultores, ao alterarem de empresa, são ínfimas e de curto prazo. Isso porque os preços praticados pelas agroindústrias são similares, o que muda é a rigidez ou flexibilidade no ato da classificação. Para a autora, a venda para os intermediários, tem única vantagem, pois eles pagam pelo produto no ato da compra, sem que a parcela do empréstimo seja deduzida no momento, sendo que se torna evidente que isso acaba gerando uma falsa ideia, algumas vezes, de que o preço obtido seja superior ao pago pelas empresas fumageiras.

Nesta última afirmação, cabem algumas ressalvas a ação dos intermediários, sendo que sua atuação pode ser benéfica para os agricultores por alguns motivos: a) serve como regulador do mercado, enquanto detém o produto sem comercializar; b) atuam como competidores de outras empresas; c) podem pagar um preço mais elevado, seja pelo desconhecimento de como está o andamento da compra, por engano ou mesmo por receber um percentual no preço vendido, acordo estabelecido entre intermediário e determinada empresa; e d) o processo de negociação acontece na propriedade do agricultor, aspecto relevante, que possibilita o produtor ter maior barganha do produto.

Como visto, a fumicultura representa o carro chefe no que tange o desenvolvimento econômico local. O tamanho médio das propriedades com tabaco também é relevante destacar, pois como visualizamos na Tabela 06 está havendo uma diminuição nesse quesito nos últimos cinco anos. Os dados da Afubra apontam para a Safra 2009/2010, o tamanho médio da propriedade ficou em torno dos 11,3 hectares. Comparado aos dados da fumicultura sul-brasileira em que o tamanho das unidades gira em torno de 16,9 hectares, notamos que o município está abaixo da média nacional. Nesse momento, se torna relevante acentuar que a cultura do tabaco proporcionou a estas famílias, com restrições significativas em relação aos

fatores de produção, condições de capitalização possibilitando o incremento e modernização de suas propriedades, bem como o acesso a bens e serviços até então inalcançáveis. A produção intensiva em pouca terra, a renda relativamente elevada por hectare e a não necessidade de áreas planas para o cultivo facilita o processo de adoção da atividade.

Em nossas andanças tivemos a oportunidade de conhecer fumicultores, além do local de estudo, dos municípios de Sobradinho, Ibarama, Pinhal Grande, Agudo, Candelária, Dom Feliciano e Jaguari, principalmente. Em determinados locais nesses municípios encontramos agricultores em que suas unidades de produção apresentavam elevadas restrições ambientais, como relevos muito acidentados com até menos de 5 hectares. Logo, essas famílias dificilmente empregam o uso de maquinários agrícolas (como trator, semeadora, etc) com objetivo de cultivar as commodities voltadas para a comercialização, uma vez que o relevo dificulta o ingresso de maquinários agrícolas e a escala de produção de alimentos é pequena para competir na produção de larga escala. Por esta razão, as tarefas devem ser feitas manualmente (soja, milho, feijão, etc.). A cultura do fumo fornece a possibilidade dos agricultores terem uma renda significativa em uma pequena unidade de produção com altas restrições. Talvez, esses dois fatores são circunstanciais para o uso do tabaco como a principal estratégia de reprodução nessa realidade. A partir desse momento, a expansão do fumo se torna inevitável e o trabalho manual que vinha sendo relegado nas outras culturas é remanejado para o sistema de produção fumo. Vale ressaltar que o trabalho no fumo também é árduo e pesado. Entretanto, analisando os dados da tabela 03, nota-se que a renda bruta por hectare do fumo, na safra 2008/2009, foi 24 vezes maior que a da produção de trigo, isso já é um motivo muito confortável para a sua decisão e o remanejamento do esforço da mão de obra. A instabilidade dos preços dos produtos agrícolas no momento da comercialização e o alto custo de produção são fatores que também pesam na propriedade. Grosso modo, o preço previamente tabulado sob as classes do tabaco fortalecem o quesito “segurança” no momento da escolha da cultura. Nos outros produtos agrícolas não se tem a segurança de um preço razoavelmente constante podendo ter muitas flutuações no momento da venda, o que não é esperado pelos agricultores no que se refere ao tabaco, com exceção as classificações rigorosas.

Tabela 06- Perfil dos fumicultores de Arroio do Tigre 2005-2010.

Especificação	Perfil dos fumicultores em Arroio do Tigre					
	Unidade	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Números de Propriedades	un	2.040	2.010	1.970	2.280	2.120
Famílias produtoras	un	2.470	2.450	2.440	2.720	2.610
Áreas das propriedades	ha	26.690	26.210	23.710	27.250	23.760
Área com tabaco	ha	4.070	3.710	3.750	4.360	4.160
Tamanho médio das propriedades	ha	13,1	13	12	12	11,3

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado da Afubra (2010)

Extrapolando a análise, na safra 2005/2006 o Rio Grande do Sul foi responsável por 54% da produção total da Região Sul e por 52% da produção brasileira do tabaco, conforme expressa Buainain et al. (2009). Dentre os dez municípios maiores produtores de tabaco do Rio Grande do Sul, considerando os hectares plantados e a produção em tonelada, na safra 2007/2008, seis deles integram a Região do Vale do Rio Pardo/RS, sendo eles: Venâncio Aires (1ª lugar), Santa Cruz do Sul (3º lugar), Candelária (4º lugar), Vale do Sol (7º lugar), Vera Cruz (9º lugar) e Sinimbu (10º lugar). Não menos importante, para a safra de 2008/2009, o município de Arroio do Tigre é considerado como maior produtor sul-brasileiro de fumo tipo Burley e ocupa a 26º posição na produção total.

Atualmente a cultura do fumo na Região Centro Serra tem importante destaque na maioria das unidades de produção, uma vez que apresenta elevada participação tanto na ocupação da mão de obra quanto na composição da renda das famílias de agricultores. Nesse sentido, ressaltamos que a economia regional depende fortemente do tabaco, que representou em 2004, em torno de 50% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do Vale do Rio Pardo (COSTABEBER & CLARO, 2004). Para os autores, a Região Centro Serra tem uma estrutura fundiária onde apresenta cerca de 50% dos estabelecimentos rurais com menos de 20 hectares, enquanto mais de 90% apresentam áreas até 50 hectares. Conforme os dados da Afubra, na safra de 2009/2010, a fumiicultura sul-brasileira atingiu uma produção 588.420 toneladas de fumo tipo Virgínia, 103.450 toneladas de fumo Burley e tipo Comum, gerando um total de 691.870 toneladas produzidas, com um preço médio de R\$/KG 6,35; com um valor por hectare de tabaco em torno de R\$ 11.855,00, gerando um montante de R\$ 4.396.096.800 na região Sul do país.

Ao mesmo tempo em que o tabaco tem expressividade no Sul do Brasil (96% da produção), os produtores são representados e organizados, principalmente, no Rio Grande do Sul pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), instituição representativa dos agricultores. Não obstante configuram-se o apoio de várias outras entidades representativas

que tem por intermédio defender a produção perante o contexto mercadológico e social. Entre elas, temos as Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Paraná (FETAEP), de Santa Catarina (FETAESC) e do Rio Grande do Sul (FETAG); as Federações da Agricultura do Paraná (FAEP), de Santa Catarina (FEASC) e ainda no Rio Grande do Sul, a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL); além do departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Prosseguindo na análise da cultura do tabaco no desenvolvimento econômico dos agricultores arroiotigrenses, na Tabela 07, safra 2009/2010, a fumicultura do município atingiu uma produção de 7.020 toneladas de fumo (Burley, Virginia, Comum), com um preço médio de R\$/KG 6,24 e um valor por hectare de R\$ 10.530,00 gerando um montante bruto total de R\$ 43.804.800, segundo informações da Afubra (2010). A renda per capita desta safra de tabaco chega a R\$ 7.714,00 por hectare, a cobertura florestal foi estimada em 4.630 hectares e a área com outras culturas ou atividades alcançam nesse último ano 14.970 hectares.

Tabela 07- Valores econômicos da cultura do tabaco em Arroio do Tigre – 2005/2010.

Especificação	Valores econômicos do tabaco em Arroio do Tigre					
	Unidade	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Toneladas Produzidas	ton	7.990	8.130	7.020	8.570	7.020
Preço médio do tabaco	R\$/kg	4,21	4,45	5,44	5,69	6,24
Valor bruto da safra de tabaco	R\$	33.637.900	36.178.500	38.188.800	48.763.300	43.804.800
Valor da produção vegetal/animal	R\$	15.391.800	15.306.150	19.954.130	32.483.160	32.707.110
Valor bruto total	R\$	49.029.700	51.484.650	58.142.930	81.246.460	76.511.910
Valor bruto total por família	R\$	19.850,00	21.014,00	23.829,00	29.870,00	29.315,00
Valor/ha da produção vegetal/animal	R\$	892,00	918,00	1.332,00	1.866,00	2.185,00
Valor por hectare de tabaco	R\$	8.265,00	9.752,00	10.184,00	11.184,00	10.530,00
Produtividade / tabaco	kg/ha	1.963	2.191	1.872	1.966	1.688
Renda per capita	R\$	4.963,00	5.254,00	5.957,00	7.861,00	7.714,00

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado da Afubra (2010)

A despeito dos significativos valores apresentados, ditando o desempenho econômico das unidades de produção agrícola, acaba movendo a ideia da busca ou da permanência nesse sistema de produção. No bojo dessa análise é que os programas de diversificação do governo federal ainda não conseguiram encontrar culturas que atinjam, ao menos, um valor aproximado a cultura do tabaco, e quando as encontram não se adaptam ao clima da região ou não existe estrutura de apoio e de comercialização. Nesse sentido, Romeu Schneider, presidente da Câmara Setorial do Tabaco no Ministério da Agricultura, afirma em entrevista

ao Zero Hora do dia 15 de novembro de 2010 que: “Há cinco anos são pesquisadas alternativas e ainda não se encontrou uma cultura que compense o Burley”. A carência de mão de obra, assistência técnica, garantia de preço mínimo, as instabilidades climáticas e a inexistência de diferenciação dos agricultores familiares sob a agricultura de economia de escala são fatores que dificultam o processo de fazer das estratégias de reprodução complementar e/ou estratégia de reprodução básica se transformar em atividade principal.

Como visto, a produção agrícola de Arroio do Tigre é bastante distinta congregando propriedades bem diversificadas. Suponhamos que os objetivos das ações de intervenção do Estado movem no sentido da “substituição”, pois geralmente são muito poucos os casos em que a família produz e reproduz sob a única e exclusivamente renda do tabaco. O Sindicato da Indústria do Fumo (SINDITABACO) assegura que há décadas as indústrias de beneficiamento de fumo estimulam os fumicultores a diversificar suas atividades, justamente para não dependerem unicamente de uma cultura. Pelas atividades paralelas, os produtores reduzem os custos com a alimentação da família e de animais criados na propriedade, bem como acrescentam a renda com a comercialização da produção excedente. É um meio de melhorar a qualidade de vida das famílias e contribuir para que permaneçam no meio rural, reduzindo as chances de êxodo para os centros urbanos.

A diversificação na unidade de produção é indicada pelas agroindústrias fumageiras, para minimizar sua responsabilidade na composição da renda e eventuais prejuízos do agricultor. Prevalece o discurso, desde que, a atividade principal (tabaco) não sofra perdas e inviabilize o agricultor cumprir o contrato de produção com a empresa ou mesmo quitar o financiamento. Cabe destacar que a carência do fator mão de obra vai conduzir as atividades prioritárias, dado o tempo e o espaço da dinâmica produtiva.

Mediante a análise simplificada e um tanto tautológica de algumas publicações sobre a produção, comercialização e consumo do tabaco verificamos que, rapidamente, são mencionados os efeitos deletérios ou maléficos desta cultura com termos, majoritariamente, ligados aos problemas dos “agrotóxicos”, “da saúde pública”, “da questão ambiental”, “dos problemas da in-sustentabilidade”, entre outras. Palavras estas, que denotam certa responsabilidade e vertem indícios de culpa ao agricultor familiar, como possível reprodutor deste “caos” a vida e ao meio ambiente. Estes aspectos negativos não consideram as

peculiaridades⁶⁹, as diversidades e realidades dos agricultores familiares para sua reprodução social e econômica em muitos lugares adversos do sul do país.

Prieb (2005) falando das razões da persistência das famílias agricultoras no Vale do Rio Pardo destaca que é preciso considerar os fatores endógenos e exógenos. Os fatores endógenos é preciso investigar se os agricultores anseiam apenas a subsistência ou sobrevivência, ou se as metas englobam o crescimento do patrimônio familiar, e aí, o que conta são suas possibilidades objetivas. Em relação aos fatores exógenos devem analisar de forma ampla a relação da manutenção da unidade familiar em um contexto que não pode abstrair de uma avaliação do próprio grau de desenvolvimento das forças produtivas e do movimento do capital, da concorrência e das reestruturações produtivas que criam e recriam espaços, novas articulações e novas demandas.

No campo teórico, a discussão da fumicultura, ao longo do tempo, teve um vazio teórico analítico em que se privilegiaram outros temas relativos ao desenvolvimento da agricultura familiar. Por outro lado, certos autores já tem alguns avanços sobre a compreensão do agricultor familiar e a produção de tabaco como Diesel (2000), Etges (1991), Moura (2002)⁷⁰, Xavier da Silva (2002), Fossatti (2004)⁷¹, Prieb (1997, 2005), Almeida (2005), Hauresco (2007), Mengel e Diesel (2009)⁷², Buainain et al. (2009), Redin et. al (2007, 2008, 2009, 2010)⁷³, entre outros. Dentre estes citados, apenas Xavier da Silva (2002), Prieb (1997, 2005), Zanella e Prieb (2007), Buainain et al. (2009) e Redin et al. (2010) se preocupam em compreender, explicar e contextualizar a cadeia do fumo como uma das estratégias de reprodução das famílias produtoras.

É indubitável, porém, que existem na sociedade dois movimentos bem distintos sobre as discussões da cultura do fumo. O primeiro voltado para a restrição do cultivo do tabaco

⁶⁹ Elenca-se algumas adversidades como o trabalho árduo, as intempéries climáticas, condições agroecológicas adversas, a falta de fatores de produção, a subordinação as agroindústrias de insumos, o difícil acesso, entre outros elementos que entravam o desenvolvimento rural.

⁷⁰ MOURA, L. G. **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo - RS.** (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 249

⁷¹ FOSSATTI, D. M. **O caráter familiar da atividade fumageira em Santa Cruz do Sul – RS.** Santa Maria: UFSM, 2004. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/mila/clailton/publicacoes/cientificos.htm>>. Acesso em: 03 de Mar. 2008.

⁷² MENGEL, A. A.; DIESEL, V. Globalização, Convenção Quadro para o controle do tabaco e as disputas pelos rumos dos territórios fumicultores. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro- RJ, v. 3, n. 2, p. 226-255, jul./dez. 2009.

⁷³ REDIN, E.; LUNARDI, R. . A Atividade Fumageira de Agricultores de Arroio do Tigre/RS. **Anais...** In: I Congresso de Humanidades, Ciência e Educação, 2008, Criciúma: UNESC, 2008.

REDIN, E. et al. Agricultura Familiar e o cultivo de fumo no sul do Brasil: um estudo sobre a racionalidade dos atores do município de Arroio do Tigre, RS. **Anais...** In: IV Congresso Argentino e Latinoamericano de Antropologia Rural. Mar Del Plata, 2009.

pelos problemas de saúde pública provocados pelo cigarro e ambientais provocados pelas técnicas de cultivo, onde evocam para a ratificação e a aplicação mais rápida possível da Convenção-Quadro no país, tendo nesse grupo, a predominância da força da sociedade urbana, em especial, das áreas ligadas à saúde e a preservação ambiental. No Senado do país, identificamos os senadores Tião Viana (PT) da Unidade de Federação do Acre (2007-2014), Heráclito Fortes (DEM) da Unidade de Federação Piauí (2003-2010), Sérgio Zambiasi (PTB) da Unidade de Federação do Rio Grande do Sul (2003-2010), Romero Jucá (PMDB) da unidade de Federação de Roraima (2003-2010) como os principais expoentes favoráveis a diminuição vertiginosa da cultura do tabaco, bem como a aplicação mais rápida dos artigos da Convenção-Quadro, perante os efeitos “perversos” do ato de “fumar” diante da sociedade brasileira.

O outro grupo defende a vertente do desenvolvimento econômico das regiões, principalmente, pelo desenvolvimento dos agricultores familiares em territórios de expressão da cultura do fumo como uma das principais e únicas estratégias rentáveis na agricultura. A posição deste grupo evoca pelo caráter de uma decisão sobre a fumicultura que não seja precipitada, uma vez que muitos municípios do sul do Brasil dependem, especialmente, desta cultura como fonte de renda para os produtores, dada as condições atípicas para a agricultura, ou ainda, a redução expressiva do PIB dos municípios que sofreriam os efeitos da eliminação ou redução drástica do cultivo. Nesse quadrante, estão elencados os Deputados Federais: Luiz Carlos Heinze (PP) da unidade de Federação do Rio Grande do Sul (2006 - 2009; 2010 - 2014); Sérgio Moraes (PTB) da Unidade de Federação do Rio Grande do Sul (2006 - 2009; 2010 - 2014); Mendes Ribeiro Filho (PMDB) da unidade de Federação do Rio Grande do Sul (2006 - 2009; 2010 - 2014); e outros menos expressivos. Os deputados estaduais nessa mesma linha: Heitor Schuch (PSB) da Unidade de Federação do Rio Grande do Sul (2006 - 2009; 2010 - 2014) e Adolfo Brito (PP) da Unidade de Federação do Rio Grande do Sul (2006 - 2009; 2010 - 2014), Edson Brum (PMDB) da Unidade de Federação do Rio Grande do Sul (2006 - 2009; 2010 - 2014), e demais não citados.

No Rio Grande do Sul, em 2006, coordenado pelo Deputado Edson Brum (PMDB), a Comissão de Representação Externa de Fumicultura, através do Processo nº 20118/01, bem como, os deputados no momento, Aluísio Classmann (PTB), Frei Sérgio Görden (PT), Osmar Severo (PDT) e Telmo Kirst (PMDB), obtiveram o apoio de 39 deputados na elaboração e construção de um documento evidenciando a relevância do setor fumageiro para o Estado em toda sua cadeia produtiva, que envolve desde o produtor, transportador, comércio, até a indústria. Tal documento também serve de apoio para discussão da importância da

Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco e suas conseqüências. Os objetivos do documento versam: a) promover a defesa do setor fumageiro do Rio Grande do Sul, incluindo todos os produtores, trabalhadores, transportadores e empresas de beneficiamento; b) posicionar-se contra a ratificação da Convenção-Quadro que visava a extinção gradativa da cultura do tabaco; c) alertar sobre as conseqüências, caso seja ratificada, principalmente as sócio-econômicas, pois somente em nosso estado 101 mil famílias de pequenos produtores dependem da fumicultura para sobreviver. Para a elaboração do documento foram realizadas oito reuniões externas, incluindo 132 municípios envolvidos com a cultura do tabaco, objetivando discutir as questões ligadas ao setor, principalmente, os efeitos da Convenção-Quadro⁷⁴.

No grupo pró-fumicultura, principalmente, a sociedade gaúcha legítima, novamente, nas últimas eleições de 2010 representantes legislativos que tem como meta a “defesa da fumicultura” como estratégia de manutenção das atividades agrícolas das famílias agricultoras, como também nos empregos diretos e indiretos proporcionados pela cadeia produtiva. O argumento que prevalece é consubstanciado por dados da safra de 2009/2010, segundo parâmetros do Sindicato da Indústria do Tabaco, somente a Região Sul, responsável por 95% da produção do país, chegou a uma escala de 739 mil toneladas de fumo em folha. A cultura está presente em 719 municípios, envolvendo mais de 185 mil agricultores familiares, proporcionando 30 mil empregos diretos nas indústrias de beneficiamento. Apesar da pequena área produzida, a renda bruta da safra 2009/2010 destinada aos produtores chegou a R\$ 4,3 bilhões para uma estimativa de 870 mil pessoas no meio rural. Nessa safra, o Sinditabaco citando pesquisa da PriceWaterhouseCoopers afirma que a produção alcançará 668 mil toneladas - deste volume, onde 51% produzidos no Rio Grande do Sul, 32% em Santa Catarina e 17% no Paraná.

Esses dois grupos com propósitos antagônicos defendem interesses de importante parcela da sociedade. Incitar quem está correto não é nosso objetivo, pois ambos defendem interesses que são benéficos para a sua concepção de desenvolvimento, um movido por uma ação calcada na condição do bem estar social e outro fundamentado no desenvolvimento econômico e de reprodução, enquanto produtores rurais e indústria. As duas configurações são regidas por influências políticas e acordos internacionais, que evocam para estratégias mediadas pela soberania imperando, muitas vezes, em conflitos, que por vias, não tem nada de construtivo.

⁷⁴ Para maiores informações sobre a posição dos parlamentares, o documento elaborado em 2006 está disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/download/ComRepresentacaoExterna/Fumicultura.pdf>

2.3 A Convenção-Quadro: uma pedra no sapato dos agricultores

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) visa, grosso modo, a redução do consumo e o controle ou regulamentação da fabricação do cigarro. Para auxiliar a sua ratificação é criada uma organização com a finalidade de assessorar o governo brasileiro na formulação das políticas nacionais, denominada Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq). O tratado Internacional de saúde pública, segundo o Ministério da Saúde (2004), a convenção-quadro torna-se um instrumento legal, no qual os Estados signatários concordam em empreender esforços para restringir a “epidemia” acarretada pelo tabaco reconhecida como um problema global com consequências graves para a saúde pública. Foi aprovado por unanimidade na 56^a Assembléia Mundial da Saúde, no mês de maio de 2003⁷⁵.

Em 2005, a então Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, atual Presidenta do Brasil, assinou a ratificação dando legitimidade à decisão do governo federal em apoiar formas de prevenção e controle do tabagismo, assim como, corroborando com as iniciativas de outros países no que tange a aprovação da Convenção. Zanella e Prieb (2007) afirmam que a ratificação representou importante vitória para o país, no entanto, ela somente foi possível porque o governo federal se comprometeu, por meio de um documento assinado por seis ministros, a garantir a atividade dos produtores de fumo. Até este momento, os agricultores e a indústria não tinham preocupações em relação à convenção quadro, pois como afirma Bonato (2007) na prática o acordo não visa o fim da produção do produto, não havendo qualquer cláusula que aluda à erradicação. Nesse sentido, já surgem dúvidas sobre sua aplicabilidade, quando Souza (2009) questiona a institucionalidade da CQCT alegando que mesma não possui obrigatoriedade de compromisso, metas a cumprir, nem penalidades ao seu não cumprimento, sendo que, por isso, sua efetivação fica comprometida.

Para tanto o governo brasileiro lança mão das chamadas “políticas de diversificação” para conduzir esforços no sentido de legitimar espaços de intervenção no meio rural como

⁷⁵ Não é nosso objetivo principal aprofundar as discussões sobre Convenção-Quadro. Para um maior conhecimento indicamos a leitura do material sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco disponível no site do Inca: http://www.inca.gov.br/tabagismo/cquadro3/convencao_ptbr.pdf

forma de avançar neste processo. Nessa seara, é criado o Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com Tabaco, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o intuito de apoiar os agricultores familiares fumicultores na busca de um sistema produtivo diversificado e sustentável em suas propriedades criando oportunidades de geração de renda e qualidade às famílias tendo apoio de princípios como: desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, diversificação, participação e parceria. As ações do governo que o consolidam estão fundamentadas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁷⁶, Seguro da Agricultura Familiar, Garantia Safra, Seguro de Preço, Programa de Combustível, Apoio à Comercialização, Agregação de valor e geração de renda, Programa de Aquisição de Alimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural, Formação de Agentes de ATER e Agroecologia. Estes são alguns dos passos que visam corroborar com a convenção. A partir disso, tem estimativas que apontam que de 2006 a 2009 foram conduzidos aproximadamente 60 projetos com o propósito de diversificação na atividade produtiva.

A intensificação das discussões sobre a CQCT fortaleceu-se nesse último ano, principalmente, pela inquietação dos artigos 17 e 18 da convenção-quadro que delega medidas de intervenção ao "apoio a atividades alternativas economicamente viáveis" à cultura do tabaco (Artigo 17) e "proteção do meio ambiente e saúde das pessoas" na cultura do fumo (Artigo 18). Nesse sentido, vários seminários já foram realizados pela rede temática de diversificação em áreas cultivadas com tabaco, a qual está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para discutir o apoio a atividades alternativas à cultura do fumo e proteção do meio ambiente e saúde das pessoas envolvidas nesta atividade como, por exemplo: 1) Reunião do dia 08 e 09 de maio de 2008, em Porto Alegre/RS; 2) Reunião de trabalho dia 17, 18 e 19 de maio de 2010 no centro de Formação Cetava/Venâncio Aires/RS; 3) 20º Seminário Estadual de alternativas à Cultura do Fumo, promovido pela Cáritas, organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) dia 25 de agosto de 2010, em Santa Maria, RS; 4) Seminário sobre a diversificação das áreas de cultivo do fumo em Brasília/DF dia 16 e 17 de setembro de 2010; 5) dentre outros eventos, sempre com intuito de buscar "soluções" que visam a redução do cultivo do tabaco, alternando expressões como: "diversificação", "substituição", "sobreposição" e "alternativas" que fortalecem a ideia da busca por uma nova estratégia de desenvolvimento. Na maioria desses seminários resultaram

⁷⁶ Em Arroio do Tigre/RS foi contratado um montante de R\$ 6.720.000 em 168 propostas com 168 famílias pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário pela linha CAF e NPT-CAF (Consolidação da Agricultura Familiar e Nossa Primeira Terra - CAF). Os dados são referentes somente a esse Programa e constantes no sistema SAC.

na elaboração de uma carta ao governo federal fortalecendo a ideia de que é necessário “agir” para modificar esta situação, sendo preciso “intervir” com o apoio de recursos financeiros derivados dos programas do MDA/SAF.

Para tanto, um dos primeiros convênios firmados pelo MDA objetiva investir recursos financeiros em um projeto-piloto de diversificação das áreas cultivadas com tabaco em Dom Feliciano, RS. Em reportagem (p. 22) do dia 24 de Setembro de 2010, no jornal Gazeta da Serra, intitulado: “Arroio do Tigre é destaque no cultivo de Burley”, faz a seguinte afirmação: **“Enquanto a maioria dos produtores defende a permanência na fumicultura**, Ministério do Desenvolvimento Agrário deve liberar R\$ 400 mil para um projeto-piloto de diversificação das áreas cultivadas com tabaco em Dom Feliciano, no Rio Grande do Sul” (grifo nosso). Segundo a reportagem consubstanciada pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA) este projeto tem o propósito de oferecer às famílias a avicultura colonial como alternativa de produção, estratégia esta que continua a corroborar o sistema de integração-subordinação da atividade agrícola ao capital industrial⁷⁷ como já afirmava Kautsky (1972), Wilkinson (1986, 2002), e a mais contemporânea posição do autor holandês Van der Ploeg (2008). Outro questionamento que surge, nesse momento, é adotar a avicultura seria deixar de lado agricultura onde o foi fonte de reprodução das famílias ao longo do tempo⁷⁸. Aliado a isso, impõe-se a lógica do imperativo técnico⁷⁹ nas ações de intervenção no meio rural onde as decisões de “o que fazer?”, “como fazer?”, “de que jeito fazer?” são impostas aos agricultores. Complementando o projeto piloto, em nossa inserção no município de Dom Feliciano/RS, descobrimos que o projeto da merenda escolar sustenta essa diversificação, bem como a piscicultura, programa municipal “mais peixe”, que visa estimular os agricultores a produzir, alimentar-se, e comercializar peixes. Quiçá, os agricultores que não possuem características de solo propícias para a construção de açudes podem ficar fora do programa. Aliado a isso, serão desenvolvidos vários projetos considerados “sustentáveis” para aplicar aos agricultores da região.

⁷⁷ O processo de integração com as agroindústrias pode acontecer, caso não existir investimento em infraestrutura e suporte para a implementação de uma estrutura de apoio que possa fornecer autonomia aos agricultores no beneficiamento do produto para agregação de valor. Ao contrário, a estratégia de integração vai inserir os agricultores novamente na lógica da dependência industrial.

⁷⁸ Evidentemente, que a agricultura não pode ser deixada de lado, pela própria função social da terra, entretanto, é necessário elencarmos as implicações dessa alternativa na realidade rural.

⁷⁹ O termo imperativo designa na imposição de normas por um agente público investido de legitimidade jurídica (calcada na legislação vigente no país) e na legitimidade científica (calcada no conhecimento produzido pela ciência) diante da população envolvida em atividades que gerem algum impacto ambiental ou social. No caso do termo técnico se refere à pré-suposta predominância da dimensão técnica sobre as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais. Tal interpretação foi adaptado de Irwin (2001) que usa o termo para explicar a clivagem entre leigos e peritos, onde os segundos detêm a autoridade do saber acadêmico que deve prevalecer diante dos primeiros.

No mês de novembro de 2010, o governo brasileiro divulga a posição que adotaria na Quarta Seção da Conferência das Partes da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, após reunião no Palácio do Itamaraty, em Brasília, com a presença de dez Ministérios. Ficou decidido no encontro, também chamado de COP-4⁸⁰, que iniciou no dia 15 no Uruguai, a posição do país seria concordar com a implementação dos artigos 9 e 10 da Convenção-Quadro, que proíbe a mistura de açúcares e aromatizantes na fabricação do cigarro, conseqüentemente, apoiando a supressão do cultivo do fumo tipo Burley, segundo informações dos meios de comunicação locais. As lideranças e os agricultores da Região Centro Serra e Vale do Rio Pardo, especialmente de Arroio do Tigre (por ser o maior produtor sul - brasileiro de fumo Burley) iniciaram um processo de mobilização e pressão sob a decisão preliminar do governo que poderia provocar sérios problemas as famílias agricultoras, bem como reduzir significativamente o desenvolvimento econômico da região. Tais manifestações e reivindicações fizeram com que o governo brasileiro encaminhasse para a reunião com uma postura de “meio-termo”. No andamento das discussões da COP-4 agricultores da Região Sul do Brasil foram reivindicar no local do evento, com intuito de mostrar a realidade dos fumicultores da região. A partir disso, a posição oficial do governo brasileiro na reunião manteve-se favorável a implementação dos artigos referidos, mas com uma ressalva, ou seja, que cada país adote a medida de acordo com a sua realidade, e que antes passe pela aprovação do Congresso Nacional e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Após, em dezembro de 2010, aconteceu uma audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados para debater as diretrizes adotadas pelos países participantes da 4ª Conferência da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (COP-4), bem como, a situação dos trabalhadores e agricultores de fumo. A comitiva liderada pelo deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS) visou aprofundar as discussões e decisões tomadas na conferência, avaliando quais os impactos na cadeia produtiva do fumo. Destacamos alguns participantes dessa reunião, tal como: a) Rita de Cássia Milagres Vieira - Coordenadora-geral do Agronegócio, da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; b) Emivaldo Martins Araújo - Assessor Técnico do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal do Mapa; c) Mesaque Kecot Veres - representante da Federação da Agricultura do Paraná - FAEP; d) Heitor Álvaro

⁸⁰ Em 2008, Perondi, Schneider e Bonato elaboraram uma proposta metodológica para avaliar a diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco para contribuir com a 3ª Conferência das Partes (COP-3) da Convenção Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde – OMS. O documento propunha uma metodologia de estudos comparativos que avaliava a eficácia das políticas de diversificação de renda em áreas cultivadas com o tabaco.

Petri - Vice-presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil - Afubra; e) Fernando Costa - Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Fumo - Abifumo; f) Hilário Gottselig - Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina; g) representantes da agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o controle do tabaco (Conicq).

O debate versava sobre a consulta pública (CP 112/2010⁸¹) aberta pela Anvisa, para proibir a adição de aromatizantes em produtos derivados do tabaco, apenas quinze dias da realização da COP-4, onde o Brasil se posicionou favoravelmente a Convenção-Quadro sob a tese de que cada país discuta internamente como deve intervir, respeitando a realidade interna da agricultura. O grupo de defesa da indústria tabagista e dos agricultores familiares em territórios de expressão da cultura do fumo mostrou-se surpreso da forma com que foi posta o documento, indagando que o texto da resolução, afeta todos os produtores de fumo, não somente os do tipo Burley. A intenção do grupo com apoio de outros parlamentares será de suspender provisoriamente a consulta pública da Anvisa, com argumentos de que é necessário aprofundar a discussão do tema com uma análise racional e consolidada dos impactos que essa medida provocaria na cadeia produtiva do tabaco, visto que, para esse grupo a compreensão não deve analisar somente os aspectos da saúde, mas também a importância social e econômica da atividade.

Fica evidente, portanto, que o grupo anti-convenção se apóia em dados econômicos e sociais da inclusão dos agricultores familiares no mercado. Em conflito diretamente, emerge os órgãos ligados ao Ministério da Saúde como a Conicq, Inca e a Anvisa e parlamentares de pró-convenção quadro. Nesse espaço permeiam impasses, percalços e caminhos espinhosos para ambos os lados, que tomam como debate principal as assertivas sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. De um lado, o aporte sobre o desenvolvimento, termo que traz carregado consigo uma questão econômica muito forte (sem desconsiderar toda a ambiguidade e complexidade da expressão), e que apresenta a reflexão exatamente sobre o fortalecimento do Estado, o poder e suas estratégias, às vezes, muito perto das ações hierárquicas. Por outro, considerando o Estado na busca da legítima democracia é necessário destarte para a posição da sociedade sobre o tema.

⁸¹ A Consulta Pública nº 112, de 29 de novembro de 2010.- D.O.U de 30/11/2010 elaborada pela Anvisa onde escreve que: Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo até 31 de março de 2011 para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Revisão da RDC 46/2001 que trata sobre os teores de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono nos cigarros, e a proibição de aditivos nos produtos derivados do tabaco e dá outras providências, em anexo. Para maiores informações acesse: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/5be8ca8044dfc7888bf6abd96557fa14/CP+N%C2%BA+112+GPD+TA.pdf?MOD=AJPERES>

No dias seis e sete de dezembro de 2010, aconteceu em Dom Feliciano/RS um encontro onde envolveu a presença do MDA, INCA, Prefeitura local, Emater e famílias agricultoras, com o objetivo de apresentar e contextualizar como acontecerá o andamento do projeto de diversificação em áreas cultivadas com tabaco. Segundo a coordenação do Programa⁸², ele não objetiva terminar com o cultivo do fumo, ao contrário, serve com uma das alternativas de agregação de valor ao agricultor e diminuição da dependência das indústrias. Alertou ainda que a aprovação dos artigos 9 e 10 que coíbe a mistura de açúcares e aromatizantes na fabricação do cigarro, não eliminará o fumo tipo Burley do mercado, uma vez que está nos *blends* comerciais, ou seja, um dos principais tipos de fumos usados para fabricação do cigarro. Como visto, o grupo a favor da diminuição do cultivo do fumo esclarece a não necessidade de acabar completamente com o tabaco tipo Burley, ao contrário, das afirmações realizadas pelo movimento a favor da fumicultura que alerta para o possível término deste tipo de tabaco. A dualidade dos discursos provoca certa confusão aos agricultores familiares, o que possivelmente se definirá com o passar das discussões.

Ao explorar a obra de Moore Jr. (1983), destacamos coerente sua posição, no sentido que reporta para a busca de uma democracia partindo de um ponto de ruptura. Evidentemente, estas entram em um campo de disputa de poder e conflitos para prospectar a democracia, sendo que isso está em um plano temporal e em constante aperfeiçoamento, para tanto, destaca três elementos centrais: a) controlar governantes arbitrários; b) substituir leis arbitrárias por leis justas e racionais e c) conseguir que a população participe da elaboração das leis. Primeiro, no sentido de buscar tomar o poder pelo “controle”, em certa medida, pressupõe antecipar um processo que leva algum tempo sendo incompleto, conforme o autor. Talvez, a necessária aprovação e implementação da CQCT pelo país, diante da pressão de outras nações, evoque para uma sobreposição do processo de construção temporal e discussão cogente para a sociedade. Segundo, cabe ressaltar a imponência de criar “leis justas”, o que alerta para uma atenção sobre o que realmente é equitativo e coerente para ser justo. Portanto, seria justo para o primeiro grupo a legitimação dos artigos da Convenção e injusto para o segundo, diante da realidade que se apresenta a fumicultura no país. Terceiro, grosso modo, o processo de participação da sociedade, já vem de longa data sendo requisitado e, somente, se atinge a sua totalidade quando se “impõe” o processo de participação, muitas vezes, contrário a vontade de certa parcela que não tem interesse no debate, como se visualiza no processo democrático brasileiro.

⁸² A atual coordenadora, Adriana Gregolin, é substituída por Christianne Belinzoni de Carvalho, pois está de licença maternidade, a partir do mês de Dezembro de 2010.

O desenvolvimento de ações que convirjam para a aprovação da CQCT mediante ações estipuladas OMS, quiçá, podem ser previamente compreendidas pela posição de Chang (2004) quando analisa a estratégia de desenvolvimento de certos países, denunciando o fato dos países, hoje desenvolvidos, ter conquistado o poder, através de políticas consideradas “ruins”, entretanto, usam a estratégia de “chutar a escada” enfatizando a necessidade dos países em desenvolvimento adotar “boas políticas” e “boa governança”, para alcançar o mesmo objetivo. Tal denuncia, às vezes, amenizadas com a afirmação de que a única forma de os países desenvolvidos rebaterem a insinuação de que estão “chutando a escada” seria inferir que as políticas ICT ativistas, as quais usaram no passado, foram benéficas ao desenvolvimento econômico, entretanto, deixaram de ser, pois o espaço temporal e o momento são outros, ou seja, elas poderiam não servir como uma boa “caminhada” na construção do desenvolvimento. Nesse intermédio, o “alerta” de Chang, pode, quem sabe, explicar o comportamento do governo brasileiro diante das discussões sobre a fomicultura, reiterado suas estratégias “amigáveis” com outras nações, em troca de busca de abertura de outras inserções econômicas.

A posição, certamente “forte” do autor em romper com uma visão ortodoxa do desenvolvimentismo compõe, de certa forma, uma análise sobre as “pedras” inseridas como obstáculos para alcançar o tão almejado desenvolvimento, sendo subordinada a dita “democracia interna” com regras, normas e influências externas ao Estado que, via de regra, pode influenciar decisivamente na gestão e nas ações futuras de determinada nação. Portanto, o quadro que se apresenta, é inevitavelmente uma “força oculta”, imposta pelas supostas potências econômicas, no sentido de garantir seu diferencial e sua reprodução social, extremamente, robusta, neste cenário.

Nessa seara, extraímos elementos de Casanova (2009) que evidencia como o Estado pode configurar essa falsa democracia no sentido de ter a capacidade de domínio. Assim, segundo interpretação do autor, o poder pode ser acompanhado de negociação, de coerção e persuasão como forma de manter sua hegemonia e elencar a repressão diante de um cenário dinâmico que envolve as futuras estratégias do Estado. Estes mecanismos podem significar uma intervenção muito significativa nas relações entre regiões, países, classes e a própria sociedade em questão. As decisões relativas ao excedente econômico, aos ganhos de um território, o comportamento da nação frente ao mercado, os investimentos, os financiamentos, a estrutura fundiária da camada rural, a estrutura das grandes empresas geradoras de receitas para o Estado, o monopólio, o duopólio, o oligopólio, tudo isso, influenciam no jogo que promove o direcionamento da nação por um caminho, às vezes, até abstruso.

Xavier da Silva (2008, p. 20) parecia já prever o avanço da CQCT e a posição do governo brasileiro quando afirma que “para os próximos anos, será preciso estar atento às mudanças institucionais que *obrigarão* os agentes do setor a diversificar seus investimentos, como forma de garantia de renda no longo prazo” (grifo nosso). As vicissitudes do cenário tabacaleiro ditadas por um momento de preocupação para os agricultores fumageiros, uma vez que as suas atividades evocam diretamente na questão de reprodução econômica e social das famílias, às vezes, pautadas na tradição e na cultura local produtiva, como em Arroio do Tigre. A possível eminência sobre a redução da compra ou a restrição do cultivo Burley evoca para uma eventual queda na rentabilidade da propriedade, fato que pode desestruturá-la, caso o nível de investimento imobilizado for alto. Ou, tal como afirma Xavier da Silva (2002, p. 123): “verifica-se a evidente especificidade do ativo fumo, de forma que os fumicultores perderiam muito em uso de conhecimento e obtenção da renda, se abandonassem à produção, em direção a transações de outros bens, como o milho e o feijão”. Para optar pela a continuidade no fumo tipo Virgínia será necessária a busca de investimento em capital imobilizado, aquisição de equipamentos, novo saber fazer no processo de secagem e classificação, sem contar que o investimento realizado não fornece segurança, supondo que as restrições a cultura podem aumentar nos próximos anos.

Percebemos de forma dual que, a circularidade discursiva tanto do movimento antitabagista quanto do pró-tabaco revela uma retórica já evidente. O primeiro vai usar de estratégias de “convencimento” de que é necessário diversificar para gerar renda e diminuir a dependência das agroindústrias fumageiras, bem como evitando os “graves” problemas de saúde pública e ambientais. O segundo, calcado no conhecimento empírico vai apontar para estudos sobre a viabilidade econômica, as restrições ambientais na agricultura e o fato das famílias agricultoras se reproduzirem e terem acesso a uma renda razoável conforme seu trabalho, bem como a importância do setor na economia nacional e na geração de emprego no meio urbano e no rural. Ambas, como salientamos anteriormente, são importantes e devem ser analisadas, no entanto, quando avaliamos pela ótica dos agricultores familiares percebemos que o leque de escolhas é reduzido, quando se pretende ingressar no mercado com uma cultura que produz intensivamente em pequena área.

O discurso da “diversificação” paira na concepção de que os agricultores cultivam apenas a monocultura do tabaco, sendo então especializados. Na verdade, a especialização é uma das atividades do sistema de produção, entretanto, a tese sobre a monocultura não corrobora com nosso local de estudo, como já destacamos, em certa medida, também pelo que afirma Paulilo (1990, p. 168), “...pois o fumo é compatível com qualquer tamanho de

propriedade, exigindo apenas 2 ha de terra...”. De tal modo que a diversificação compete além da exigência de área agricultável disponível (caso for uma atividade agrícola), em mais mão de obra, investimentos, conhecimento das técnicas das atividades, assistência técnica, logística e comercialização e mercado disponível, isto é, toda uma estrutura de apoio desde a produção até a venda no mercado. Esse processo de transição é lento, podendo ser agilizado pela intervenção estatal, como notamos em um dos casos no município de Dom Feliciano/RS. No entanto, os sessenta projetos em andamento, do programa de diversificação ainda não teve resultados significativos, basicamente, porque os agricultores carecem em mão de obra, assistência técnica, garantia de preço mínimo, instabilidade climática e sem diferenciação sob a agricultura de economia de escala. Sem inserir o fator renda, discurso legitimado pelos atores rurais e pelos cálculos de viabilidade que, ainda não encontraram culturas que sustentem renda, ao menos, parecida com o tabaco, quando encontram tem vários problemas a nível micro e macro para a inserção no mercado.

Em curto e médio prazo haverá um aumento no consumo do tabaco, sendo que a redução deve acontecer no longo prazo. Destarte, no médio prazo a diminuição da produção de fumo poderia estar coligada na disseminação de alternativas produtivas que combinassem rentabilidades equivalentes àquela proporcionada pela fumicultura com sistemas de integração que propiciassem aos produtores facilidade de acesso ao crédito, garantia de preço e comercialização, assistência técnica, enfim, características que estão presentes no sistema de integração do fumo, e que são incentivos para a manutenção dos produtores na atividade (SOUZA, 2009).

Por trás desta obsessão de resultados positivos, é possível identificar uma intervenção estatal que abrange apenas uma minoria, portanto, ainda não capaz de sustentar milhares de famílias que possivelmente deixariam de cultivar o fumo, em detrimento das resoluções acordadas pelo governo brasileiro. O desconhecimento da realidade perante os formuladores de políticas interventoras e as possíveis consequências de uma provável restrição ao cultivo do tabaco poderia causar resultados não agradáveis a sociedade rural, embora, ainda existiria a estratégia de reprodução restrita, ou seja, rumar para a cultura do tipo Virgínia, contudo, a tendência é cada vez mais emergir restrições diante da pressão dos países pela implementação progressiva da Convenção-Quadro. As implicações deste acordo podem causar certo desconforto e preocupação para os agricultores de Arroio do Tigre, além da necessidade de procurar novas estratégias de reprodução que viabilizem sua permanência no rural. Tomando como pressuposto que o tabaco representa 70% receita proveniente da agricultura no

município, os gestores públicos (muitos são agricultores no local) também permanecem atentos aos desdobramentos sobre a cadeia produtiva do fumo.

2.4 O agricultor e a indústria: as duas interpretações dessa relação

Existem, em nossa concepção, duas vias que reiteram a relação do agricultor-indústria. A primeira abordagem refere-se à subordinação, a dependência, o atrelamento, a submissão dos agricultores perante a dominação da indústria pelo processo de produção. Essa linha discursiva vinculada a um viés que trata, a partir da base de discussão da modernização e industrialização da agricultura congregando importantes analistas, tais como Kautsky (1972), Graziano da Silva (1982), Muller (1989), Wilkinson (1986, 2002), Kageyama (1987), Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), Graziano da Silva (1982, 1996), Van der Ploeg (2008), dentre outros. Abramovay (1998) pode transpor uma ideia comum dessa linha, quando usa argumentos chaianovianos para afirmar que a integração com a agroindústria significa em última análise que o agricultor pode não ser mais o sujeito criador de sua própria existência.

Na segunda, o marco conceitual admite a existência do primeiro, no entanto, ameniza as críticas postulando uma orientação menos persuasiva que tende a trazer benefícios para o agricultor de se manter nesse sistema, ao contrário, a orientação seria de “evitar” esse relacionamento direto pautado, somente, em ganho unilateral. Coexistem harmonicamente dentro desse sistema formas de cooperação, reciprocidade, segurança, credibilidade e reconhecimento dos produtores perante a agroindústria integrada e a sociedade. Em certa medida, os atores rurais que mantêm compromissos com as indústrias não avaliam como uma integração ou subordinação, pois habitam espaços de liberdade no momento de produção, negociação e comercialização do tabaco, foco da análise. Nessa linha argumentativa podemos inserir autores ligados a Nova Sociologia Econômica (NSE) como Fligstein (1991), Swedberg (2004), Bourdieu (2005), Granovetter (2007), e ademais. Além de algumas referências brasileiras que se espelham na NSE como Abramovay (2003, 2009), Raud (2003, 2005, 2006), Vinha (2001), etc. Para trazer autores que focam diretamente na cultura do fumo, indicamos nessa linha Paulilo (1990), Prieb (2005) e talvez, Xavier da Silva (2002). Reforçamos nossa distinção, quando Paulilo (1990, p.169) admite em sua pesquisa que: “Mesmo a pergunta sobre o fato do fumicultor considerar-se ou não integrado é um tanto

forçada. Essa palavra ‘integração’ não faz parte do mundo dos plantadores de fumo. Eles são ‘fregueses da companhia’”.

Na análise da primeira vertente acompanhamos Graziano da Silva afirmar que a pequena produção e as transformações da agricultura brasileira ocorrem apoiadas no processo de tecnificação que, na maioria das vezes, se estabelece por imposição do grande capitalista-comprador que exige uma padronização da produção; ou por necessidades inerentes ao próprio tipo de cultivo, pois a maioria das culturas (fumo, tomate, uva, etc) que os agricultores familiares são pressionados a plantar só são altamente produtivas quando acompanhadas de um bom pacote tecnológico, o qual, por sua vez, é uma imposição do grande capital industrial, que produz os chamados insumos modernos (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Focando a análise da fumicultura, a padronização da produção foi um aspecto preponderante para os agricultores alcançarem o mercado, claro que a exigência do pacote tecnológico seria para a obtenção de um produto de acordo com as qualidades e parâmetros exigidos pelo mercado externo ou ainda, talvez, pelas tendências impostas pelo consumidor. Agora, afirmar que os agricultores são pressionados a plantar é necessário uma ressalva, pois a opção de cultivar ou não fumo depende única e exclusivamente da racionalidade da família agricultora em aderir à cultura, no caso, uma das possibilidades das múltiplas estratégias de reprodução.

A despeito da subordinação ou da dependência do agricultor perante a agroindústria podemos destacar o controle da matéria prima. Exemplificando, os agricultores de Arroio do Tigre/RS tiveram o acesso a uma variedade de Burley provinda do Estado do Paraná, denominada coloquialmente de fumo “Paraná” e outra variedade, sem origem conhecida, denominada “verdão”, sendo que esses têm talos mais aparentes e folhas com melhor textura. Ambas possuem alta produtividade e qualidade, delegando aos agricultores uma maior renda no processo de comercialização, porém essa cultivar, segundo informações da indústria, tem altos níveis teor de nicotina e também não possui adequada “queima” para um cigarro de boa qualidade. A partir dessa alegação é iniciado constantes pressões para que essa cultivar deixe de ser produzida pelos agricultores. No entanto, como a mesma possui um bom desempenho, ainda não foi ainda deixada de produzir, e possivelmente, a variedade é misturada no momento da venda com outras, fornecidas e aceitas pelas agroindústrias. A tentativa de coibir essa variedade pela própria indústria é, ao mesmo tempo, frustrada pelo aceite em anos de carência de tabaco, sendo que os agricultores conseguem comercializar com altos rendimentos, o que acaba atrasando o processo de proibição total dessas duas espécies do fumo tipo Burley. As pressões exercidas pelas empresas fumageiras perpassam pela desvalorização no ato da compra, quando conseguem identificá-las, condicionando o

agricultor a desistir de produzir o “verdão” e o “Paraná”. Nesse sentido, a cada safra existe uma tentativa de reduzir cada vez mais a cultivar. Talvez, com as possíveis restrições do fumo tipo Burley esse processo tenha êxito, no entanto, a extinção do Burley acaba com todas as cultivares e não somente as duas citadas. Desse modo, exemplificamos uma tentativa de controle da qualidade e do tipo de matéria prima que a indústria prefere para o beneficiamento, porém defrontam com a resistência dos fumicultores. Evidente que uma ação mais persuasiva da empresa para com as famílias produtoras desse fumo implicaria na restrição total, mas nos parece que essa estratégia ainda é analisada com cautela por todas as empresas.

A pesquisa apurada da indústria fumageira no desenvolvimento do sistema de produção do tabaco fortalece o fornecimento de um pacote tecnológico capaz de responder as demandas de produtividade e qualidade exigidas pelo mercado. Métodos de cultivo, sementes adaptadas a determinadas características edafoclimáticas, equipamentos para facilitar o trabalho, aperfeiçoamento das instalações de secagem e cura, são elementos tangíveis que adotados pelos agricultores aumentam a probabilidade de êxito na safra. Pela análise da transferência de tecnologia aos agricultores podemos compreender que a indústria está comercializando um pacote, ao mesmo tempo, em que a compra desse pelo agricultor fornece um mínimo de segurança, onde seguindo essa “receita” ele terá ao final uma produção que possibilite ofertar ao mercado.

Arelados nessa análise o financiamento e crédito para o desenvolvimento da cultura é outro propulsor para esta integração. O agricultor que não disponha de recurso financeiro para iniciar a atividade, tendo apenas a terra arrendada, em contato com a assistência técnica da empresa podem financiar toda a infraestrutura e insumos (fertilizantes, agrotóxicos, etc) e demais materiais necessários para o desenvolvimento da cultura. O crédito aprovado para instalações e equipamentos pode ser parcelado em vários anos ou durante uma única safra, no entanto, o crédito liberado para a produção deve ser quitado no final da safra, podendo haver negociação. O pagamento desse investimento é realizado, principalmente, com a produção do tabaco, sendo em casos peculiares em forma de dinheiro. Ao mesmo tempo em que existe a relação de dependência a empresa, se fortalece a confiança no trabalho do agricultor, bem como a facilidade para obter esses recursos, são benefícios que motivam os agricultores para essa integração. Para Abramovay (2009) a estabilidade do setor fornece aos agricultores integrados maiores facilidades de acesso a créditos bancários.

O sistema de integração da indústria com os produtores é oferecido à assistência técnica, com exclusividade, em contrapartida da comercialização integral da produção. Os

agricultores se comprometem por meio de contratos e moralmente, isto é, um modo encontrado pelas indústrias para conservarem o controle produtivo em suas mãos, desde o início do cultivo do fumo, não apenas no momento da venda final (BOEIRA, 2002). Mediante a ausência da assistência técnica pública na realidade dos agricultores, as agroindústrias sobressaltam vantagens no momento que existe um acompanhamento individual, pois isso proporciona segurança e confiança no desenvolvimento da atividade. No entanto, a necessidade da assistência técnica privada (denominados orientadores de tabaco) acompanhar uma grande demanda de agricultores por área de produção acarreta conseqüentemente, em menor eficácia no trabalho do técnico. Nessa situação, a atenção individualizada é disponibilizada àqueles que ingressaram na atividade recentemente e precisam de maior apoio técnico, partindo da percepção de que os agricultores antigos já conhecem toda a esfera de produção, portanto, com menor necessidade de acompanhamento individual. Também existem críticas a assistência técnica privada, uma vez que é questionada sua experiência com o cultivo do tabaco, muitas vezes fazendo apenas o processo burocrático referente a contratos, acordos e assinatura de visitas, sendo que estão despreparados para auxiliar nos problemas que surgem, momentaneamente, na produção do fumo. Parte disso pode ser atribuída à política de contratação de jovens técnicos agrícolas recém formados pelas empresas fumageiras, que atuam sem o conhecimento e preparação necessária para fortalecimento do trabalho junto ao agricultor.

Outro fator nessa integração refere-se a garantia de compra do produto e a negociação de preço com a indústria fumageira a cada ano e ainda no momento da classificação. Como já mencionado, esta cultura é a única, com raras exceções, onde existe a negociação dos preços anteriores, no momento da venda e após a comercialização. No momento da venda do produto é circunstancial a presença do produtor com seu potencial de barganha, isso pode elevar a renda bruta no momento da venda, ou em caso de conflitos na percepção sobre o preço pago pela classificação do produto⁸³, inviabilizar o restante da comercialização, sendo necessário retornar com a produção do tabaco para a propriedade. Assim, o agricultor tem algumas opções: a) pode voltar com o produto em outro momento em que a comercialização esteja mais satisfatória; b) vender para outra empresa que possui contrato; c) comercializar a um intermediário; e d) ou comercializar com outra empresa fumageira que não possui contrato

⁸³ O preço do fumo é formalizado de acordo com a classificação do produto, com ou sem a presença do fumicultor. Esta classificação é norteada de acordo com os estágios da planta, bem como a sua qualidade requerida no ano safra, a qual nunca se tem definição coerente, mesmo sendo necessário seguir uma classificação padrão.

formal. Independente da escolha existe a necessidade por parte do agricultor de quitar as dívidas com a empresa que não houve acordo no momento da venda.

Esse processo de comercialização do produto em outro local acontece naturalmente, não sendo a prioridade da empresa que mantém o contrato, mas visto a necessidade de não flexibilizar a sua classificação ela “libera” o produtor de entregar o produto, em caso de não haver acordo entre ambos. Segundo Boeira (2002) a definição antecipada dos preços mínimos a serem pagos aos agricultores no final da safra é um dos motivos que determinou a estabilidade do sistema integrado. Para Diehl et al. (2005) o cultivo do fumo é fortemente integrado às agroindústrias fumageiras, tanto a montante do processo, no que tange ao fornecimento de todo o pacote tecnológico de insumos (crédito) e da assistência técnica, como a jusante, na compra e decisão da qualidade e do preço do fumo.

Os agricultores, através do pedido de fumo, fazem a aquisição dos insumos agrícolas fornecidos pelas empresas fumageiras. O preço cobrado pelos insumos é mais elevado daqueles disponíveis no mercado⁸⁴, principalmente, pelo argumento de que os adubos têm “uma composição diferente para o cultivo do fumo”, fato alegado pelas agroindústrias e questionado pelos agricultores. Existe certa imposição para que o agricultor adquira os insumos da empresa, no entanto, ele tem a liberdade de comprar fora do pacote oferecido. O único problema que impera nesse ato é que, geralmente, os agricultores não têm capital para fazer a aquisição que deve ser, grosso modo, à vista no mercado. Já nas empresas fumageiras esse valor pode ser pago no momento da safra. Esse último fator, aliado ao transporte até a propriedade, é um dos determinantes para que o agricultor use esse suposto benefício, pois o montante de dinheiro que recebeu na última safra é usado no investimento da próxima lavoura, bem como para as necessidades básicas, para pagamento de serviços (impostos, taxas, contas de luz, telefone, etc) e para momentos de lazer da família. Nesse momento, existe uma relativa dependência das empresas fumageiras, fato amenizado pelos agricultores mais consolidados.

No caso particular dos fertilizantes, Buainain et al. (2009) alerta para a existência de formulação especial para o tabaco, sendo que este produto não é vendido no mercado local, nem mesmo na Afubra. Os analistas compreendem esse fato pela própria predominância do sistema de integração que, de certa forma, limita o próprio desenvolvimento de um mercado autônomo de alguns insumos mais específicos que são fornecidos pelas empresas. Assim, elas têm vantagens associadas à escala e à logística de transporte e armazenagem – tanto na

⁸⁴ Exemplificando, Buainain et al. (2009), alertam que apenas os dessecantes são vendidos a um preço 30% maior pelas empresas fumageiras do que o valor estabelecido no mercado.

aquisição como na venda desses insumos. O uso de insumos não recomendados é uma prática de vários agricultores, situação essa que pode colocar em risco a qualidade do produto, um dos principais propósitos das empresas que montam redes complexas de suprimento (BUAINAIN et al., 2009). Em conversa com os agricultores de Arroio do Tigre a afirmação do autor e, logicamente das empresas, é questionada, não sendo percebida diferença palpável entre o fumo produzido com fertilizantes da indústria fumageira daqueles comprados nas agropecuárias locais.

O relacionamento entre o agricultor e indústria pelo sistema de integração pode ser compreendido pelas seguintes configurações expostas: a) acordo de produção, de compra e venda; b) a disponibilidade de financiamento e crédito para a safra e a infraestrutura; c) disposição dos insumos e da tecnologia; d) o acompanhamento da assistência técnica; e) oferecimento de seguro agrícola para a cultura do tabaco (para cobrir eventuais perdas); f) responsabilidade da logística do produto pela empresa; entre outras. Em Arroio do Tigre, temos as seguintes empresas fumageiras atuando no município: 1) J.T.I Kannenberg Comércio de Tabacos do Brasil Ltda; 2) Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda; 3) Continental Tabaccos Alliance (CTA); 4) Indústria Brasileira de Fumos S/A (Brasfumo); 5) Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda (INTAB); 6) Souza Cruz S.A; 7) Universal Leaf Tabacos Ltda; 8) Premium Tabacos do Brasil Ltda; 9) Philip Morris Brazil; 10) Tabacos Marasca; 11) Associated Tobacco Company Brasil Ltda (A.T.C); 11) empresas de menor importância no local ou intermediários de maior porte.

Em 2006, Christianne Belinzoni de Carvalho (atual coordenadora do Programa de diversificação das áreas cultivadas com tabaco) dissertava por um viés mais crítico, sob a alçada da dependência e pelas desvantagens do agricultor se integrar a cadeia do fumo. Para Carvalho (2006), a agroindústria fumageira integra às técnicas de produção do fumo, o pacote tecnológico, a exploração da mão-de-obra e dos meios de produção do agricultor. Nesse sistema, as empresas fornecem os insumos e garantem o crédito, a assistência técnica e a compra da produção de acordo com os seus sistemas de classificação do produto, no entanto, afirma que não remuneraram o trabalho. Adiante propõe o seguinte: “produção de leite à base de pasto, substituirá a atividade de produção de fumo e permitirá ao agricultor e à sua família auferir os lucros merecidos na atividade agrícola, com condições incomparavelmente melhores de vida e de trabalho, além da promoção do bem estar dos animais e de uma relação com a natureza não agressiva” (CARVALHO, 2006, p. 124). Ao mesmo tempo em que crítica o sistema de integração, mostra como alternativa outra atividade que é dependente do mesmo

sistema (mesmo não adquirindo o insumo para a atividade), pois está atrelado ao mesmo, no momento do transporte e do preço pago, elementos característicos da integração.

Percebemos que em cada elemento apontado podemos elencar vantagens e desvantagens desse sistema de integração com a indústria. A linha argumentativa mais crítica pondera a ala mais radical vertendo para uma subordinação e dependência do agricultor as empresas fumageiras. A linha mais branda evidencia as estratégias cooperativas em que possibilitam o agricultor ter um diferencial em relação aos outros quando está integrado com as agroindústrias do tabaco. Cooperar no contexto da cadeia produtiva do tabaco (agricultor/indústria) pode significar minimizar os riscos e custos, aumentar a escala de produção com auxílio de tecnologias, busca de um novo mercado para o produto, assim por diante. Como percebemos na análise de um único elemento podemos verificar ambas as linhas argumentativas. Por exemplo, destacamos nessa segunda análise o discurso da Afubra, do Sinditabaco, das empresas fumageiras e também dos agricultores. A primeira envolve análises de cunho do MDA, INCA, Coniqc e o Departamento de Estudos sócio- econômicos rurais (Deser).

O que se discute na relação de integração é os graus de liberdade ou autonomia do agricultor. Na perspectiva de Kautsky, a introdução do modo industrial nas relações de trabalho agrícola (compreendida como divisão do trabalho e adoção de máquinas e equipamentos que aumentam a produtividade do trabalho) deveria modificar, no futuro, as relações do agricultor com o mercado. Se, anteriormente, a família era totalmente independente — construía, produzia, colhia e se protegia com o resultado de seu próprio trabalho —, hoje a subordinação ao capital agroindustrial reduz radicalmente seu grau de autonomia na organização da produção e as relações com o mercado são cada vez mais relevantes para garantir as necessidades básicas da família.

Nesse caso, a produção emprega insumos, técnicas e procedimentos externos (inputs) que corroboram a existência de uma mínima autonomia em todo o processo produtivo, bem como, no canal de comercialização. As relações que envolvem atividades agrícolas direcionadas ao mercado coexistem com as regras impostas pelas indústrias, estando a agricultura perfeitamente inserida no mercado, e a tomada de decisão na agricultura, intuitivamente condicionada ao seu comportamento. No contexto atual da atividade fumageira, por exemplo, podemos verificar que existe pouca flexibilização para a ação autônoma do agricultor, quando já escolhida essa estratégia de reprodução, seja do processo de cultivo, das técnicas de acondicionamento, dos requisitos de qualidade, da sua capacidade de agregação de valor, ou do tempo-espço do trabalho. Nesse viés, as ações do agricultor são

meticulosamente regidas pelas relações que ele mantém com o capital. Diante de uma agricultura menos integrada possível, a relação com o mercado é mais autônoma, menos persuasiva e teoricamente como maior poder de barganha pela sua relativa autonomia. As estratégias de reprodução básicas cultivadas pelos agricultores visam, em certa medida, minimizar a vulnerabilidade dos agricultores perante suas atividades principais apoiadas na lógica do mercado, podendo corroborar um passo para aumento de autonomia. Evidentemente, essa configuração deve levar em conta a diversidade das dinâmicas territoriais, que são múltiplas, peculiares e se apresentam de forma distinta sob a influência das organizações que são referencia naquele mercado. A diversidade, por si só, pode ser expressa de diferentes formas, ou seja, na quantidade e na característica das sociedades rurais e urbanas, nas dimensões geográficas, na localização, na configuração do espaço, na riqueza natural, nas diferenças culturais, sociais, históricas, entre outras.

Van der Ploeg (2008) sustenta a ideia de que a diferença básica do modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura reside no grau de autonomia intrínseco à base de recursos. A autonomia ainda é manifesta nas relações em que essa base de recursos está enraizada, bem como na forma como ela é acionada, aumentada e desenvolvida. Portanto, interpretando Van der Ploeg em relação ao sistema integrado do tabaco, provavelmente manifestaria que o fumicultor é voltado para a prática de uma agricultura empresarial. No entanto, dado sua característica mais diversificada em Arroio do Tigre, essa concepção não poderia ser generalizável para as outras atividades agrícolas. Para o autor, o modo camponês de fazer a agricultura alude sempre um equilíbrio entre os interesses comunitários e os interesses individuais. A natureza específica desse equilíbrio depende como é óbvio, de sua posição no tempo e no espaço, sendo que a cooperação, seja de que tipo for, é sempre uma instituição estratégica e indispensável dentro das sociedades camponesas, de maneira especial, quando enfrentam ambientes hostis. A cooperação representa uma linha de defesa muito imprescindível, apesar de sempre efetiva.

A noção de dependência do agricultor pela indústria é percebida por Agostinetti et al. (2000) pelo uso de pacotes tecnológicos, contudo, os analistas ressaltam que inexitem alternativas ao agricultor familiar de pequena escala, pois a baixa rentabilidade das culturas tradicionais, congregada a descapitalização e à dificuldade de acesso ao crédito conduz à produção de fumo. Os autores concluem que a produção do fumo constitui-se alternativa viável de manutenção no meio rural para muitos pequenos agricultores, visto que, sem a adoção dessa cultura, a maioria dos agricultores pesquisados já teria desistido da agricultura.

O sistema integrado de produção de tabaco pode trazer alguns benefícios para os produtores como: a) assistência técnica, b) garantia de venda da produção; c) assistência financeira; d) transporte do tabaco. Para as agroindústrias: a) planejamento de safra, b) integridade do produto, c) garantia de fornecimento; d) qualidade do produto. Além disso, fornece vantagens aos consumidores como: a) fornecimento constante; b) qualidade garantida, c) garantias ISO; e d) rastreabilidade, segundo informações do Sinditabaco. A noção do sistema integrado é bem vista pelos agricultores pelas facilidades oferecidas para o desenvolvimento das atividades nas unidades de produção. Fialho (2005) percebeu em sua investigação que pelas experiências negativas no meio urbano e pela oportunidade do cultivo de fumo integrado à indústria de tabaco, parte da população, que em época anterior migrou para a cidade, está retornando a localidade de Rincão dos Marques, Canguçu/RS. Nesse sentido, Fialho alerta para os benefícios da integração:

As empresas de tabaco oferecem uma série de vantagens que os agricultores não encontram em outras atividades agrícolas, entre elas: a) financiamentos de dez a quinze mil reais sem juros, com prazo de cinco anos para o pagamento, para a construção de estufas de secagem do fumo e galpões; b) entrega de insumos na propriedade, as quantidades e a expedição dos pedidos são encaminhadas pelo técnico agrícola; c) visita do orientador técnico, quando solicitado ou a cada quinze dias; d) coleta da produção de fumo por responsabilidade das empresas de tabacos; e) pagamento da produção em quatro dias úteis; f) seguro contra possíveis perdas de safra. Fatores que pesam na hora de o agricultor tomar suas decisões sobre o que plantar; não há outro produto que ofereça tantas comodidades ao produtor rural. E numa atividade que envolve tantos riscos, como a agricultura, qualquer garantia passa a assumir importância no momento das escolhas (FIALHO, 2005, p. 102).

No arcabouço da dependência do agricultor a indústria, Paulilo (1990) é mais tênue quando alerta que o compromisso firmado entre as empresas integradoras e os produtores só vigora por um ano, podendo ser renovado a cada final de safra. O fumicultor que não estiver satisfeito com o preço que recebeu da última safra, pode estabelecer vínculos com outra empresa. As empresas que estão precisando de novos integrados procuram remunerar melhor os agricultores, mesmo que o preço seja tabelado, é possível aumentá-lo através da classificação do produto. Para Buainain et al. (2009) sob o ponto de vista dos produtores, a justificativa e a racionalidade do sistema integrado abrangem fatores microeconômicos, sistêmicos e características da própria produção de fumo. Os fatores micro estão vinculados às características dos produtores do Sul do país que são agricultores familiares de pequena escala, com baixo nível de instrução, que tem na produção de fumo a principal, e quase sempre única, fonte de renda monetária. No geral, são produtores descapitalizados e

necessitam de crédito para custear gastos com a produção, tendo elevada aversão ao risco, em especial, o risco associado à perda da pequena propriedade. Nessa lógica, o sistema de integração, para os autores, é desenhado para alcançar os objetivos das empresas e dos agricultores, além de reduzir as incertezas de caráter puramente econômico, como preço e comercialização, bem como as incertezas ocasionadas pelos condicionantes naturais.

A harmonização de interesses entre agricultores familiares e agroindústrias fumageiras é notada, quando ambos lutam para que a produção fumageira não acabe, porque isso representaria uma perda para ambas as partes que tem interesse na articulação e nas possibilidades de sua manutenção. Para os produtores o que interessa é o recebimento de um preço razoável pelo fumo em folha que comercializam para as fumageiras, e para elas o importante é o preço do produto final, ou seja, o cigarro. No entanto, os conflitos entre agricultor e agroindústria evidenciam a existência de forças que não são de forma alguma igualitárias, sendo que a obtenção da maior parte das vantagens alcançadas a partir do processo de integração agroindustrial é o das empresas fumageiras que advém, em certa medida, da necessidade de grande parte dos produtores de fumo em se orientarem para outras atividades, embora destes continuarem, em sua grande maioria, produzindo fumo em folha. A forma de manifestação é bem visível em períodos de comercialização do tabaco às empresas devido a insatisfação com relação aos preços (PRIEB, 2005). Quem sabe, o central nessa análise é compreender que os mercados são construções sociais ligados a contextos políticos e sociais (FLIGSTEIN, 1991)

A âncora desse relacionamento entre a indústria e os agricultores é realizada pelos técnicos agrícolas (orientadores de fumo). Buainain et al. (2009) afirmam que a maioria das empresas tem como política a seleção de técnicos orientadores que residam nas comunidades onde se localizam as unidades de produção. Sendo membros da comunidade, os orientadores estariam em melhor posição para obter informações sobre os produtores, bem como estabelecer laços de confiança com esses últimos. A estratégia objetiva facilitar o processo de identificação e seleção de produtores e o processo de monitoramento, bem como reduzir o comportamento oportunista dos agricultores e os custos do sistema. Fialho (2005) alerta que o conhecimento técnico no cultivo de fumo, atividade produtiva estritamente comercial, é distribuído, relativamente, de forma igualitária entre os agricultores, ou pelo menos é o que parece. As exigências tanto do mercado (competitivo) como da indústria funcionam como mecanismos de pressão, tanto que estas impõem procedimentos técnicos à atividade produtiva, escolhendo os agricultores que aceitam as recomendações.

O requisito básico para o aceite de orientadores de fumo é, geralmente, a diplomação em curso de técnico agrícola. A posteriori, se percebe que as indicações de orientadores mais experientes na região servem de influência no momento da contratação dos jovens técnicos. O vínculo empregatício é estabelecido por um conjunto de metas estabelecidas, sendo que em anos considerados ruins para o setor fumageiro, são uma das principais formas de redução de custo das empresas fumageiras, caso o técnico não esteja respondendo favoravelmente ao que ela esperava. Aumento do número da área de produção e número de agricultores, venda de insumos agrícolas, garantia de recebimento de toda a safra do fumicultor e do investimento realizado nas unidades de produção, são algumas das metas que os orientadores de fumo precisam atingir para ter um bom desempenho do seu trabalho. Portanto, como percebemos que a função do técnico em prestar assistência técnica acaba sendo suprimida pelas orientações burocráticas das empresas preocupadas com o seu mercado. Grosso modo, as críticas dos agricultores aos orientadores de fumo são contundentes, uma vez que não estão mais cumprindo com o sentido da assistência técnica e desconhecem as etapas produtivas do tabaco. Sua ação se dá mais forte, no momento em que a empresa exige o acompanhamento do desenvolvimento da cultura, para evitar que os agricultores desobedeçam aos padrões estabelecidos nas etapas da cultura.

Os conflitos entre a empresa e os agricultores são mediados pelos técnicos. No entanto, os técnicos não têm poder de decisão sobre o principal ponto de divergência, isto é, o preço pago pelo tabaco. Geralmente, os agricultores querem a garantia do preço previamente estabelecido, para então, enviarem a produção à empresa. Entretanto, dificilmente o técnico pode garantir o preço, e quando o faz, usa do oportunismo, sendo que depois que o tabaco está na empresa, o acordo oportunista não se concretiza. Em anos considerados excelentes, nos quais existe a perspectiva de falta de produto, as indústrias chegam em determinado momento a ignorar a classificação padrão máxima e ofertam para o agricultor um valor por produto maior que o máximo estabelecido (o valor máximo é a arroba de BO1), ignorando aspectos de qualidade e enfatizando maior relevância para a quantidade do tabaco. Nesse momento, a função do técnico é extremamente importante e garante um valor fechado já nos galpões do agricultor. Essa tática, além de agradar os agricultores, facilita o trabalho dos técnicos, sendo que com isso podem até aumentar o número de agricultores integrados, com exceção, se a prática é realizada por todas as empresas, ao mesmo tempo.

O propósito das empresas fumageiras é manter cativo o grupo de produtores de fumo de maior qualidade. No caso das empresas recentemente fundadas, necessitam conquistar agricultores para expandir sua produção, demonstrando a seus compradores, que também

mantêm uma rede de suprimento capaz de garantir qualidade da matéria-prima. Para concretizar esse ato ou para manter a fidelidade de produtores já integrados, as indústrias prometem determinados benefícios como: a) maior frequência do orientador na propriedade; b) atendimento personalizado da diretoria; c) reuniões para demonstrações; d) adiantamentos financeiros; e) oferta de insumos a custos mais baixos; f) contratação de orientadores integrados culturalmente com a comunidade; e g) maior tolerância na classificação. Nesse viés, um dos principais artificios são os orientadores da comunidade que tem a meta de sustentar laços mais estreitos com os agricultores, fundamentados não apenas em interesses comerciais, mas também em laços culturais. Cada organização busca expressar imagem de que possui o melhor pacote tecnológico, seja em termos de qualidade do produto, seja em termos de proteção ao meio ambiente e à saúde humana (BUAINAIN et al., 2009).

Nessa compreensão é comum perceber orientadores de fumo participando de festas comunitárias, religiosas, culturais, esportivas e gastronômicas na região de atuação. Essa estratégia se torna interessante para o técnico que vai fortalecer um relacionamento mais direto e harmonioso com seus clientes (produtores) e também para a agroindústria que vai ganhar com a eficácia do trabalho do colaborador. Através disso, que realçam os laços de confiança e amizade propensos do relacionamento carismático com os seus clientes, além do que, isso pode aumentar sua carta de clientes, uma vez que ele está se mostrando uma pessoa que estabelece um diálogo tanto na relação do trabalho (agricultor/indústria) como na relação social (técnico/comunidade). Esse relacionamento de busca da lealdade, às vezes, de fidelidade do agricultor, pode ser muito proveitoso para a empresa⁸⁵.

Dando continuidade à análise do agricultor perante sua integração, um dos motivos secundários, talvez, seja o seguro agrícola para a cultura do fumo, onde visa garantir que eventuais perdas por instabilidades climáticas que podem desestabilizar por completo a reprodução dos agricultores no meio rural. Portanto, o chamado “seguro mútuo” é ofertado pelos orientadores de fumo no momento do contrato, sob um convênio com a Afubra, em que a mesma garante a vistoria e o pagamento de eventuais prejuízos na cultura por instabilidades climáticas como o granizo e/ou tufão (vendavais fortes), incêndios de estufas (caso acontecer no período de secagem do fumo) e falecimento (auxílio funeral), mediante a um contrato pré-estabelecido e um valor estipulado baseado na quantidade plantada. Cabe destacar que o seguro da Afubra não cobre multiplicidade de riscos, ou seja, não são indenizados danos

⁸⁵ Para uma leitura sobre lealdade do cliente e relacionamento com empresa, sugerimos: REDIN, E. **Lealdade do Cliente, Marketing de Relacionamento e Pequeno Varejo: o tripé do Supermercado Tigre**. (Trabalho de conclusão de curso). Santa Maria: ULBRA, 2009.

causados na cultura do tabaco por ventos frios constantes, uso incorreto de antibrotante, pragas, doenças, geadas, enchentes, enxurradas e por seca, bem como não são compensadas estufas destruídas por tempestade de ventos ou chuvas.

Esse mecanismo, mesmo diante de suas restrições e pouca amplitude, vigora como relevante aos agricultores, pois é um fator importante para amenizar os riscos naturais provenientes da produção do tabaco. Evidentemente, poderíamos alegar que Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)⁸⁶ deveria cumprir a função de proteger os riscos eminentes da atividade agrícola, todavia, o instrumento de política agrícola ainda está muito atrelado aos custeios agrícolas e não proporciona segurança de que o produtor receba compensação pela ocorrência de um eventual fenômeno natural adverso. Além disso, em meados de 2001, o programa representava cerca de apenas 10% do que apresentava no passado. Coelho (2001) indica que isso se deve pelo motivo que o governo estabelece formas para que o seguro agrícola seja viabilizado e incentivado também pela iniciativa privada no Brasil⁸⁷. Nos últimos anos essa situação teve indicadores mais positivos.

A comodidade da cadeia do fumo é consubstanciada até pela logística disponibilizada pelas empresas para o recolhimento do tabaco até a o momento da venda. Todas essas facilidades sustentam apenas a necessidade do agricultor focar o processo de produção, sem necessitar se preocupar com outros problemas. O mercado consolidado da cadeia do tabaco é preponderantemente importante na concepção dos agricultores que tem como estratégia de reprodução as atividades majoritariamente agrícolas. Complementando nossa análise, Fialho (2005, p. 94): “essas empresas oferecem uma série de incentivos como assistência técnica, garantia de compra, seguro agrícola e financiamento para custeio e investimento, vantagens que os agricultores não encontram em outros setores da agricultura ou por parte do governo”.

Em 1997, Prieb escreve um artigo sobre a subordinação indireta do trabalho familiar ao capital agroindustrial onde analisa que os pequenos produtores de fumo estão quase-integrados verticalmente ao complexo agroindustrial, pois eles se articulam com às agroindústrias só no momento de realizar seu produto, escolhendo voluntariamente por vender as folhas de fumo a qualquer uma das agroindústrias. Nesse caso, não existe uma unidade integradora que exerça um controle direto no processo de trabalho agrícola, nem que tenha a função de ser compradora do produto folhas de fumo e muito menos de ser

⁸⁶ O Proagro foi criado em 1973 pela Lei 5.969/73 e mais tarde foi reformulado pela Lei 6.685/79.

⁸⁷ Os instrumentos da política de intervenção do Estado no país e o acesso às políticas agrícolas pelos agricultores familiares é tema do artigo: REDIN, E.; FIALHO, M. A. V. Política Agrícola Brasileira: uma análise histórica da inserção da Agricultura familiar. In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. *Anais...* Campo Grande: SOBER, 2010. p. 1-21.

avaliadora dos créditos do agricultor familiar. Desse modo, o nível de rotatividade dos agricultores primários que se articulam ao capital agroindustrial é muito alto, mesmo quando, proporcionalmente, este segmento de pequenos produtores articulados às empresas processadoras é muitíssimo inferior do que o segmento de produtores totalmente integrados às agroindústrias.

Na concepção da autora, o processo de integração não pode ser compreendido como uma simples relação funcional útil ao capital, mas como um processo contraditório, uma relação com determinações mútuas e fundamentalmente impregnadas de resistências e lutas sociais. O processo de integração, mesmo sem ter um processo de subsunção real, nem formal, do trabalho no capital é uma relação de exploração de uma fração da classe trabalhadora e, por isso, diferente da subordinação que atinge o trabalho operário com relação ao capital. Portanto, a subordinação indireta é referida para mencionar a relação entre a pequena produção e o capital industrial (PRIEB, 1997). Nesse ponto de vista, a subordinação indireta também pode ser destacada quando percebemos que a indústria não detém todos os fatores de produção, ou seja, os agricultores possuem a terra e a mão de obra, ambos importantes para sustentar a ideia da autora.

Os agentes criam o espaço (campo econômico) que somente existe pelos agentes que nele se encontram e que alteram o espaço na sua vizinhança, conferindo-lhe uma certa estrutura, ou seja, entre as diferentes empresas de produção que se engendram no campo e as relações de força que o caracterizam (BOURDIEU, 2005). Raud (2006) numa análise de Bourdieu explica que ele ironiza a incapacidade da teoria econômica de explicar outras formas da ação social que não seja a econômica, apesar de elas também serem orientadas pela busca do interesse. Fligstein (1990) admite que para compreender o mercado, ele define campo organizacional como uma arena institucional em que se pode perceber a interdependência entre os agentes de uma determinada cadeia produtiva, integrando concorrentes, fornecedores, compradores, fabricantes de substitutos efetivos e potenciais e o Estado.

Na leitura de uma integração menos voltada para a racionalidade econômica percebemos que os aspectos culturais também são influentes nas estratégias das unidades de produção, independente da existência da integração com a indústria. DiMaggio (1990) faz menção a importância de analisar os aspectos culturais da ação das organizações. Um nível de cultura consiste naqueles fenômenos cognitivos (crenças, atitudes, normas, juízos) sobre os quais se ocupa, habitualmente a psicologia social. Arroio do Tigre, por exemplo, tem cultura descendente, principalmente, de famílias alemãs e italianas que tiveram sua base de

desenvolvimento a atividade fumageira e outras atividades correlatas. Nesse sentido, independente do tabaco ser associado à integração ele seria cultivado pelas origens culturais e pela tradição intergeracional imbricada, portanto, avançamos na compreensão do tabaco visto somente pelo sistema integrado.

As relações, entre os agricultores com os orientadores e a indústria podem ser mediadas por graus de confiança, sendo que provavelmente podem ser afetadas pela má-fé (GRANOVETTER, 2007). Ser fumicultor, em nosso local de estudo, evidencia uma imagem que traz consigo o reconhecimento social pela base produtiva dos agricultores familiares, que sugere um bom retorno econômico. Logo, a atividade fumageira vai trazer a tona o elemento econômico muito presente em toda e qualquer discussão, sendo que isso conduz a sociedade imaginar que um agricultor integrado não é apenas um agricultor por si só, mas um agricultor consolidado e com bons ingressos financeiros. Isso em Arroio do Tigre facilita a abertura de créditos para os fumicultores em supermercados, agropecuárias, no financiamento de equipamentos e maquinários agrícolas e veículos particulares, bem como no varejo em geral. Os fumicultores mais expressivos e consolidados ganham atenção especial pelos funcionários das empresas do comércio, bem como, possuem maior respeito do que agricultores que não possuem identidade produtiva, pela suas características de renda diversificada. Talvez, os únicos equiparáveis no local de estudo seriam aqueles que possuem agroindústrias familiares rurais, no entanto, são ínfimos esses últimos.

Excluindo os conflitos e os aspectos não favoráveis aos agricultores no sistema integrado de produção de fumo, em nossa investigação, percebemos que a sociedade local analisa com bons olhos a atividade fumageira, em certa medida, pelo retorno econômico que traz ao município. A configuração básica do desenvolvimento está atrelada ao setor primário, sendo que um bom ano agrícola tende a ser um bom ano para os comerciantes locais. Por isso, talvez, a cultura do fumo é respeitada e o agricultor reconhecido por representar o desenvolvimento econômico da região. Esse fato imprime segurança tanto para os agricultores que visam produzir, reproduzir e crescer nas suas atividades agrícolas, como para a sociedade urbana que espera conseguir comercializar bens e serviços também as famílias agricultoras, sendo que em anos agrícolas notáveis essas estão mais propensas a fazer aquisições seja para o consumo da família ou para a estrutura das propriedades agrícolas em questão.

É mister considerar que a integração do agricultor à indústria pode estabelecer um cenário polivalente, mediado tanto por regras e normas que salientam um lado mais persuasivo e complicado para o agricultor, porém, também apresentam benefícios que diferenciam e fornecem condições de, pelo menos, se reproduzir e minimizar os riscos eminentemente

naturais da atividade agrícola. Se esse sistema de integração fosse tão prejudicial ao agricultor, certamente, ele não estaria ainda dentro dessa atividade, pois a propensão de continuar fornecendo muito de si, em uma relação extremamente utilitária, não estaria convergindo nos planos de sua racionalidade humana, mesmo em um cenário de poucas possibilidades. O discernimento da circularidade analítica discursiva, ao menos, precisa analisar criteriosamente, antes de elencar o que é ou não “ruim” para a realidade dos agricultores.

No próximo capítulo damos mais tenacidade às constatações empíricas que consubstanciam nossa análise perante as estratégias de reprodução, confortando atenção especial para a relação do agricultor perante sua unidade de produção, bem como, as relações diametrais antes e depois da porteira. Vinculamos a essa análise, as motivações, objetivações e racionalidades imbricadas na decisão do agricultor arroiotigrense tomar como foco de renda principal, a atividade fumageira. Notificamos a importância das outras atividades que consubstanciam as referidas estratégias tratadas nessa discussão envolvendo os diferentes atores que promulgam e dão ênfase para o setor discutido.

CAPÍTULO III

MUITO ALÉM DA PRODUÇÃO: CARACTERIZAÇÃO, ESTRATÉGIAS E AS DIFICULDADES

...Os agricultores também podem estar à frente dos cientistas em técnicas de melhoramento de espécies. Paul Richards relata o caso seguinte: Na Nigéria, um cientista fez uma descoberta nova e importante. A propagação do inhame é normalmente vegetativa, mas o cientista arranhou maneira de reproduzir alguns inhames a partir de sementes, nas suas condições experimentais, e julgava tê-lo feito pela primeira vez. Contudo, num encontro ocasional, um agricultor disse-lhe que já tinha conseguido fazer isso e, mais ainda, que tinha descoberto, tal como o cientista, que embora a primeira geração de tubérculos fosse pequena, a segunda geração e as seguintes eram de tamanho normal. Para terminar a historieta, diz a lenda que o cientista agradeceu a Deus por os agricultores não fazerem concorrência escrevendo artigos científicos. Robert Chambers (1983, p. 102)⁸⁸



Fig.07- Foto de uma propriedade que produz tabaco em Arroio do Tigre/RS
Fonte: Trabalho a campo, Setembro de 2010.

Arroio do Tigre é um município assinalado, principalmente, pelo que representa no âmbito de produção agrícola na região Centro Serra/RS, assim como os outros, há predominância de pequenas e médias propriedades, com uma produção agropecuária bastante intensiva e diversificada. É um dos municípios-referência quando o assunto envolve as peculiaridades, dificuldades, os incentivos, as ações e intervenções na agricultura. Com uma base, essencialmente, voltada para a pequena escala, no entanto, a produção coletiva fornece destaque ao município, em âmbito de região (diversidade de culturas), Estado (principalmente o feijão) e país (no caso do fumo). A configuração espacial do território evidencia características particulares, onde apontam para locais com maior possibilidade de expansão

⁸⁸ CHAMBERS, R. **Desenvolvimento rural: fazer dos últimos os primeiros**. England: ADRA, 1983.

das atividades agrícolas envolvendo produção de maior escala, especialmente, nos lugares abrangidos pelas áreas planas. Outra conformação apresenta maior declividade marcando uma área agricultável que evoca para um maior trabalho braçal, produzindo em menor expressão. Em ambos, o cultivo do fumo é destaque, no entanto, é no segundo que apresenta maior ênfase, maior qualidade e com grau mais acentuado de especialização em detrimento da diversificação.

Neste capítulo esforçamo-nos em conhecer e compreender, diante da nossa inserção e conhecimento empírico, como estão distribuídas as estratégias de reprodução (de ciclo curto) ao longo do município, traçando considerações diante da configuração de desenvolvimento agrícola local, bem como suas interações com a dinâmica do mercado. Nesse momento, fundamentamos em visualizações, visitas, diálogos e entrevistas com diferentes atores, pelos dados dos agentes de desenvolvimento, dos agricultores (fumicultores), e nossa inserção como pesquisador-integrante.

3.1 Localizando as atividades agrícolas distritais

Após conversas com informantes chaves, agricultores em especial, conseguimos caracterizar os distritos e suas estratégias de reprodução de ciclo curto (anual), principalmente. Grosso modo, destarte para nossa análise que partiu do pressuposto de que a maioria dos agricultores usa o cultivo de fumo como a principal atividade de fonte de renda. Agricultores que não usam o tabaco como estratégia principal se dedicam a atividade leiteira, ao cultivo de milho (como subproduto para a silagem ou a ração para os animais) e a cultura da soja, em locais com áreas mais planas, com forte propensão para a pecuária, dadas as limitações estruturais. De modo geral, a pecuária restringe-se a animais de tração e algumas vacas de leite, o gado de corte não representa uma generalização, sendo em muitos casos, esparsos. O que impede a expansão da pecuária são as limitações impostas pelos terrenos na região. A presença de agroindústrias familiares rurais são poucas, mas quase todas ainda estão ligadas ou caminham em conjunto com a cultura do fumo.

Tabela 08- Estratégias de reprodução de ciclo curto em Arroio do Tigre/RS

Descrição	Principais culturas agrícolas por distrito em Arroio do Tigre		
	Estratégia de reprodução principal	Estratégias de reprodução complementares	Estratégias de reprodução básica
Distrito I	Fumo Burley e Virgínia	Milho, feijão, soja	Alto autoconsumo
Distrito II	Fumo Virgínia	Milho	Baixo autoconsumo
Distrito III	Fumo Burley e Virgínia	Milho, feijão, soja	Relativo autoconsumo
Distrito IV	Fumo Burley	Milho, feijão, soja, trigo, leite	Alto autoconsumo
Distrito V	Fumo Burley	Milho, feijão e soja	Alto autoconsumo
Distrito VI	Fumo Burley e Virgínia	Milho, feijão, soja	Relativo autoconsumo
Distrito VII	Fumo Burley e Virgínia	Milho, feijão,	Relativo autoconsumo

Fonte: Elaborado pelo autor com informações de campo

Percebemos, diante desse cenário, que os agricultores mais consolidados são àqueles em que herdaram terras e/ou possuem aposentados na composição da família agricultora. A aposentadoria corrobora para um suporte especial para as famílias, aumentando o conforto em uma decisão relativamente mais arriscada, na visão dos agricultores, como investimento em maquinário agrícola, aplicação de recursos em correção do solo, aquisição de maior quantidade de insumos, entre outros. A segurança do ingresso de renda não agrícola tranquiliza os agricultores em momentos de safras frustradas, ou investimentos que não forneceram retorno esperado, sendo que a dívida pode ser quitada, em último caso, pela aposentadoria. Por outro lado, as propriedades adquiridas com trabalho de capital próprio e nenhuma renda não-agrícola não possuem giro de caixa passível de ser usado, em caso de eventuais problemas da safra. Esse fato faz com que a gestão da unidade de produção seja vista com mais cautela e precaução. Elementos esses que são fundamentais no momento de compreender como acontece a decisão do agricultor em suas estratégias de reprodução e, talvez, os motivos que conduzem obter um produto final com menor qualidade, mas eventual risco menor.

Acompanhamos na tabela 08 onde damos ênfase para o I Distrito⁸⁹ conformando uma área que tangencia o centro urbano do município. As localidades que o integram, utilizam como estratégia de reprodução principal o cultivo do fumo tipo Burley e Virgínia, ambas são predominantes, dando destaque para a produção em maior grau do primeiro⁹⁰. As estratégias

⁸⁹ O Distrito I é composto pelas localidades de Lambedor, Linha Turvo, Linha Cereja, Morro da Lentilha, Linha Rocinha, Linha Guabiroba e Linha Tigre.

⁹⁰ Existe ainda o tabaco do tipo Comum, em que o manejo é parecido com o Burley, mas como é mínimo abstraímos de nossa análise. Para efeitos de comparação pode ser entendido parecidamente com aqueles agricultores que cultivam o Burley.

complementares como o milho, feijão e soja são características de toda a região, sendo passíveis de serem usadas pelas condições de infraestrutura e área propícia. Ao entrevistarmos uma família agricultora da localidade de Linha Tigre que tem como atividade principal o fumo tipo Burley, Senhor Harley, informa que na região “Predomina mais área plana. Plana, plana 100% não! Toda ela é quebrada! Uns 70% dá para usar trator. Nós nesses oito hectares temos dois de mato e capeirão; de cerro são dois hectares”. Usamos a concepção de alta produção para autoconsumo, pois emergem características produzidas para a subsistência da família nessa área podendo, às vezes, serem comercializadas pela proximidade ao centro urbano. Talvez, o aspecto “proximidade” fortaleça intuitivamente o leque de produtos para o autoconsumo da família, prevendo possíveis formas de estabelecer uma venda informal. É nessa área, também, que surgem os agricultores que compõem a feira livre municipal no centro da cidade, bem como, a Localidade de Linha Rocinha destaca-se pela predominância de uma das agroindústrias familiares rural mais forte na região, devido o alto investimento por uma família alemã de tradição local, sendo esta podendo ser denominada de Agroindústria Familiar de Pequeno Porte⁹¹ como tipificam Guimarães e Silveira (2008).

O II Distrito⁹² localizado a sul do município, próxima a barragem de Dona Francisca, é determinado pelo intensivo cultivo de fumo tipo Virgínia. O depoimento do Senhor Willian, agricultor em Linha Taquaral, afirma: “Aqui 80% do fumo plantado é tipo Virgínia. Acho que nem dá 20% de Burley”. O distrito é considerado, uma região potencial para as agroindústrias de tabaco pela pujante qualidade do fumo em folha, principalmente, em Linha Taquaral. Essas localidades apresentam um acentuado grau de declividade, muitas rochas, baixo grau de emprego de máquinas agrícolas e propriedades não superiores a 11 hectares, dificultando especialmente culturas propícias a larga escala como a soja e trigo. Por isso, um dos motivos que o fumo se adaptou muito bem a esse local. Como são mais especializados, em alguns casos, haverá produção de feijão visando o mercado, mas a maioria, apenas, para o autoconsumo da família. Apesar das limitações, a cultura do fumo condiciona a existência de agricultores bastante capitalizados e desenvolvidos, apresentando propriedades bem estruturadas, com casas de alvenaria grandes e de boa qualidade, alguns estavam reformando-a ou construindo a segunda, sempre privilegiando construções de material.

⁹¹ Este tipo caracteriza-se como uma agroindústria convencional de pequena escala, ou seja, é uma unidade de processamento semelhante a da grande indústria, apenas de pequeno porte. (GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007, p. 10).

⁹² O II Distrito envolve as localidades de Linha São Roque e Taquaral.

O III Distrito⁹³ também é assinalado por restrições ambientais que impedem o uso de máquinas agrícolas em certos locais. A Localidade de Linha Ressaca e parte de Linha Travessão são as duas, onde essas características são mais aguçadas. As plantações de feijão e milho ocupam determinada relevância na composição do autoconsumo das propriedades, como também para as demais famílias de outros distritos. Esse local, remonta para o desenvolvimento mais expressivo do cultivo de fumo tipo Burley, conformando diferenças acentuadas de acordo com a paisagem que se estabelece. A maioria das propriedades apresenta áreas de preservação ambiental como matas nativas, pedreiras, além de áreas muito inclinadas o que impossibilita a agricultura ou restringe muito. Arroio do Tigre em geral, normalmente permanecem diferenças ecológicas e históricas relevantes que condicionam distintas atividades agrícolas. Ocorrem áreas de relevo bastante acidentado, limitando as atividades agrícolas nas quais se utiliza de tração animal, sendo mais presente nesse momento, o cultivo de fumo, feijão, pastagens e alguns casos, a criação de gado leiteiro. Outra realidade se caracteriza por apresentar um relevo levemente inclinado com maior grau de mecanização, onde se cultiva também a soja, o milho, o trigo, gado de leite, de corte e suínos.

Voltando a caracterização dos Distritos, nossa abordagem a campo revela que o IV Distrito⁹⁴ se localiza aproximadamente de 10 a 35 km do centro urbano sendo cortado por via asfáltica, permeando como um dos distritos mais desenvolvidos e diversificados em nosso local de estudo. Grande parte de sua abrangência revela áreas planas, com alto emprego de tecnologia e produção bem diversificada. Também é nesse local que apresentam a maior parte das famílias que não tem como atividade principal o cultivo do fumo, por se dedicar a bovinocultura de leite, de corte, mas, principalmente, o cultivo da soja e milho que são expressivos, uma vez que as condições ambientais são propícias para tal. Geralmente, nesse espectro encontramos agricultores que produzem fumo tipo Burley de forma mais expressiva, mas também verificamos aqueles que possuem, na mesma propriedade, os dois tipos de tabaco, além das culturas voltadas para o mercado e outras para o autoconsumo. Em certa medida, a estrutura fundiária das propriedades é razoavelmente maior, e encontram-se partes de boa produtividade por hectare. Nesse local, encontramos agricultores consolidados, agricultores em processo de consolidação e agricultores menos expressivos⁹⁵, sendo que no geral possuem maior grau de diversificação de renda, como aqueles com a estratégia principal

⁹³ Engloba as localidades de Linha Barrinha, Travessão, Linha Floresta, Linha Ocidental e Linha Ressaca;

⁹⁴ Envolve as localidades de Vila Progresso, Linha São José, Linha Santa Cruz, Linha Tamanduá, Linha Anjo da Guarda, Linha São Pedro e Linha Paleta.

⁹⁵ Por agricultores menos expressivos entendemos aqueles que não têm uma inserção expressiva na produção voltada para o mercado, possuindo dificuldades de reprodução social e econômica.

a cultura do fumo. Por apresentarem o fator terra mais disponível esse distrito destaca-se muito pela produção de fumo tipo Burley, bem como, feijão, soja e milho. As localidades de Vila Progresso, Linha Paleta em alguns lugares, apresentam características de uma agricultura de maior escala, no entanto, poucos, ultrapassam o patamar de 80 hectares.

Quando estamos fazendo a análise da agricultura familiar fumageira estamos levando em consideração propriedades próximas a estrutura fundiária de 20 hectares. Em certos locais com alta produtividade e diversidade, uma forma de amenizar as perdas de determinada cultura é apoiar-se com ganhos de outras. Grosso modo, tanto no IV Distrito como em qualquer outro, esse patamar sofre pequenas alterações para mais ou para menos. Geralmente, a fumicultura é mais latente em propriedades com estrutura abaixo de 10 hectares, mas isso não exclui outras de ter uma produção qualificada. Por outro lado, as famílias que possuem maior quantidade de terra disponível, não significam que detém uma maior produção ou mais intensiva, pois também estão sujeitas pelas restrições de mão de obra e instalações na propriedade, com exceção daqueles que contratam trabalhadores para a atividade. A heterogeneidade é alta, sendo passível de críticas para generalizações mais amplas sobre a multiplicidade presente, até mesmo em âmbito das localidades rurais. Por conseguinte, estamos construindo generalizações distritais baseadas em atividades/culturas que mais prevalecem no local, sempre fornecendo margem para as particularidades ou minorias existentes.

Relembrando, o V Distrito é composto pelas localidades de Linha Sítio Alto, Linha Sítio Baixo e Linha Papo Roxo. Para chegarmos a esse local é necessário tangenciar o IV Distrito direcionando por uma estrada de chão (terra) que irá desembocar, após 40 quilômetros, no município de Tunas. Nesse local as restrições ambientais estão mais salientes na Localidade de Sítio Baixo (próxima a Linha Paleta) onde a paisagem começa a ser modificada a partir do Rio Lagoão – porta de entrada na região. O predomínio do cultivo de fumo tipo Burley deve-se, essencialmente, a falta de mão de obra para consolidar a migração para o fumo tipo Virgínia, ou talvez, aumentar a produção de culturas menos mecanizadas na região como o cultivo de feijão ou, talvez, esforçando para trazer as estratégias de reprodução básicas – como a mandioca e a batatinha, por exemplo –, no âmbito de uma estratégia de reprodução complementar, fato esse muito difícil, pela considerável distância do centro urbano e a inexistência de mercado consolidado para ambas. Nesse local, conversamos com um agricultor que além da expressiva produção de fumo Burley, toda sexta feira, usa como estratégia de reprodução a comercialização, no centro urbano da cidade, de produtos voltados para o autoconsumo. Para isso, utiliza como meio de transporte um veículo (carro) da família,

onde segundo sua informação, geralmente, consegue vender todos os produtos que transporta. Essa informalidade, por menos aconselhada que seja, é uma estratégia extremamente importante à família agricultora, rendendo bons ingressos financeiros que auxiliam na compra de outros produtos não existentes na propriedade ou corroborando para quitar contas de luz, água ou outros serviços contratados. Em Sitio Alto evidenciamos um vilarejo com comércios no centro da comunidade. Encontramos uma agroindústria familiar rural que se dedica a agregação de valor em produtos artesanais. Devido sua expansão, foi necessária a legalização perante o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) e pela Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CISPOA). Atualmente faz o abate de animais, produzindo produtos derivados cárneos (salsichão, principalmente). Por outro lado, evidenciamos em conversas na comunidade que na localidade está expandindo-se a plantação de soja, em locais propícios para tal, pela mecanização do cultivo e o menor emprego de mão de obra despendido.

Em nossas andanças pelo interior de Arroio do Tigre notamos a presença de antenas de rádio que sinalizam a chegada de internet as famílias agricultoras. Lembro muito bem do momento em que era criança, onde a única fonte de informação e entretenimento no meio rural do município era movida, apenas, pela presença de rádios ou pela televisão. Em nossas inserções observamos várias famílias com um, dois ou mais celulares, bem como, em menor expressão (mas já bastante visível) computadores, internet via rádio e televisões a cabo de sinal fechado. Fato esse que nos chamou a atenção, pois alguns agricultores já podem ter informações em tempo real sobre o comportamento do clima durante a semana, projeções para a safra, comportamento do mercado agropecuário, do dólar ou informações ligadas ao lazer e entretenimento. Em muitos casos, a motivação para os agricultores fazer a aquisição de computadores ligados à internet, é explicada pelos seguintes elementos: a) pela presença de um investidor privado na cidade de Arroio do Tigre que visualizou oportunidade de mercado; b) pela existência de jovens na propriedade que necessitavam elaborar trabalhos pelo computador para fins de estudos no Ensino Médio, sendo muito custoso o deslocamento desses a cidade; ou talvez, o mais importante, c) o agricultor adquire a tecnologia e os serviços de internet com o objetivo de motivar a permanência do jovem rural na propriedade. Esse último elemento é um fator extremamente relevante, uma vez que os jovens são os únicos que sabem manusear o equipamento, sendo que alguns agricultores aprendem com os filhos. Ao mesmo tempo, esse processo acelera a inclusão digital dos agricultores. Por outro lado, é necessário destacarmos que, apenas, os agricultores mais consolidados possuem os equipamentos, uma vez que aumenta gradualmente os custos com serviços externos à

propriedade pela necessidade de quitamento da prestação mensal da internet⁹⁶. Nesse contexto, somente tem acesso àqueles que estão localizados em áreas mais privilegiadas, onde o sinal de internet não apresenta interrupções, pois a empresa responsável ainda não conseguiu difundir o sinal para todas as localidades de Arroio do Tigre, apesar de já ter expandido para outros municípios. Para os agricultores o acesso a informação e aos serviços oferecidos pela internet é extremamente positiva para o desenvolvimento individual e da região.

O VI Distrito envolve as localidades de Coloninha e Despraiado, ambas próximas ao município de Tunas/RS. A distância do centro urbano de Arroio do Tigre dificulta o processo de contato das comunidades, no entanto, existem linhas de ônibus que interligam esse trajeto para as famílias que não dispõem de veículos particulares. A proximidade com o município vizinho não se mostra tão relevante, pois como é uma cidade pequena do interior, sem acesso asfáltico, não tem muitas opções para transações comerciais. Desse modo, o município de Arroio do Tigre se torna importante para os agricultores, apesar da longa distância. Em Linha Coloninha apresentam-se muitos centros comerciais que suprem as necessidades das pessoas na comunidade. Sobre as estratégias de reprodução de ciclo curto são muito parecidos com os outros distritos, sempre tendo o tabaco como fonte de renda principal. Aparentemente existe uma leve predominância de fumo tipo Virginia.

O VII Distrito envolve as localidades de Tabãozinho, Lomba Alta e Lagoão. Prevaecem acentuadas restrições ambientais para a agricultura, sendo mais preponderante o fumo tipo Virginia, com focos esparsos para o Burley. Em determinados lugares as estratégias de reprodução básicas são altamente valorizadas, devido a impossibilidade de emprego de tecnologia para estabelecer as estratégias complementares. Tabãozinho é uma localidade em que apresenta peculiaridades ambientais, sendo que alguns agricultores foram autuados por corte ilegal de mata. É empregada a agricultura mecanizada em determinados locais da região, no entanto, existem lugares onde é usada a tração animal devido à existência de áreas muito inclinadas.

⁹⁶ A mensalidade para a transmissão do sinal em 2010 chega ao patamar de R\$ 50,00 para a prestação do serviço.

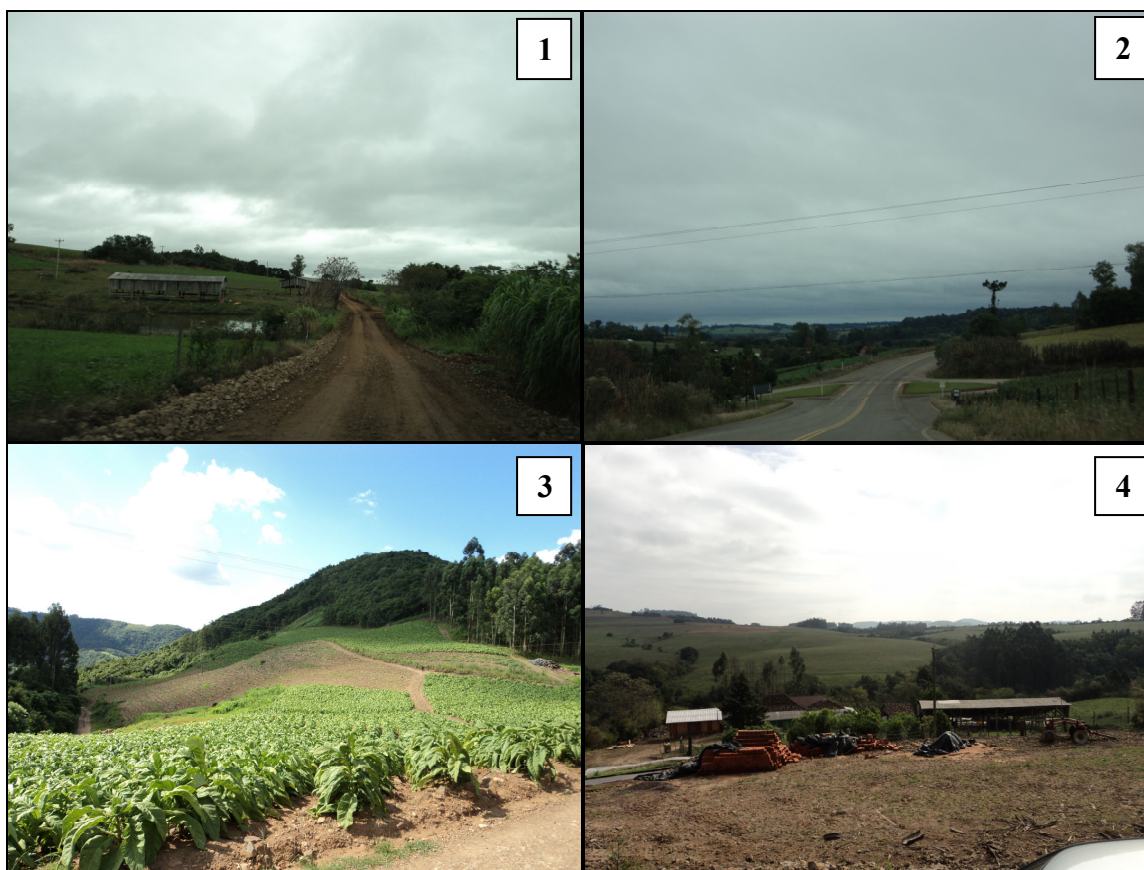


Fig. 08- Vista panorâmica da paisagem na Localidade de Linha Paleta (1) e Linha Tigre (2); Linha Taquaral (3) e terraplenagem⁹⁷ para construção de um forno de estufa em Linha Santa Cruz (4);

Fonte: Trabalho a campo, Setembro 2010.

Segundo as informações contidas no Plano Ambiental, as declividades do município, podem ser distribuídas em seis classes distintas: a) Terreno plano ou quase plano: até 5% de declividade, tem característica morfológica terraços fluviais e não apresenta perda de solos e escorregamentos. Esse tipo proporciona o desenvolvimento de atividades mecanizadas, construções e infra-estrutura viária; b) Declividade fraca: entre 5 a 12%, apresenta morfologia com ondulações suaves, fundos de vale ou superfície tabulares. Os processos de erosão podem ser fortalecidos pela ocorrência de escoamento difuso e laminar (sulcos). Nesses locais, é indicado para atividades de agricultura com conservação ligeira, aceitável para construções; c) Declividade média a forte: entre 12% a 30% de declividade, se encontra distribuída dentro da área em vários pontos, tendo uma morfologia de encostas de morros, relevos estruturais monoclinais do tipo *cuesta*. No quesito onde fulmina os processos de erosão podem acontecer movimentos de massas, escoamento laminar, escorregamentos (sulcos e ravinas).

⁹⁷ Recebemos informação em Janeiro de 2011 que a Secretaria da Agricultura do Município de Arroio do Tigre realizou 98 terraplenagens para a construção de estufas para cultivar fumo Virginia.

Recomendado para agricultura com conservação moderada a intensiva, sendo que a mecanização é impossível e área pouco apto para construções e infra-estrutura viária; d) Declividade forte e muito forte: classe entre 30% a 60% onde verifica uma morfologia de encostas serranas, escarpas de falhas e de terraços. Pode apresentar uma erosão linear muito forte, destruição de solos, escorregamento e queda de blocos. Tal é indicado para pecuária e florestamento, não sendo apto para construções e infra-estruturas; e) Terreno abrupto: entre 60% e 90% de declividade apresentando uma morfologia de cristas. Possivelmente, pode aparecer erosão linear muito forte, escorregamentos, queda de blocos e avalanches. Nessas áreas é aconselhado, apenas, para uso florestal; f) Escarpado: a classe de declividade de relevo escarpado sugere um grau acima de 90%, apresenta uma morfologia com paredões e escarpas em vales encaixados. Esse tipo de relevo pode apresentar queda em massa e escorregamentos, sendo que a predominância dessa classe limita até o uso florestal. Esta última, quase inexistente no município de Arroio do Tigre como veremos na Fig.09.

Observamos em nossa inserção empírica, consubstanciada pelas informações do mapa sobre as classes de declividade, que predomina na região a declividade fraca (5% a 12%), seguida da declividade média a forte (12% a 30%) e declividade forte e muito forte (30% a 60%), respectivamente. Nesse contexto, o relevo predominante são as áreas planas, logo, seguidas de declividades. No geral, encontramos muitos cerros e coxilhas onde a mata atlântica se caracteriza por um relevo mais irregular. As restrições ambientais influenciam na gestão das unidades agrícolas e também na escolha da estratégia de reprodução principal. A percepção dos agricultores é de que antigamente existia na região uma cobertura florestal em maior expressividade do que permanece hoje, por três motivos principais: a) a necessidade de expansão de novas áreas agrícolas; b) construção estrutural das propriedades (galpões, casas, etc); c) pela opção do fumo tipo Virgínia que necessita de lenha para o processo de secagem, ao mesmo tempo, surgindo à possibilidade de comercialização. Os incentivos das empresas fumageiras e órgãos públicos municipais, ao mesmo tempo, a influência externa das leis ambientais aceleraram o processo de reflorestamento de eucalipto - árvore em que a permissão para o corte é liberada. A prática foi responsável pela diminuição na pressão da mata em Arroio do Tigre, apesar de que, ainda existem cortes causais pela região.

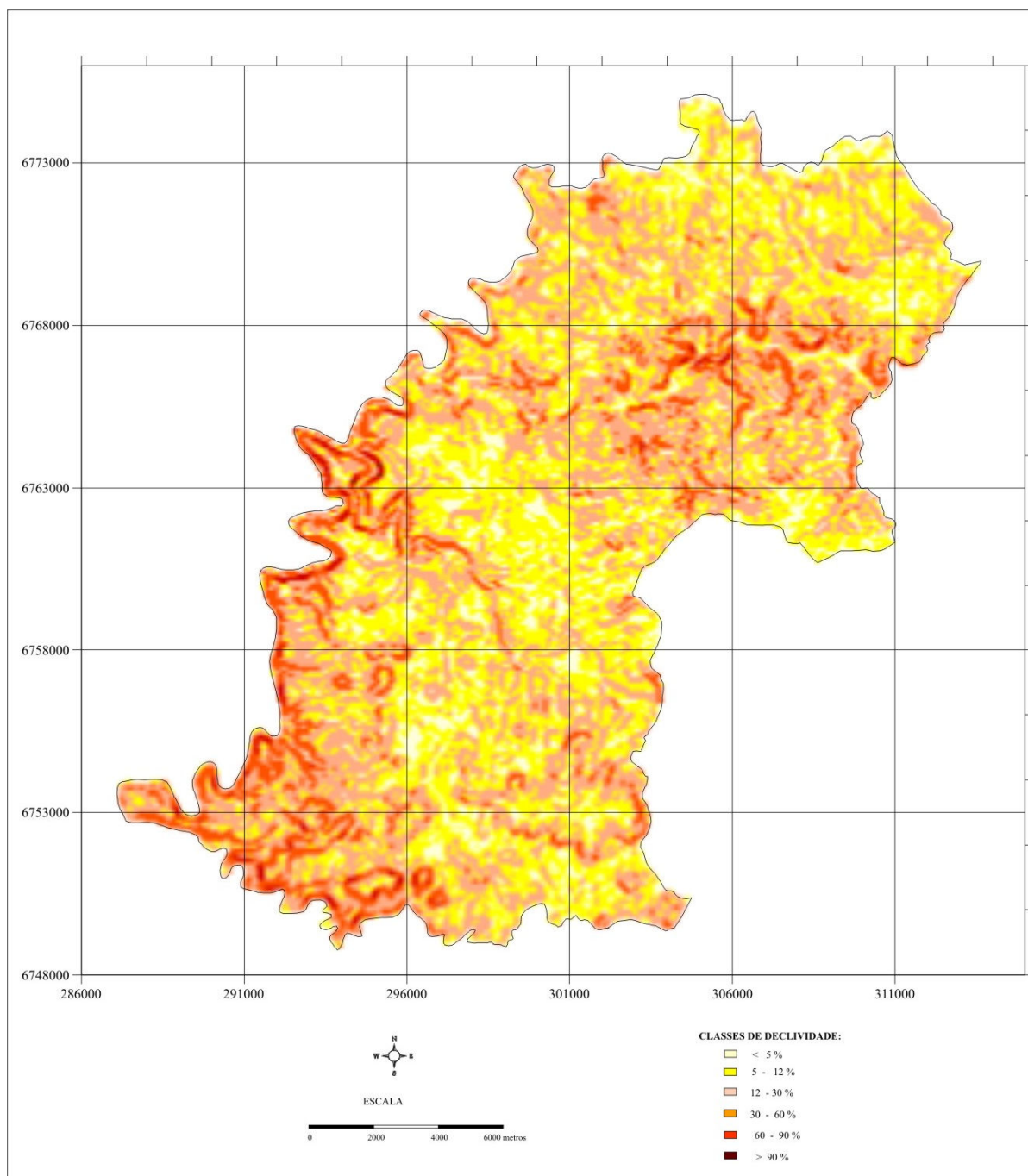


Fig. 09- Classe de declividade (%) do município de Arroio do Tigre/RS
 Fonte: Laboratório de Geoprocessamento UNISC, 2009.

Nas conversas com os agricultores fomos convidados para acompanhá-los a conhecer suas lavouras. Os solos alternavam-se em função das características ambientais, existindo uma preocupação latente com a fertilidade e conservação, especialmente, pelo motivo de que as atividades fumicultoras exigem muito revolvimento do solo por parte dos agricultores. Em épocas anteriores, as queimadas eram usuais, como forma de preparação inicial da terra para o cultivo, atualmente, essa prática é bem menos usada pelos possíveis prejuízos ao solo. No

entanto, muitos agricultores da região convergem para o uso do Sistema Plantio Direto visando à conservação do solo e redução dos custos com sua preparação. Geralmente, a tentativa é válida, mas percebemos o que realmente acontece é o “plantio direto”, ou seja, plantam direto no solo, grosso modo, usando muito pouco as práticas como a promoção da cobertura permanente de solo, a diversidade promovida pela rotação de cultura (às vezes, porque tem pouca terra), para a constituição da matéria orgânica e outras características que definem o Sistema de Plantio Direto. A necessidade de formação dos camalhões para o desenvolvimento do fumo provoca muito revolvimento prejudicando a conservação e sua fertilidade. Por isso, muitos solos “descobertos” estavam claramente suscetíveis as erosões, perdas de adubo e fertilidade natural quando ocorriam precipitações elevadas, conseqüentemente, acaba afetando diretamente na produtividade. Perguntamos ao Senhor Edson, agricultor em Linha Paleta – IV Distrito, para fazer uma comparação do seu solo com o da região em torno, a resposta foi a seguinte: “O meu solo é mais fraco que os outros, eles tem solo melhor. Uma porque tem bastante rocha embaixo e bastante desnivelado. Eu uso bastante o gado para comer a palhada, então, muita laje embaixo, e ele não é um solo parelho. Tem partes boas, partes médias e partes ruins”.

A percepção do agricultor evoca para as peculiaridades internas designando que sua propriedade tem menor potencial das restantes, pois está frente às restrições ambientais impostas pela natureza, bem como alega que o sistema de integração lavoura-pecurária pode ser um dos fatores que determinam a redução da palhada, conseqüentemente, menor cobertura do solo para formação da matéria orgânica. O agricultor complementa: “Seria uma área para viver, mas não para ficar rico. Nunca vou ficar rico”. Imperam nessa análise fatores tangenciais que dificultam o desenvolvimento, tais como as limitações financeiras para compra novas áreas, aliado, também, ao processo de valorização de outros ativos na região, onde possivelmente um hectare no IV Distrito é avaliado em torno dos 20 a 25 mil reais. Em conversa paralela com o Senhor Onivaldo, agricultor vizinho, para o retorno desse valor seria necessário, aproximadamente, 20 anos de cultivo na área, eliminando a possibilidade de safras frustradas. O retorno do investimento é muito demorado e, em certos casos, para a aquisição dessas novas áreas, esse elemento não pode ser levado em consideração para a tomada de decisão.

Outra parte de agricultores, já perceberam, que o Sistema Plantio Direto na cultura do fumo é aplicável, fornecendo resultados tanto na produtividade final como na conservação do solo. O senhor Cléber, agricultor na Linha Rocinha, pondera sobre como os agricultores devem trabalhar, no sentido de conservar o solo:

Por que meus guris plantaram apenas 10 mil pés de fumo? Só para mostrar que no fumo...Eu sou um cara que trabalho com a cabeça, observa bem. Um pé de fumo você não precisa mexer na terra quase nada. Tem agricultor que fala quanto mais que mexer melhor! Não é verdade, o fumo Burley não foi colocado enxada, não foi colocado capinadeira, nem arado, só adubo e pronto. Se fosse outros com os bois ou com o trator estavam duas ou três vezes dentro da lavoura mexendo a terra. E quanta terra vai embora com isso? O que meus rapazes fizeram? Foi feito um camalhão leve; eu nem queria que eles fizessem. De preferência só um sulco pequeno, para plantar dentro dele. Mas isso foi bom para eles aprenderem a trabalhar, pois no final aconteceu o seguinte: onde não tinha camalhão esse ano o fumo ficou mais alto e por quê? Você só imagina se nossos agricultores plantarem o fumo em cima dos barrancos e com a seca como fica? Quando você vai fazer uma adubação, observa bem, essa altura [mostrou perto dos joelhos com a mão] tem muito por aí e como você vai colocar nitrogênio ou salitre aqui. A tendência é ir tudo para o meio da verga. Aí meus rapazes dizendo, pai você quer olhar uma coisa? Tu vai olhar nas vergas onde tem o camalhão está seco, seco. Agora tu olha onde não fizemos camalhão está tudo parelho.

O depoimento do agricultor traz elementos favoráveis, diante do menor revolvimento possível do solo. Através dessa análise, a diferença de fertilidade do solo e de produtividade pode marcar o desenvolvimento de determinados agricultores perante outros. As técnicas empregadas nas atividades agrícolas podem ser um dos fatores de diferenciação distinguindo os agricultores mais consolidados no cenário de produção do tabaco e outras culturas agrícolas. O senhor Willian, agricultor de Linha Taquaral, aponta o manejo do solo em sua lavoura:

A minha lavoura faz 14 anos que não é mais lavrada. Se você entrar no meio do meu fumo vai ver que a palha está fechada, eu passei uma verga de arado, mas também tem muita palha. Eu não enterro mais o adubo, ele é em cima do chão. Nós fizemos o camalhão no inverno e daí, semeamos a aveia. Depois você pega a grade e derruba ela. Desseca, larga o adubo e planta o fumo. Pode dar 100 milímetros de chuva em duas horas que não tem problema.

As condições naturais conjugado com as práticas conservacionistas das famílias agricultoras determinam as diferenças no rural do município. Desse modo, a região estudada pode ser dividida em distintas áreas de solo: a) férteis; b) relativamente férteis; c) pouco férteis e d) solos pobres. Com relação a declividade: a) planas e pouco suscetível a processos erosivos e/ou processos de lixiviação; b) relativamente planas, com média possibilidade de erosão e lixiviação; c) áreas de grande declividade com alta propensão a erosão e lixiviação;

d) média declividade e com média propensão a erosão e lixiviação; e) pouca declividade e altamente férteis, com algum grau de erosão ou lixiviação. O manejo do solo pelos agricultores determina a existência de áreas mais conservadas ou mais precárias. Pontuamos a preponderância, de maior ou menor grau, de todos esses tipos de solos nas propriedades, mas não vamos delimitar percentuais, pois isso não abrange nosso propósito, mas, sem dúvida, é uma análise relevante para entender o desenvolvimento de alguns agricultores perante outros, em determinados locais.

Arroio do Tigre é rico em recursos hídricos, sendo parte afetada com a construção da barragem de Dona Francisca, acarretando em mudanças ecológicas, onde as águas são essenciais para o desenvolvimento do rebanho e utilizados para irrigação de hortas, pomares na fase inicial, de lavouras, em alguns poucos casos. Temos no município seis arroios e rios que se destacam: a) Rio Jacuizinho; b) Rio Caixão; c) Arroio Lagoão; d) Arroio Jaquirana; e) Arroio Carijinho; f) Arroio de Arroio do Tigre. Concomitantemente a sua hidrologia, apontamos uma elevada variação altimétrica, variando de 90 a 530 metros em relação ao nível do mar. Visualizando a figura 10, percebemos que as maiores altitudes apresentam-se junto aos braceletes de morros na porção leste do território, bem como as áreas com reduzidas altitudes no lado oeste do município, contíguo ao Rio Jacuizinho. Essas particularidades são elementos que conformam a orientação do desenvolvimento agrícola no município, sendo que a prevalência das elevadas restrições ambientais são orientadores na gestão interna das propriedades.

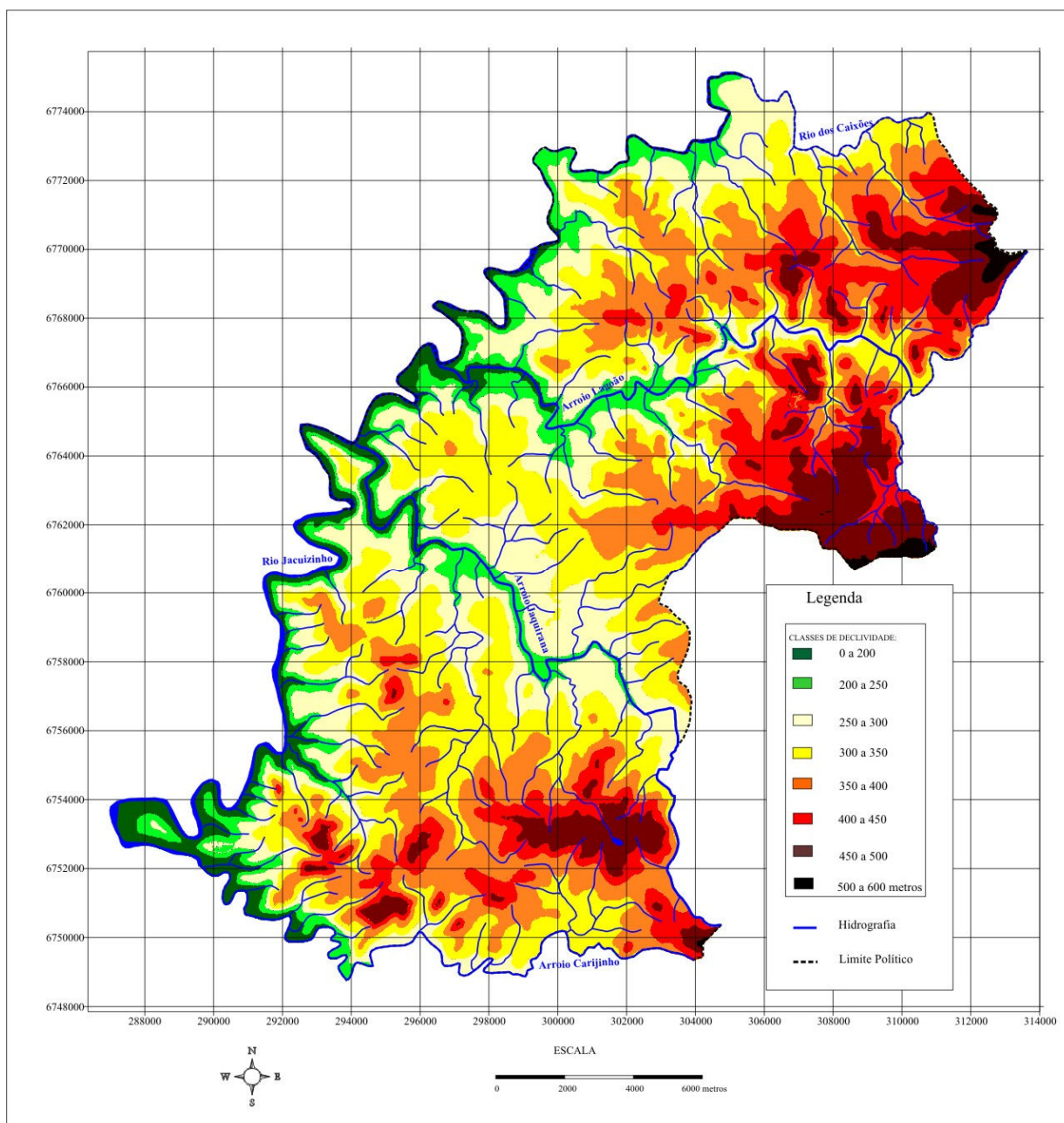


Fig. 10- Altimétrico do município de Arroio do Tigre.
 Fonte: Laboratório de Geoprocessamento UNISC, 2009.

3.2 Afunilando nas “nossas” estratégias

As estratégias de reprodução se configuram em formas de construção e sustentação das unidades de produção sob a influência de fatores internos e externos. A formulação de estratégias de ciclo curto pelos agricultores remonta para uma orientação voltada, principalmente, para âmbito do mercado. O processo de transformação do rural acontece em

velocidade acelerada, sendo que, para manter as evoluções nas propriedades, tais como os serviços contratados, é circunstancial o ingresso de renda para os agricultores. Uma agricultura totalmente desvinculada do mercado, nesse momento, seria uma consideração, em certa medida, ilusória para a realidade de Arroio do Tigre.

Para consolidar nossa argumentação diante das estratégias que compreendem esse campo de estudo, buscamos fazer uma sistematização em nossa pesquisa a campo. Diante da conversa com alguns agricultores, grosso modo, que poderiam representar a grande maioria, buscamos compreender as prioridades e a gestão das estratégias adotadas no ano agrícola, apoiando-nos em suas experiências, conhecimento da realidade e nas suas atividades agrícolas para uma generalização das unidades de produção. Desse modo, nossa interrogação abrangia a necessidade de entender quais as culturas mais importantes e sua escala de prioridade. O Senhor Edson nos ajudou a montar o esquema que apresentamos em seguida. Nossa pretensão é que seja visto de forma geral, com um olhar aguçado, amenizando possíveis particularidades que não são passíveis de generalização, relegadas a análise de minorias. A reflexão sobre estas três questões, estratégia de reprodução principal, estratégia de reprodução complementar e estratégia de reprodução básica, são importantes para abstrair do território as dinâmicas das unidades agrícolas, bem como, as possíveis intervenções no rural. Notamos, na figura 11, como estão distribuídas por ordem prioritária (renda, disposição da mão de obra, investimentos, etc).

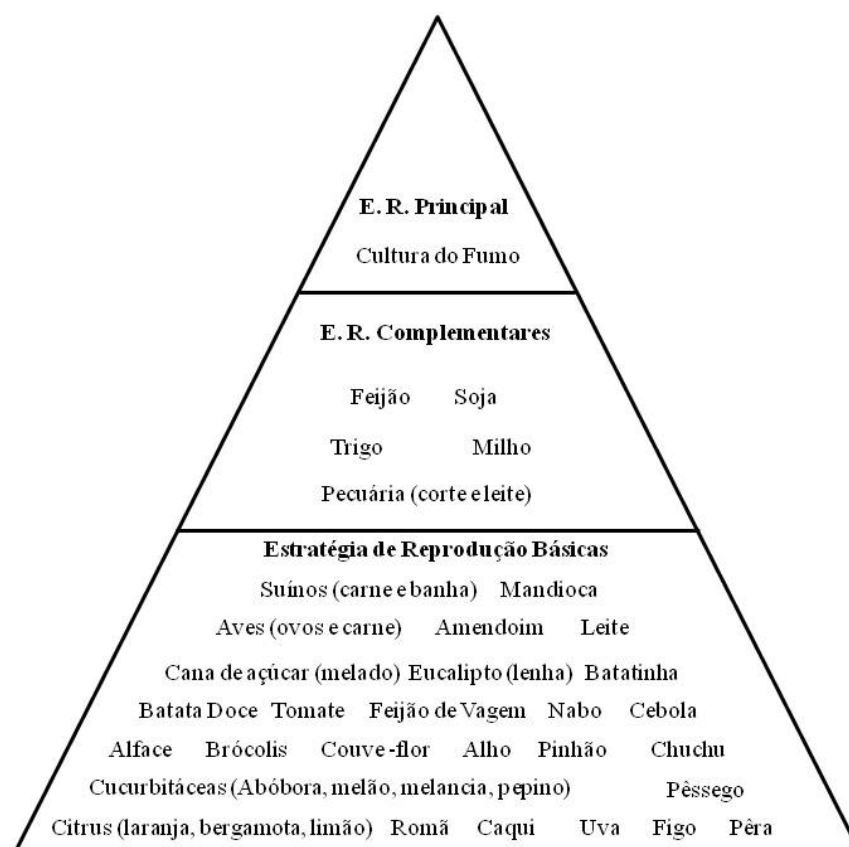


Fig. 11- Sistematização das estratégias de reprodução em Arroio do Tigre/RS
Fonte: Elaborado pelo autor

A atividade principal, sem dúvida, em consenso geral é a atividade fumageira que monitora importante realce nas discussões dos agricultores e revela o foco principal da maioria das propriedades agrícolas do município, principalmente, para àquelas em que dispõem de pequena extensão de terra e restrições naturais que anteparam um maior aproveitamento da área. Muito mais do que ser considerada uma estratégia de reprodução principal, o fumo é a base estrutural das propriedades, serve como orientação do fluxo de caixa, das ações desenvolvidas pela família, influencia nas decisões tomadas, designa os momentos de descanso e lazer da família, fornece condições de acesso a bens e serviços, fortalece a integração com o mercado, possibilita o reconhecimento social, etc. A atividade fumageira está diretamente associada à comercialização. Após a atividade principal, as propriedades de menor expressão têm no binômio milho-feijão uma fonte de renda complementar. Dependendo do ano agrícola e do tamanho da propriedade, o feijão é um dos principais produtos voltados para a comercialização, juntamente com o excedente do milho. A soja e o trigo são culturas mais características àqueles produtores que tem maior extensão de

terra, mas isso não impede o cultivo por àqueles que têm menor expressividade do ativo. O depoimento do Senhor Edson⁹⁸, sobre os motivos de escolher a soja em detrimento de cultivar mais milho em uma propriedade de 22 hectares é:

A soja eu planto um pouco mais para limpar a lavoura, pois tem um custo barato. Com R\$ 15,00 você limpa um hectare de soja e, então, tem um veneno barato que é o secante para limpar o inso [ervas daninhas] da soja. Então se torna barato, e não vem inso para a próxima safra. Esse é um dos fatores. E depois porque posso colher com a máquina, sem necessitar colocar a mão de obra da família. E o milho já incha a lavoura de inso. O milho quando está enlourecendo aparece aquele inso e não sobra tempo para capinar. E vai sementando tudo e a lavoura fica toda insada. Por isso que planto, caso contrário, quase não dava para plantar soja, a pequena propriedade teria que plantar milho.

O fator mão de obra, a facilidade proporcionada pelo fator tecnologia, pelo baixo custo do agrotóxico em comparação a penosidade de trabalho e a quantidade de horas/dias em prol da lavoura faz com que a decisão do agricultor seja pelo cultivo da leguminosa. Se o agricultor optasse pela contratação da mão de obra em vez do dessecante, o custo para “limpar” a lavoura seria proporcionalmente maior, considerando que um trabalhador rural em Arroio do Tigre/RS não desenvolva a atividade por menos de R\$ 40,00/dia; caso for à cultura do fumo esse valor sobe para acima do patamar de R\$ 50,00/dia. A cultura da soja proporciona ainda a fixação de nitrogênio na terra, além da palhada, importantes para o solo da propriedade. Portanto, a racionalidade do agricultor em determinadas estratégias não está apenas associada à rentabilidade, mas também a menor penosidade do trabalho, a alocação da mão de obra para outras atividades, aos benefícios indiretos da cultura e a redução de custos. Para Ribeiro e Galizoni (2007), as escolhas são calculadas por circunstâncias, conhecimentos e recursos (materiais, naturais, sociais e simbólicos), que se ajustam de modos distintos para criar situações novas que contribuem na reprodução social dos sujeitos. Entretanto, comércio, dinheiro e liquidez ocupam um espaço central nessas estratégias, mesmo quando os mercados estão em caráter secundário na hierarquia de valores da sociedade rural.

A pecuária de corte e de leite em unidades agrícolas menores é usada, às vezes, como estratégias complementares, em outras como básicas. A pecuária de leite, principalmente, dadas as restrições, é uma das principais atividades daqueles agricultores que não tem o fumo como carro-chefe, no entanto, esses possuem maiores áreas de terra. Geralmente, quando

⁹⁸ Lembrando que o Senhor Edson tem como atividade principal a cultura do fumo.

referimos a fumicultores, a maioria deles, tem a atividade leiteira e o gado de corte como estratégia de reprodução básica, em outros casos, como complementar. Existe uma margem de transição nesse espaço. Para Garcia Filho (1999) se o fator limitante for à área disponível, os agricultores procurarão sistemas mais intensivos, em geral mais exigentes em mão-de-obra, que aumentam a produtividade por unidade de área (horticultura, fruticultura, irrigação, criações intensivas, etc.). Nesse caso, buscam a cultura do fumo.

As estratégias de reprodução básicas são, essencialmente, para o autoconsumo da família, mas podem exercer função de venda, em caso de anos atípicos da agricultura, pelo excedente de produção na propriedade ou pela procura dos consumidores diretamente. Portanto, as estratégias de reprodução complementares e, em alguns casos, as estratégias de reprodução básicas têm dupla função: autoconsumo e mercado. Garcia Jr. (1990) chama isso de princípio da alternatividade, quando o produto serve para atender às necessidades familiares de consumo, mas também podem ser comercializados com o propósito de adquirir, com o dinheiro proveniente da venda, outros artigos de consumo doméstico que não são produzidos na propriedade. Arroio do Tigre, por exemplo, não é produzido arroz, açúcar e sal, produtos esses necessários na alimentação humana.

As estratégias de reprodução de ciclo curto são mutáveis, a cada ano agrícola. As estratégias complementares podem se transformar em estratégias de reprodução básicas, frequentemente, e vice-versa. No entanto, é mais difícil a mudança de uma estratégia de reprodução complementar se tornar uma estratégia de reprodução principal, exceto, se alguma externalidade afetá-la diretamente. Por exemplo, a pecuária poderia vir a se tornar a estratégia de reprodução principal, caso uma restrição externa promovida pela CQCT passasse a coibir a adição de açúcar e aromatizantes, concretizando o fato de terminar o mercado para cultura do Burley. Caso a decisão do agricultor não seja mais de continuar com a atividade fumageira, as estratégias de reprodução complementar ou básicas aumentam vertiginosamente a possibilidade de se tornar a atividade principal. Por enquanto, a alteração das estratégias se dá mais acentuadamente no caso do feijão, como explica Senhor Edson:

O feijão esse ano não plantei quase nada para vender, o preço do produto não ajudou. E o milho vou plantar na resteva do fumo. O feijão plantamos só para consumo da família por causa do baixo preço de venda, porque se estivesse a R\$ 100,00 eu não iria deixar de plantar mais. Eu teria plantado mais dois hectares de feijão. Indiferente se eu tivesse mão de obra, eu meto o braço e uma semana ou duas eu arranco. E se dá 40 sacos dava 4 mil reais e assim a R\$ 70,00 o preço não sai fora porque o custo é muito alto.

As estratégias de reprodução são influenciadas, pelo fator externo preço no momento da decisão, que vai determinar se o agricultor usará a estratégia para a lógica do mercado ou para o autoconsumo da propriedade. Evidenciamos destaque para a competição de mão de obra do fumo com o feijão, mas mesmo havendo demanda de alto trabalho na propriedade no momento da colheita, nesse caso, a mão de obra é um fator interno secundário para a tomada de decisão no início do ano agrícola. Outros agricultores fornecem um grau de relevância maior à mão de obra, bem como consideram o grau de penosidade para a colheita do feijão e do fumo ao mesmo tempo. Geralmente, agricultores mais jovens tendem a arriscar mais essa estratégia, pois se consideram capazes de vencer o trabalho diário de colheita concomitante, entretanto, muitos evitam pelo grau de penosidade no final da safra. O Senhor Harley teve consideração parecida no momento de decidir sobre o feijão ser uma estratégia complementar ou básica quando insere o preço de venda como fator preponderante:

Sempre o fumo, todo ano é a mesma coisa, todo ano temos que plantar fumo, milho, feijão, pasto. O milho é só para o consumo, para o gado. O feijão também, às vezes, sobra um pouco [para vender]. Eu nem plantei esse ano. É que o feijão não vale muito a pena plantar, por causa do custo, não sai quase fora. Temos que depender muito do tempo [clima]. O feijão esse ano, poucos que estão bem. Os que plantaram um pouco mais tarde acertaram.

Os elementos para a tomada de decisão desse agricultor em cultivar o feijão são semelhantes, o custo de produção alto aliado ao baixo preço pago pelo produto na comercialização. O entrevistado elenca, além disso, o fator clima como um elemento externo que pode complicar o bom andamento da safra e incita a imprevisibilidade constante nas decisões “acertadas” ou “erradas”. A imprevisibilidade em relação ao comportamento do preço, a conduta dos outros agricultores em relação à produção do feijão, a influencia do clima durante a safra são fatores que maximizam o risco e a incerteza no negócio. Analisando a primeira parte da fala, o agricultor tem um leque restrito de para tomada de decisão, pois afirma nas expressões “sempre”, “todo ano é a mesma coisa...”, designado que suas estratégias são relativamente restritas, não tendo muitas opções perante o mercado. Tal fato nos lembra Michael Pollan, em seu livro “O Dilema do Onívoro”, onde em sua investigação a campo questiona ao agricultor sobre o motivo porque ele plantava milho e soja, e o agricultor responde de forma mal-humorada a mera idéia de plantar outra coisa: “O que eu vou plantar

aqui? Brócolis? Alface? Fizemos um investimento de longo prazo para cultivar milho e soja. O silo é o único comprador na cidade e só me paga por milho e soja. O mercado me diz para cultivar milho e soja. Ponto” (POLLAN, 2007, p. 64).

Para os agricultores o mercado, sem dúvida, é um dos principais determinantes no momento de concretizar sua decisão. Concomitantemente a isso, o fator segurança está implícito, sendo que a busca por atividades que não tem comercialização “garantida” são consideradas de alto risco ou de difícil aceitação, como afirma o agricultor, Senhor Harley:

Vai vender para quem? Ai que tá? Não sei se tu sabe na Linha Cereja o cara plantou mil pés ou 10 mil pés, agora não lembro ou quinhentos pés, não sei. É, plantou um canto de lavoura. Passou na cidade com uma camionete carregada de repolho de 4 a 5 kg a R\$ 1,00 e o cara não conseguia vender. A R\$ 1,00 era dado, quase de graça. Não conseguia vender! E o cara andava e andava na cidade e gastava mais diesel do que isso; gastava mais que recebia.

A inovação nas estratégias de reprodução na região, ainda são vistas com receio e cautela. Muitas vezes, acabam sendo frustradas pela inexistência de uma estrutura de apoio que possibilite ao agricultor a consolidação da diversificação de renda em suas atividades no meio rural. Apontamos outro caso, veiculado no Jornal Gazeta da Serra do dia 24 de setembro de 2010, intitulado: “Burley garante mais renda e sossego” onde uma família tradicional de Linha Paleta (IV Distrito, interior de Arroio do Tigre) durante quase quatro décadas dedicou a vida ao cultivo de hortifrutigranjeiros, com o incentivo do filho há sete anos migraram de atividade, passando a plantar fumo Burley. Segundo a reportagem a experiência tem logrado êxito, melhorando a vida da família. O jornal complementa:

A experiência vem dando certo e já mudou a vida da família. Conforme Stertz, agora há mais tempo livre para o lazer e também mais renda para investir na propriedade. Com o dinheiro do tabaco, no ano passado os agricultores conseguiram comprar uma nova área de terra, além de um trator e novos implementos. O produtor destaca que, em um hectare de Burley, a renda bruta é de aproximadamente R\$ 14 mil (150 arrobas). Caso plantasse soja (50 sacos) na mesma área, esse valor corresponderia apenas a R\$ 1,7 mil. Para a temporada 2010/2011, a expectativa dos Stertz é de colheita cheia. No último ciclo, devido ao excesso de chuva, a lavoura sofreu perdas significativas. Agora, a esperança é encher os seis galpões da propriedade. Nesta semana, a família concluiu o plantio dos 90 mil pés de Burley. Além do tabaco, os empreendedores rurais também investem em outras culturas como o milho na resteva – que viabiliza outros R\$ 1,5 mil por hectare (GAZETA DA SERRA, 2010, p. 22,)

Além de evidenciar um processo de migração para a cultura do fumo — como apontado em Jaguari/RS por Redin et al., (2010) —, temos a vulnerabilidade dos preços e a rentabilidade por hectare como dois aportes que auxiliaram no aumento do número de agricultores nessa atividade. As expressões “mais tempo livre para o lazer” e “mais renda”, enaltecem as gradações e parâmetros indicativos que demonstram uma possível maior eficácia em comparação a outras atividades. O “sossego” refere-se a garantia de compra do produto e tranquilidade durante o desenvolvimento da cultura, por apresentar maior rusticidade, sendo menos vulnerável as mudanças repentinas do clima. O ritmo e o propósito da mudança dos agricultores, nas últimas duas décadas, aumentaram consideravelmente em relação a produção do fumo. A dinâmica no rural caminha por compasso acelerado trazendo destacadas transformações, para alguns, consideradas extremamente oportunas e de alavanque positivo, para outros, extremamente degradantes e negativas.

O tempo-espaço e a recombinação das estratégias de reprodução fornecem uma dinâmica mutável no cenário rural. A característica não-estática das decisões, portando de influências dentro e fora da porteira, pode determinar particularidades da gestão na propriedade familiar. A ordenação dos fatores de produção, bem como, as variações do mercado tem a capacidade de influenciar em futuras decisões tomadas, apoiadas na própria contingência. A flutuação dos elementos externos pode ser observada como oportunidades por certos agricultores, e por outros, serem consideradas como ameaças. Ao mesmo tempo, uma disposição tomada em um momento inoportuno, pode afetar no resultado final, sendo que se a mesma fosse prorrogada por mais algum tempo durante o início da safra (dada a limitação fisiológica da cultura) poderia ser avaliada de outra forma, talvez, não sendo essa a estratégia escolhida ou a prática desenvolvida. Prevalece nesse momento, novamente, a incerteza nas ações, minimizada pela experiência na atividade, outro elemento que oportunamente poderá ser decisiva nas ações das famílias agricultoras. O fator tempo pode ser provocador das contingências nas escolhas dos agricultores.

A preocupação dos agricultores em encontrar a melhor forma de reprodução social vigora em adaptar as estratégias, conforme a sua realidade diante de suas limitações e possibilidades palpáveis. É uma forma de resposta diante da necessidade de manutenção da família no meio rural usando de estratégias de diversificação, de incrementação, de consolidação diante do cenário que estão expostos. A diversificação para o autoconsumo fortalece o atendimento das necessidades familiares, corroborando para que o excedente possa ser redistribuído nas relações pessoais como produtos de troca ou de venda. As estratégias de

incrementação na atividade escolhida perfazem o uso de técnica diferenciada ou alternativa, proporcionando, às vezes, um produto final de melhor qualidade. As estratégias de consolidação equivalem a um conjunto de ações de fortalecimento da unidade de produção e da família que nela se reproduz. Não chegamos abordar com mais ênfase as estratégias pluriativas e as rendas não agrícolas, pois não é o propósito deste, mas são essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar.

Agricultores que possuem maior apropriação do saber, processo conjugado entre o conhecimento externo adquirido através de técnicos e o saber empírico calcado em experiência positiva ou negativa na atividade, são circunstanciais para a continuidade de uma estratégia de reprodução que, anteriormente, não estava fornecendo resultados favoráveis. Agricultores com maior acesso a assistência técnica (não derivada das agroindústrias fumageiras) tem maior confiança em investir em estratégias com maior grau de risco. A assistência técnica subjetivamente aumenta o nível de segurança do agricultor na atividade pela sua fé na fé no conhecimento externo dos agentes de extensão rural. No entanto, a desconfiança também pode prevalecer. Percebemos no local empírico que agricultores menos integrados a atividade fumageira, portanto, com alto grau de diversificação sobressaem-se aos agricultores menos diversificados, em relação à dependência de renda de uma única atividade, no entanto, o fator trabalho e o custo da contratação de mão de obra são muito elevados. Agricultores mais especializados e com boa qualidade no produto final, a curto prazo estão mais capitalizados.

O nível de empreendedorismo dos agricultores está diretamente vinculado ao grau de risco e a possibilidade de novas estratégias de reprodução incorporar as atividades, sem abdicar das culturas consideradas tradicionais na propriedade. A acomodação, mas principalmente a cautela, perante as novas oportunidades de renda impõem limitações para florescer o empreendedorismo dos agricultores, em certa medida, por estarem dispostos diante de um cenário onde as indústrias avançaram na agricultura, onde aos atores rurais restou, grosso modo, o processo de produção e trabalho, sendo todas as outras etapas incorporadas pelos complexos agroindustriais. A necessidade expressiva dos agricultores arriscarem em estratégias que já possuem mercado consolidado é reflexo da aceitação de que resta na percepção deles, apenas, o ato de produzir, não tendo o agricultor a capacidade de agregar valor, comercializar e buscar novas oportunidades. Segundo Cléber, falando das atividades que os agricultores têm direcionado para a venda afirma: “Esse ano digo que tem 95% de agricultores que produzem fumo. Poucos plantaram milho e menos ainda feijão”. Fica evidente no seu discurso a importância da cultura do fumo na economia do município e na

composição da renda dos agricultores, estando ligada a segurança da garantia de venda. A figura 12 mostra a presença do fumo tipo Burley em diferentes localidades do interior de Arroio do Tigre/RS.

O agricultor orienta sua lavoura para um equilíbrio entre os custos de produção e a renda bruta. Busca assegurar uma renda que compense seu esforço e trabalho durante o ano agrícola, através de um comportamento agrônomo, às vezes, orientado sob a jusante da agricultura industrial, em outras, com característica muito particular apropriado de saberes tradicionais ainda vigentes. De fato, nem sempre se comporta receptivo as novas tecnologias ou a novas estratégias de reprodução pela sua cautela perante uma atividade desconhecida. As atividades são avaliadas a partir do curso que o produto toma no mercado, sendo que os produtos menos expressivos são voltados para o autoconsumo.

Em determinado momento de nosso trabalho a campo visitamos as Localidades de Linha São Roque e Linha Taquaral, andamos uns 10 km para seu interior e avistamos muitas áreas declivosas com tabaco. Propriedades com áreas pequenas com uma agricultura intensiva pela restrição do fator de produção terra orientando uma racionalidade voltada para o mercado através da produção de fumo Virginia. Segundo o Senhor Willian, agricultor de Linha Taquaral, a distribuição das atividades em sua propriedade acontece da seguinte forma: “Tenho 9 hectares, onde planto 4 hectares de fumo. E planto uns cantos, onde tenho o feijão, a mandioca e outros só para o consumo da família. Além do fumo eu vendo o milho, esse eu planto na resteva do fumo. O milho é colhido tudo a mão, nossas lavouras não dá para colocar máquina. Ano passado colhemos 300 sacos de milho”. Essa localidade é bastante especializada na atividade fumageira, mas não deixa de produzir alimentos para o autoconsumo.

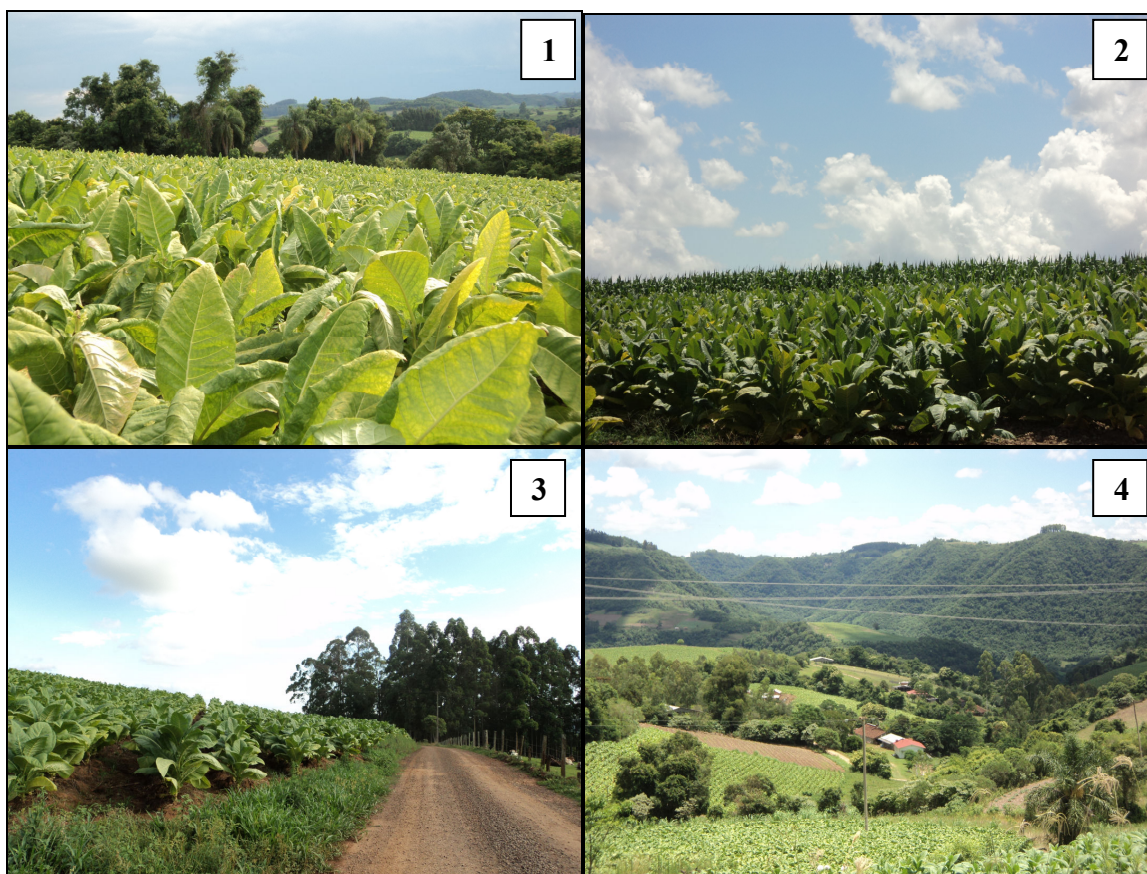


Fig. 12- Cultura de fumo tipo Burley prestes a ser colhida na Localidade de Linha Paleta (1), Vila Progresso (2); e Linha Rocinha (3); e Linha São Roque (4)

Fonte: Trabalho a campo, dezembro de 2010

Adiante na localidade encontramos com o Senhor Evaldo (75 anos), agricultor, experiente e com um diálogo muito consistente. Atendeu-nos com maior presteza mostrando, principalmente, a diferenças entre os agricultores consolidados dos menos expressivos. Com expressões enfáticas do tipo “um trabalho caprichoso”, “Agricultor caprichoso sempre vai bem na venda”, “Agricultor caprichoso é agricultor forte e não depende da indústria, vende para quem quiser” começamos a compreender as diferenças no desenvolvimento da região. Chegamos a um ponto da conversa em que o agricultor nos disse: “Meu jovem você quer ver entender o que eu estou falando?”. Prontamente respondemos que sim. O Agricultor continua: “Então venha comigo”. Seguimos em direção as suas instalações, lá presenciamos um galpão extremamente organizado, com três fornos de estufa (sendo dois deles altamente modernos), bem como lugares diferentes de acondicionamento para cada tipo de folha de fumo. Organização, ambiente limpo e instalações adequadas nos chamaram a atenção. Ao lado avistamos uma lavoura de fumo tipo Virginia que, grosso modo, iria chegar ao patamar de 18

arrobas por hectare, índice muito elevado perante aos agricultores da região. Certamente a experiência na cultura, um solo fértil e boas práticas de conservação e clima propício foram decisivos para o resultado da lavoura. Percebemos na fala do agricultor que atendendo, em certa medida, as indicações das indústrias na produção do tabaco, geralmente o resultado é muito positivo, revertendo em qualidade no produto e boa rentabilidade no final da safra. Nesse momento, as pesquisas das empresas fumageiras para elevar a qualidade do produto, estudando melhores técnicas na lavoura, melhoramento de sementes, incrementando tecnologias propícias na secagem e métodos para armazenagem aumentam o grau de segurança de o agricultor ter um ótimo produto final. Possivelmente, se a empresa ganha na venda da tecnologia, o agricultor ganha na obtenção de um maior volume e qualidade no produto final. Talvez, uma estratégia de cooperação entre ambos que visam o mesmo objetivo.

Durante nossa pesquisa a campo direcionamos a um agricultor considerado como altamente diversificado, onde possui várias estratégias de reprodução concomitantes. Esse agricultor foge da regra aparente de nosso esboço na Figura 11, uma vez que não tem, unicamente, a cultura do fumo como atividade principal. Talvez, Garcia Filho (1999, p. 24) consubstancie nossa inserção quando afirma: “... os produtores fazem escolhas diferentes no que se refere às culturas, às criações, às técnicas, às práticas agrícolas e econômicas, etc. Nem todos adotam, portanto, o mesmo sistema de produção e as mesmas formas de exploração do ecossistema”. Nossa maior motivação em conhecer suas estratégias partiu das várias conversas que tivemos o Secretário da Agricultura e outros articuladores técnicos, onde nos indicaram nossa alçada para um caso pouco diferenciado. Fomos à casa da família agricultora, sendo que encontramos naquele momento um técnico de Extensão Rural da Emater debulhando manualmente pequenos feixes de feijão com o intuito finalizar um experimento de produtividade de diferentes variedades. Após a saída do técnico, o Senhor Cléber, que já nos conhecia de transações efetuadas na cooperativa local, nos recebeu muito carinhosamente e convidou-nos a conhecer sua propriedade.

A menos de 50 metros de sua casa já avistamos um parreiral de uva imenso, onde nos comentou que em Janeiro de 2011 iria acontecer a abertura da colheita da safra de uva na Região Centro Serra em sua propriedade. Ao lado, uma carreira de pessegueiro, e uma estufa de arcos com tomates quase prontos para a colheita. Mais abaixo, repolho, morango e outras hortaliças. Naquele dia estavam arrancando o feijão manualmente, importante renda da propriedade. Nas áreas planas o agricultor estava projetando utilizar à colheitadeira, entretanto, a prática não é muito aconselhada, pois a possibilidade de ter uma alta quebra do

grão é elevada, fator preponderante que impede a maioria dos agricultores de uma produção maior, e acabam usando a mão de obra familiar, às vezes, contratada. Segundo informações do agricultor, um grupo de trabalhadores estava cobrando para a colheita do feijão o valor de R\$ 450,00⁹⁹ por um hectare plantado, custo relativamente muito alto considerando uma renda bruta não muito superior a aproximadamente R\$ 914,61 por hectare usando os dados da safra 2009/2010, sem contar os custos de triagem, insumos agrícolas e mão de obra familiar empregada até o momento. Devido a grande diversidade de produtos agrícolas na propriedade a falta de mão de obra é evidente. Nas palavras do agricultor: “...a questão da diversificação nossa, isso nos complica a vida. É muito complicado, vou ter que desistir do feijão ou mecanizar toda a área, ou seja, plantar somente onde a área é mecanizável”. Essa afirmação corrobora com as escritas de Garcia Filho (1999, p. 24): “Se o fator mais limitante da produção for a mão-de-obra disponível, os produtores provavelmente optarão por sistemas mais extensivos, que utilizam equipamentos e máquinas que reduzem o trabalho por unidade de área”.

O ato de diversificar pode tanto consolidar a propriedade como ter altos prejuízos no momento da colheita pela competição do trabalho por outras atividades. A inexistência de mão de obra, mesmo contratada é um fator limitante para a tomada de decisão do agricultor. Na propriedade encontramos a produção de soja, milho, feijão, trigo, fumo, uva, pêssego, morango, repolho, avicultura, produção de mel, produção de suínos como as atividades mais prevalentes, além das estratégias de reprodução básicas e complementares elencadas na Figura 11. Questionamos Sr. Cléber sobre qual seria sua principal atividade atualmente. Ele pensou e disse: “Eu na verdade não tenho uma atividade principal. As mais importantes são o feijão, soja, milho, trigo. Tá, mas tem caminhão que também me rende”. A dificuldade de estabelecer uma atividade principal na unidade de produção é característica de sua alta diversificação. Esse agricultor é um dos poucos que usam a feira livre municipal para comercializar seus produtos diretamente ao consumidor. Existe uma particularidade muito grande nesse caso.

Nossa intenção era compreender porque o agricultor ainda produzia fumo tendo toda essa diversidade de produção, além de uma agroindústria de carnes, nem citada até o momento por ele. A produção do fumo, em nossa percepção, é movida muito mais por uma causa do que por uma identidade produtiva. Nas suas palavras a produção seria uma forma de

⁹⁹ Valor muito superior ao estipulado, ou seja, na média o valor seria de três sacos vendidos, aproximadamente por volta dos R\$ 240,00. A estipulação do preço da mão de obra é carregada de oportunismo e mutável de acordo com os interesses dos trabalhadores e a necessidade dos agricultores.

demonstrar aos outros agricultores que não era necessário quase revolvimento do solo, como é prática de muitos na região. Para o agricultor quanto menor for o revolvimento, a tendência é ter um produto final como mais qualidade, menor degradação do solo e menor esforço. Seu depoimento acrescenta: “Essas carreiras de fumo que eu e a gurizada plantamos, só para mostrar que dá para produzir fumo sem trabalhar muito. Eu sou inimigo de trabalhar muito, mas eu trabalho muito e muito”. Observamos a tentativa de buscar estratégias que diminuem a labuta na atividade fumicultora, comportamento, um tanto, condicionado pelas outras diversas atividades que mantêm, onde igualmente demandam muita mão de obra.

Questionamos sobre sua agroindústria familiar, uma das poucas legalizadas pelo CISPOA, em Arroio do Tigre/RS. Acreditávamos que esse empreendimento era uma forma de agregação de valor e o maior responsável pelo ingresso de renda na propriedade. Quando mencionamos, a frustração foi aparente, pelos problemas enfrentados com a legalização do empreendimento. A agroindústria foi construída com uma verba a fundo perdido da prefeitura municipal e integrou mais dois sócios (vizinhos). No depoimento do agricultor: “na época ganhamos R\$ 56.000,00 a fundo perdido da prefeitura que conseguiu uma verba especial. Aí o que aconteceu? Nós achávamos que com R\$ 70.000, 00 nós faríamos! E quando fomos fazer e tudo instalado, adivinha quanto isso custou para nós? Custou R\$ 400.000,00. Foi muito dinheiro”.

O alto custo mensal da legalização (aproximadamente R\$ 3.000,00), a má gestão administrativa (deixado a cargo de um filho dos sócios), e a necessidade de escala de produção são fatores que apresentaram dificuldades iniciais. Segundo o agricultor, os primeiros meses tiveram um resultado negativo de aproximadamente R\$ 64.000,00. Para cobrir essas despesas foi necessário comercializar toda sua produção de milho, além do montante investido pelos outros sócios. A inflexibilidade da legislação sanitária que não diferencia grandes empreendimentos de agroindústrias familiares rurais é um dos motivos onde muitos agricultores que trabalham com baixa escala de produção não conseguem se reproduzir. A agonia está presente no depoimento do Senhor Cléber ao falar sobre o assunto:

A legislação nessas alturas complica nossa vida. Um dia desses chega o fiscal e viu que nossas portas eram tudo de ferro, disse que nos teríamos 30 dias para trocar todas as portas de inox. E aí? São quase R\$ 8.000,00. Hoje a agroindústria está legalizada, as vendas estão boas, mas essas são as vendas que tem que ser em grande quantidade. Tempo atrás a gente produzia e chegava no final do mês e não custava R\$ 1,00 e agora? Nada contra os informais, eu compro cinco porcos aí e carneio; ganho meus R\$ 1.000 ou R\$ 1.500,00 e não custa nada. A legislação dessa agroindústria de linguiça aí, ela tem a mesma coisa que você que mata cinco mil

porcos por dia. É a mesma. Ela não diferencia de uma de grande porte. Rapaz se eu fosse depender da agroindústria eu estava frito sem banha. Queimadinho! Devendo para Deus e todo mundo!

Os produtos derivados das pequenas agroindústrias familiares concorrem diretamente em custos, escala de produção e preço final com as grandes indústrias do mesmo setor. As agroindústrias familiares rurais visualizadas como alternativas aos agricultores familiares pela sua capacidade de agregar valor e ingresso de renda na propriedade imperam sua viabilidade perante o processo de indiferenciação e a concorrência de seus produtos com àquelas de maior porte. Nesse caso, fica evidente que a agroindústria familiar legalizada, por enquanto, não é uma estratégia de reprodução viável à agricultura familiar, principalmente, àqueles pouco capitalizados. A composição das estratégias de reprodução no âmbito da produção agrícola são viáveis e compensadoras, enquanto não existir uma oferta demasiada dos produtos no mercado. Portanto, as estratégias de diversificação idênticas para toda uma região não mostram resultados significativos, quando se planeja reduzir significativamente as lavouras de tabaco, como afirma o agricultor: “Mas não temos condições de absorver todos os agricultores de fumo para essas atividades. Não existe, não tem saída dessa forma. Se todos vão começar a produzir leite. Não adianta!”.

A adoção de uma estratégia de reprodução em massa não terá resultados positivos na possível substituição do fumo, pelo contrário, acarretará em novo problema que passa pela lei da oferta e demanda local, principalmente. Se uma das estratégias básicas transpassarem para atividade principal, sua abrangência territorial limitada provocará um excesso de oferta, causando consequências negativas que podem afetar a reprodução social das famílias agricultoras. Por outro lado, o tabaco tem demanda a nível mundial e o maior foco de produção é no Sul do Brasil, grosso modo, por tais motivos que a atividade abarca tantas famílias agricultoras, sem que a uma maior oferta local traga sérias complicações. De modo análogo a experiência, mesmo não sendo uma análise generalizável (o caso do agricultor), que também produz fumo, mostra a diversidade de situações com que eles se deparam no rural.

3.3 Agricultores: generalizando a diversidade

Analisando as restrições ambientais e sócio-econômicas no território de Arroio do Tigre, percebemos diferenças relevantes tanto em relação à quantidade e qualidade terra, áreas

declivosas e razoavelmente planas, bem como, o nível de estruturação, acesso a informação, conhecimentos internos (providos de experiências) e externos (de cursos e agentes de extensão, mídias e internet), a disposição da mão de obra, o emprego da tecnologia, a capacidade empreendedora, a distância do centro urbano, entre outros. Tais peculiaridades trazem à agricultura familiar de Arroio do Tigre uma característica particular quando incorpora a atividade fumageira como principal fonte de ingresso monetário e outras atividades compondo o complemento da renda e subsidiando o autoconsumo das famílias por produtos de menor expressão local.

Os agricultores do município se caracterizam, principalmente, por suas propriedades prevalecerem o sistema de produção fumo, tendo lavouras complementares para comercialização e as atividades de autoconsumo que viabilizam a reprodução das famílias agricultoras. A inserção na dinâmica rural da região nos possibilita uma caracterização geral dos grandes grupos de unidades agrícolas que tem como base a atividade fumageira. Para isso levamos em consideração a escala de produção, os fatores ambientais, acesso a tecnologia e o canal de comercialização e a relação com a agroindústria. Desse modo, dividimos em três tipologias¹⁰⁰:

3.3.1 Agricultores com alta restrição

A categoria é caracterizada pela alta restrição ambiental que limitam as atividades agrícolas. Abrange agricultores até 10 hectares com pequena área disponível para agricultura, com mata nativa presente na propriedade. Predominam áreas declivosas, inclinadas com dificuldades para o emprego de máquinas agrícolas (trator, o escarificador, a carreta, semeador direto, etc). A tração animal apresenta-se na maioria das propriedades (arados, grades, carroças, capinadeiras, etc). Grosso modo, as propriedades apresentam dificuldades para o transporte de produção. São agricultores mais especializados, onde o cultivo do fumo tipo Virgínia é a principal atividade. Cultivam milho na resteva do tabaco, tendo como foco o consumo da propriedade e a venda de excedentes, além dos produtos para autoconsumo da família.

¹⁰⁰ Passível de generalização a outros casos, mas alertamos que essa tipologia baseada no estudo dos Agricultores de Arroio do Tigre.

As limitações ambientais (pouca terra e declividade) impedem o cultivo de outros produtos agrícolas de escala e maior emprego de tecnologia na colheita. São agricultores capitalizados, parcialmente dependentes da agroindústria de fumo. Geralmente são agricultores que tem expressiva plantação de fumo, priorizando a qualidade do produto. A mão de obra é limitante, podendo ser contratada nos momentos de pico da colheita. São referência na região pelo grau de especialização e qualidade obtendo uma excelente receita proveniente e uma boa classificação do produto na indústria. Sem a cultura do fumo, existe uma alta propensão ao Êxodo Rural, abandono da atividade no local. Destacam-se, principalmente, localidades de Linha Taquaral e Linha São Roque do II Distrito de Arroio do Tigre. Em outras localidades também existem essas características, mas em menor expressão.

3.3.2 Agricultores com relativa restrição

A categoria é caracterizada por média restrição ambiental para as atividades agrícolas. Geralmente, o que mais afeta são as restrições naturais existentes, pela má conservação do solo ou baixa fertilidade. Abrangem agricultores acima de 11 hectares, alternando áreas com alguma declividade mais acentuada e outra parte com possibilidade de emprego de máquinas agrícolas. Intercalam nessas unidades de produção a tração animal e o emprego razoável de tratores, colheitadeiras e semeadoras, caso possuir na sua propriedade. São agricultores diversificados, onde o cultivo do Fumo tipo Burley é preponderante, mas existem propriedades em que o Virgínia também é cultivado, às vezes, os dois tipos. Os três tipos de estratégias (principal, complementar e básica) construídas para o município de Arroio do Tigre têm alta representatividade.

As restrições mais significativas envolvem a escassez de mão de obra e instalações para aumentar a área de fumo na propriedade. São agricultores relativamente capitalizados, incluindo desde aqueles menos capitalizados até os mais consolidados, bem como, os mais autônomos àqueles mais dependentes das agroindústrias. A área de produção de tabaco vai depender relativamente da quantidade de mão de obra na família, variando conforme a safra agrícola. São referência na região por compor um número de maior expressão no município, alternando desde agricultores que prezam pela qualidade do produto até aqueles que prezam pela quantidade. Sem a cultura do fumo, existe uma alta propensão para a migração a atividade leiteira ou para a pecuária, mas em outros casos até o abandono das atividades

agrícolas em detrimento do trabalho assalariado. São expressivos em quase todos os distritos, compondo majoritariamente as unidades de produção agrícolas, abrangendo muitas propriedades no município.

3.3.3 Agricultores com baixa restrição

A categoria é caracterizada pela baixa restrição ambiental para as atividades agrícolas. Enquadramos agricultores acima de 50 hectares onde possuem ótimas terras, com alta fertilidade ou corrigida pela calagem, uso de insumos e conservação do solo. Possuem áreas majoritariamente planas, sendo possível emprego de toda a tecnologia. Quase inexistente a tração animal nessas propriedades, predomina o cultivo tipo Burley como uma das atividades principais, às vezes, em conjunto com a produção de leite ou culturas de larga escala como a soja, principalmente. São altamente diversificados, mas em poucos casos usam os produtos oriundos da estratégia de reprodução básica para a comercialização. Estão mais preparados sobre uma possível restrição ao cultivo de fumo.

Diante das dificuldades de mão de obra pode contratá-la temporariamente. Pela sua especificidade no ativo fumo, podem existir casos em que trabalham com famílias meeiras. Dificilmente ficam dependentes das agroindústrias fumageiras, podendo, grosso modo, se tornar intermediários para a compra do produto. Dependendo da quantidade de tabaco cultivada podem conseguir maior poder de barganha no momento da comercialização. Não são especializados na cultura, mas possuem bom acesso de informação sobre as técnicas e o canal de comercialização. Devido uma alta diversificação nas fontes de renda, podem fazer a aquisição de novas áreas de agricultores menos eficientes ou aqueles com planos de sair da atividade agrícola por outros motivos. Em Arroio do Tigre constatamos que tem poucos agricultores que habitam nessa tipologia, se distribuindo principalmente em no IV Distrito (localidades de Linha Paleta e Vila Progresso) e outros em menor expressão. Dificilmente acontecerá dos agricultores abandonarem a atividade em detrimento do meio urbano, mas poderão optar por morar na cidade e trabalhar no interior. Existem parcelas dessa tipologia que optam por não cultivar o fumo, dedicando especialmente para atividade leiteira, pecuária, milho e produção de soja.

3.4 As dificuldades do ato de fazer agricultura

Em nossas conversas com os agricultores, indiferente do tema que o pesquisador objetiva compreender, quase sempre irá emergir as dificuldades das famílias perante o cenário agropecuário, que podem complicar ou expor de forma mais vulnerável os agricultores perante as estratégias adotadas. Quando se trata de examinar e compreender o meio rural, em boa parte dos casos, aponta-se para problemas econômicos sobre a produção e comercialização que estão diretamente vinculados a agricultura. Na sistematização de Pinheiro e Carvalho (2003), os problemas da agricultura podem ser distribuídos em quatro: a) baixos rendimentos da atividade agrícola; b) da variabilidade dos preços e das produções; c) dos problemas estruturais; e d) dilapidação dos recursos naturais.

Geralmente, ganham maior tenacidade às influências externas diante da impossibilidade do agricultor ter condições palpáveis de controle, ao menos no curto prazo. Os elementos mais preponderantes avigoram para o fator clima e as imprevisibilidades do comportamento do mercado agrícola. O fator econômico é uma peça importante na concepção dos agricultores para que o “ideal” seja atingido, se baseando em informações de preço do produto, o agricultor toma a decisão sobre a viabilidade de usar determinada atividade agrícola. O agricultor Edson (52 anos) expõe a necessidade da existência de um preço mínimo garantido que minimize as dificuldades e os prejuízos para o agricultor. Em suas palavras:

Uma pesquisa que tinha que ser muito mais acompanhada, que acho que não está bem, é pesquisa do governo para acompanhar custo de produção com preço do produto. Nos últimos dois a três anos para cá, não está fechando. É muito alto o custo de produção do que vale o produto na hora de vender, agora baixou mais os insumos. Até porque é oferta e procura; e se tem produto e não tem preço, e o teu produto está ali, então seria uma das formas que era fácil era tirar o imposto dos insumos, isso era uma maneira muito fácil para produzir barato. Daí baixava bastante os insumos e nós poderíamos vender mais barato. Mas o governo não vai tirar os impostos e quantos bilhões ganham em cima dos insumos, que não produz nada sem colocar insumos. Então precisa colocar os adubos, a uréia e daí dependem deles. Isso era uma coisa que precisava de um pesquisador para acompanhar custo de produção com preço de produto e daí na hora de vender teria que ter a garantia de que para você ter rendimentos positivos você precisa ganhar tanto! Daí teria que ganhar R\$ 20,00, mas na hora de vender você ganha R\$ 14,00 e daí? Não tem *garantia*. Ano passado na hora de plantar o milho estava R\$ 22,00 e na hora de vender R\$ 14,00. Daí quem precisava vender, que só tinha milho para vender, não tinha como esperar e daí como é que fica? E agora que não tem milho, está R\$ 22,00.

Podemos observar na declaração do agricultor que a produção a custo baixo e garantia de preço mínimo são questões importantes para minimizar os riscos de uma safra. Concepção que, em certa medida, atenta para questões que estariam vinculadas as distorções produzidas pelas negociações do produto e a lei da oferta e demanda. A conjectura do mercado imperfeito provoca efeitos colaterais e negativos à atividade, expressa nas palavras do entrevistado, sendo reflexo das experiências com a atividade e de um posicionamento de defesa da remuneração mínima aos produtores. Talvez, imponha a responsabilidade ao governo de assegurar, através da sua capacidade de intervenção, a reprodução das famílias no meio rural. A utilização da palavra *garantia* porventura indique que, para os agricultores voltados a comercialização de sua produção, é premente que a produção de alimentos, por exemplo, seja assegurado pela sua função social de manter a segurança alimentar da sociedade. Nesse contexto, suspeitamos que, de acordo com sua fala, a segurança e o reconhecimento da capacidade produtiva dos agricultores deve ser valorizada e consubstanciada de auxílio do Estado às atividades agrícolas.

Percebe-se, haja vista o Programa de Garantia de Preços – por exemplo, o Prêmio para Escoamento de Produção (PEP), Cédula de Produtor Rural (CPR), Contrato de Opção de venda (COV) e outros, – instituídos, parecem não atender a realidade, devido às exigências de articulação e quantidade de produção, muito atípicas quando falamos de uma região voltada a agricultores com pequenas propriedades. Talvez, esses instrumentos estejam aptos a regiões de maior escala de produção como conclui Bel Filho e Bacha (2004) dizendo que a Região do Centro-Oeste é mais favorecida na Política de Garantia de Preços Mínimos para grãos, entretanto, os estados da região Norte e Nordeste são desfavorecidos nessa mesma política. Complementando, os analistas asseguram que as causas dessa concentração por região e estados do uso da PGPM são, especialmente, o grau de instrução e a articulação política dos produtores, visando obter maiores vantagens do Estado.

Diante do desconhecimento dos instrumentos, da sua dificuldade de acesso, da falta de uma estrutura de apoio, isso fortalece a integração com as agroindústrias fumageiras, que de certo modo, proporcionam facilidades aparentes ao agricultor sem necessidade de sair da propriedade. Portanto, a afirmação de Bresser-Pereira (1964, p.48) vigora de forma muito contemporânea: “O agricultor necessita de capitais para preparar a terra inculta, para que ela seja arada, adubada, semeada e eventualmente irrigada; de capitais para construir armazéns e silos em sua propriedade, para comprar sementes, para financiar os salários e demais despesas até que a receita da safra seja recebida”. O capital financiado pelas agroindústrias de tabaco, e

agora, nos últimos anos, pelo maior acesso ao Pronaf¹⁰¹ estão ditando as estratégias de reprodução na agricultura. O Pronaf voltado a produção de grãos ainda não se sobressaiu com resultados significativos na possível substituição a cultura do tabaco pelas restrições ambientais e mercadológicas presentes, já enfaticamente citadas. Provavelmente, diante de uma estrutura totalmente organizada como a do setor fumageiro, os agricultores tencionam certa acomodação perante a busca do mercado, uma vez que os mesmos priorizam a parte da produção, tencionando um distanciamento com a comercialização e mercado.

A investigação fundamentada em conversas com os agricultores permitiu-nos identificar alguns elementos que demonstram certo repasse de responsabilidade ao Estado, constituído por argumentos sustentados nos problemas que se deparam no momento da comercialização, provocando, em alguns casos, resultados negativos durante o desenvolvimento do ano agrícola como o exemplo as flutuações de preço do produto citado pelo agricultor. O discurso parece orquestrado entre os agricultores, onde Senhor Willian, falando das dificuldades no setor aponta ideia idêntica, com o exemplo feijão e após do milho: “Se você analisar o feijão. Quando está em falta, nós já vendemos a R\$ 150,00. Hoje está R\$ 70,00. Não tem um preço fixo. O milho é mesma coisa: na safra estava a R\$ 12 reais. Agora que não tem está a R\$ 25,00. Amanhã, depois você colhe vem a R\$ 15,00”.

Quando não é fator econômico que traduz em problemas aos agricultores, as intempéries climáticas apontam para as instabilidades na Agricultura. Entre as falas dos agricultores sempre emerge a afirmação de que o sucesso da produção é dependente da natureza, quando mencionam: “Temos que depender muito do clima”. As mudanças climáticas no decorrer da safra podem colocar em risco a produção agrícola, por exemplo, pela ocorrência de temporais, granizos, vendavais, excesso ou escassez de chuva, entre outros. O Proagro, apesar de suas limitações, pode amenizar os prejuízos quando se trata da produção de grãos como milho e o feijão, como aponta Senhor Harley: “Por isso, hoje a maioria do pessoal que financia as lavouras para garantir em caso de perca, seca ou chubarada pegam o Proagro”. Pela concepção do agricultor, parece-nos que a busca pelo custeio nem sempre é pela necessidade expressiva de capital para o desenvolvimento da lavoura, mas por uma possível proteção diante das imprevisibilidades do clima. O agricultor explica-nos sobre o Proagro:

¹⁰¹ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1996, tem com objetivo fortalecer a agricultura familiar e contribuir na geração de empregos e renda nas áreas rurais e urbanas, intencionando melhorar a qualidade de vida dos produtores familiares. As inúmeras linhas do Pronaf são: Custeio, Investimento, Agroindústria, Agroecologia, Eco, Floresta, Semiárido, Mulher, Jovem, Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Cota-Parte, Microcrédito Rural e Mais Alimentos.

Nós fizemos o custeio para o milho e o feijão. Esse varia, se tu não tem Proagro tu vai ter que pagar depois, caso der algum problema. Ele é contado em sacas de feijão ou de milho. Se está abaixo do preço você vai pagar a menos, paga o mínimo. E se ele for mais caro, daí tu vai pagar o valor que está na hora. É por saco!

A concepção está calcada, inicialmente, em uma forma de amenizar os potenciais prejuízos que, possivelmente, podem ser latentes no ano agrícola afetando diretamente na produtividade e nos rendimentos finais. No entanto, o resultado final não está apenas atrelado ao clima, mas também a forma de gestão adotada no decorrer da atividade. As técnicas de produção, a disponibilidade de insumos, a correção e conservação do solo, o plantio e colheita no tempo ideal, o acompanhamento das pragas e doenças etc., são importantes para se obter resultados satisfatórios, no entanto, isso ainda não significa auferir lucros, pois depende diretamente do comportamento do mercado.

O Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) que tem por objetivo garantir às famílias agricultoras que acessarem o Pronaf Custeio ou o Pronaf Investimento, em caso de baixa de preços no mercado, um desconto no pagamento do financiamento, correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto¹⁰². Segundo as colocações dos agricultores, parece não favorecê-los diante de uma baixa repentina dos produtos agrícolas no mercado. Podemos arriscar, de acordo com suas falas, que o programa traz ao agricultor um problema em longo prazo, do que uma intervenção factível de solução durante o ano agrícola, em que a família está necessitando. Sabourin (2007) sob a leitura de alguns analistas como Abramovay e Veiga (1999)¹⁰³, Carneiro (1997)¹⁰⁴ e Ibase (1999)¹⁰⁵ afirma que as diversas avaliações reconhecem que o Pronaf, sob a forma de crédito individual ou de subsídio para equipamentos coletivos, beneficiou especialmente os agricultores familiares mais dotados de capital e melhor articulados com a rede bancária, essencialmente nos Estados do Sul.

¹⁰² Para mais informações acesse o Portal do MDA: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pgpaf>

¹⁰³ ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Brasília: Fipe, Ipea Nacional, 1999. (Texto para Discussão, n. 641).

¹⁰⁴ CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 8, p.70-82, 1997.

¹⁰⁵ IBASE. **Avaliação dos programas de geração de emprego e renda**. Democracia Viva [revista], Edição Especial, 1999.

Muitos analistas afirmam o potencial da agricultura familiar gerar emprego e renda no meio rural. Senhor Cléber aponta para a dificuldade da contratação de mão de obra externa:

A mão de obra manual hoje é impagável pelo preço cobrado, agora se você pegar uma pessoa para trabalhar numa máquina a comparação é outra. Hoje você trabalhar numa lavoura com o preço da mão de obra que está aí é inviável... É uma decepção, hoje você ter que pegar alguém contratado. Quando você precisa, ele não vem, daí o que resta é prejuízo, quando vem ainda é muito caro. Hoje eles pedem R\$ 70,00 por dia. Ainda tem que buscar e dar comida.

Os agricultores, geralmente, não prezam por manter um funcionário o ano todo na propriedade, pois além dos custos trabalhistas, têm períodos do ano que a família consegue vencer tranquilamente as atividades agrícolas, processo característico da sazonalidade. Além do mais, existe a necessidade de disponibilizar um quarto para dormir e as três refeições diárias. Normalmente, em períodos de pico na colheita, os agricultores trabalham até altas horas da noite, o que acaba sendo exigido o pagamento de horas extras pelo contratado. Devido, muitos não utilizarem o cartão ponto, quando o ex-funcionário ingressar em processo judicial, em geral, os agricultores saem prejudicados. O receio e os altos custos, às vezes, impagáveis, aliado a burocracia para a contratação da mão de obra fazem com que os agricultores repudiem essa alternativa. Em boa parte dos casos, quando acontece, é a contratação por dia de trabalho, do qual se refere o depoimento do agricultor. Nesse momento, os trabalhadores rurais percebendo a necessidade do agricultor, elevam o valor do seu trabalho, bem como, cobram exigências como transporte, alimentação e local para pouso, se for por um período maior. Portanto, o alto custo do fator mão de obra pode ser determinante no momento do agricultor quantificar a atividade escolhida para a safra anual. Possivelmente, caso não existir a possibilidade de troca de trabalho, a família decide por diminuir o plantio ou mesmo evitar a atividade no momento da decisão, para prevenir futuras complicações no processo de colheita ou com a pessoa contratada.

Os problemas estruturais envolvendo o tamanho da propriedade, infraestrutura e a posse da terra, são alguns dos muitos elementos inconvenientes que dificultam o trabalho das famílias agricultoras e a gestão de suas estratégias de reprodução. Muitas vezes, o agricultor não pode adotar um sistema de produção que gostaria devido às limitações na área de produção (extensão ou declividade). A afirmação do agricultor pode auxiliar no esclarecimento dessa análise: “Nós não plantamos fumo porque gostamos”. Quiçá, porque as

restrições citadas impedem outras atividades agrícolas na propriedade, conjugado, com a alta a rentabilidade da cultura por hectare. Quando agricultores não possuem terra a propensão de abandonar a atividade pela decorrência dos constantes problemas enfrentados na agricultura é alta, exceto, se as terras contratadas forem dos pais ou um complemento na escala de produção.

Outra questão está localizada internamente nas unidades agrícolas. Mesmo que alguns agricultores resistem em aceitar que a dilapidação dos recursos naturais são complicadores para a obtenção de uma boa produtividade final, pela sua passível responsabilidade, em certos momentos, os efeitos negativos de uma agricultura intensiva se tornam evidentes. Agricultores com maiores informações e assistidos pela assistência técnica pública tem muito claro sobre as consequências de uma má utilização do solo, como aponta Senhor Cléber:

O que acontece? Nosso agricultor, hoje, com o fumo está mandando toda a terra embora, toda, eles estão baixando o nível do solo. As terras mais ladeiras, os agricultores estão desmanchando o cerro. Lavando tudo as terras embora. Observa bem, a mecanização veio onde cada um tem dois ou três tratores. Daí eles pegam o enleirador nas áreas declivosas e fazem aqueles camalhões. A gota de água que sai lá em cima vai a mil lá para baixo e leva toneladas e toneladas de terra. E isso nas minhas áreas de terra você não vê!

O processo de revolvimento do solo sempre foi apresentado como uma forma benéfica para o desenvolvimento das culturas. Por outro lado, repentinamente, pesquisas mostram que o Sistema Plantio Direto é a maneira de obter maior conservação e qualidade do solo propiciando resultados mais positivos. A dualidade dos discursos promovidos pela assistência técnica provoca certo receio ao agricultor abandonar determinadas práticas sem ter a certeza de que elas não afetarão sua reprodução. Nesse contexto, a assistência técnica pública de Extensão Rural dada sua primazia de atender o agricultor, não tem condições de promover uma ação personalizada a cada família no meio rural. Desse modo, muitas vezes, o agricultor da região de estudo valoriza as ações da assistência técnica privada agregada aos contratos das fumageiras, apesar deles contestar criticamente a ação de ambas. Na concepção dos agricultores a assistência técnica é preponderante para as atividades no meio rural, podemos observar isso nas palavras do Agricultor Cléber: “Hoje eu digo, cada agricultor tem que ter um técnico formado dentro de casa, no mínimo um técnico ou agrônomo próprio, não contratado. Pode ser contratado também, mas daí a despesa é muito alta”.

Observamos em propriedades onde é assistida de perto pela assistência técnica pública uma leve tendência da renda ser mais diversificada do que outras famílias agricultoras em que existe a dificuldade de acesso a propriedade, pela distância do meio urbano ou ainda pelas estradas ruins. Por outro lado, existe certa desconfiança em relação aos argumentos dos técnicos, principalmente, dos orientadores de fumo ligados a agroindústrias fumageiras. O depoimento do Senhor Joaquim, agricultor, fica evidente:

Então hoje nos temos nossos agrônomos e técnicos, uns ruins que não entendem nada. Não é que o cara foi me dizer na rádio que de preferência que os agricultores peguem o solo, quando vão enleirar, que despejem o solo... Tu só imagina quando o agricultor fizer um camalhão dessa altura [altura do joelho] e despejar e você vai olhar, eu te mostro até do meu genro. É uma brincadeira rapaz! Esses técnicos não sabem de nada. Esses técnicos das empresas só querem saber de vender, vender adubo, vender veneno. Se a fumageira não recebe nenhuma arroba de fumo eles não ficam brabo. Eles já têm o negócio feito, o adubo já rendeu.

Na fala, o elemento confiança foi desconstituído pelo conhecimento do agricultor diante das técnicas de produção já socializadas e pela experiência que abdica do trabalho com a terra. Assim, a presença da desconfiança nos técnicos (pessoas) é explanada por Giddens (1991, p.102) como: “...significa duvidar ou desacreditar das reivindicações de integridade que suas ações personificam ou demonstram”. O depoimento mostra um completo desagrado com a assistência técnica privada que visam, primordialmente, o cumprimento de metas como a venda insumos agrícolas e quantidade de visitas, ações estas, dirigidas e acompanhadas de perto pelas empresas que comercializam insumos, indiferente do setor. O discurso é amenizado diante da atenção personalizada, – por exemplo, da empresa fumageira –, onde os agricultores são chamados pelo primeiro nome, escutados e atendidos parcialmente suas reivindicações sobre o comportamento da empresa, do transportador, da presença do técnico, da entrega do insumo no tempo hábil, da venda do produto, entre outras. Apesar de algumas reclamações mobilizadas pelos agricultores, a assistência técnica privada ainda é vista como um diferencial na atividade do fumo sob a alegação de que as técnicas, geralmente, são conhecidas pelos agricultores e o importante é alguma informação nova ou uma indicação da agroindústria que possa fornecer maior qualidade ao produto, sendo que o reconhecimento do seu trabalho pelo técnico também é um aspecto preponderante. O agricultor Edson complementa:

Ah eles estão vendendo, mas se faltar uma coisa eles estão aí, cada trinta dias estão aí, se está bom ou está ruim, se tem que fazer assim ou fazer assado. Se tu precisa... o cara já sabe tudo décor, mas sempre tem uma coisa, como no caso do desbaixerar. Eu iria desbaixerar com dez dias, daí o técnico disse que não, porque a firma quer que faça isso com 21 dias, pois a empresa quer fumo maduro então tem que ser daquele dia em diante. Eu não digo que muda muita coisa, mas cada 30 dias está aí, se está bom ou está na hora de fazer uma cobertura, está na hora de despontar... Então nessa parte está muito bom.

As palavras do agricultor refletem em dois momentos ou modos de analisar a assistência técnica privada, expressando num primeiro momento o entendimento de que em relação às técnicas de produção, manejo e conservação do solo, eles não atendem a expectativa dos agricultores. No segundo momento, podemos observar na citação a importância de que os mesmos fornecem a sua função, um acompanhamento e, caso necessário, alguma informação, sendo esse o elo mais próximo que se estabelece entre a indústria do tabaco e as famílias agricultoras. Nesse sentido, a percepção dos atores rurais sobre a assistência técnica é aquela que, mesmo deficiente, vem a sua propriedade e estabelece vínculos conhecendo seus sistemas de produção. Diante da impossibilidade da Extensão Rural pública fazer o mesmo, pela deficiência de pessoal e recursos, em determinados momentos, existe uma comparação entre ambas no sentido de apontar a *privada* como mais presente e atuante, mesmo que incluída no contrato do fumo. A ausência assistência técnica é apontada como um problema na agricultura, mas quando analisada sob a tangente do fumo é apontada como um fator motivacional que impulsiona a escolha do tabaco como estratégia de reprodução principal, como analisamos no próximo capítulo.

Outro problema contemporâneo discutido nas agendas parlamentares são as resoluções da Legislação Ambiental diante das possíveis complicações para a reprodução social dos agricultores. Tema altamente controverso, que envolve novamente dois grupos distintos: a) os defensores de uma legislação ambiental flexível diante das restrições dos agricultores familiares; b) os militantes da preservação das áreas ambientais remanescentes incorporando restrições para a atividade agrícola. Nesse contexto, é necessária uma análise minuciosa de cada região, evitando generalizações que possam excluir muitas famílias da atividade agrícola, sem uma mínima perspectiva de reprodução social, fato que acarretaria em uma propagação de aspectos negativos e, possivelmente, uma tendência ao êxodo rural. Na visão dos agricultores, essa questão envolve além de imposições de normas ou restrições, a

conscientização do espaço em que desenvolvem a sua própria reprodução. Nas palavras de um agricultor entrevistado:

Eu estou com 34 anos sem derrubar uma árvore nativa. O que está de mato ali está ali. Outra coisa: IBAMA não manda aqui, eu derrubo tudo se eu quero, mas aqui eu mando. E não vou pedir licença para desmatar. Eu não vou desmatar porque é um bem para mim, se você olha nossa colonada hoje, mandar empurrar tudo as matas dentro da sanga, dentro das águas. Termina tudo, você não vê mais um sabiá, não vê mais uma pomba, aqui o jacu vem aqui comer milho aqui no forno, diariamente tratado, tudo ali! Nós temos que preservar as coisas. E esse mato, enquanto eu viver vai ficar assim.

Observamos no depoimento do agricultor que a posse da terra, em sua percepção, parece fornecer o “direito” de fazer o que desejar com sua área. No entanto, a sua imposição enfática perante um órgão de fiscalização serve para afirmar que o desmatamento não acabará por uma obrigação externa mediante um aparato de leis, mas pela sua importância e consciência de que, destruir a mata existente em sua propriedade pode, futuramente, acarretar em consequências negativas a si próprio. Parece-nos, uma concepção muito em voga, quando se trata de discutir as restrições externas diante das necessidades internas dos agricultores. Um ponto de vista como esse deve ser fortemente nuançado para que futuras discussões sobre a legislação ambiental não impere a reprodução social dos produtores e, muito menos, provoque consequências negativas para a sociedade, tanto em relação ao desmatamento, como no possível abandono das atividades agrícolas pelas famílias.

Notamos também que além dos problemas destacados até o momento, as políticas de intervenção no meio rural, pretensiosamente necessárias e importantes, também estão causando certas disfunções na própria visão dos agricultores. O Pronaf tem uma linha de crédito denominada “Mais Alimentos¹⁰⁶” em que possibilita ao agricultor fazer um investimento em infraestrutura, comprovando que suas atividades agrícolas são voltadas para a produção de alimentos. Na maioria dos casos, os agricultores buscam o investimento para

¹⁰⁶ O “Mais Alimentos” é uma linha de crédito do Pronaf que financia investimentos em infraestrutura da propriedade familiar. Contempla os seguintes produtos e atividades: açafrão, arroz, cana-de-açúcar, café, centeio, feijão, mandioca, milho, palmácea para produção de palmito, soja, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Para maiores detalhes está disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/principal/programa_mais_alimentos

aquisição de um trator, sendo que já possuem um na propriedade ou sua área de produção não é adequada ao uso da máquina. Nas palavras do Agricultor Willian:

...Eu não sou contra o Pronaf, em muitos casos ele ajuda. Se você tiver um investimento para fazer, ou seja, vai comprar uma coisa que você vai usar, um ferramenta ou outra coisa ele é bom. O Programa mais alimentos é um exemplo que não está sendo bem aplicado. Aqui no Taquaral tem uns sete agricultores que tinham um trator bom e foram financiar um novo a R\$ 70.000,00. Esse programa seria para quem não tinha, mas para quem tem não vale a pena. Por exemplo, se eu tenho um hectare para trabalhar com o trator, o que me adianta investir R\$ 70.000,00 em um trator, se eu posso pedir para a Prefeitura que tem as máquinas e pago uma hora ou duas de trabalho vai me custar R\$ 150,00 ou R\$ 200,00 por ano. Só o preço da manutenção do trator você já faz a tua lavoura.

A visão desse agricultor retrata as disfunções dos programas estatais aplicados no sentido de impulsionar a produção de alimentos com a aquisição e investimentos em infraestrutura. Por um lado, o programa beneficia os agricultores que necessitam dos tratores para o desenvolvimento das culturas em que dispõem de áreas propícias para tal, mas por outro, acaba sendo utilizado por àqueles que, somente pela existência do programa com juro mais acessível, investem esforços para comprar uma máquina nova. Para exemplificar melhor, chegamos a uma propriedade localizada na Linha Santa Cruz, onde agricultor senhor Josefino fez questão de nos mostrar a sua mais nova aquisição: um trator com tração nas quatro rodas. A entrevista somente foi possível depois de nos mostrar o investimento que tinha realizado pelo Programa Mais alimentos. Avistamos mais acima, outro trator (Ano 62) que já possuía na propriedade, assim foi inevitável a pergunta: “Mas você já não tinha outro trator?”. O agricultor respondeu nossa interrogação dizendo que a aplicação no ativo foi realizada no sentido de investir o dinheiro, porque em outros anos deixou aplicado em uma cooperativa da região, tendo uma experiência negativa, onde até o momento não tinha recebido o valor aplicado, devido problemas financeiros da organização. Continuando a conversa com sua esposa, ficou-nos claro que o investimento era desnecessário, pois além de ter problemas para entrar no galpão (devido a tolda ser muito alta), o trator estava sendo usado apenas para buscar pasto. Entretanto, o agricultor logo justificou: “Mas no momento da colheita de fumo ele vai ser importante porque vamos ter dois tratores para puxar para o fumo para casa, além de que esse trator pode ser útil para fazer o camalhão e plantar soja e milho”.

Notamos na fala, a tentativa de evidenciar uma utilidade para o investimento realizado, entretanto, por suas expressões indecisas percebemos que não estava muito confiante da

utilidade da máquina nova. Em conversa sobre o assunto com um orientador técnico da área fumageira que avistamos, posteriormente, o qual trabalha com os agricultores afirma: “Esse Programa Mais Alimentos vai ser o maior problema para a agricultura. Os vendedores de tratores ganham um percentual e fazem de tudo para concretizar a venda. Depois, os agricultores têm 10 anos para pagar um valor em torno de R\$ 9.000,00 por ano”. O discurso do representante técnico reflete na oportunidade que as indústrias de implementos agrícolas, principalmente, de tratores estão usando como forma de comercializar para um público que até então, não seria o foco pelas suas restrições financeiras. Alerta para a possível incapacidade de pagamento dos agricultores familiares, mesmo consubstanciados pela renda do tabaco, uma vez que uma safra agrícola frustrada complica severamente o fluxo de caixa das famílias agricultoras. Retomando a tabela 03, o valor de R\$ 9.000,00 anual representaria, aproximadamente, o valor bruto de 20 hectares de trigo, o valor bruto de quase 10 hectares de feijão (1ª safra), o valor bruto de 7,5 hectares de milho, o valor bruto de 5 hectares de feijão (2º safra), o valor bruto de quase 5 hectares de soja e, por último, o valor bruto de 1 hectare de fumo, isso considerando uma safra normal ou parecida com a 2008/2009. É importante anotar que, se essa comparação é realizada com valores líquidos, grosso modo, seria necessária uma multiplicação por quatro no número de hectares calculados.

A análise, grosseiramente, não considerou que um trator por si só não realiza nenhuma atividade, caso o agricultor não dispõe de equipamentos para desenvolvê-las como, por exemplo, o arado, semeadora, carretão, escarrificador ou pulverizador, etc. Existe a necessidade (caso ainda não ter na propriedade) da aquisição desses equipamentos essenciais para o trabalho com a máquina, assim sendo, aumentando o grau de endividamento dos agricultores que acessaram o crédito. Grosso modo, o investimento realizado para o cultivo de alimentos acarretará num problema muito grande, haja vista que se necessitasse ser pago com a produção de grãos, como vimos na comparação anterior. A atividade fumageira será a responsável por abarcar os financiamentos concretizados pela decisão do agricultor em investir no ativo imobilizado.

Descolando de uma análise parcialmente econômica, possuir um trator novo para os agricultores implica em reconhecimento, status, evolução e consolidação na atividade que desempenha. A aquisição da máquina ultrapassa a questão econômica implicando em elementos mais sociológicos que fornecem a justificativa para o ato. Notamos nas comunidades que aos domingos no momento da missa, do tiro ao alvo, do jogo de dama ou eventuais datas comemorativas que alguns agricultores preferem dirigirem-se ao local, de trator em vez de seu próprio carro (quando tem). Nas relações entre os agricultores a

preponderância do “ter” está sobrepassando o “ser”. Geralmente, agricultores que possuem mais bens (terras e máquinas) são considerados mais eficazes e mais consolidados, indiferentemente do tamanho da dívida que herda com as instituições financeiras. Encontramos esses elementos na fala do Senhor Edson quando afirma: “Eu tenho pouca terra, tenho meu tratorzinho, minha casa, minhas instalações, não tenho muito, mas o que tenho é meu, não devo nada para ninguém, como os grandes produtores aí”. O depoimento mostra a diferença entre os agricultores ditos consolidados, perante os agricultores em consolidação ou menos expressivos. Em boa parte dos casos, os problemas econômicos emergem devido um comportamento pensado na imagem que pretende passar diante do coletivo.

Os agricultores familiares, muitas vezes, pecam na gestão administrativa de seus bens e no controle dos custos reais de seus investimentos, apesar de terem uma noção muito clara de que estão pagando juros ou valores indispensáveis. Um controle mais rigoroso de suas ações financeiras poderia resultar em tomadas de decisão futuras totalmente distintas da atualidade. É compreensível, dada sua ênfase total na produção e no trabalho que essa parte não é levada a risca, seja por não ter muito domínio, em detrimento da baixa formação escolar, seja por não prender esforços durante um dia de trabalho totalmente laborioso. Quando tratamos da cultura do fumo, a situação torna-se mais evidente, pois sendo um produto altamente rentável por hectare, tal fato acomoda a família em relação à gestão dos custos, pelo pressentimento de que a atividade sempre trará resultados positivos, partindo do pressuposto de que transcorra uma safra normal. Seja para fins de controle das finanças ou nas técnicas agrônômicas, o suporte técnico aos agricultores é essencial, como complementado nas palavras do senhor Cléber: “Para ficar hoje na roça sem faculdade, amém!”.

Nos últimos anos, a intervenção estatal na agricultura familiar, tem alcançado alguns avanços significativos, mas muito aquém do esperado como é consenso entre muitos analistas. Aliás, a disfunção das políticas do Estado não é um problema contemporâneo, ao contrário, em meados dos anos 80, por exemplo, sobre informações dos agricultores, até as cooperativas da região de estudo trataram de escamotear os recursos transpostos pelo Estado, esse último, com objetivo de intervir nos problemas peculiares que entravavam o desenvolvimento dos agricultores. O feijão-papel foi um caso típico dessa época, onde as cooperativas usando uma nota fiscal de um agricultor, dando entrada do produto em seus armazéns, valor esse que era quitado pelo governo, no entanto, o produto não existia. O uso de oportunismo no sentido de se beneficiar do sistema, causou, mais tarde, trancamento de financiamentos de agricultores e complicações judiciais as cooperativas.

Caso semelhante, aconteceu com o financiamento do calcário, onde os agricultores usavam o dinheiro para outras finalidades, às vezes, não voltadas às atividades agrícolas, mas esse não chegou a esfera judicial. Talvez, o investimento realizado tiver como prioridade melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras pode ser justificado, caso parecido do que acontece com os recursos do Pronaf. No entanto, se o dinheiro não é aplicado de maneira coerente, a disfunção do crédito pode trazer problemas de endividamento dos agricultores acarretando em complicações nos programas estatais, resultado da inadimplência. O Proagro, criado em 1973, também foi alvo de oportunismo quando o programa garantia até 100% do financiamento realizado ou dos recursos próprios dos agricultores, assinalados no contrato, caso a produção sofresse pelas intempéries climáticas, pragas ou doenças. Alguns utilizavam o artifício da simulação de plantio, enterrando pequenas pedras para legitimar a lavoura visando os agricultores vizinhos não suspeitarem do ato. Como a cultura não desenvolvia, os agricultores apelavam para o Proagro se beneficiando a partir disso, onde o único prejudicado era o aparelho Estatal que visava suprimir, com a intervenção, alguns riscos inerentes à atividade agrícola. Pontuamos, através da conversas com os agricultores, esses casos esparsos que acabaram prejudicando a maioria daqueles que trabalhavam de forma coerente e poderiam necessitar dos programas de intervenção Estatal. Talvez, esses atos a partir da década de 70 auxiliaram nos problemas fiscais do Estado no final da década de 80.

Nesse lócus, percebemos, de imediato, duas concepções relevantes, ao mesmo tempo, contraditórias: a necessidade da intervenção Estatal diante das atividades agrícolas versus o oportunismo de alguns agricultores perante a sustentação de subsídios do governo. Particularmente, o caso descrito em Arroio do Tigre, aproximadamente, há três ou quatro décadas atrás, pecou-se no aspecto fiscalização, sendo muito precária e desprovida de técnicos capazes de atender toda uma demanda existente, principalmente, em municípios pequenos, voltados para a atividade primária. Atualmente, os problemas nem de longe foram sanados, dado o discurso dos agricultores da “necessidade” de intervenção estatal sob o óbice das possíveis frustrações de safra pelos fortes problemas climáticos, atrelado as dificuldades que o mercado impõe diante da escala de produção, da incerteza de uma economia instável, dos custos de produção e logística, entre outros, bem como, a fraca atuação da garantia de preços e a disponibilidade de crédito, mesmo diante do avanço das políticas de incentivos na agricultura familiar, dessa última década. Talvez, diante desse cenário, a agroindústria do fumo se sobressai quando oferece uma série de incentivos a produção para os agricultores, como melhor descreve Fialho (2005, p. 94): “vantagens que os agricultores não encontram em outros setores da agricultura ou por parte do governo”.

Considerando uma agricultura de pequena escala integrada a economia, a maioria das dificuldades no ato de produzir ou no de comercializar implicará, necessariamente, em baixa entrada de recursos. Pinheiro e Carvalho (2003) elencam as principais causas do baixo rendimento: a) baixa propensão para gastar o rendimento adicional na alimentação, tendo como resultado uma modesta taxa de crescimento da procura agregada de alimentos; b) a tendência da oferta agregada, crescer mais que a demanda, devido às rápidas mudanças tecnológicas; c) a falta de resposta da procura de alimentos às mudanças no preço (baixa elasticidade da procura preço); d) fraca mobilidade dos fatores de produção terra e mão de obra; e) falta de barreiras à entrada na atividade agrícola; f) competição pela terra agrícola, tanto por agricultores que querem aumentar a área da sua produção como pela inserção de novos agricultores que buscam a terra como defesa contra a inflação, o que sobrevaloriza a terra e baixa, portanto, os retornos para o trabalho e para a gestão.

Caindo na discussão econômica, em certos momentos emerge a característica inelástica, quando Santos (2004) infere que a oferta dos agricultores familiares é inelástica, confrontada com os grandes produtores de produtos básicos. As razões que o analista aponta, são as seguintes: condições topográficas adversas, natureza do estoque de tecnologia, escassez relativa de capital, imperfeições de mercados de produtos e de insumos e condições ambientais adversas. A adaptação requerida em razão das alterações nas relações de preços fator/fator ou produto/produto, ou fator/produto são complicadas de serem feitas pelos agricultores familiares, pelo menos no curto prazo. Os agricultores patronais que produzem alimentos básicos, no entanto, têm flexibilidade de ajustamento maior, o que possibilita a sua oferta ser mais elástica. A maior flexibilidade de adaptação deriva do volume de recursos que comandam, de condições topográficas mais favoráveis, da facilidade de acesso à tecnologia e de não serem tão penalizados pelas imperfeições de mercados de produtos e de insumos.

A ausência de oferta com regularidade de produtos ou escala de produção, principalmente, os hortifrutigranjeiros, possíveis alternativas a cultura do tabaco, são entraves para os agricultores familiares visualizarem outra estratégia de reprodução principal. Além da constância, a inoperância de um mercado consolidado, os percalços logísticos, a inexistência de um perfil vendedor e uma estrutura de apoio fortalecida, entre outros problemas de ordem mercadológica, imperam o momento da reprodução econômica. Senhor Evaldo, agricultor de Linha Taquaral, expressa da seguinte forma: “E o repolho se você plantar mil pés não vende nenhum no mercado porque o agricultor não tem como oferecer o ano todo, é temporário. Então os supermercados nem compram”. O giro em torno do equacionamento das aparentes dificuldades que o agricultor se depara frente às necessidades de reprodução, aliado as

possíveis exigências do mercado consumidor fortalece a concepção que, hoje, o agricultor familiar está diante de uma dinâmica complexa que envolve a produção, busca de mercado, e venda, visando aumentar o valor recebido.

Abramovay, importante analista da agricultura familiar, afirma que um dos maiores desafios para famílias agricultoras se consolidar economicamente consiste em sua capacidade de organização para a construção de mercado, e a busca de vínculos sociais no relacionamento com o consumidor (ABRAMOVAY, 1998), podem ser caracterizadas como estratégias para ampliar as oportunidades sociais e econômicas para muitas pessoas, principalmente, das camadas rurais mais pobres, que dependem de mercados que podem ser marcados como um conjunto de interações sociais (ABRAMOVAY, et al., 2003). Justamente é a construção do mercado que é questionada pelas famílias, parece-nos evidente que os agricultores familiares não têm a visão autônoma de construir seu espaço para comercialização. Ao contrário, na sua concepção, o mercado já deve estar montado, estruturado e disponível para produzirem e venderem. Além do que, os agricultores parecem não entender que sua função deva ser construção das próprias oportunidades de comércio, mas avigora em suas falas o ato de produzir, plantar, colher e, posteriormente, vender. As etapas a jusante da porteira não são vistas como função do agricultor, até mesmo pela intensa competição que existe entre as indústrias alimentares. Como visto nas palavras do Senhor Cléber: “Tu sabe, eu gosto da minha capacidade administrativa e da capacidade de produtividade. É comigo. E tendo um mercado seguro para as coisas é meu orgulho”.

Frente a esse cenário, as famílias agricultoras ainda não estão suficientemente preparadas para lidar com uma inconstância de forças e fraquezas inerentes a sua atividade e sua estrutura de produção, bem como as oportunidades e ameaças das transações de seus produtos. Muito aquém disso, ainda existem famílias no meio rural que, aparentemente há pouco tempo, teve acesso a luz elétrica em sua propriedade ou, talvez, um celular. A realidade não é apenas a municípios considerados menos desenvolvidos, mas oportunamente abrange um grande leque no território rural, e Arroio do Tigre, apesar, de alguns lugares já estarem instalados antenas de captação de sinal para internet, em outros lugares, apontam para a realidade citada.

Nessa experiência, os investimentos na ordem estatal e a incumbência dos órgãos ligados a agricultura e extensão rural ainda com funções limitadas diante das dificuldades apresentadas no setor, serão cada vez mais exigidos, promulgando estratégias de rápida aplicação, breves resultados, e efetivos retorno as famílias agricultoras. O acusado “imediatismo dos agricultores” é reflexo também do imediatismo da sociedade moderna em

que a informação percorre o mundo em questão de segundos, a eficiência e a eficácia parecem ser dois termos mais cobrados em função da manifestação de uma essência precursora que o capitalismo insere diante da vida social. Falar, hoje, em um agricultor desligado de vínculos sociais no mercado é incumbir que sua existência serviria, grosso modo, para ocupar parte do meio rural e não inchar os centros urbanos considerados “desenvolvidos” e com uma função extremamente voltada para a geração de riqueza através dos “importantes” serviços (como carimbos e mais carimbos, taxas e mais taxas e por assinaturas, buscando a legitimação).

Repensando, antes de considerar as características: agricultura camponesa, agricultura empresarial ou agricultura capitalista como Van der Ploeg (2008) define, é necessário perceber que diante da realidade exposta, os agricultores serão persistentes e muito, nas estratégias que até o momento inserem-lhes competitivamente dentro do circuito de produção. Ao objeto de estudo, a persistência na cultura do tabaco é uma das formas encontradas para agricultores com mínimos recursos, intensas restrições, mas muita vontade de reproduzirem social e economicamente pela lida na terra, de acessar também qualidade de vida, mesmo que isso lhes custe a vulnerabilidade diante dos problemas de saúde pública, enfaticamente alertado pelos órgãos competentes, e menos citados em outras culturas altamente expostas aos agrotóxicos como o caso da soja, e outras. Buscando as palavras de um agricultor que nos inferiu que não plantam o fumo porque é prazeroso, mas porque necessitam, façamos meia culpa, antes de criticá-lo, diante da sua vulnerabilidade do sistema industrial, das grandes companhias, daquelas que a sociedade como um todo está subordinada. Para completar, uso as palavras experientes do Senhor Evaldo, aos seus 75 anos de idade: “E sobre o fumo fazer mal, se depois tu quiser colocar na pesquisa de prova. Eu já tenho na vida meus 75 anos. E eu conheci pessoas que tomavam cachaça, tomavam cerveja, produziam e tomavam vinho, fumava cigarro de palha, fumava cigarro feito, fumava charruto, fumava cachimbo. E fumou, uns quantos eu posso nomear... A maioria passou de 80 anos de vida”.

Diante dessas dificuldades, nosso próximo capítulo vem responder e compreender, diante da análise dos agricultores, as motivações, racionalidades e diferentes formas de gestão diante da sua exposição ao sistema de integração do fumo, avançando pelas ações conflitivas, cooperativas, que estão ditando a dinâmica de desenvolvimento do setor primário da agricultura arroiotigrense.

CAPÍTULO IV

A ESCOLHA DOS AGRICULTORES: MOTIVAÇÕES E BENEFÍCIOS DA ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO PRINCIPAL

Ser agricultor é uma arte de lidar com a terra. Arte esta, que não é para qualquer um. É através do seu suor que muitos cientistas podem pesquisar, muitos administradores podem administrar, muitos advogados podem advogar, pois é ele que produz o alimento de cada dia. Aliás, alimento esse que pouco é valorizado. Ser agricultor também é cultivar produtos não-alimentícios, tal como o fumo. É através do cigarro que reis mostraram glamour, que astros do cinema fizeram altas encenações com seus charutos esbeltos, todos sinônimos de status e riqueza. Enquanto houver alimento, haverá pessoas, enquanto houver fumo haverá agricultores e haverá fumantes. Mais importante de qual estratégia utilizar é o ato de sobreviver da lida rural que é tão ou mais importante quanto o cargo mais alto deste país exuberante. *Um jovem agricultor Arroio Tigreense.*



Fig.13- Foto da produção de tabaco tipo Virginia em Arroio do Tigre/RS
Fonte: Trabalho a campo, Dezembro de 2010.

O capítulo apresenta os principais fatores que influenciam os agricultores a utilizarem o fumo como estratégia de reprodução principal e permanecerem integrados com as empresas fumageiras. Apesar de já termos fornecido várias pistas no andar desta dissertação, vamos aprofundar um pouco mais sobre os elementos econômicos e, em certa medida, os não-econômicos que condicionam as famílias a ter a atividade durante décadas e permanecer como carro-chefe da propriedade. Talvez, em alguns momentos nos tornaremos repetitivos, pedimos certa compreensão, dada a estrutura que optamos por seguir, além das inúmeras afirmações dos agricultores, dos técnicos, dos agentes de extensão rural, dos não-agricultores, que surgiram durante nossa pesquisa oficial, e em outras várias oportunidades que convivemos no local deste estudo.

Para chegar a essas informações conversamos com agricultores em distintos locais, na sala da casa, na varanda do galpão, na lavoura de fumo, na hora do pendure e até no momento

da colheita. Momentos de conversas, momentos de labuta, de calor, de risos, de alertas, de satisfação, de expectativa, de frustração e de indignação. Tudo isso, incorporado em nossa tentativa de buscar maior quantidade de elementos possíveis sobre o contexto da produção de tabaco, as relações internas e externas, a lida com a terra, o mercado do produto, tudo conjugado com uma necessidade, às vezes, expressiva de inserir suas angústias enquanto agricultor diante de sua capacidade e carência de desenvolver-se da produção agrícola.

4.1 O fumo é nossa atividade principal porque...

Nossas interrogações durante as entrevistas vinham no sentido de compreender um pouco mais o distrito e a localidade em que o agricultor era inserido, para ir aos poucos, entendendo como ele ordena seus fatores de produção e suas atividades. Em determinado momento, pedimos para o agricultor elencar os motivos pelos quais ele cultivava fumo. Pergunta direta, resposta imediata: Alta renda bruta por hectare. Das nossas, quatorze entrevistas formais conjugada com as conversas com agentes de desenvolvimento e outros tantos, a resposta era sempre a mesma. Nossa argumentação era sempre no sentido de captar mais alguns elementos em que pelo menos evidenciasse outras questões também pertinentes, e assim as conversas fluíam, mas sempre girando em torno do elemento econômico como o fator mais preponderante. Captamos diferentes comportamentos em relação a empresa fumageira, a sua produção, a relação com os técnicos, tentando entender a tomada a decisão em momentos importantes da safra agrícola.

Município potencialmente fumicultor, surgiu-nos curiosidade de saber das famílias como se auto-identificavam em relação as suas atividades no meio rural. Talvez, a resposta mais óbvia seria dizerem: “Somos fumicultores”, entretanto, nenhum dos pesquisados utilizaram a expressão quando perguntamos sobre como se definiam. Nas palavras do Senhor Harley: “Nós somos plantadores”, do senhor Edson: “Sou um produtor de tudo, planto feijão, milho, soja, gado, porco, mas a principal renda seria o fumo”, do Senhor Josefino: “Somos agricultores que vivem do cultivo da terra”. Mesmo tendo atividades voltadas para o cultivo de fumo, grosso modo, nenhum agricultor pesquisado se auto-identifica como fumicultor. Em certa medida, por não serem totalmente especializados na cultura, mesmo sendo responsável por grande percentual da renda. As múltiplas atividades de reprodução na agricultura local possam, talvez, explicar em parte o discurso dos atores rurais.

A investigação com as famílias agricultoras foi possível identificar diferentes elementos em sua racionalidade, na escolha e continuidade da estratégia de reprodução principal, bem como nos modos de gestão da propriedade. Parece-nos que, o fumo é uma atividade já consolidada sendo que, desde a primeira decisão em cultivar o produto acaba sendo, a partir desse momento, uma estratégia adotada anualmente. Aliás, o leque de escolhas dos agricultores familiares parece restrito a atividade agrícola e sobre os produtos que mais têm destaque em termos de comercialização. Sendo que as estratégias de reprodução básicas, quase, não são consideradas como atividades, em boa parte, porque não representam ingressos financeiros para a propriedade, mesmo tendo a consciência de que são importantes para a manutenção da família.

Nossa tipificação (capítulo anterior) tentando buscar uma generalização que contemplassem todos os agricultores de Arroio do Tigre envolveu uma análise sobre as restrições ambientais, importante elemento que deve ser considerado para o desenvolvimento das atividades agrícolas. Nesse momento, em conversa com o Senhor Edson (52 anos) nos orientou a pensar somente na atividade fumageira, considerando apenas a escala de produção para distinguir os grandes, os médios e os pequenos produtores de tabaco. Em suas palavras:

Eu considero grande produtor de fumo aquele que tem acima de 100 mil pés plantados. Esses são maiores produtores. Na média se planta entre 30 a 50 mil. De 50 mil para baixo seria o pequeno. E nós seríamos o pequeno produtor. E de 50 mil para cima já é médio, grande eu não digo. Lá para Ibarama tem gente que planta 250 mil pés e tem 7 fornos de estufa, lá eles vivem só do fumo. É parecido com a Localidade de Taquaral daqui de Arroio do Tigre. Então, depende se você tem mão de obra, peão e tudo para fazer. Aí eles plantam até 200 ou 300 mil, mas daí já é grande plantador. Mas, agora aqui na média, somente familiar é bem menos.

Nessa consideração o agricultor partiu da concepção que a área disponível não é um fator de restrição para a produção de fumo, elencando a mão de obra como principal limitação a expansão da atividade. No entanto, considerando que, aproximadamente, 46% das propriedades têm até 10 hectares, segundo dados da estrutura fundiária, para o cultivo de 200 mil pés é necessário aproximadamente 11 hectares¹⁰⁷, portanto, podemos considerar que em determinados locais que esse é um fator de restrição para este percentual de agricultores. Geralmente, são casos esparsos aqueles que possuem tamanha produção de tabaco em Arroio do Tigre/RS. Em conversa com outros agricultores e agentes de extensão anotamos várias

¹⁰⁷ Cálculo realizado considerando que em 1 hectare equivale a 18 mil pés de fumo.

restrições a atividade em larga escala do tabaco, por isso que usamos o fator restrição natural para nossa tipificação anterior.

Diante das características peculiares do cultivo do fumo, elencamos alguns fatores importantes, analisando somente sob a ótica de unidades agrícolas baseadas na escala de produção do fumo. A tabela 09 demonstra que, indiferente da área de terra que os agricultores usam para o cultivo de fumo em sua propriedade, a mão de obra e a penosidade do trabalho são altas, principalmente no momento da colheita. A escala de produção da atividade fumageira depende, principalmente, da quantidade de mão de obra e da infraestrutura e, por último, da quantidade de área disponível. A tendência de quanto maior for a mão de obra na família maior será a quantidade de fumo cultivada pelos agricultores. A mesma comparação não pode ser realizada para a infraestrutura e a área de terra, pois ambas dependem da força do trabalho para o aumento de escala do fumo.

Tabela 09- Características das propriedades rurais em Arroio do Tigre/RS

Características	Influência dos elementos na gestão da propriedade		
	Agricultores c/ maior área cultivada de fumo	Agricultores c/ área média cultivada de fumo	Agricultores com área pequena cultivada
Mão de Obra	Alta	Alta	Alta
Penosidade do trabalho	Alta	Alta	Alta
Restrição ambiental	Alta	Média	Baixa
Emprego de Tecnologia	Alta	Alta	Alta
Escala de produção	Alta	Média	Baixa
Diversificação	Baixa	Média	Alta
Especialização no fumo	Alta	Média	Baixa
Relação com a indústria	Relativamente dependente	Menos dependente	Pouco dependente
Fidelidade com indústria	Alta	Média	Alta

Fonte: Elaborado pelo autor com informações de campo

O emprego de tecnologia considerado na tabela refere-se às técnicas para o crescimento da muda, do plantio, da colheita e, essencialmente, da secagem. O forno de estufa (quando falamos em fumo Virgínia) é um clássico exemplo de que quanto melhor a tecnologia usada, possivelmente a qualidade do produto final tende a ser mais elevada. Em relação ao uso de tratores, ela somente acontece quando as condições naturais permitem, bem como esteja disponível na propriedade. Nesse caso, o trator não traz nenhuma diferença em

termos de qualidade do tabaco, somente em relação a velocidade de preparo da terra no momento do plantio, que pode ser realizado tranquilamente com tração animal. Como já vimos, os agricultores de Arroio do Tigre possuem outras estratégias concomitantes a atividade do fumo, no entanto, o grau de diversificação voltado para o mercado nas unidades agrícolas vai depender da quantidade de tabaco plantado e da área disponível. Caso a área for pequena, a diversificação se limita a produtos estritamente para o autoconsumo da família tendo uma alta especialização no fumo; e diante da maior disponibilidade do fator terra a tendência é que se aumente o grau de diversificação até certo ponto. Áreas muito grandes, geralmente tendem a especializarem-se no cultivo da soja ou milho, esse último como subproduto da atividade leiteira e comercialização. A relação e a fidelidade com a indústria é um processo altamente inconstante e permeado por cooperações e conflitos, sendo muito variável, dependendo do caso.



Fig. 14- Processo de cura do fumo tipo Burley (1,2,3) e Virgínia (4) em Arroio do Tigre/RS
Fonte: Trabalho a campo, dezembro de 2010

Considerando nossa pergunta orientadora para esta investigação (Quais os motivos que conduzem você a plantar fumo?) vamos comentar os elementos mais citados nas falas dos agricultores. Apontamos para os seguintes fatores econômicos (que respondem nosso problema de pesquisa) que direcionam as famílias se dedicarem ao cultivo do fumo: a) alta renda bruta por hectare; b) financiamento e crédito de insumos e instalações; c) assistência técnica; d) garantia de compra da safra; e) seguro agrícola; f) sistema de produção intensivo; g) negociação de preços antes, no momento e pós comercialização; h) uso de mão de obra familiar; i) rusticidade da cultura; j) possibilidade de duas culturas e h) responsabilidade da logística do produto pela empresa. Compõem diante dessa análise, ao mesmo tempo, os elementos que não são considerados essencialmente econômicos, circundam, apesar de sustentarem uma futura base rentável, e estão muito presentes nas falas dos agricultores. Podemos citar: a) saber fazer; b) reconhecimento; c) confiança; d) tradição produtiva; e) segurança; e f) ação de cooperação entre agroindústrias e fumicultor.

Iniciamos pela análise da alta renda bruta por hectare da cultura do fumo em comparação a outros produtos agrícolas. Nesse estudo, mostramos no capítulo 2 a considerável diferença da renda do tabaco em relação às culturas do feijão, soja, milho e trigo para a safra 2009/2010 no município de Arroio do Tigre/RS. A maioria dos analistas também convergem para esta afirmação, como nas pesquisas de Paulilo (1990), Xavier da Silva (2002), Troian (2010), Redin et al., (2010) e vários outros. Percebemos enfaticamente nos depoimentos dos agricultores como do Senhor Joaquim “Fumo é a atividade que mais dinheiro dá”, do Senhor Robinson: “O fumo te dá à possibilidade de uma renda alta em pouca terra”, do Senhor Clementino: “Com o fumo minha renda por hectare é alta, bem diferente se fosse plantar milho”. Essas declarações coligidas são responsáveis pela representação da concepção da maioria das famílias agricultoras produtoras de fumo em Arroio do Tigre, idêntico as afirmações de pesquisa em Jaguari/RS em Redin et al., (2010). Segundo Paulilo (1990) quando discorremos na relevância que o agricultor fornece ao rendimento do fumo estamos falando menos no valor pago por quilo, que no fato do preço a ser tabelado e também de seu valor nunca ser inferior e nem mesmo igual ao da última safra. Substanciam essa análise, seus entrevistados que argumentaram o fato de existir um preço mínimo para cada produto, estabelecido pelo governo, não significa nenhuma garantia, pois, para eles, vender por esse preço é ter prejuízo. Assim, os fumicultores atribuem ao governo, em relação às maiores facilidades de produzir fumo do que alimentos, o mesmo interesse que leva a se dedicar a essa cultura: o maior rendimento. E para o governo a grande arrecadação de

impostos em cima do produto. Fato muito parecido em Arroio do Tigre, sendo passível de ampla generalização, mesmo após 20 anos da realização de sua pesquisa.

O fator renda é o principal elemento a ser considerado na tomada de decisão para o agricultor convergir para o sistema de produção fumo. Outros fatores, segundo concepções dos agricultores, são relevantes no sentido de dar uma sustentação para a atividade, como a garantia de mercado e assistência técnica. Quando questionamos o Senhor Harley, ele pondera da seguinte maneira:

O primeiro é a maior rentabilidade que ele dá por hectare. Depois ele tem o seguro que se você perder ele [fumo], você não tem perda total. Também ele aguenta mais na roça, ele é mais resistente a seca, se chove muito depois ele aguenta. O feijão se negou uma chuva na hora que vai florir não dá mais nada, o milho é a mesma coisa. E o fumo ele já inteira. Às vezes, o fumo está bem amarelo e vem uma chuva boa, ele se desenvolve. Não é que nem as outras plantas.

Dois novos elementos surgem: 1) o seguro agrícola e a 2) rusticidade da cultura do fumo. O seguro agrícola para a cultura torna-se um diferencial pela abrangência e minimização dos riscos econômicos provenientes de instabilidades climáticas durante o desenvolvimento da safra. A família agricultora tem a opção de assinar ou não o contrato para assegurar sua lavoura de fumo, sendo realizado de acordo com a quantidade de pés plantados. Em uma eventual instabilidade, se o tabaco for atingido por granizo, a Afubra, através dos técnicos responsáveis, realizará um levantamento das folhas que foram danificadas pela intempérie fornecendo uma avaliação final, sujeita a ser aceita ou não pelo agricultor. Geralmente a avaliação é aceita para evitar conflitos ou maiores perdas na cultura pela necessidade de esperar outro técnico avaliar a lavoura, que em últimos casos, não terá resultados muito significativos ou favoráveis ao agricultor. Após a avaliação da Afubra, o agricultor pode colher sua produção e se caso achar conveniente ainda recuperar um pouco do produto cultivado. Em alguns casos, os agricultores que não asseguram toda a lavoura de fumo (ou após assinado o contrato decidem por plantar uma quantidade maior), têm a avaliação realizada em toda a área (a parte assegurada e a não assegurada) e depois é efetivado um desconto sobre o percentual da produção que não entrou no contrato. Normalmente, a adoção pelo seguro agrícola é realizada pela maioria dos agricultores para evitarem eventuais endividamentos de uma safra frustrada em detrimento do fator clima ter

prejudicado sua produção. O Senhor Henrique, agricultor de fumo, faz questão de nos pontuar como acontece o seguro mútuo da Afubra:

O seguro é na Afubra, isso não tem nada a ver com as empresas. O instrutor de fumo faz o seguro, mas é caso separado. Até o pagamento do seguro. Ele tem um custo diferenciado do fumo. Ano passado nos pagamos o valor de R\$ 120,00 a arroba de BO1 para a Afubra e nós se fossemos receber seria só R\$ 114,00, o preço da arroba de BO1. Sempre era igual esse valor, ano passado que mudou, não sei se eles tiveram uma previsão de dar muito granizo. A Afubra teve um lucro muito grande ano passado com isso aí, porque as propriedades foram menos atingidas do que os que pagaram o seguro. Ano passado nessa época de dezembro nós já sabíamos quanto iríamos pagar de seguro e quanto iríamos receber. Esse ano não saiu nada porque tem uma previsão de muita tempestade, até já deu algumas. Então ainda não sabemos se vai ser o mesmo preço ou não.

Observamos que a associação, na eminência de possíveis prejuízos com o seguro agrícola estabelece diferentes valores para o quitamento do mesmo. No local estudado, ao contrário dos programas como o Proagro ou Pronaf dificilmente o seguro agrícola pode ser considerado um estímulo ao empréstimo como apontamos anteriormente. Entre os agricultores existem críticas e vantagens ao sistema de seguro. As críticas, geralmente, estão voltadas aos valores pagos pelo contrato do seguro, os descontos rigorosos na avaliação das lavouras pelos técnicos, a margem de lucro da Afubra e também por não cobrir todos os tipos de riscos eminentes na atividade agrícola que acarretam na perda de qualidade do produto. No entanto, surgem algumas vantagens, como muito bem destaca Senhor Willian:

Tem o seguro, se caso fosse que desse um granizo de 100% tu paga as despesas e vai sobrar uma quantia para passar o ano. Dois anos atrás o meu irmão teve um prejuízo de 100%, só que daí ele trabalhou ele arrumou uns brotes, colhemos a sobra que quebrou. Fez 300 arrobas de fumo ainda. Depois que deu granizo o pé de fumo ainda tinha toda a força e estourou um brote, deu um brote bonito, despontou e colocou veneno e deu fumo ainda. Uma lavoura ele cortou parelho, porque não estava despontado ainda. Roçou daí saiu o brote e deu um pé de fumo normal. Fez oito arrobas por mil ainda.

Nas palavras do agricultor, o seguro da Afubra corrobora como uma vantagem secundária muito valorizada pelos agricultores de fumo diante dos problemas da agricultura. Com base na sua contribuição, percebemos implicitamente a segurança na atividade (elemento não econômico) através do benefício que esse proporciona em casos de instabilidade. Constatação idêntica sobre o seguro agrícola da Afubra fez Paulilo (1990)

quando estuda os fumicultores integrados do Sul de Santa Catarina e adiciona que outra vantagem da fumicultura, além do seguro, é que as instalações usadas servem para outras atividades, como o paiol (anexo a estufa) que é utilizado para armazenar produtos agrícolas, embora não seja aconselhável, servindo também como depósito de insumos, agrotóxicos e pequenos equipamentos no momento da entressafra. Em Arroio do Tigre, os agricultores estavam adaptando secadores móveis, instalados dentro dos fornos de estufa, com a finalidade de secar produtos, com certo grau de umidade, como o milho e o feijão, seja para consumo na propriedade, seja para comercialização. Senhor Willian destaca o benefício do secador: “Na época que nós colhemos o milho não valia nada. Secamos e guardamos em caixa. Nós temos um secador em casa, custou R\$ 6.000,00. Ele é adaptado a estufa. Quando tem fumo pode desinstalar ele”.

No quesito rusticidade, o fumo é uma cultura menos vulnerável às inconstâncias do clima comparado a outros produtos agrícolas. O feijão, por exemplo, é uma cultura que necessita rigorosamente em momentos de seu desenvolvimento de determinado índice de precipitação. A sua ausência na floração acaba comprometendo todo o ciclo produtivo e o resultado final do produto, portanto, uma cultura vulnerável e dependente de um comportamento normal da natureza. A planta de tabaco é mais tolerante, talvez, em parte, resultado de muitas pesquisas realizadas com a finalidade de melhoramento e adaptação da planta a certas regiões¹⁰⁸. Normalmente, são selecionados produtores de fumo que possuem características que dificultam a produção com certa qualidade para realizar experimentos em suas lavouras. Em Arroio do Tigre, as pesquisas estão acontecendo, principalmente, na tentativa de conseguir uma planta que suporte a “murcha” durante o ciclo produtivo, derivado de áreas infectadas, geralmente, por anos de cultivo no mesmo local. O agricultor cede parte de sua área que tem dificuldades com a cultura e a pesquisa é realizada, recebendo acompanhamento técnico periodicamente com todas as indicações de como deve proceder, como realizar os preparos, o momento de inserir os agrotóxicos, os insumos e outras técnicas, sendo que o custo desses produtos é pago pela empresa que faz a pesquisa. O produto final, depois de avaliado a eficácia ou não do experimento, é do agricultor podendo comercializá-lo, normalmente. São poucas as propriedades escolhidas e muito ocasionalmente, pois dadas as mesmas condições, geralmente são realizadas em estações experimentais da própria empresa de tabaco.

¹⁰⁸ A empresa ProfiGen Brasil é especializada na pesquisa sementes de fumo tipo Burley e Virgínia, principalmente. Instalada na Região de Santa Cruz do Sul tendo sede nos Estados Unidos.

Voltando ao quesito fator renda, a cultura do fumo em áreas com relevo acidentado tem a capacidade de gerar uma renda elevada que, talvez, pode até influenciar na permanência da família no meio rural. A comparação que o Senhor Willian faz é a seguinte:

Hoje se você analisar um salário de um colono que planta fumo. Ano passado eu e a mulher plantamos 30 mil pés de fumo. Nós tivemos 7 mil de despesas, mais a uréia, e a lenha eu tenho o eucalipto, mas no final deu R\$ 42.000,00 então vamos dizer que sobrou R\$ 35.000,00. São quase R\$ 3.000,00 por mês. Daí você vai trabalhar na cidade para ganhar R\$ 1.000,00 é difícil.

O depoimento do agricultor evidencia, claramente, o custo de oportunidade do trabalho mostrando a elevada renda que o tabaco proporciona (mesmo desconsiderando as despesas de uréia, a lenha e a mão de obra) fazendo uma comparação entre o ingresso de renda na atividade e uma possibilidade de trabalhar no ramo empregatício de uma cidade pequena. Para essa análise ainda o agricultor deixou de considerar que, em certa medida, os gastos com alimentação no centro urbano seriam consideravelmente maiores, uma vez que necessitam adquiri-los. Por outro lado, Senhor Edson, agricultor de Linha Paleta, menciona três fatores importantes que o motivam a cultivar fumo, deixando a renda implícita na sua análise:

O primeiro motivo é assistência técnica e garantia de compra do produto. Então, entrega todos os insumos, tem assistência técnica, busca o fumo na propriedade... Segundo motivo: porque é pequena área, porque com pequena área você pode fazer um bom dinheiro quando o clima favorece. Terceiro: tem a safra de milho depois para encher o paiol, para tratar os animais, depois que você tirar o Burley você coloca o milho e não gasta tanto porque os insumos estão na terra e você faz uma boa produtividade de milho, há não ser que vier uma geada muito cedo, mas senão é uma safra boa de milho que tenho depois para a propriedade, portanto, faço duas safras na mesma área. Essas são as três principais do Burley porque fumo de estufa você, talvez, já não consegue plantar o milho, já fica mais tarde, então é mais complicado.

Surge no depoimento à assistência técnica como fator preponderante para o ingresso ou continuidade na estratégia de reprodução principal. Talvez, a assistência técnica personalizada trata de inserir a cadeia produtiva em vantagem relacionando com outras atividades agrícolas potenciais na região. A presença dos orientadores técnicos fornece elementos importantes e, talvez, persuasivos para a tomada de decisão do agricultor. É o elo

mais próximo que intermedia a relação entre a indústria e o produtor, sendo responsáveis por repassar informações e o acompanhamento durante todo o ciclo produtivo do tabaco (desde o início até o final da safra). Geralmente, os agricultores recebem uma visita mensal do técnico, mas quando solicitado apresentam-se em maior número de vezes na propriedade. Na maioria das vezes, as orientações são no sentido de proporcionar quantidade e qualidade do produto, diante dos requisitos que a empresa necessita perante o contrato que já estabeleceu com o comércio exterior, principalmente. Geralmente os agricultores já sabem como proceder na atividade por sua experiência anterior como filho de agricultor ou por já ter trabalhado na cultura. No depoimento do orientador técnico de uma empresa fumageira da região explica:

Não é que a gente vai ensinar a produzir, mas a gente chega à propriedade e falamos o que sabemos de novo. Por exemplo: a empresa repassou para nós que vamos querer fumo maduro esse ano, e nós repassamos a informação. No entanto, eles podem te perguntar o que é fumo maduro? Daí nós explicamos que é o fumo que dá isso, dá aquilo. Fornecemos algumas indicações, o fumo maduro é quando está passando na lavoura e percebe que ele está enferrujado.

O relacionamento entre o técnico e o agricultor pode ser decisivo no momento da renovação do contrato, pois o compromisso entre as empresas e os fumicultores vigora, apenas, por uma safra agrícola. A existência de conflitos, altas divergências, desconfiança, aliado a uma compra mais rigorosa provoca o rompimento da relação do agricultor com a indústria. Grosso modo, os agricultores procuram ou são procurados por outros orientadores técnicos vinculados a outras empresas com a finalidade de estabelecer uma relação pautada na cooperação de ambas as partes. Existem fumicultores que estão integrados em mais de uma agroindústria, portanto, o surgimento de eventuais problemas com algum orientador, sustenta uma possível relação mais fidedigna com outro. Talvez, no futuro pode optar por continuar o contrato, somente, com aquele em que a relação seja pautada em maior grau de confiança e honestidade. Quem sabe, a colocação de Granovetter (2007, p. 12), nesse caso, pode complementar: “A preferência dominante em fazer transações com indivíduos de reputação conhecida implica que poucos estão realmente dispostos a confiar na moralidade generalizada ou nos dispositivos institucionais para evitar problemas”.

As empresas se esforçam em contratar instrutores do local (geralmente com título de técnico agrícola), porque já possuem conhecimento do comportamento, reduzindo o grau de oportunismo dos agricultores e estabelecendo laços de confiança por ser de família conhecida

da região. Em alguns casos, talvez, essa estratégia não se torna possível devido a redução de custos, a inexistência de orientador com experiência, ou outro que conduz a decisão da empresa. Verificamos, nesse momento, o elemento confiança avaliado como um fator não-econômico que influencia tanto os agricultores no momento da decisão (na escolha da estratégia ou na sua continuidade) quanto instrutores na escolha das famílias agricultoras para integração. A relação entre o orientador e produtor é vista como importante na visão do primeiro: “A nossa atuação ajuda, pois, às vezes, os agricultores têm uma dúvida ligada para o cara para saber se pode fazer ou não. Qualquer dúvida que eles têm a gente supre ela ou vai até a propriedade analisar como está”.

As relações conflituosas (produtor/técnico) emergem, principalmente, quando o ano agrícola foi instável por causa das intempéries climáticas resultando em menor qualidade do produto. Geralmente, agricultores que privilegiam e conseguem atingir determinado padrão de qualidade sempre terá uma boa remuneração. Portanto, nesse caso, a relação entre os dois são mais amenas e cooperativas, pois ambos saem satisfeitos com o resultado que adquiriram durante o ano agrícola. O agricultor porque teve uma boa renda e o instrutor porque conseguiu entregar um produto de qualidade e mantém o contrato no ano seguinte com o agricultor, facilitando para alcançar a estimativa que a empresa lhe cobra durante o ano. A assistência técnica privada, na figura do orientador de fumo, precisa cumprir algumas metas individuais estabelecidas pela empresa, como atingir: a) determinado número de hectares de fumo plantados; b) volume de fumo entregue; e c) débito ativo cobrado¹⁰⁹. Na opinião do técnico sobre as metas estipuladas se configura da seguinte maneira:

Toda meta é complicada, mas depende muito da pessoa. Nos três anos que eu estou, nenhum ano deu para fechar a meta, por causa de três anos ruins que tivemos. Ano passado, principalmente. Para nós a empresa complica, mas eles sabem o que nós estamos passando. O problema é o seguinte: São 12 orientadores, por exemplo, se acontece em 10 a mesma situação não é problema. O problema é se dá sempre só em 2 ou em 1 e os outros todos fecham a meta, daí complica. Aí é o técnico que está errado. Nesse ano aí de 12 orientadores, deu 11 que não fecharam a meta.

¹⁰⁹ Grosso modo, o débito ativo que a empresa tolera de endividamento com os agricultores é 0,03 centavos por Kg de tabaco entregue, podendo chegar até 0,05 centavos. Por exemplo, se os produtores de tabaco de determinado orientador técnico entregarem 300 toneladas de fumo, tomando como orientação - 0,03 centavos-, o máximo tolerável de dívida ativa pode ser até R\$ 9.000,00. Esse cálculo varia de acordo com cada empresa fumageira, não sendo padrão, portanto, não generalizável.

As palavras do instrutor de fumo transmitem a concepção de que as metas são importantes, mas não afetam diretamente sua estabilidade perante a empresa que mantém vínculo empregatício. Nosso questionamento objetivou compreender se as metas muito desafiadoras não implicavam na sua atenção personalizada ao agricultor. De certa forma, a preocupação com a técnica de produção é suprimida, através de dias de campo, palestras de entrega de etiquetas ou ainda, e mais presente, no instante da visita a propriedade e em contato via telefone. Os agricultores, geralmente, dominam as técnicas do sistema de produção, exceto, uma nova tecnologia posta recentemente para uso dos fumicultores. Nas palavras do orientador de fumo, eles auxiliam nos possíveis problemas do cultivo através da seguinte forma:

Quando tem problemas técnicos no canteiro do fumo é muito complicado. Tem um manualzinho de instrução para tratamento, dosagem de adubo para colocar no canteiro, isso e aquilo. Como na lavoura na hora de transplantar tem que dosar, passar o Boral e o Gamit, essas coisas aí. Tudo é repassado através de panfletos, através da fala. Alguns pedem um planfletinho desses daqui para eu escrever atrás a dosagem certa. Aí ligam para nós de manhã cedo, dizendo que a muda de fumo está intoxicada, tem problema, vem dar uma olhada. Daí você vai lá, dá uma olhada na muda e faz o diagnóstico e tenta ver o que ele pode fazer para melhorar. Às vezes, tira da água ou faz outro tratamento para curar aquele. Às vezes, não é uma intoxicação, mas uma doença. Então teria que usar o Rovral ou outro. Tira da água uns dois ou três dias porque vai enxugar aquele limo e volta a normalizar.

As funções da orientação técnica para o cultivo de fumo orientam-se desde a produção de mudas, no andamento da lavoura, produção, na infraestrutura e na comercialização. Sendo do alcance do técnico, geralmente, ele pode até intermediar a negociação de compra e venda de mudas com outro produtor, caso o primeiro não teve êxito na produção. Ou ainda até estabelecer um contato entre agricultores que pretendem transacionar, por exemplo, na compra e venda de um trator. A atuação do técnico em outras funções que não estejam relacionadas diretamente a técnica do cultivo depende de sua boa vontade e tipo de relacionamento que se quer estabelecer. Também pode auxiliar em orientações sobre construções de galpões e estufas. O assistente técnico nos expõe de forma a complementar:

Auxiliamos no canteiro e lavoura. Na verdade é assim: se o agricultor quer saber lá na casa dele como se constrói um galpão, ele tendo financiado, eu passo os números para ele. Não vou dizer como ele tem que fazer, isso é com ele. Mas se ele quiser os dados, por exemplo: eu financio uma estufa para o agricultor e ele pode me ligar

para saber como vai fazer a estufa. Daí eu vou dizer que tem que fazer ela 4x5m ou 5x7 que é o padrão que vem para o financiamento. Depois ele precisa de uma ajuda porque os canos não estão funcionando, qualquer coisa o agricultor liga para nós. Então tem os livros de canos, no possível a gente ajuda.

Reportando, a garantia de preço, comercialização e mercado constante são componentes consideráveis na percepção dos agricultores. Perguntado ao Senhor Willian os motivos pelo qual planta fumo, afirma: “A renda. Você tem uma cultura que é garantida que vai vender, tem preço mínimo, tem garantia de compra. Tem uma garantia de lucro, também. Não adianta: se você plantar caprichado o fumo dá lucro”. Percebemos nas falas dos agricultores que a palavra garantia, está envolvida tanto na produção como na comercialização do fumo. Por um lado, o sistema de integração proporciona a facilidade do agricultor se preocupar apenas com o produzir, constatação que, ao mesmo tempo em que subjuga o agricultor a uma relativa dependência com a indústria, também lhe proporciona tranquilidade, segurança e certeza de que no momento da venda existirá mercado e com preço considerado razoável a sua reprodução no sistema. A comodidade e as vantagens concernentes a essa atividade evoca para um discurso dos agricultores que transpõe ao Estado a responsabilidade de proporcionar os mesmos benefícios para a produção de alimentos, como o feijão, milho, soja, trigo e outros correlatos.

Nessa perspectiva, os atores rurais entendem que dada a necessidade da redução do consumo do tabaco e o incentivo a diversificação nas propriedades, os agricultores encarregam o Estado a trabalhar no sentido de promover mecanismos parecidos ou idênticos ao sistema de integração do tabaco. Observamos, ao cogitar sobre os projetos de diversificação do governo federal, que os produtores não repudiam a ideia, ao contrário, apóiam-na, mas salientam que é inviável uma unidade de produção basear-se unicamente pelas atividades propostas até então, caso uma possível substituição do tabaco, pelos vários problemas já citados, bem como a inexistência de uma estrutura de apoio, sendo assim, aparato muito distante do sistema do tabaco em que se encontram atualmente. Portanto, na ausência do Estado o sistema de integração do fumo tem suprido as necessidades dos agricultores se protegerem ou minimizarem os riscos, garantindo a compra e certo preço mínimo.

Na opinião dos agricultores, os programas e políticas para a produção de alimentos não são suficientes para garantir que a pequena propriedade consiga reproduzir a família, convergindo para um retorno gradual ao esforço abdicado nas atividades. Quando não é o alto

custo de produção, é o preço baixo de comercialização e a falta de um preço mínimo que, ao menos, cubra os custos na atividade. Quando indicam usar outra tática que não envolva as normais estratégias de reprodução complementares são afetados pelas altas taxas de legalização e impostos, como salienta o chefe de família, Senhor Cleber: “Nós temos umas parreiras. Para legalizar a produção de vinho você tem que estar dentro dos padrões (...). Para vender um litro de vinho, vai pagar 40% de ICM. Se vender um litro de vinho por R\$ 10,00 ninguém vai querer comprar. Desses tenho que dar R\$ 4,00 para o governo. Não tem como suportar isso. Então a cada R\$ 100,00 eu pago R\$ 40,00”.

Os agricultores familiares, segundo Prieb (2005), anseiam pelo aumento de renda familiar e procuram estratégias para sua reprodução. No entanto, sua manutenção depende de seu aproveitamento das possibilidades do mercado, e de sua rápida orientação para as atividades maiores geradoras de renda. Entretanto, isso pode ser uma relevante carência no rural, pois os incentivos estatais para o desenvolvimento de atividades no meio rural, além de escassos, apenas privilegiam atividades agrícolas que sempre se esforçou para desenvolver a produção e a produtividade, deixando de lado as novas oportunidades de rendas criadas, oriundas do próprio estágio de desenvolvimento capitalista alcançando também nas zonas rurais, poderiam assegurar novas perspectivas no meio rural. As determinantes econômicas mais gerais, podem incidir positivamente (períodos de grande demanda por fumo), e negativamente (queda da demanda) sobre a agricultura familiar. A permanência de produtores familiares depende do alcance de políticas públicas, sendo que essas não estão sujeitas a boa vontade dos governantes, mas do poder de barganha que reflete essencialmente a capacidade organizativa das famílias de interlocução junto ao poder público.

Os fatores fora da porteira como político-institucional, clima, oferta e demanda provoca instabilidades, aumentando o risco dos produtos do mercado agropecuário. Talvez, por isso, que o governo dos Estados Unidos e da Europa tem uma história de intervenções significativas que sustentam a reprodução e a continuidade da agricultura. A intervenção estatal brasileira parece ficar muito aquém, acarretando certo desconforto aos agricultores em usar estratégias de reprodução complementares (no caso de Arroio do Tigre) como possíveis atividades principais. Buainain et al., (2009) afirma que vários estudos já apontaram as dificuldades de funcionamento da Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal e sua incapacidade de atender milhões de agricultores familiares. No entanto, o sistema de integração tem sido capaz de cumprir os dois propósitos de uma política de garantia tanto de compra de produto quanto de preço mínimo. A garantia de compra está notificada nos contratos e de fato tem sido um acordo cumprido pelas empresas fumageiras. O

preço mínimo seria expresso pela tabela anualmente negociada entre a empresa e representantes dos produtores. Apesar de nem sempre estabelecer um acordo em torno de valores, os dados ratificam que a evolução dos preços definidos nas tabelas conforma um padrão melhor do que os preços mínimos de garantia definidos pela PGPM para a maioria dos produtos.

É consenso entre os agricultores e técnicos (públicos e privados) que a atividade proporciona alto retorno financeiro influenciando decisivamente na tomada de decisão. Ao optar por essa forma, as famílias agricultoras estão assinando um contrato em que será incorporado a assistência técnica, seguro, crédito e todas as benesses anteriormente citadas. Mesmo que os representantes e os agricultores sempre estão lutando por um aumento na tabela de preços e, muitas vezes, acusam as empresas de remunerar mal o fumo, acreditam não existir outro tipo de produto em que proporciona discutir e negociá-lo no momento da venda, pois geralmente o preço é fixo e não permite flexibilidade como, por exemplo, em cooperativas de grãos e empresas do ramo agrícola que recebem a produção. No caso do fumo, o agricultor pode, grosso modo, negociar o valor do produto na classificação tendo a liberdade de não vender naquele momento sua produção, esperando uma melhora da empresa ou, talvez, optando por vender a concorrente buscando uma melhor remuneração pelo seu tabaco, desde que cumpra com as dívidas na agroindústria que firmou o contrato.

Senhor Evaldo, agricultor em Linha Taquaral, aponta mais um fator importante do sucesso do sistema de integração no desenvolvimento econômico do município:

Aí o que ele [agricultor] tem garantido, com seguro, com assistência técnica e com mercado consolidado. E a prefeitura também porque ninguém carrega um fardo de fumo sem nota fiscal. As empresas não deixam entrar sem nota fiscal. Então o ICM é certo. Até mesmo o intermediário que compra do produtor e paga a dinheiro, não desconta Funrural e nada, mas quando vai vender ele não vai conseguir vender sem nota. O intermediário que compra em grande quantia ele tem que ser registrado como uma pequena firma, então dali para diante ele só vai mediante nota. Tem um intermediário ali, que ele compra o fumo do colono, às vezes, ele nem exige nota, mas para ele carregar e entregar para a indústria onde ele vende precisa ser mediante nota. Então é uma coisa limpa.

O setor de tributação e imposto do tabaco é alto, portanto, também traz retornos para os investimentos públicos no município. Enquanto, o feijão pode ser usado para o autoconsumo ou vendido no mercado informal, sem tributação sobre o produto comercializado, o tabaco necessariamente deve vir acompanhado de nota fiscal, ao contrário

as empresas não o aceitam na agroindústria. Vejamos com mais vagar tal situação, pois tendo a centralidade de sua lógica capitalista, o tabaco proporciona importante retorno tanto para os agricultores como para os cofres públicos. Nessa seara, comumente vamos encontrar agentes públicos, principalmente de municípios geridos pela economia primária, o discurso da defesa da fumicultura devido às receitas e a circulação de capital local. Frequentemente, em anos instáveis para a agricultura, o comércio urbano local, sente-se prejudicado pelas reduções nas vendas comparadas ao ano anterior.

Conversamos informalmente em Arroio do Tigre com empresários do ramo atacadista, comerciários, donos de pecuárias, cooperativas e outras empresas. Ao questioná-los sobre o comportamento das vendas de produtos e serviços, em certa medida, muitos elencaram as dificuldades da agricultura como empecilho, e, às vezes, acarretam a redução das receitas comparadas há anos anteriores. Uma boa expectativa de safra no rural influencia na dinâmica e nos investimentos realizados no meio urbano. Assim, tais relações são inevitáveis, inserindo o município como dependente das flutuações de preços no mercado agropecuário, bem como no sucesso dos agricultores no andamento da safra e comercialização do tabaco. A orientação, de municípios tipicamente agrícolas, é coerente com a lógica de que a agricultura serve como impulsionador dos negócios existentes no local.

Diante dessas circunstâncias convém lembrar que os agricultores estabelecem dois tipos de discursos coerentes e contraditórios, ao mesmo tempo: a) o primeiro voltado para a alta renda proporcionada pelo tabaco e os acréscimos do sistema de integração e, b) outro se posicionando contra a exploração das empresas fumageiras, o enriquecimento com o suor de seu trabalho, o rigor imposto na produção e classificação e a suposta fragilidade perante as indústrias. Fica-se evidente, nessa prospecção que o agricultor dá importância para a cultura, pois o ingresso de capital na propriedade é consideravelmente maior que outras estratégias produtivas. Também reconhecem que a cultura exige um contato direto com agrotóxicos, necessitando de extenuante trabalho, principalmente, no momento da colheita e pode prejudicar a saúde.

Lembro que em pesquisa anterior, na localidade de Linha Paleta, onde entrevistamos um fumicultor e questionamos se ele tinha consciência de que no futuro poderá ter problemas de saúde, devido ao uso de agrotóxicos, rapidamente nos respondeu: “Eu já tenho problemas de saúde por causa disso, mas o fumo é o único produto que nos possibilita permanecer no meio rural¹¹⁰”. Na mesma pesquisa questionamos a utilização dos Equipamentos de Proteção

¹¹⁰ Infelizmente, esse agricultor não está mais presente entre nós. No entanto, a propriedade ainda é movida a base da fumicultura sob a orientação do genro e de sua filha.

Individuais (EPIs) e tivemos o seguinte resultado: 59% - sim, utilizo em parte; 35% - sim, utilizo todos e 6% afirmaram que não os utilizam. Geralmente o EPI é vinculado, somente a aplicação de agrotóxicos, sendo desconsiderado no momento da colheita. O motivo disso foi bem explicado por Paulilo (1990), onde participou em sua pesquisa da colheita do tabaco. A autora acreditava que o não uso fosse por desconhecimento das possíveis consequências, ou a falta de dinheiro para comprar as máscaras e roupas protetoras ou, ainda, uma supervalorização da resistência do próprio corpo. Todas as hipóteses elencadas pela autora ficaram em segundo plano, sendo que o motivo principal é que o trabalho com o fumo é realizado no período mais quente do ano, sendo muito intenso, não permitindo que se pare nem mesmo nas horas de sol mais quente. Assim, concluiu a autora, já era um grande esforço aguentar a alta temperatura com roupas leves. Quase impossível suportá-la com roupas que cobrissem todo o corpo e máscara no rosto. A experiência como filho de agricultor posso reafirmar que a constatação da autora está correta. Ademais, no momento de nossa investigação descobrimos na fala do Senhor Edemar, agricultor experiente no tabaco, que os insumos são inovações tecnológicas recentes:

Antigamente se plantava o fumo sem veneno sem nada. É tal de uréia, salitre, essas coisas não fazem muito anos que existe. Não se existia isso, não se colocava no fumo. Se plantava com um pouco de adubo lá e nem despontava e nem nada. Daí teria que ficar tirando os brotes depois do desponete. Não tinha esses venenos para colocar no fumo.

O depoimento do agricultor predica que no passado, os agrotóxicos e os insumos não faziam parte da produção do tabaco. Talvez, podemos inferir que o melhoramento da cultura aliado a industrialização agrícola norteou a inserção desses no processo produtivo. Sem contar, que a presença do agrotóxico provocou implicações negativas a uma cultura que já não tem muitos benefícios em termos de saúde. Em pesquisa anterior, perguntamos como os agricultores consideravam os agrotóxicos na cultura do fumo e alcançamos 71% como “algo necessário” e 29% como “uma obrigação”. A circularidade discursiva aponta para que as tecnologias pesquisadas no setor fumageiro visam reduzir custos, aumentar produtividade e minimizar os impactos no ambiente, sempre prospectando aumentar a qualidade do produto final. O sistema de integração, para Buainain et al., (2009), serve como condutor da difusão de tecnologias ou métodos de produção de forma rápida, já que as empresas fumageiras exigem a adoção de inovações usando os orientadores como extensionistas rurais. Os analistas

elencam, nos últimos anos, algumas inovações introduzidas na produção de fumo, tais como: adubação verde, cultivo mínimo, plantio direto, leito de substrato e o sistema *float*.

Como já afirmamos as estratégias de reprodução complementares e básicas sempre estão presentes, mas nunca como preponderantes para a manutenção e vigoração das unidades de produção. Talvez, o fumo proporcione expectativas de conseguir acessar determinados bens e serviços que, usando outra estratégia, em certa medida, seria mais complicado. Geralmente, as primeiras necessidades dos agricultores referem-se a incrementação da estrutura da propriedade como construção de instalações, aquisição de máquinas e implementos agrícolas (quando conveniente), posteriormente, fornecem valor a compra de um veículo (carro ou camionete), moradia com a construção ou reforma da casa, compra de eletrodomésticos, televisões, computadores, celulares, aquisição dos serviços de internet (quando possível), assinaturas de TV a cabo, entre outras. Com o fumo, mesmo não tendo um ingresso mensal de renda, proporciona no montante final a possibilidade de aquisição desses. Senhor Willian exemplifica:

É muito mais positivo, vamos dizer que você quer construir a casa como o vizinho ali. Se você trabalhar com outras culturas, para fazer uma casa de R\$ 60.000,00 quantos anos você vai ter que trabalhar? E em uma pequena área você nunca vai conseguir fazer a casa. E com o fumo em dois anos ele tem dinheiro para pagar a casa. Se você quiser comprar um carro. Se vender milho ou feijão essas coisas. Você não vence comprar um carro nunca. E se você faz uma safra de fumo pode comprar a cada ano. O fumo te dá a possibilidade de uma renda alta em pouca terra. Claro que cada caso é um caso, não adianta dizer o que eu produzo com o que os outros fazem. Cada caso é um caso, tem anos que você vai bem, tem anos que não, tudo depende do tempo [clima] também.

A afirmação “Não plantamos fumo porque gostamos” pode estar vinculada a forma de produção de mercadoria que proporcione um valor de troca. Paulilo (1990) pondera que nem a satisfação de estar produzindo algum produto útil lhe é permitida enquanto produtor. Em nossa opinião, talvez, é por esses motivos que os agricultores cobram a atuação mais enfática e eficaz do Estado no sentido de um dia ter a capacidade de se reproduzir de outra estratégia, igualmente, rentável.

Voltando aos fatores que auxiliam na tomada de decisão do agricultor, o sistema de produção intensivo possibilita aquelas propriedades com pouca área e descontínuas terem uma escala de produção que atinja o mercado e um alto retorno financeiro em comparação, por exemplo, ao uso das estratégias de reprodução complementares. Senhor Harley explica como

as atividades agrícolas estão dispostas na sua propriedade: “... nós temos oito hectares, oito e meio hectares, plantamos 40 mil pés de fumo em quase três hectares. Nos outros cinco temos mata nativa, tem milho, feijão, pasto, mandioca, pastagem para o gado e outras coisas de comer”. A produção de fumo, segundo Basso (2004), pode ser atraente para estes agricultores com baixos níveis de capitalização por proporcionar uma boa margem de contribuição por superfície explorada, depender de investimentos não muito significativos (um galpão de madeira para a cura do produto, geralmente construído a partir da utilização de material existente na propriedade) e o agricultor não precisa de capital de giro para o custeio da atividade, pois este é oferecido pela empresa e descontado só no momento da venda do produto. Ainda pode demandar grande quantidade de trabalho, o que pode ser um limitante interno para algumas propriedades, o acesso a esta atividade depende das condições impostas pela empresa fumageira, condições estas muito atreladas às conjunturas, ora favoráveis ora desfavoráveis, do mercado para esta solanácea. Dependendo destas conjunturas as indústrias empregam uma política de expansão ou de exclusão do número de produtores.

Outro elemento que corrobora com a produção intensiva é a possibilidade de duas culturas. Característico de agricultores que optam pela presença do fumo Burley¹¹¹ na unidade de produção, onde a colheita em dezembro ou janeiro possibilita o plantio de milho ou feijão safrinha no mesmo período agrícola. Aproveitam-se os insumos inseridos na cultura do fumo, amenizando gastos elevados com a área plantada, podendo ser semeadas de forma artesanal ou com o auxílio de máquinas agrícolas (contratadas ou próprias), dependendo da ocasião. Portanto, a mesma área proporciona duas estratégias produtivas, tendo a opção por comercializá-los ou manter para o consumo da propriedade.

O sistema de integração aparece muito no depoimento dos agricultores, principalmente, quando elenca os fatores positivos da cultura, como afirma Senhor Edson (52 anos):

Fumo é a renda principal por causa da garantia de preço, assistência técnica na propriedade, estão sempre incentivando e dando assistência técnica e garantia de compra. Então eles garantem tudo, se dá lucro ou não dá não sei. O tempo [clima] que vai fazer depois. Eles exigem tudo a técnica e compra; daí o tempo [clima] que faz, se dá fumo bom ou fumo ruim. E aí dá o que dá no final. Se dá um ano bom, está pintando um ano bom esse ano, provavelmente vai dar lucro. É só colher bem maduro que tem tudo para dar certo. Eu planto fumo como a renda principal e depois o milho para manter os animais.

¹¹¹ Caso o fumo tipo Virginia foi colhido nesse período também pode ser usada essa estratégia.

Inicialmente notamos no discurso do agricultor que a produção de fumo é sustentada pela atuação efetiva da agroindústria fumageira, porém a garantia de um resultado positivo dependerá do fator externo clima. Implicitamente, o fator risco está sempre presente quando se trata das atividades agrícolas, às vezes, em maior ou menor grau. As famílias agricultoras podem dominar todas as técnicas, serem precisas em todos os momentos, inserir todos os nutrientes, usar de todas as tecnologias possíveis, projetarem os melhores períodos para colheita, estocar em seus melhores armazéns, entretanto, até que a safra não esteja vendida ela é passível de riscos e acarretar em enormes perdas para os agricultores.



Fig.15 – Soja e Fumo tipo Burley (área que será cultivado milho após a colheita do fumo) em Linha Paleta.
Fonte: Trabalho a campo, Dezembro de 2010.

Entre as estratégias de reprodução, quando se trata de um trabalho manual, o fumo também acrescenta vantagens pela possibilidade de trabalhar na sombra nos momentos mais quentes do dia. Enquanto, por exemplo, nas culturas do feijão ou do milho não existe essa oportunidade, quando não se mecaniza as lavouras. No entanto, sempre aliado aos modos de

trabalho está embutida na análise os custos de produção, como salienta o depoimento do Senhor Éderson:

A vantagem do fumo é que, sabendo que ele é mais tóxico e tudo, só que na época que está muito quente como essa semana passada, você colhe o fumo de manhã e coloca no galpão. Quando está muito quente você está trabalhando debaixo do galpão. Você aproveita o tempo quente trabalhando na sombra, erguendo, pendurando o fumo. Em outra cultura você já não pode fazer isso. Quando é quente não dá para ir na roça. Então aí está a diferença. Também o preço de uma arroba de fumo você ganha R\$ 70,00 ou R\$ 80,00 na média. O resto, nos últimos três anos está com o preço bastante baixo pelo preço dos insumos, por exemplo, o feijão, milho e essas coisas. Nos últimos anos o preço dos insumos baixou bastante, mas ainda está caro, o que você faz com um saco de uréia que está com R\$ 45,00, ou seja, dois sacos é R\$ 90,00. E o que você faz com dois sacos? Precisa gastar 50 sacos numa safra ou 100 sacos. E aí o dinheiro? Então aumenta muito o custo de produção. E o fumo não, planta um ou dois hectares e cuida aquele.

Retomando as motivações dos agricultores para a cultura do fumo e a integração com a indústria, o financiamento e crédito de insumos e instalações é outro potencial fator. Partindo de uma deficiência Estatal, após a segunda metade da década de 80, conforme Leite (2001, p. 89): “No caso da política de crédito rural, verificou-se uma diminuição significativa no aporte de recursos públicos concedidos aos produtores”. Talvez, a cadeia do tabaco suprimiu em parte a função até então do Estado de financiar a agricultura, porém, limitando apenas a atividade fumicultora. Atualmente com a expansão do Pronaf, na última década, o governo toma para si a responsabilidade de financiar a produção de alimentos, no entanto, ainda parece-nos que o programa ainda necessita de expansão.

O contrato de integração entre o agricultor/indústria fornece crédito tanto para investimento em infraestrutura (construção de estufas, compra de equipamentos, adoção de tecnologias) e custeio que envolve o financiamento das atividades fumageiras (correção do solo, insumos agrícolas e demais). As empresas responsabilizam-se pela intermediação entre o banco e os agricultores, pela tramitação dos documentos e pelo consentimento do aval. O financiamento da produção torna-se essencial na medida em que proporciona a um jovem agricultor, por exemplo, tendo arrendado a terra, mas não dispendo de infraestrutura, possa cultivar o tabaco sem maiores dificuldades. Se não fosse o crédito e o cultivo do tabaco, boa parte dos agricultores em Arroio do Tigre não teria condições de ter uma infraestrutura legada de galpões, fornos de estufa, maquinários agrícolas (como tratores, semeadoras, carretões), ao contrário, resumindo ainda a animais de tração, carroças e utensílios artesanais (enxadas,

foices, machados, etc) e, talvez, menor acesso a bens materiais domésticos e de entretenimento.

Ao entrevistarmos o orientador de fumo de uma das várias agroindústrias que transitam na região, atribuímos o questionamento sobre os principais fatores que condicionam firmar uma integração com um agricultor que pretende ingressar na cultura do tabaco. Ele destacou o seguinte: “Para isso é necessário analisar o comportamento da pessoa. Depois que você tem uma experiência de 2 ou 3 anos, se você sentar com o possível agricultor de fumo e fizer uma conversa, sabe dizer se ele é caloteiro ou não. Muitas vezes, até no cumprimentar a pessoa você tem noção se o cara é bom ou não”. Como podemos observar, o entrevistado usa na análise do possível integrado elementos que envolvem o comportamento psicológico do indivíduo, fornecendo maior importância para os atributos fidelidade e honestidade do agricultor com as futuras dívidas resultantes no acordo firmado. Nenhum momento citou como restrição a necessidade de saber cultivar. Seguimos perguntando sobre a possível ampliação da cota de agricultores (integrados com outras empresas) que, possivelmente, poderia contatar para estabelecer um relacionamento, e o instrutor de fumo reafirma e complementa:

Hoje para escolher um agricultor, você tem que começar pelo grau de endividamento. Você tem uma base se informando com o vizinho ou com ele mesmo. Em uma conversa boa, sentando com o produtor ele te conta tudo. Eles tentam te esconder uma coisa, mas daí você prolonga um pouquinho e descobre que tem mais coisas. A segunda é a qualidade que o agricultor faz, se ele produz bem ou não produz. Não adianta você pegar um cara que planta 100 mil pés e entrega 100 arrobas. Ele teria que entregar no mínimo 800. Então esse já não é um produtor padrão. Na verdade, isso não é um fator que se olha muito: se o produtor produz bem e com qualidade, entrega certinho não é muito cuidado. No entanto, o padrão de estufa, o galpão que é uma exigência hoje das empresas que tenha um lugar para guardar o fumo, que tenha um padrão para não estragar, não moçar. Isso o mercado exige muito.

A importância fornecida ao endividamento do agricultor está diretamente atrelada ao risco imediato que o instrutor de fumo assume durante a operação designando crédito ao agricultor, precavendo-se ao máximo de uma possível inadimplência. Aparece, novamente, a lealdade do agricultor como destaque quando cita receber a produção realizada. A qualidade e a entrega do produto não são fatores principais, mas transitam e, na dúvida, auxiliam na decisão do técnico. Fica-se claro, que os agricultores precisam estar em conformidade com as exigências de secagem e acondicionamento do produto, sendo que as empresas de tabaco

também são pressionadas pelos contratos estabelecidos a entregar um produto que tenha um longo período de conservação. O rompimento do relacionamento entre o produtor e a indústria, grosso modo, é movido pela alta inadimplência do agricultor, onde as empresas cortam os financiamentos até receber o montante investido. O agricultor, nesse contexto, procura outra empresa para garantir crédito para a próxima safra, mesmo continuando com débito na primeira. As implicações relativos a inadimplência acarretam em conflitos e até em ações judiciais que acarretam no arresto¹¹² da produção de fumo, caso não existir acordo entre ambos. Essa situação extrema, não é muito comum, mas acontecem em casos localizados, como salienta o orientador de tabaco: “Na minha área ainda não teve arresto. Já participei disso aí em Vale do Sol, mas não na minha área. Esse negócio da empresa entrar com mandato judicial e tirar o fumo pode acontecer esse ano, porque os agricultores estão muito mal acostumados”.

A tentativa de um acordo entre ambos é negociada em vários momentos. Geralmente, essa situação é muito difícil acontecer na primeira safra que o agricultor mantém contrato com a empresa de fumo, pois a necessidade de ampliar área e produção promove um esforço por parte dos técnicos a continuar com o agricultor em débito. Limitadas as possibilidades de negociação e quitamento da dívida a empresa recorre a ação judicial para evitar perdas maiores. Nos meses que está acontecendo à colheita e a cura, a empresa, através o requerimento protocolado, representada pelo instrutor de fumo, um caminhão e um oficial de justiça chegam a propriedade e carregam o fumo em folha, geralmente, solto (sem enfardar) para a indústria, sendo está última faz a classificação do fumo estabelecendo a quantia da débito que o tabaco carregado foi capaz de abater. São casos esparsos, mas acontecem por má administração do financiamento pela família agricultora ou, talvez, por vários anos frustrados de safra.

O financiamento proporciona condições de acesso a novos produtores, bem como possibilita aqueles já presentes na atividade, a continuidade viabilizando a aquisição dos insumos e outros componentes necessários ao desenvolvimento da cultura. Além disso, serve como uma forma de manter o comprometimento do agricultor com a empresa, sendo que o valor financiado, preferencialmente, deve ser pago com o fumo, havendo exceções em anos instáveis ou rigorosa classificação. Perguntamos ao Senhor Willian, agricultor de Linha Taquaral, como se dava a relação dos agricultores com a empresa, respondeu apontando elementos positivos:

¹¹² Arresto se caracteriza pela atuação da empresa com um mandato judicial chegando a propriedade da família, próximo ao período de comercialização, e toma posse da produção fumo em folha proveniente da safra.

O que nós vamos dizer: a gente tem assistência técnica de graça. Você não paga frete. Você pega os insumos e pode pagar só na safra, claro que você paga um juro. Se fosse que a empresa cortasse tudo isso, não sobraria 20% para os colonos. Pode contar nos dedos em Linha Taquaral quem paga o pedido adiantado. Por exemplo, se vem hoje o adubo. Daí você tem trinta dias de prazo para você pagar com 10% de desconto. Esse é o pagamento a vista. Então quem tem dinheiro sobrando paga porque além de você pagar os 10% a mais, vai ter que pagar os 8% de juro ao ano. Não é muito juro, mas sempre no final faz diferença.

Observando o depoimento, constatamos a importância do financiamento da safra posterior, principalmente. Em geral, muito poucos são os fumicultores que conseguem quitar à vista os insumos que solicitam no pedido. Caso detém giro de caixa para fazer a aquisição optam por comprar insumos das agropecuárias, onde o custo é consideravelmente menor, estratégia essa que não é recomendada pela indústria por alegar diferente composição nos adubos das agropecuárias. Pelas dificuldades alguns preferem utilizar as duas estratégias, isto é, como faz o Senhor Harley: “Nós pegamos metade de insumos da firma e metade nós compramos, meio a meio. Metade é pago com recursos próprios. Poderíamos pagar somente na safra se fizéssemos o custeio, mas o custeio só tem para feijão e milho”. A relativa autonomia em relação à agroindústria de tabaco é regulada pela capacidade do agricultor gerir os fatores de produção almejando no final determinada qualidade do produto, conseqüentemente, gerando considerável classificação e boa receita. Desse modo, transparece uma gestão coordenada pela racionalidade econômica, gerando um volume de capital que sustenta as necessidades anuais da família agricultora, bem como possibilita a compra antecipada dos insumos agrícolas, o que muitas vezes, torna-se uma vantagem competitiva.

Algumas empresas fumageiras, praticam empréstimos com recursos próprios como estratégia para obter fidelidade dos produtores. Esses empréstimos se destinam também à construção, à ampliação ou à modernização de estufas, mas também a ampliação ou construção de paióis, moradias, etc, que sejam de interesse do agricultor (BUAINAIN et al., 2009). Na eminência da inexistência de oportunismo por parte do agricultor, as relações entre ambos são de cooperação, pois objetivam um produto final de qualidade para futuros ganhos. Lembrando Wilkinson (1997) que chama a atenção para fatores intrínsecos à unidade produção e às estratégias para reprodução das condições de permanência na atividade agrícola podem explicar a concepção do agricultor integrar-se a indústria, mantendo características próprias à sua condição. Tais características seriam a gestão do trabalho familiar e dos

recursos naturais disponíveis e a mobilização de estratégias de cooperação, sempre voltadas para garantir o atendimento das necessidades básicas da família. Permanecemos diante de argumentos Chayanovianos resgatados para compreender a relação agricultor-mercado.

Retomando, outro elemento que surgiu nas conversas com os agricultores foi a responsabilidade da logística do produto final pela empresa. Através do orientador técnico a empresa garante que o agricultor não se preocupe em transportar o produto até a indústria. Geralmente para cada orientador técnico existe uma frota de caminhões terceirizados que estão disponíveis no momento da safra para o carregamento do produto na casa do agricultor até a empresa. Em muitos casos, o transportador reside próximo a região em que o produtor está situado, sendo esse um motivo que auxilia na decisão do agricultor em integrar-se a determinada indústria. Nas palavras do Senhor Willian: “Eu planto para a Alliance One. Nessa região quase todos plantam para ela, por causa do transportador mora aqui e daí tem bastante parente. Eu sempre vendi bem, mas tem a Alliance One e a Universal. Souza Cruz não tem na Linha Taquaral, muito pouco. Que eu sei tem a Kannenberg que é a J.T.I agora”.

A presença do transportador também é motivo de segurança para o agricultor. Apresentando-se o rumor de que a classificação será mais rigorosa na próxima semana, a praticidade de contatar o transportador (geralmente também é produtor de tabaco) e a sua agilidade no carregamento pode serem decisivas na rentabilidade do agricultor. Além disso, ele é o principal responsável por trazer informações confiáveis da indústria, pois teoricamente estaria mais propenso a auxiliar os agricultores para auferirem maiores ganhos. A empresa garante, então, a logística da casa do agricultor até a empresa, sendo que o valor do frete é descontado na receita do agricultor. Caso não existir acordo na classificação, a fumageira responsabiliza o transportador de retornar o produto para a casa do agricultor, mediante acerto do valor do frete diretamente com o mesmo. Assim se configura a logística¹¹³ de retornos e devoluções.

Nesse último depoimento ainda notamos que, em certa medida, agricultores também utilizam o grau de parentesco para decidirem integrar-se a uma nova agroindústria. Geralmente, pode acontecer que uma família produtora resolva consolidar um relacionamento com mais de uma empresa tabagista, muito influenciado, é claro pelas relações de proximidade ou grau de parentesco que, teoricamente, podem trazer informações mais creditícias sobre o cenário, do que pessoas desconhecidas. Em nossa pesquisa percebemos nas

¹¹³ O termo logística não é apenas sinônimo de transporte como usado acima. Grosso modo, envolve desde a compra e entrada, o planejamento da produção, o armazenamento, o transporte e a distribuição do produto ou serviço.

conversas que, em alguns casos, o orientador técnico tinha algum grau de parentesco ou proximidade com a família. Em certo contexto essa relação é favorável tanto para a indústria como para os agricultores, pois ambos imaginam que tem vantagens com essa situação. Em momentos de conflitos do agricultor com as empresas, talvez, essa relação de confiança diminua vertiginosamente ou possa aumentar dependendo da dinâmica em que o caso será desenrolado. Quando o técnico não tem nenhuma relação de proximidade com o fumicultor ele se esforça em construí-la como afirma, o orientador de fumo: “Na questão da venda eu tenho uma linha de trabalhar que é tentar não iludir o agricultor. Então você pega uma confiança com ele”.

O relacionamento que a empresa fumageira, através do orientador técnico, visa construir com o agricultor pode ser explicada, talvez, à luz da postura analítica do marketing de relacionamento¹¹⁴. Grosso modo, o propósito é fortalecer as interações a longo prazo entre a empresa e seus clientes (produtores), buscando trocas mutuamente benéficas que, em ambos, maximizem valor. Kotler (1998) salienta que o marketing de relacionamento é fundamentado na premissa de que os clientes (agricultores) importantes precisam receber atenção contínua. Os vendedores (instrutores técnicos) que trabalham com os clientes-chaves devem fazer mais que visitas quando os procurarem para retirar pedidos, isto é, devem ser visitados em outras ocasiões, convidados a jantar, devem receber sugestões dos seus negócios, etc. Os vendedores (orientadores) devem monitorar esses clientes, conhecer seus problemas, e estar pronto para servi-los de várias maneiras.

A empresa procura reconhecer e identificar os agricultores potenciais em termos de produtividade e qualidade do produto, lealdade na comercialização e comprometimento com as dívidas. Em boa parte dos casos, esses quatro fatores são extremamente valorizados pelas agroindústrias como agricultor-ideal para preservar o contrato, anualmente. As características positivas dessas famílias produtoras de tabaco é, sem dúvida, alvo de concorrência acirrada entre as agroindústrias do setor. Portanto, em certas situações, a empresa busca valorizar o produto evitando, ao máximo, conflitos e disponibilizando financiamento para algum investimento em infraestrutura ou até para algum projeto particular do agricultor. A tentativa de mantê-lo integrado através de um esforço, principalmente, do orientador técnico,

¹¹⁴ Em trabalho de Conclusão de Curso de Administração trabalhamos na perspectiva do marketing de relacionamento de uma empresa varejista de Arroio do Tigre/RS. Na oportunidade utilizamos a análise Servqual para mensurar o relacionamento do cliente com a empresa e algumas perguntas abertas para entender a motivação para a compra nesse supermercado. Descobrimos que o bom atendimento superou todas as outras variáveis, sendo um diferencial para a manutenção do relacionamento do cliente com o varejista. Para uma maior informação consultar: REDIN, E. **Lealdade do Cliente, Marketing de Relacionamento e pequeno varejo: o tripé do Supermercado Tigre**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Santa Maria: ULBRA, 2009.

possibilita elevar a qualidade do produto que entrega no mercado internacional. Portanto, as estratégias de cooperação estão muito mais presentes a esse perfil de produtor que apresentamos.

A busca de um relacionamento a longo prazo com agricultores potenciais envolve fatores subjetivos e psicológicos que ditam as relações no mercado. A tentativa da empresa em satisfazer o agricultor é sinônimo de garantia de integração e parceria futura. Como destaca o trabalho do orientador técnico de uma agroindústria de tabaco que atua em Arroio do Tigre/RS:

O teu atendimento, a amizade com o agricultor conta muito. Nós somos uma empresa pequena, mas temos produtores com 20 anos que trabalham com nós, porque o atendimento, a relação pessoal e o teu estilo. Tu não é aquele cara que impõe as coisas para o agricultor. Você não manda ele, a gente indica o certo, mas se tu quiser fazer é contigo. Estamos te passando o que é bom para nós, a melhor qualidade de fumo que estamos precisando. Você chega e dá um diferencial para o produtor, não força ele a nada.

Sinalizamos no depoimento do técnico que a estratégia de manter uma relação recíproca entre ambos é gerida de forma construtiva e, nesse caso, nunca impositiva. Muitas vezes, é através do agricultor que a empresa recebe dicas e estratégias de ampliação de mercado, muito influenciada por uma relação positiva e duradoura entre os dois. Nesse sentido, a difusão de técnicas parece, em nossa percepção, ter um resultado mais expressivo e, portanto, com maior assimilação pelas famílias agricultoras. No entanto, uma relação duradoura não implica, necessariamente, na inexistência de conflitos, ao contrário, estão presentes, mas são amenizados pelas características e projeções futuras de continuidade. Construir uma nova relação recíproca com outro orientador técnico e indústria pode ser demorado demais e, talvez, sem retorno a curto prazo.

Nem sempre a cultura do tabaco é sinônimo de garantia efetiva de renda, se o fator clima não estiver propício (fenômeno que implica em qualquer produção agrícola). Provavelmente o fumo se destaca em anos de safra com menor intervenção do fator externo clima, mas no caso da safra 2009/2010, as fortes chuvas influenciaram na produção do tabaco, tendo uma queda significativa no geral. Nesses momentos, é que se fortalece os vínculos cooperativos entre ambos os atores, como podemos observar na fala do Agricultor Edson, quando perguntamos se as empresas sustentam algum auxílio no momento da produção ou não tem ação alguma, e assim responde:

Ajudem, nessa parte sim, porque aquela vez que eu queria fazer aquela varanda ali no galpão eles me passaram até 3 mil reais, de acordo com a quantia que eu iria plantar eles me liberaram para fazer o galpão. Ano passado foi mal a chubarada que apodreceu toda a raiz do fumo eu não consegui pagar todos os custos, daí uma empresa me arrumou mil reais a dinheiro vivo para ir lá no Banco e pagar a conta. De repente é dinheiro do banco que repassem, mas me ajudou porque eu tinha que vender vaca de leite para pagar. Mas como eles me arrumaram mil reais eu fui lá e quitei o banco. Então é isso aí, eles não deixam, eles ajeitam o problema quando dá, mas isso é acidente de percurso porque choveu demais, excesso, então isso foi por causa do tempo [clima] e não por outra coisa.

Notamos no discurso do agricultor a presença do financiamento e a atenção da agroindústria para o caso do agricultor que não conseguiu, nessa safra, ter renda suficiente para cobrir os custos de produção. É importante, destacar a expressão “mas isso é acidente de percurso” se referindo à intempérie climática que afetou sua produção. Nesse caso, o agricultor teria como estratégia a venda de um animal para quitar o financiamento, se a empresa não lhe forneceria capital. Percebemos relevância das outras estratégias de reprodução (complementares ou básicas) como sustentação aos riscos eminentes da atividade agrícola. Essa característica heterogênea das formas de fornecer suporte a um eventual prejuízo é característica de uma agricultura diversificada e, talvez, também oriunda de rendas pluriativas ou não-agrícolas no município de Arroio do Tigre/RS.

Diversificar implica em mão de obra, quesito muito notável também na cultura do fumo. O emprego da mão de obra familiar na atividade proporciona que a cultura possa ser desenvolvida, sem maiores perturbações. Ela implica diretamente na escala de produção do tabaco, bem como na distribuição das estratégias produtivas anuais. Convenientemente, a decisão de não contratar nos picos de colheita implica necessariamente em reduzir as estratégias que ocupam maior mão de obra. As propriedades que são passíveis de introdução de máquinas agrícolas têm como estratégias complementares, principalmente, a soja, trigo e o milho, aptos a serem colhidos pela colheitadeira. Em regiões inclinadas, provindas de altas restrições, essa possibilidade diminui e, então, existe uma maior especificidade no ativo fumo, mas nunca abdicando dos produtos básicos para o autoconsumo.

No caso da agricultura familiar a mão de obra é, também, um dos fatores que limitam a escolha das estratégias de reprodução e a quantidade plantada. Um planejamento considerando determinada quantidade de pessoas no momento de pico da atividade, pode inviabilizá-la. Geralmente, pela dinâmica do tempo-espaço em que a cultura se desenvolve, sendo que a necessidade de mão de obra não é diária, pode ser conduzida normalmente com um número menor de braços. A colheita é um fator preocupante, pela elevada demanda de

mão de obra, ainda mais se o clima não estiver propenso. O agricultor, Senhor Joaílson, lamenta o número baixo de braços para a elevada demanda de trabalho na propriedade:

Mas a mão de obra é desgastante. É muita mão de obra, a gente chega a ficar estressado porque é pouca mão de obra aqui, não tem, é uma pessoa e meia, às vezes, duas, duas e meia para plantar esses 40 mil pés de fumo. Terra insada exige muito trabalho, mas temos que fazer do jeito que podemos porque pagar peão é tudo na base de R\$ 50,00 para cima por dia de trabalho. E daí não sobra nada e a gente vai se virando. Mas se o tempo correr bem, acho que vai dar para vencer.

Por cima, os 40 mil pés de fumo cultivados pelo agricultor necessitam de, aproximadamente, 2,29 hectares (17,5 mil/ha). Em uma unidade de produção maior que 10 hectares, por exemplo, passível de mecanização pode ser usado, em Arroio do Tigre, a cultura da soja e do feijão concomitantemente. O feijão como já abordado pode implicar na competição de trabalho com o fumo em dezembro, época de início da colheita. A estratégia habitual entre os agricultores é inserir, após retirado o fumo, o milho na resteva e, em alguns casos, o feijão safrinha. A maioria dos agricultores evita a contratação de trabalhadores diaristas devido o alto valor cobrado que pode significar alta parcela nos custos de produção. Muitas vezes, se o trabalho for intenso e verificado que não se conseguirá vencer, buscam-se primeiro as pessoas conhecidas (parentes, amigos, vizinhos), em último caso, contratam trabalhadores urbanos para acelerar o processo de colheita.

O trabalho na roça como chama os agricultores é associado sempre a expressões que evocam para a penosidade, como: “sofrido”, “judiado” “pesado” e “cansativo”. Nas falas notamos que as atividades de capinar, lavrar (a boi), pulverizar com máquina costal, trabalhar no sol quente, arranque manual do feijão, corte do fumo, entre outras, exigem muito das famílias rurais, pois, segundo eles, para que a cultura se desenvolva é necessário dedicação, monitoramento e muito esforço laboral durante todo o desenvolvimento fisiológico até o final da safra. O desânimo marcado na expressão dos agricultores demonstra uma condição que determina vários fatores que desvalorizam o enorme esforço que fazem diariamente para obter uma produção final, sendo que em poucos minutos pode ser destruída por intempéries climáticas ou não ser remunerado conforme sua expectativa. Mesmo que exista uma maior liberdade na organização de seu horário de trabalho para executar as atividades no meio rural, no momento da colheita, o agricultor é regado conforme as condições naturais e o tempo fisiológico da cultura. Além disso, a dupla jornada de trabalho da mulher quando envolve as

atividades domésticas (casa) e da lavoura, fundamental para a família, no entanto, mais uma atividade fatigante.

Na agricultura familiar, dificilmente a mão de obra familiar recebe uma remuneração pelo trabalho, sendo esse capital alocado como um possível “lucro” da produção anual e servirá para incrementar a propriedade, quitar serviços (luz, água, etc), lazer e, alguns casos, se ainda sobrar para custear a nova safra. Grosso modo, se a maioria for remunerar o trabalho da família na atividade, certamente, expressivas propriedades estariam abaixo do nível de reprodução simples¹¹⁵. Esse atrelamento financeiro ligado as atividades da propriedade e a falta de autonomia em relação ao chefe da família que faz, em certa medida, o jovem decidir sair do rural, pois não recebe remuneração do seu trabalho. Às vezes, esse processo se fortalece pelas dificuldades no meio rural. Redin (2010) elenca vários fatores da possível saída do jovem do campo: a) um parceiro para manter vida social; b) a educação superior; c) a autonomia financeira desvinculada do chefe da família (pai); d) a busca de lazer e entretenimento propiciada nos meios urbanos; e) a um status midiaticado do jovem urbano; f) a possibilidade de buscar oportunidades de crescimento pessoal. Nesse sentido, também se torna interessante evitar as dificuldades do meio rural como: g) as precárias condições de trabalho; h) a dificuldade de acesso ao meio urbano; i) o isolamento cultural, social e político no meio rural; j) falta de uma estrutura de apoio; l) a inexistência de acesso as tecnologias de informação da sociedade urbana no campo (sinal de celular, sinal de internet, etc.), entre outros.

Observamos que, em alguns casos, existe uma propensão de migração do jovem, principalmente, com a justificativa de buscar um ensino superior, mas para evitar os problemas enfrentados no meio rural, sejam agrícolas, agrários ou outros elencados anteriormente. Senhor Harley, no final de nossa conversa, salienta:

Os de idade ficam no interior, mas os jovens não ficam nenhum. Até os velhos querem morar na cidade. Mas eu acho que está errado. Os jovens tinham que ficar lá na propriedade deles, criar uma galinha, um porquinho. Mas acho que quando estão lá não podem deixar de plantar. Não parem e daí eles vem para a cidade e eles param. Não tem o que fazer mais.

¹¹⁵ O nível de reprodução simples é, para Rodrigues et al., (2003, p. 114), “**a renda mínima necessária para a reprodução do agricultor e sua família, no tempo**. Essa renda deve permitir um nível mínimo de alimentação, de habitação, saúde e educação” [grifo do autor].

Diante desse cenário, a fala do agricultor pode ser analisada pela expressão da impossibilidade de reverter essa situação. Talvez, a ruptura do jovem com as atividades agrícolas é efeito, também da desvalorização conjunta da agricultura e de atividades que remunerem melhor sua dedicação nas unidades de produção. Existem diversas tentativas de reverter essa possível implicação negativa, como a criação de associações, centros de estudos e desenvolvimento rural, e outros espaços para valorizar o trabalho do jovem no campo e influenciá-lo a permanecer. Redin et al., (2008), e Redin (2009a, 2009b) apresentam a Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre (AJURATI) como um grupo de jovens que conquistaram espaço na sociedade e, atualmente, são referência em âmbito estadual e constituindo-se em importante alternativa de lazer e oportunidades no campo. No entanto, está longe de influenciar na reprodução das famílias no meio rural local.

No andar da pesquisa estava surgindo noticiários nos meios de comunicação sobre a possibilidade da instalação de uma escola técnica para a Região Centro Serra que promovam cursos na área rural (Técnico Agrícola, Zootecnia, Agroindústria, etc). Arroio do Tigre é um dos candidatos a esse possível investimento. As notícias agradaram os agricultores familiares por dois motivos: a) os jovens não precisam sair da propriedade e morar em outras cidades para cursar um ensino técnico (geralmente Sertão e São Vicente do Sul); b) a presença de um Instituto Federal poderá trabalhar com alternativas que potencializam a região e diminuem a dependência do setor fumageiro. Em determinado momento, perguntamos a opinião do agricultor sobre os projetos de diversificação do governo federal, e uma resposta otimista surtiu do Senhor Edson, focando a Educação e a pesquisa como propulsores do desenvolvimento da região:

Eu acho que consegue viver sem o fumo. Plenamente se consegue viver. Se essa escola agrícola pintar aqui em Arroio do Tigre como o governo está prometendo vem técnicos, vem filhos de agricultores que vão ser mais treinados para a agricultura e vamos achar solução para substituir o fumo. Com certeza vai viver melhor o produtor sem fumo, do que com o fumo, por causa da alimentação porque vai sobrar mais tempo para fazer os hortifrutigranjeiros e o fumo não sobra tempo para nada. Em termos de saúde, sem o fumo nós vamos viver melhor, só que de repente com menos dinheiro, mas em termos de alimentação com certeza vai ficar melhor a agricultura.

Existe o desejo de cessar com a produção de fumo, no entanto, a racionalidade econômica prevalece no sentido de reproduzir-se no curto prazo. A motivação em sustentar-se economicamente de outra atividade menos danosa a saúde fica dependente da impossibilidade

que o atrelamento ao mercado sugere ao agricultor. Nessa concepção, existe uma dependência da cultura do fumo pela alta rentabilidade, e em menor expressão, pela conduta das agroindústrias. Talvez, o grau de dependência ao tabaco possa reduzir substancialmente quando existirem alternativas viáveis e em curto prazo que, ao menos, garantam uma rentabilidade similar ao tabaco. Parece-nos, evidente, que o fator mais relevante para a mudança de estratégia de reprodução principal é a renda bruta que a cultura/atividade proporciona a unidade de produção. O depoimento do agricultor Walter, há repulsa à outras atividades evidenciando uma possível decisão limitada: “Mas vai fazer o que? Vai produzir porco a preço de custo, não sobra nada. Se você produzir um porco de 6 meses vai te sobrar R\$ 10,00 ou R\$ 20,00. Ou você cria muito porco ou não cria. Não adianta! Com quatro hectares de milho não sobra nada. Em comparação ao fumo, não tem nem como comparar”.

A atividade familiar é gerida pela produção agrícola voltada para o mercado, mas os produtos para o autoconsumo são produzidos em grande parte das propriedades. A diferença básica abrange a chamada diversificação da atividade na propriedade, envolvem dois tipos: a) diversificação para o autoconsumo; b) diversificação para a comercialização. A primeira aparece em unidades agrícolas com áreas menores, inclinadas e com significativas restrições necessitando uma produção mais intensiva, portanto, sustentam as estratégias de reprodução básicas. A segunda envolve propriedades com maior área, possivelmente, com acesso a mecanização. Desse modo, quando se fala em diversificação é necessário analisar por qual viés está sendo abordado.

Retomando as particularidades motivadoras para o cultivo, apareceu nos relatos dos agricultores, a negociação de preços antes, no momento e pós-comercialização como um elemento diferencial de outras estratégias de reprodução de ciclo curto. A negociação inicial é realizada pelos representantes dos agricultores através de uma comissão composta pela Afubra, Fetag, Fetaesc e Fetaep, além da Farsul, Faesc e Faep. Geralmente acontecem reuniões entre os representantes dos agricultores e da indústria para avaliar os custos de produção do ano e estabelecer ou não um aumento na tabela de preço do ano anterior. Grosso modo, às vezes, quando não existe um consenso entre ambos, outras reuniões são estabelecidas, no entanto, dada a resistência da indústria em aumentar o preço da tabela isso se torna um indicativo negativo para os agricultores, uma vez que mesmo ganhando um aumento circunstancial, isso irá se refletir em uma classificação mais rigorosa, assim sendo, o aumento é apenas pró-forme. Portanto, o poder frente ao preço estipulado para os ganhos do produtor é mais forte pelo lado da indústria.

Na safra 2009/2010, a comissão de representação dos fumicultores negocia um reajuste de 11,32%, estimativa do percentual do Índice Geral do Preço de Mercado (IGP-M), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no ano de 2010. A reivindicação ainda está em andamento e se estende até chegarem a um acordo entre ambos. O agricultor, caso comercializar o produto nesse momento (se acontecer o aumento), receberá os acréscimos do valor em uma nota complementar. No andamento da classificação do produto na empresa, o agricultor pode aumentar sua renda negociando a classe com o classificador. O fumo passa por uma esteira, onde é retirado duas ou três manocas do interior do fardo em local com alta iluminação sendo auferida uma classe tabelada. Se o agricultor concordar com essa, o fumo fica de posse para a empresa, ao contrário, ele retira o fardo esperando outro classificador negociá-lo. Geralmente, ambos chegam a um acordo, pois existe um custo para o produtor conduzir sua produção de volta, no entanto, em certas ocasiões esse procedimento é realizado.

O processo de classificação tem início na propriedade, segundo Buainain et al., (2009), onde os fardos de fumo são classificados pela família agricultora, que leva em consideração as reais condições da qualidade obtida naquela safra, mas buscando obter a melhor classificação possível. Os fardos chegam às áreas de recepção das empresas e são imediatamente classificados por um funcionário altamente especializado (classificador). Se a classificação apontada pelo classificador for inferior a classificação determinada pelo produtor ou seu representante estiver presente, poderá solicitar revisão; caso não haja acordo, poderá ser solicitado o arbítrio de classificador oficial (técnico da Emater). Se o produtor não concordar com a determinação do classificador oficial, terá o direito de não vender o fumo, levando-o de volta para a propriedade ou vendendo para outro comprador. A discordância é a justificativa para o desvio do tabaco, concluem os autores.

Algumas ressalvas são importantes na citação anterior. Geralmente os classificadores são experientes e especializados, no entanto, nem sempre isso se torna generalizável, pois um funcionário desse padrão tem um custo muito elevado para a empresa. Tomando como pressuposto que a indústria compra o tabaco por um preço referência a classificação torna-se uma mera desculpa para induzir certo padrão de compra. Ultimamente, encontramos jovens classificadores com o intuito de diminuir os custos para a empresa e pela sua flexibilidade em aceitar indicações de compra, portanto, às vezes, esses não conhecem rigorosamente o tabaco, conforme alegação dos agricultores. Grosso modo, o técnico da Emater também não possui experiência com tabaco, pois geralmente não atuam nessa função, sendo que é muito difícil estarem presente no momento, pela alta demanda em várias agroindústrias. Pode acontecer

também que a classificação do Técnico da Emater não seja aceita pela própria indústria, deste modo, sua presença pouco influenciará.

Em anos de alta qualidade do tabaco, são poucos os conflitos existentes. Anos atípicos o jogo de forças prevalece. Os agricultores reclamam da quantidade de classes existentes, (29 para o fumo tipo Burley e 42 para o fumo tipo Virginia) alegando que servem com o intuito de reduzir o valor pago pelo tabaco. Os representantes lutam pela adoção de uma tabela única que previna esse ato oportunista por parte das empresas. Existe certa flexibilidade na classificação do tabaco, sendo que em anos cuja eminência de falta do produto as empresas oferecem um valor ultrapassando a classe mais elevada do fumo¹¹⁶. Existem situações em que os agricultores não se deslocam junto com o produto para acompanhar a compra, deixando a cargo de a empresa avaliá-lo. Grosso modo, os agricultores perdem muito nesse ato e culpam o orientador técnico pela baixa média geral (retorno econômico) avaliado na classificação. Inconscientemente, a não presença do produtor aumenta o grau de oportunismo na empresa, principalmente, se a comercialização está rigorosa. Por outro lado, sua presença possibilita comparar a qualidade do seu produto com a de outro fumicultor visualizando a diferença entre ambos e compreendendo melhor as diferenças nas médias. A pós-comercialização traz um elemento muito importante para o agricultor decidir se continua o relacionamento com a empresa ou não.

Transpondo as características da conjugação unilateral do agricultor perante a indústria podemos, a partir da análise das conversas que estabelecemos na pesquisa, subtrair elementos para compreender os diferentes graus de liberdade nessa relação onde a base analítica remete a uma subordinação a agroindústria. Conversando com os agricultores que tem como base principal o cultivo de fumo em Arroio do Tigre, essa análise parece um tanto forçada. Os agricultores remetem a ligação com a indústria como o estabelecimento de vínculo para comercialização como, talvez, do mesmo modo ao ser ligado a uma cooperativa da região, apenas uma relação diametralmente mais distante. O sistema de integração passou a ser uma das opções de reprodução social por existir uma intercambialidade, no entanto, esse pode ser compreendido de duas formas como destaca o Senhor Feliciano, agricultor:

Tem o lado bom: quando não sobra muito da safra anterior, quando não tem dinheiro, quando não tem condições de comprar os insumos, a firma fornece, esse é o lado bom, mas estamos pagando mais, o dobro! Esse ano até que não é tanto, mas ainda estamos pagando mais. Na verdade esse ano é um ano diferenciado do que ano passado. Eles já colocam a metade a mais em cima do saco de adubo. É

¹¹⁶ Para o fumo Virginia a classe mais alta é o BO1 que vale R\$ 106,05 a arroba. O B1 é a classe mais elevada do Burley e atinge R\$ 93,45. Esses valores são da tabela da safra 2009/2010.

desvantagem pegar da firma, claro que é mais vantagem se você tem o dinheiro para comprar tudo, bem mais. Tem colonos, os mais antigos eles tem [dinheiro] ou quando tem aposentado na casa ou quando já estão colocados como se diz! Daí já sobra um dinheirinho e eles já compram o adubo. Eu conheço muita gente que compra os insumos [compra das agropecuárias, não das indústrias fumageiras];

O depoimento aponta a possível vantagem do sistema de integração, bem como suas desvantagens. A relativa liberdade que surge, está vinculado a não necessidade de fazer a aquisição dos insumos no pedido de fumo, portanto, os agricultores mais bem sucedidos ou consolidados não ficam atrelados a pagar um valor maior que o normal no mercado agropecuário. Apontamos a aposentadoria e agricultores com outras rendas não equivalentes diretamente ao tabaco como aqueles com menor necessidade de estarem presos as condições da indústria. Pressupomos que famílias agricultoras de menor expressão e que apresentam maiores dificuldades supostamente seriam mais submissos, fator esse que não é visto como totalmente negativo, pois viabiliza sua produção e, talvez, a ter um resultado positivo no final da safra.

Buscamos em nossa investigação argumentos sobre a percepção dos agricultores de fumo em relação ao vínculo direto com a agroindústria e o possível atrelamento as exigências impostas. Dois discursos surgiam nesse contexto: a) Em relação às técnicas de cultivo e a formação da qualidade do produto existe um maior atendimento pelos agricultores sobre as instruções designadas. Isso pode ser explicado pela ótica de que as famílias objetivam atender as exigências de qualidade para alcançar um melhor preço final, no entanto, visto que isso, possivelmente, pode não resultar em diferencial tornando-se uma justificativa, no momento da classificação do produto, chegando a alguns casos, não comercializar para a empresa integrada; b) A comercialização do tabaco, nos relatos dos agricultores, fornece barganha do produto e diante do contexto momentâneo, o agricultor decide se vai ou não vender para a indústria que está vinculada. Quiçá, a necessidade da empresa prevalece por receber o financiamento investido no fumicultor, tolerando, em certos casos, a quebra de contrato e a comercialização para outra agroindústria. Essa tolerância pelas empresas pode modificar-se por suas estratégias momentâneas, sendo que, caso quiser, poderá cobrar em dinheiro uma multa estabelecida no contrato inicial da safra.

O orientador técnico tem a responsabilidade de fiscalizar o não cumprimento de contrato por parte das famílias agricultoras. Grosso modo, se a produtividade do tabaco for maior que o esperado ou o agricultor plantou mais que estabelecido no contrato dificilmente a empresa saberá se, casualmente, comercializou produto a outra empresa ou intermediário,

exceto, se pessoas denunciarem. Geralmente, é feito “vista grossa” para esse detalhe, até porque em certos casos, o agricultor mantém contrato com até três agroindústrias ficando muito complicado uma fiscalização sobre qual produto é de determinada empresa. Nessa realidade, o produtor pode receber investimentos, insumos e orientação técnica das três agroindústrias ou simplesmente receber grande quantidade de produtos de apenas uma e apenas realizar o contrato de venda com outras duas. Vejamos que nesse caso, a família agricultora pode receber assistência técnica de três pessoas, podendo também estabelecer certo poder de barganha em negociação posterior.

Perguntamos ao Senhor Harley sobre uma possível dependência sobre a indústria, imediatamente, respondeu o seguinte: “Troca na hora que quiser, a liberdade é total. Você só fica preso a firma se está devendo ou coisa assim. Às vezes, uma conta [dívida] muito grande que não se consegue pagar ou algo do gênero”. A concorrência entre as indústrias do setor possibilita o agricultor alternar de empresa, sem custo de oportunidade algum, caso estiver insatisfeito com a integração anterior. Senhor Edson destaca a importância, também dos intermediários nessa relação: “Se fossem fazer como eles querem, mas hoje é diferente. O pior é o mercado, quando não tem picareta, essas coisas, o cara fica quase escravo da fumageira porque se não tem outro comprador! Tu pegou os insumos lá você tem que pagar”. Em ambos os depoimentos percebemos que a dívida é um fator que fortalece o compromisso deles com a indústria, comercializando ou não para a empresa. Senhor Edson continua a argumentação:

Você também pode vender para outros seu fumo, mas se você está devendo você tem que levar o dinheiro para a empresa que você financiou. Geralmente, o agricultor honesto ele vai lá e paga com fumo. Mas ninguém sabe como vai ser a venda do seu fumo, então, você precisa ter um artigo bom para exigir um bom preço.

Pressupomos que o agricultor sempre preza pelo cumprimento do contrato, entretanto, na eminência de um possível prejuízo financeiro busca outros compradores que possivelmente podem lhe remunerar melhor. Portanto, existe oportunismo em ambos os lados, tanto da empresa como do agricultor, talvez esse último em menor expressão ou consequência do comportamento do primeiro. Casos esparsos acontecem no momento da venda do produto, onde alguns agricultores usando de má fé enxertando fumo de pior qualidade no meio de uma classe, teoricamente, de qualidade superior. Nesse caso, existe a tentativa de levar vantagem

perante a agroindústria. Em alguns casos, a tentativa é bem sucedida, em outros acarreta em quebra de confiança e relacionamento entre ambos, como salienta um orientador técnico em um caso recente:

Ano passado, em três anos, tive um caso duas vezes com dois agricultores. O que um deles fazia: ele enfiava o fumo e mandava o fumo dele para a empresa e não ia junto acompanhar. Daí ele pedia para eu ir lá na propriedade para olhar o fumo dele e dizer a ele, mais ou menos, o valor por arroba que iria receber; que o agricultor não podia ir junto na classificação. Eu fui lá olhei o fumo, era bom, daí liguei para a empresa e expliquei a situação que o produtor não queria ir junto com o fumo, tem um débito tal e tantas arrobas. A empresa autorizou trazer que não teria problema algum. Chega na classificação, no quarto fardo estava tudo enxertado por dentro de outro tipo de fumo. Peguei o telefone, liguei para o agricultor e falei o que tinha que falar. Você está trabalhando com homem e não com criança. Isso você faz para malandro e não para mim. Daí ele disse que achava que passava. E tu achar não adianta nada, como eu vou ficar diante da empresa acompanhando teu fumo aqui, daí eu disse: o fumo vai ser classificado assim e assim, quer ou não quer? Daí ele aceitou. No outro dia de manhã, às 7 horas eu fui na casa dele e expliquei o negócio e disse para ele que o fumo estava enxertado e ele não queria aceitar isso. Alguns são malandros e não vão dizer, mesmo tendo feito. Daí o rapaz dele disse que ele fez só no fumo tipo X. Disse que se ele faz em um tipo de fumo, faz no outro. Daí o agricultor começou a reclamar e falei: porque ano passado deu o mesmo problema? Será que deu duas vezes engano no tirar masso dos fardos? Ele quis engrossar a conversa eu falei novamente: Se você acha que estou brincando, simplesmente deixamos assim e planta para outra empresa e vamos ver se você vai fazer na outra a mesma coisa. Daí ele pagou a conta com o fumo que ficou lá. Para não deixar dizer que eu não tive coragem eu fui lá no outro dia tirar ele da cama. Bater de frente no primeiro momento que não tem problema, mas se você deixa passar cinco ou seis dias daí o clima é diferente.

No depoimento do instrutor de fumo observamos que o agricultor busca uma segurança inicial ao pedir a presença do técnico em sua propriedade avaliando o fumo, o que lhe sustenta de legitimidade, pois teve o aval de que o produto, inicialmente, tem boa qualidade visual (externa). No entanto, o enxerto de fumo de menor qualidade em fardos de classe superior condiz com a presença de oportunismo por parte do agricultor. A descoberta do ato pela indústria evoca para uma quebra da confiança desse relacionamento (o técnico confiou na conduta e na honestidade do agricultor) despertando a fúria na possibilidade de ser enganado. Afloram, a partir desse momento, um ambiente de incerteza, desconfiança, desrespeito, incredibilidade e desonestidade. Fatores esses que vão estar presente nas futuras negociações entre ambos, caso optarem por continuar o relacionamento via contrato.

Nas entrelinhas do relacionamento vários motivos influenciam a atitude do agricultor. Talvez, a necessidade do agricultor em ter resultados econômicos mais expressivos, diante de safras anteriores frustradas ou a irritação diante das vulnerabilidades na classificação do

produto e as consequentes perdas por poucos dias de diferença. Outro fato discrepante nesse momento evoca para o uso de um tipo de fumo denominado “Paraná” ou “Verdão” que possui um bom desempenho em termos de produtividade (rever capítulo II). A tentativa de restrição das empresas fumageiras nessa variedade de fumo é frustrada por anos de alta demanda do fumo tipo Burley no mercado exterior, fazendo com que as próprias indústrias comprem e remunerem o fumo com um valor mais expressivo. Outro fator é, às vezes, o desconhecimento do classificador por estar em treinamento ou pelo produto ser muito similar com outras variedades de Burley usadas no sistema de integração. Senhor Harley, agricultor, exemplifica:

Uma vez eu e meu irmão, nós tinha tudo Paraná. O meu irmão que era fumo de firma que eles mandaram plantar esses eles não queriam classificar bem. Aí meu irmão para não dizer nada, levou o fumo de volta tudo. E o nosso que era Paraná cruzou [na esteira de classificação por fumo de firma] e acharam fumo bom, só que não era bom o nosso; bom era o dele que era de firma. O nosso não era de firma, mas o nosso era melhor em qualidade, na cor.

Na busca de textura e qualidade a empresa peca, em certos momentos, na valorização do agricultor que seguiu as recomendações durante a safra. Talvez, o processo de classificação não leve em consideração esses aspectos, dando prioridade para a dívida que mantém com a empresa. De modo diferente, Senhor Harley acredita que pode existir uma valorização da indústria, baseado na relação fidedigna em relação ao quitamento da dívida: “Eu acho que eles valorizam um pouco para quem vende só para eles. Não vou dizer só para eles, mas quem é leal com eles, quem paga certinho”. Complementando, o discurso dos agricultores no momento da venda é parecido, como salienta o agricultor Willian:

Tudo depende. Você tem um compromisso deles te comprar e tu vender todo o teu fumo para eles. Mas se você no caso quer vender um fumo para outras empresas ou intermediários pode vender sem problema. Anos atrás sempre quando você vendia bem certinho todo o fumo, eles te davam um desconto no juro dos insumos. Isso faz 2 anos que não tem mais.

Geralmente, empresas fumageiras de menor porte têm um relacionamento mais apurado por possuir mais informações de cada ação individual dos produtores, e pelo número de integrados serem menor em comparação a agroindústrias de grande porte. Essa diferença pode implicar em decisões na classificação do tabaco. Em agroindústrias maiores, grosso

modo, os responsáveis pela classificação mal conhecem os orientadores técnicos quem dirá os agricultores a ela integrados. Essa situação pode variar não sendo generalizável para todos os casos.

A comercialização, ponto chave do processo, aflora a tentativa de uma relação igualmente paritária. A barganha do produto nessa hora pode significar, dependendo da situação, um aumento do empoderamento do agricultor aliado as concorrentes que desejam obter o produto. Nessa concepção, os agricultores sustentam certa liberdade para vender o produto de seu trabalho, como salienta Senhor Harley:

Você deve sua conta lá, mas se você pagar certinho, você não tem compromisso nenhum com eles. Eu plantava aqui para uma empresa, para mim ela é intermediária. Plantei uma vez, nunca mais planto para eles. Foi aquele ano que era culpa do Lula. Mas não paguei minha conta com fumo lá, vendi toda para a outra empresa fumageira e paguei a conta em dinheiro. Em outra firma eu vendi um pouco também. Mas a essa primeira é intermediária... Eles queriam fazer TK de um fumo mais escuro que nós tínhamos, só porque era “Paraná”...

Em empresa de menor porte, o contato do agricultor com o classificador é mais facilitada o que emerge, talvez, mais conflitos pela necessidade do segundo fornecer justificativas a cada classe que estabelece em cada fardo de fumo. Teoricamente para as empresas comprarem na média que estabelecem durante a semana, usam de diferentes argumentos para mostrar que essa classificação não reflete a responsabilidade da empresa, mas de fatores externos intrínsecos ao mercado. A alegação do classificador (“Era culpa do Lula”) ao agricultor evidencia a tentativa de transferência de culpa para outro setor ou política de Estado vigente. Em empresas de maior porte, como já salientamos, não existe contato direto do classificador principal com o agricultor para tentar diminuir os conflitos entre ambos. Para tanto, a empresa usa de um segundo classificador para estabelecer uma negociação com o agricultor, caso não concorde com a anterior. Geralmente, este último já dispõe de informações sobre a dívida do agricultor com a empresa, sendo que, às vezes, um maior montante de débito influencia em uma classificação menos rigorosa para não arriscar perder o produto e não receber a conta. Esse comportamento é muito usado pelas indústrias e, em alguns casos, ela é eficaz, em outros o agricultor leva de volta para a propriedade sua produção.

A classificação é muito volátil e sofre alterações de uma semana para outra, no entanto ela segue uma linha de coerência, ao contrário, a negociação entre ambos é inviabilizada

(quando da presença do produtor). Nas palavras do Senhor Edson: “Se o fumo é bem bom eles compram bem, se o fumo é ruim eles compram mal. Mas daí tudo depende do ano ou se estão cheio, ou falta fumo no mercado. Então varia muito. São muitos fatores ali”. Generalizar o comportamento da indústria ou do agricultor é uma situação complicada, consubstanciada pela afirmação do agricultor “são muitos fatores ali” que influenciam no desenvolvimento da negociação.

Em safras passadas a empresa fumageira usava de artifícios para motivar os agricultores a manter a lealdade no momento da venda. No entanto, a dificuldade de fiscalização por parte dos técnicos e a instabilidade de produtividade durante a safra acabou suprimindo essa estratégia como argumenta Senhor Valdinei, agricultor de Linha São Pedro:

Ah, o cheque do adubo. Eles davam desconto no adubo, se você entregava certinho a estimativa [de produtividade] que os instrutores de fumo fazem. Sempre tem que fazer por baixo. Mas, isso não existe mais. Isso acho que era uma bobagem, pois, as vezes, você pensava que dava um peso de fumo, depois não dava. Tinham certas pessoas que também desviavam... não fechavam a estimativa e tinha um problema aí.

Normalmente, o agricultor preza pela garantia de que o produto será bem valorizado. Para tanto, usa argumentos que impõem ao orientador técnico a responsabilidade de remunerar bem o seu produto, independente da qualidade atribuída. É uma relação pautada na barganha e na sinceridade, por parte do agricultor, como notificamos no discurso do Senhor Harley: “O instrutor vem aqui em casa e falo para ele: eu vendo fumo para vocês, mas se pagar mal para mim ou quiserem me tirar o fumo mal, vocês não ganham ele. Eu falo para o instrutor quando ele vem aqui. Se não comprarem bem o fumo, não ganha o fumo”. As trocas sociais mediadas pelo capital parecem condicionar a realidade da maioria dos agricultores do município, buscando sempre oportunidades momentâneas para, talvez, ter um retorno financeiro maior. Importante mencionar, o cultivo do fumo antecipa a própria história de Arroio do Tigre, usando o produto como troca por outros não existentes na região.

O crédito é um dos principais fatores para a integração do agricultor, ao mesmo tempo, parece-nos que é o principal motivo que assegura a relativa dependência à empresa fumageira. Quiçá, quanto maior a autonomia em relação a aquisição de insumos menor será o seu compromisso, como atenta Senhor Walter:

Hoje se eu quero produzir fumo por conta, hoje eu posso. Compro os insumos e planto tudo. E faço só o cadastro na empresa para vender. Mas são poucos que conseguem fazer isso. Já faz mais de 10 anos que eu não fico dependente da empresa. Quando vem meus insumos eu pago a vista e depois se não deu certo a negociação de venda do fumo com eles eu faço com outros.

Parece-nos que a flexibilidade no contrato depende dos resultados positivos do agricultor em relação a suas estratégias de reprodução, bem como, a sua desvinculação em relação ao crédito, esse último fator de compromisso, conforme observamos no relato. Quanto menor sua capacidade de reprodução produtiva maior poderá ser sua dependência a indústria. Um maior grau de liberdade (em relação ao crédito) pode influenciar na decisão do agricultor entregar o produto para a empresa ou, talvez, para as concorrentes.

Retomando a discussão sobre o grau de liberdade, questionamos o orientador de fumo sobre a existência de um contrato entre o agricultor e a indústria, rapidamente nos respondeu: “Existe um contrato. Não só existe que hoje temos que pegar dois contratos e ambos são assinados pelo técnico e pelo agricultor e ainda pela empresa. Depois disso tem que devolver um para o agricultor”. Continuando, complementa:

O contrato é entre produtor e fumageira. Eu acho que são cinco folhas frente e verso no contrato. Lá vem uma cláusula que você planta para a empresa dizendo qual o tipo de fumo, a quantidade, a variedade. A quantidade é realizado um cálculo base de produtividade de 8 arrobas por mil para fazer uma estimativa do que possivelmente ele poderá produzir. Depois fizemos a estimativa no momento da safra, duas vezes. Então perguntamos ao agricultor se podemos aumentar ou baixar a estimativa inicial. Se o agricultor dizer para aumentar eu aumento. Se ele pedir para baixar eu vou olhar a lavoura. Esse ano vai ser complicado porque se os agricultores quiserem deixar a estimativa baixa, vai ser complicado. Nesse contrato tem uma cláusula no contrato que diz assim: Perante o não cumprimento de ambas as partes será cobrada uma multa sobre o valor da safra ao agricultor, que foi estipulada inicialmente em cima da classe TO2. Então teria que pagar 2% do valor porque ele não cumpriu o contrato. No entanto, por enquanto a empresa está tolerante. Aí vem aquela questão que dá uma diferença de preço de hoje para amanhã, tendo uma empresa que paga um pouco mais, então eles estão tolerando, mas no momento em que eles quiserem cobrar eles tem direito.

Mediante o depoimento existe a formalização de um contrato que estipula o tipo de produto, a variedade, a quantidade, a estimativa de produtividade, as regras e eventuais multas (em dinheiro) passíveis de serem cobradas na assinatura do documento que caracteriza o sistema de integração. No entanto, os contratos nem sempre são cumpridos por parte dos

agricultores e nem, às vezes, pela agroindústria. A tolerância pode ser explicada pela concorrência acirrada na compra do produto e pelo surgimento de novos contratos com o mercado internacional, demandando maior quantidade do produto. Geralmente, quando a demanda externa é alta, os agricultores recebem boa remuneração pelo tabaco. O cumprimento a risca do contrato vai depender da relação entre o técnico, banco e o agricultor, como salienta o técnico do setor: “Depende da negociação. Se você souber chegar falando tudo tem acordo. Se você ir no Banco e souber chegar nos caras você faz o que tu quiser. Mas se tu chegar já querendo mandar dizendo que quer fazer e vai fazer, o cara diz: não é assim, tu vai fazer como tem que ser”.

Voltando aos fatores condicionantes a cultura do tabaco, a tradição produtiva contribui para a continuidade da atividade, mesmo diante das desavenças do setor. A relação histórico-cultural do colono alemão e italiano na subida da Serra (de Santa Cruz do Sul a Arroio do Tigre) almejando novas terras trouxe junto à cultura do tabaco como moeda de troca de outros produtos, aproximadamente pela década de 20. O fator cultural está presente também nesse local tradicional de produção dessa solanácea. Muitas mudanças aconteceram no setor, como salienta Senhor Harley “Aquele tempo atrás, eles beneficiavam o fumo e ia direto para a Europa”. A evolução atribuiu à indústria um apoderamento das atividades, no entanto, os agricultores ainda persistem na produção e, hoje, encontram nela uma alternativa viável economicamente para permanecer no campo. Como podemos observar nas falas dos agricultores, onde questionávamos a quanto tempo produzem tabaco e a resposta parecia sintonizada, como a do Senhor Harley, agricultor: “Plantamos fumo desde criança, no caso do pai dá uns 50 anos. Desde que eu me conheço por gente”. Ou do Senhor Edson: “O fumo por toda minha vida estou plantando, estou com 52 anos. Bom, mas desde piá, mas conta desde os 18 anos será? Eu trabalhei toda a vida, desde quando nasci eu sempre trabalhei no fumo - fumo de corda, fumo Burley e fumo Comum”. Ou do Senhor Willian: “O pai faz mais de 50 anos. Ele é falecido, mas quando eles casaram já plantavam fumo. A cultura já é tradicional, sempre foi cultivado”. Ou ainda do Senhor Evaldo (75 anos): “Desde criança com 6 anos em diante, eu já sabia colocar a muda na cova e carregar terra com o balde para plantar fumo Comum porque tinha muita pedra, então tinha que levar a terra com o balde”.

Em todas as propriedades mais antigas (nas novas também) encontramos afirmações, sobre uma vida dedicada a essa estratégia de reprodução. Tradição, cultura e história resumem todos os depoimentos dos agricultores em relação à atividade. Portanto, diante dessa longa experiência na cultura, o saber fazer ganha destaque, apesar de modificar constantemente as técnicas de produção de mudas e cura, principalmente. Esses fatores também implicam na

segurança do agricultor, uma vez que reportam a uma estratégia conhecida e consolidada no mercado. As estratégias de reprodução complementares e básicas, também têm uma retrospectiva histórica, no entanto, segundo o discurso dos agricultores, nem de perto podem ser comparadas aos benefícios econômicos da cultura do tabaco no município. Para essa análise, no entanto, não se pode levar em consideração a remuneração da mão de obra do agricultor. Perguntamos ao Senhor Henrique sobre a possível contratação de mão de obra para a colheita, e a resposta foi imediata: “Não é mão de obra nossa mesmo, assim já sobra pouco”.

A segurança no mercado consolidado, nas técnicas de produção, na experiência da cultura, na garantia de compra, na rentabilidade a curto prazo, no seguro agrícola, etc., são fatores diferenciais que motivam implicitamente a decisão do agricultor em continuar com a estratégia. O reconhecimento do agricultor na sociedade local também reflete em segurança e ameniza psicologicamente, um pouco, os riscos das atividades agrícolas, uma vez que reconhecido nas agências de crédito, cooperativas, agropecuárias e comércio em geral, como um agricultor consolidado por desenvolver uma atividade rural que proporciona alta renda bruta, também facilita a obtenção de crédito nas empresas de bens e serviços. Na eminência de uma possível safra frustrada, o agricultor de tabaco está mais propenso a receber aval do comércio local do que um agricultor que tem de base principal atividades complementares, no tocante da venda a prazo de determinadas necessidades das famílias agricultoras para pagamento na próxima safra, relevando a situação como momentânea, precavendo uma melhora no próximo ano. Portanto, a segurança nas relações mercantis também está presente nas empresas que financiam a atividade rural. A segurança implica num elemento não-econômico que consubstancia as atividades meramente econômicas.

Os fatores visíveis e não-visíveis, tangíveis ou intangíveis remetem a expressar diferentes graus de segurança, tanto para quem produz como para aqueles que beneficiam o produto ou dependem da renda do agricultor para sua atividade no meio urbano. O sistema de integração, por exemplo, é uma garantia de segurança para ambos: a) para o agricultor que tem a segurança que vai ter um comprador para sua produção e b) para a indústria que terá produto para beneficiamento e comercialização final. Como já abordamos a segurança nas relações mercantis implicam no grau de confiança, reputação, credibilidade e honestidade presente e a ausência de oportunismo de ambas as partes. Essas características são explicadas pelos analistas da Nova Sociologia Econômica. A construção de laços de reciprocidade, confiança mútua, bem como envolvendo relações de poder são características da busca de um relacionamento entre a agroindústria e as famílias agricultoras.

As estratégias de cooperação aparecem em vários depoimentos tanto dos agricultores como dos instrutores de fumo. O relacionamento harmônico e as “ajudas” durante o ano agrícola sugerem uma troca de favores. Os agricultores que conseguem estabelecer um bom relacionamento com o técnico da empresa podem ter maiores benefícios em relação àqueles que prezam pela imposição, pelo desprezo da assistência técnica, mesmo o profissional não agregando conhecimento a sua produção. Geralmente, o agricultor usa o técnico como forma de “desabafo” pela sua insatisfação com a empresa e, às vezes, ignora dicas ou recomendações estabelecendo um ambiente conflituoso. Quando a relação é consistente e calma, aliada a uma boa conduta do agricultor, o agente pode auxiliá-lo de várias formas, como salienta o técnico de uma empresa fumageira:

Nessa parte de atendimento, quando o agricultor precisa, em últimos casos, o agricultor bom, tem muitas coisas que você consegue fazer. Você consegue pare ele um investimento, um custeio. Nos últimos dias um produtor me liga e disse que está com um problema de doença. Então arrumei um dinheiro para a família pagar um hospital. Um agricultor bom sempre tem vantagens. O agricultor ruim, às vezes, a gente diz que não tem, não adianta. Nós não podemos arriscar, porque o responsável sou eu, porque depois eu tenho que responder. Eu ligo para meu chefe e ele diz: se você liberar você sabe é só você assinar e pronto: quem é melhor que tu para liberar? Um dia um agricultor da Linha Tabaozinho, gente boa, um cara calmo e tranquilo. Ele me disse que emprestou um cheque para um cara e tinha R\$ 7 mil para pagar no final da próxima semana. Eu tenho esse fumo aqui pronto e se eu mandar para a empresa tu pode me liberar o dinheiro, disse o agricultor. Eu falei que não conseguia liberar, por mais que eu sei que você vai me pagar, eu não posso. Mas vamos fazer assim, eu faço um novo cadastro no teu genro e mandamos lá e eles liberam o dinheiro. Só que daí você tem o compromisso comigo. Fiz o cadastro e mandei para a empresa.

Pelo observado na narrativa, podemos interpretar o uso da palavra *consegue* como um esforço que o agente está fazendo em uma situação delicada, mas não é uma ação padronizada. As ditas vantagens que um agricultor pode ter em relação outros referem-se a concepção do técnico sobre o comportamento do produtor que o define como *bom* ou *ruim*. Nessa situação, o *bom* agricultor, na concepção do técnico, nem sempre se refere aquele que tem ótima produtividade e qualidade do produto, mas aquele que, mesmo sendo mediano, sempre ao final da safra quita seus compromissos financeiros com a empresa. A liberação de crédito é avaliada pelo grau de risco e vulnerabilidade que o técnico mensura diante do possível recebimento ou não no futuro próximo, pois como vimos os funcionários são cobrados pelo grau de débito ativo. Verificamos no depoimento que a estratégia do técnico em auxiliar o agricultor para o recebimento do dinheiro é arriscada e pode comprometer a

empresa. Emerge ali uma relação pautada na confiança depositada, onde o agricultor mediado pelo compromisso pessoal com o orientador cumpra o acordo firmado, informalmente, entre ambos. No caso de um oportunismo, nesse momento, o técnico pode se complicar diante da empresa vinculada refletindo em um descrédito também com a família agricultora.

O desenvolvimento das famílias agricultoras no município parece-nos, que foi coordenado pela atividade do tabaco, no entanto, nunca tinha assumido tanta importância na reprodução social no meio rural. É perceptível nas andanças pelas localidades uma diferença material muito característica em agricultores do mesmo porte em relação a suas instalações e moradias. Agricultores que tem como atividade principal o tabaco apresentam ligeiramente casas de materiais novas (ou em construção), uma ampla infra-estrutura (galpões e equipamentos agrícolas) e veículos automotores (carros, motos) e, em determinadas situações tratores e implementos (se a declividade permitir). Evidentemente, os poucos agricultores que não se dedicam ao tabaco, tem propriedades bem acima do módulo rural de Arroio do Tigre, dedicando-se a pecuária de corte ou de leite. Outros privilegiam a cultura da soja, investimento em maquinários agrícolas de ponta para, no momento da colheita, prestar serviço a maioria dos agricultores que não dispõem desses implementos. Às vezes, esses últimos, também acabam seduzindo-se pelo sistema de integração do tabaco e acabam cultivando fumo, por ocupar apenas dois ou três hectares de sua lavoura.

Nos versículos dessa pesquisa procuramos desvendar a opinião dos agricultores sobre a especialização na atividade fumageira, pelo pressuposto de ser uma atividade estritamente comercial que ocupa em grande parte da mão de obra familiar, deixando, possivelmente, evidências sobre uma menor diversificação de produtos alimentícios. Tal hipótese é descartada por Etges (1991) que afirma não existir monocultura do fumo, mas que possuiu pequenas explorações produtoras e, ao mesmo tempo, existem outras unidades onde o fumo não é cultivado. Conforme Paulilo (1990) a introdução da fumicultura numa propriedade não significa uma mudança de ramo, mas uma atividade a mais.

Geralmente, os produtores de fumo tipo Virgínia são estabelecidos comparações sobre sua especialização, traduzindo ideias de que não produzem alimentos para o consumo. Realizamos esse questionamento ao Senhor Harley, e obtemos a seguinte explanação:

Planta, a maioria planta. Alguns não plantam, mas não é tanto como aqueles que produzem Burley. Mas eles plantam milho. Quem tem mais terra planta até soja. Plantam milho até para vender. Depende da propriedade e da quantidade de terra. Nós que temos uma área pequena, nós não podemos fazer isso aí, mas no caso do meu irmão ele tem uma propriedade grande (tipo uns 30 hectares) então eles plantam

para vender de tudo. Eles plantam três tipos de fumo: Comum, Burley e Virgínia. Plantam Milho, feijão e soja, mandioca, batatinha. Uma lavoura assim de tudo. E ainda não contrata ninguém, só ele. É que eles têm quatro pessoas na família. E eles trabalham em conjunto, onde os vizinhos um ajuda o outro. Mas, às vezes, não dá certo esse negócio de um ajudar o outro porque dá a safra na mesma semana.

O cultivo do Burley por demandar menor mão de obra na colheita pode facilitar a produção de alimentos para o mercado como o feijão, por exemplo. Parece-nos que o determinante não é a mão de obra quando tratamos das culturas comerciais como a soja, trigo e milho, mas a quantidade de terra e o acesso a mecanização. A produção para o autoconsumo da família parece estar presente nas atividades dos agricultores. O Secretário da Agricultura de Arroio do Tigre proferiu a situação da seguinte forma: “Quem somente planta fumo e nenhum produto para comer estão passando por uma situação delicada porque precisa comprar tudo, mas aqui são poucos que fazem isso”. Ponderamos a mesma interrogação ao orientador técnico para sua avaliação (Quem planta fumo tipo Virgínia não planta alimentos?), sem cerimônia responde rapidamente:

A maioria planta, mas sempre tem aquele que não planta, mas é minoria. O que o pessoal está deixando de lado é o feijão, por causa do preço e compete a colheita dele com a do fumo no Natal e Ano Novo, geralmente. Nesse momento é o pico de colheita de estufa, de Burley, é tudo nessa época. Então nessa época está complicado. E outra por causa da mão de obra estão parando. Você vai pagar 350 a 400 reais para arrancar um saco de feijão plantado. Daí não precisa explicar mais nada porque não se planta. Muitos não produzem produtos para vender, mas para o consumo próprio se produz tipo a galinha, o porco, mandioca, batata, batatinha. Essas coisas todo mundo produz. Para notar isso é só acompanhar nós para ver se você não consegue batata, mandioca, melancia. Qualquer casa que você pedir tem isso! Os agricultores até te fornecem de graça, porque eles têm de sobra.

A coerência no discurso dos analistas, dos técnicos e dos próprios agricultores demonstra que existe produção para o autoconsumo (estratégia de reprodução básica), talvez, dependendo das restrições não atingindo o mercado. Se levarmos em consideração que a diversificação está atrelada as várias atividades dentro da propriedade, podemos afirmar que os agricultores do município não são especializados, mesmo tendo como orientação do cultivo do tabaco. Por outro lado, se nosso ponto de análise é o ingresso de renda na propriedade, grosso modo, o fumo torna-se a atividade preponderante sendo responsável pelo capital ingresso. As estratégias complementares fortalecem a estratégia principal, mas nem de perto

chegam a substituí-la. No depoimento antagônico do Senhor Robinson, agricultor, notamos uma expressiva tentativa de se definir:

Sei lá, acho que somos mais especializados no fumo, mas do milho a gente precisa na propriedade, sem milho não dá, porque o nosso milho a maioria é plantado na terra de fumo. Plantam toda a terra de fumo com milho, temos que aproveitar o adubo. Nós plantamos para comer além do feijão, mandioca, batata, amendoim, batatinha. Essas coisas de horta nós plantamos tudo, tomate, cebola, alface, repolho, e assim vai. A carne e a banha o cara faz. Eu acho que Arroio do Tigre é o que mais produz de tudo.

Percebemos que acreditam ser especializados no tabaco por conhecer as técnicas e fortalecer-se financeiramente desta atividade. No entanto, apresentam produtos característicos de uma agricultura de subsistência com a presença de produção oriunda para o consumo interno. Nesse sentido, interpretamos que, talvez, o fumo possa ser uma estratégia fundamental estando atrelada a consolidação de outras estratégias para permanecer no rural. Continuando a conversa, identificamos que a família tem rendas não-agrícolas quando o chefe da família, em períodos de baixo pico de mão de obra na propriedade, trabalha de assistente de pedreiro em obras no município e a esposa, às vezes, trabalha em uma empresa fumageira durante o período de comercialização. Não obstante, as estratégias de reprodução não estão vinculadas, somente, a questão produtiva, o que alerta para uma necessidade de buscar meios para incrementar a renda na unidade de produção. O depoimento do Senhor Edson sobre suas atividades alerta:

Sou um produtor de tudo, planto feijão, milho, soja, gado, porco, mas a principal renda seria o fumo. As outras atividades é um quebra-galho. Se o fumo dá uma zebra como ano passado, entra a soja, entra o gado para tapar os custos. Mas o negócio é o clima, esse ano o fumo está bom, só se dá um contratempo para não poder colher, mas se tu ver eu não colhi nem 30% e já terminei 350 varas, seu eu tivesse varas, daria mais de 2.000 varas só para desbaixerar. Então não tem como dar errado, só uma tempestade mesmo para dar prejuízo esse ano.

A quantidade de terra disponível da propriedade proporciona que a diversificação para o mercado seja em maior ou menor grau. A concepção do agricultor mostra que a estratégia de reprodução principal é o tabaco, usando a expressão “quebra-galho” para evidenciar as atividades de reprodução complementares que fornecem segurança na eminência de uma safra

frustrada. O fator segurança aparece novamente na produção do tabaco, emergindo risco na atividade, apenas se o clima tiver um desvio de comportamento normal. O discurso do Senhor Willian, agricultor em Linha Taquaral, região onde o fumo Virginia prevalece é muito similar: “Nós plantamos coisa de comer como a batatinha, feijão, batata, mandioca, milho. Mas a atividade de renda é o fumo”. O plantio “pro gasto” sustenta a unidade de produção, não necessitando adquiri-los fora da propriedade. Esses produtos, geralmente, não são valorizados pelos agricultores por não significarem ingressos financeiros à propriedade, mas sabem da sua importância na composição alimentar da família. Completando a argumentação Senhor Willian apresenta sua realidade:

Tenho 9 hectares, onde planto 4 hectares de fumo. E planto uns cantos, onde tenho o feijão, a mandioca e outros só para o consumo da família. Além do fumo eu vendo o milho, esse eu planto na resteva do fumo. O milho é colhido tudo a mão, nossas lavouras não dá para colocar máquina. Ano passado colhemos 300 sacos de milho.

O fator mão de obra condiciona, além da quantidade e diversidade de produtos, a escolha de qual tipo de fumo que a família irá cultivar. A escolha do fumo tipo Virgínia, além de necessitar um investimento superior em ativo imobilizado vai necessitar de maior demanda de mão de obra, como salienta Senhor Walter:

Precisa mais mão de obra, precisa quatro pessoas, assim com duas você faz a lavoura e o fumo de estufa precisa ter quatro pessoas para encher um forno e daí não é fácil e depois cuidar o forno a noite toda, colocando lenha. Então é muito prejudicial a saúde. O Burley você colhe uma carroçada e coloca no galpão e vai dormir e o forno [de estufa] tem que cuidar a noite toda para fazer artigo [qualidade]. Ele é mais rentável, mas aí já tem que ter pessoal.

O depoimento do agricultor apresenta as desvantagens de ingressar na produção de Virgínia atentando para a mão de obra disponível e o trabalho na madrugada inserindo lenha nos fornos. Em outro quadrante, o cultivo desse tabaco proporciona, às vezes, um retorno financeiro mais significativo. A transição de várias famílias para o fumo tipo Virgínia no município não levou em consideração tais fatores, mas os rumores de que o fumo tipo Burley seria restringido pela tentativa de coibir os aromatizantes e açúcares do cigarro. As estratégias de adaptação, nessa realidade, orientam-se por uma lógica que indica uma estratégia de

reprodução restrita, pela alternância de tipo de tabaco continuando na atividade. A resistência nesse sistema de produção, sem dúvida é pela sua alta renda bruta por hectare. A preservação de uma atividade desse gênero evoca para uma simplificação e um descrédito das alternativas para diminuir a dependência da renda do fumo. Arguido sobre os programas de diversificação geridos pelo governo federal, Senhor Harley, responde de forma frustrada:

Não dá certo. Tu não têm rentabilidade. Por exemplo, hoje eu vou plantar repolho. Vou plantar 30 mil pés de repolho. Tá, vou vender a um real o pé, vai dar 30 mil reais. Ah então deu dinheiro! Ano que vem o meu vizinho vai plantar mais 30 mil pés de repolho. Daí outro ano mais um vizinho. E assim dois, três vizinhos já vão plantar. Por fim, ninguém vai mais querer repolho. Você não consegue vender. Daí só vai valer 0,20 ou 0,30 centavos. Que lucro tu vai ter?

As estratégias que envolvem a produção de alimentos parecem, rapidamente, saturar o mercado implicando diretamente no preço pago pelo produto. O exemplo do repolho é um caso típico e volátil, parecido com o cultivo do feijão em que anos agricultores recebem R\$ 150,00 a saca de 60 kg e, em outros anos posteriores, com um custo de produção mais elevado não atinge acima do patamar de R\$ 70,00. Talvez, a consideração do Senhor Cléber se aproxime ao depoimento anterior: “Você vai fazer assim também, outro vai fazer igual e daí todo mundo quebra (...) mas não temos condições de absorver todos os agricultores de fumo para essas atividades. Não existe, não tem saída dessa forma. Se todos vão começar a produzir leite. Não adianta”.

A necessidade de garantia de preço fica evidente em quase todas as respostas que evidenciam uma solução de renda na área agrícola, como sustenta Senhor Clementino: “O dia que alguém vier e falar para os produtores assim: vocês podem plantar tal coisa que nós vamos comprar tudo a tal preço, daí todo mundo vai plantar. Agora o dia que isso vai acontecer eu quero ver”. Com ar de frustração em relação a produção de alimentos no mercado, os agricultores sustentam uma insatisfação por ter apenas o fumo como única atividade que ainda se pode conseguir resultados expressivos necessitando de muito trabalho e atenção, como salienta Senhor Willian: “Agora se você plantar o fumo, colher e abandonar as terras. Daí o ano que vem você, somente, vai querer plantar denovo, pode parar que dá prejuízo. Então é uma cultura que tem que caprichar e ter dedicação”.

O desânimo, nas expressões dos agricultores, fica evidente quando comentam sobre as variações e instabilidades do mercado agrícola ou as leis restritivas ou punitivas na

agricultura. O caso emergente da possível restrição do fumo tipo Burley, em um município com maior produção do gênero, implica em agricultores mais jovens, atitude de indignação e frustração com as atividades agrícolas que não remuneraram de acordo com o teor do seu trabalho. Perguntamos sobre a possibilidade eminente do término do cultivo do fumo tipo Burley, a resposta da família agricultora, emergiu de forma dura e fria: “Cidade [esposa]. Ah eu iria trabalhar de empregado [marido]. Fumo Virgínia eu não planto, acho que não! Entre dois, assim é muito judiado”. Agricultores mais experientes e com maior quantidade de terra como Senhor Edson (52 anos) respondem de forma mais otimista a possibilidade do término do fumo tipo Burley:

Eu já tenho na cabeça, eu vou optar pelo gado de corte, confinamento, suíno ou feijão. Um pouco produção rápida que em três meses entra dinheiro. Iríamos se virando desse jeito. As terras iria se economizar um monte de mão de obra porque daí o cara não precisava trabalhar tanto. De repente não faria tanto dinheiro, mas também reduziria um monte de custo, porque o fumo é um alto custo e necessita trabalhar muito. Então reduziria um eito de serviço ao produtor se não plantasse fumo.

Observamos que o discurso do agricultor não representa uma generalização, pois não optaria por uma migração para o tabaco fumo tipo Virgínia, talvez, por abdicar de uma racionalidade meramente econômica valorizando o viver no e do campo quando afirma que não ingressaria a mesma quantidade de dinheiro. Surpreendemos com a resposta do agricultor e não evitamos a pergunta, mas o Senhor não plantaria Virgínia? O agricultor nos replica: “Aí tudo depende. O fumo Virgínia tem problema de saúde, porque trabalhar de noite onde pega laje fria, fogo e sereno (2x), ah não ser que dormisse do lado do forno. Mas eu dificilmente plantaria fumo de estufa”. Vejamos que o agricultor não descarta a possibilidade, talvez, por não ter mão de obra disponível, como salientou em depoimento anterior.

Por fim, gostaríamos de destacar, ainda, um fenômeno que observamos nos contatos com as famílias entrevistadas, o que denominamos de necessidade de reconhecimento e a esperança de que a agricultura poderá ainda lhes proporcionar um desenvolvimento equiparável a outras formas de renda, trazendo-lhes a oportunidade de adquirir bens e serviços que possam facilitar seu trabalho e proporcionarem condições de desenvolvimento e reprodução social. Almejam ter condições de preparar os filhos para a sucessão, inclusive, proporcionando educação e um ensino superior para estarem aptos a, talvez, tornarem as propriedades mais lucrativas. Como todos, inclusive a sociedade urbana, os agricultores possuem ambições e necessidades a curto prazo, portanto, clamam por soluções rápidas e

emergentes. Não estão aptos e pacientes a esperar um chamado desenvolvimento rural a longo prazo que, talvez, poderá não ser útil a sua ambição nessa jornada como agricultor que necessita previamente reproduzir-se na sociedade mediada pelas relações do capital. Talvez, a racionalidade do agricultor seja a mesma de qualquer indivíduo que labuta por dias melhores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, como propósito principal, buscamos compreender e explicar os fatores condicionantes que influenciam os agricultores familiares a optar pela produção familiar fumageira como estratégia de reprodução principal, valorizando a concepção dos agricultores que vivenciam a atividade, com intuito de demonstrar de forma palpável a realidade presente. Optamos também por usar o conhecimento dos agentes de desenvolvimento vinculados a extensão pública para a caracterização inicial do local de estudo e indicações de sujeitos da investigação, bem como técnicos atrelados ao setor privado, especificamente, ligados a empresas fumageiras para contextualizar o relacionamento entre agricultor-indústria. As expressões, indicações, conversas informais, os momentos de lazer e entretenimento e a pesquisa oficial com os agricultores foram importantes para a construção desse trabalho. Ao findar o percurso, momentaneamente, pretendemos resgatar e sistematizar algumas das principais reflexões e considerações apresentadas ao longo do estudo, buscando juntar os temas de modo a tratá-los em seu contexto dinâmico, evitando simplificações da realidade.

Para compreender as escolhas dos agricultores familiares de Arroio do Tigre, optamos por distintos analistas que previamente dedicaram-se em reflexões sobre as práticas sociais dos atores em relação às estratégias de reprodução. Partimos de uma noção da heterogeneidade de estratégias para forçamos, mais adiante, nas estratégias de reprodução produtivas de ciclo curto. Nessa delimitação, procuramos abordar o marco conceitual que consolidaria nosso estudo empírico. Para tanto, estabelecemos dois campos de análise que influenciam na tomada de decisão do agricultor: a) dentro da porteira – tratando de fatores internos que condicionam as estratégias de reprodução dos agricultores, como a mão de obra (fator de produção não-descartável), penosidade do trabalho, fator estrutural (tamanho da propriedade), restrição ambiental, localização da propriedade, emprego de tecnologia, relações de poder na família, entre outros; b) fora da porteira – abordando os fatores externos que influenciam nas estratégias de reprodução das famílias agricultoras, como o fator econômico, mercado agrícola, fator ambiental clima, sistema de integração, fatores sociais, políticos, histórico-cultural, religiosos, redes sociais (laços fortes e fracos), fatores não econômicos e fatores demográficos.

Considerando as influencias, identificamos no campo de pesquisa três tipos de estratégias que corroboram, atualmente, com o processo de desenvolvimento econômico das famílias agricultoras: a) *estratégia de reprodução principal*: designa a cultura do fumo como

a base estrutural das unidades de produção, servindo como principal orientação financeira e determinando a alocação dos fatores de produção e a presença (em maior ou menor grau) de outros sistemas de produção; b) *estratégia de reprodução complementar*: envolvem os produtos agrícolas voltados para a comercialização do excedente como o milho, trigo, feijão e soja (voltado somente para venda) e atividade de pecuária de corte e leite, em alguns casos. A principal função é servir como complementação de renda, consolidando e fornecendo segurança em eventuais dificuldades ou frustrações de safra da atividade principal; c) *estratégia de reprodução básica* – tem característica voltada, principalmente, para o autoconsumo da família sendo em raros casos comercializados. Em determinadas propriedades, dependendo da contingência, pode existir uma transição entre a estratégia de reprodução básica e a complementar.

O desenrolar da investigação das estratégias de reprodução de ciclo curto aponta para algumas considerações que merecem alusão. Primeiramente, damos destaque as culturas para autoconsumo e comercialização que já datam na região antes da emancipação político-administrativa, tendo o fumo como moeda de troca e outras para subsistência da família. Ao longo do processo aconteceram transformações no espaço rural e na forma de conduzir às tarefas, inclusive, a comercialização dos produtos oriundos da roça. A formação de uma cooperativa na região possibilitou auxiliar os agricultores na organização e venda dos produtos, bem como na industrialização e transação do tabaco diretamente para o exterior. Após perda de parte do território e de famílias agricultoras, processo derivativo das emancipações de outros municípios, principalmente de Estrela Velha, a característica do município ficou muito atrelada a pequena escala de produção. Atualmente, a atividade agrícola que rege a economia dos produtores e da região é a cultura do fumo, destacando-se pela elevada renda bruta em sistema de produção intensivo preponderantemente maior que outras culturas comerciais. A partir dos dados da Emater municipal constatamos que a cultura do fumo traz uma remuneração bruta por hectare de R\$ 10.920,00, enquanto o feijão preto (1º Safra) R\$ 914,61, feijão preto (2º Safra) R\$ 1.889,89, milho em grão R\$ 1.189,13, soja convencional R\$ 1.829,02 e o trigo com R\$ 447,30 na safra 2008/2009.

Nessa perspectiva a pesquisa demonstrou que a alta renda bruta da cultura do fumo é um fator decisivo e, talvez, sustenta as 2.610 famílias produtoras, atingindo 90% dos produtores rurais do município de Arroio do Tigre, respondendo por 43,8 milhões de reais e 57% do valor produzido na propriedade. Isso proporciona o título de maior produtor sul-brasileiro de fumo tipo Burley e ocupando a 26ª posição na produção total. Nessa seara surgem dois grupos que intercalam diferentes propósitos: a) grupo anti-fumicultura: envolve a

concepção de erradicação do cultivo do tabaco pelos “graves” problemas de saúde pública provocados pelo consumo do cigarro e ambientais gerados pelas técnicas de cultivo, portanto, evocam para a aplicação mais rápida possível da Convenção-Quadro no país. Nesse grupo, nota-se a predominância da força da sociedade urbana, em especial, das áreas ligadas à saúde e a preservação ambiental, alguns parlamentares, movimentos ambientalistas e outros; b) grupo pró-fumicultura: segue a vertente do desenvolvimento, principalmente, pelo desenvolvimento dos agricultores familiares em territórios de expressão da cultura do fumo como uma das principais e únicas estratégias rentáveis na agricultura. Usa argumentos da alta renda bruta para os agricultores e impostos para os cofres públicos, que dinamiza a economia em municípios movidos pela atividade primária. Geralmente, nesse grupo, se posicionam diversos parlamentares, agricultores, indústria e gestão pública. Esses ainda questionam a eficácia dos programas de diversificação propostos pelo governo federal atentando para uma substituição que, talvez, não traduza em resultados econômicos idênticos ao do contexto do tabaco. Lembramos que as ações governamentais para aumentar o leque da diversificação já tiveram um impulso nas políticas agrárias e públicas, mas que pouco contribuíram, significativamente, para a grande parcela dos agricultores, principalmente do Sul do Brasil, abdicar da cultura do tabaco, seja pelas constantes volatilidades do mercado de produtos alimentícios, seja pela inelasticidade na demanda. Comumente, é necessário ações de caráter territorializado prevalecendo englobar intervenções apropriadas da realidade (seja de curto ou de longo prazo) com intuito de alavancar meios para fortalecer o agricultor no propósito de desenvolver-se, leia-se, reproduzir-se no meio rural.

Características particulares marcam os distritos de Arroio do Tigre, alguns com maiores restrições ambientais. Particularmente, o II distrito é o que concentra maiores restrições, ao mesmo tempo, maior grau de especialização na cultura do tabaco (Virgínia) em consonância com pequena estrutura fundiária das propriedades desse local, limitando a produção de alimentos, apenas para o autoconsumo. Em outros locais, algumas adversidades com maior grau de diversificação nas atividades e na renda, diferentes tipologias em relação ao relevo de acordo com a fluência da paisagem. Com o auxílio dos agricultores, informantes qualificados, apontamos para três tipologias: a) agricultores com alta restrição: imperam altas declividades que impedem o acesso a mecanização e apresentam propriedades estruturalmente pequenas; b) agricultores com relativa restrição: se caracteriza pela média restrição ambiental para as atividades agrícolas onde o mais preponderante é a má conservação do solo ou baixa fertilidade; c) agricultores com baixa restrição: apresentam baixa restrição ambiental, alto

acesso a mecanização e prepondera culturas comerciais, principalmente, o fumo e no restante da área soja e milho em maior escala.

Os problemas na agricultura, apontados na pesquisa, pela percepção dos atores rurais são, grosso modo, o elevado custo de produção e a inexistência efetiva da atuação dos preços mínimos para os produtos agrícolas. Ao optar por estratégias que envolvem a entrega de produtos hortifrutigranjeiros, isso implica em ausência de regularidade do produto diante do abastecimento constante das indústrias dos impérios alimentares. As restrições legais que podem punir dificultam a expansão e desenvolvimento da atividade agrícola. Os problemas estruturais (tamanho da propriedade e infraestrutura) limitam o leque de atividades no rural, bem como a pressão legal restringe a busca de escala de produção e, às vezes, ambas podem se tornar um preponderante para a reprodução dos agricultores familiares.

Para respondermos a problemática da pesquisa em nosso local de estudo, aportamos de argumentos discursivos que elencariam os principais fatores condicionantes que determinam os agricultores a usar o fumo como atividade principal. Alertamos que, possivelmente, outras influências secundárias podem emergir nesse contexto, mas esforçamo-nos em apresentar e discutir aqueles elementos mais presentes nas falas dos agricultores, principalmente. Tomando esse pressuposto identificamos os seguintes elementos econômicos que influenciam na produção do fumo no município, em ordem aleatória: a) alta renda bruta por hectare; b) financiamento e crédito de insumos e instalações; c) assistência técnica; d) garantia de compra da safra; e) seguro agrícola; f) sistema de produção intensivo; g) negociação de preços antes, no momento e pós comercialização; h) uso de mão de obra familiar; i) rusticidade da cultura; j) possibilidade de duas culturas e h) responsabilidade da logística do produto pela empresa. Nessa investigação, a alta renda bruta por hectare foi resposta sincronizada e a primeira elencada em todas as famílias questionadas, desse modo, sugerimos como o elemento principal impulsionador para dedicar-se a essa atividade. Outros elementos, podemos considerar como fatores secundários, mas importantes para consolidar o sistema de integração, característico dessa cultura.

Ao mesmo tempo, identificamos nas falas também elementos não econômicos que se apresentam importantes, implicitamente, em relação a produção e o relacionamento com a empresa fumageira e o mercado agropecuário em geral. Para tanto, identificamos nessa análise os seguintes fenômenos: a) saber fazer; b) reconhecimento; c) confiança; d) tradição produtiva; e) segurança; e f) ação de cooperação entre agroindústrias e fumicultor. Talvez, podemos incitar que seriam fatores terciários que implicam na decisão do agricultor no uso das estratégias de reprodução durante o ano. Alternando discursos de agricultores e assistentes

técnicos de empresa privada, foi possível anotar a opinião dos agricultores em relação ao sistema de integração mediado pelo contrato, mas principalmente pelas relações pessoais entre agricultor e orientador técnico de fumo. Notamos em diversos momentos a presença de um oportunismo, em maior por parte da indústria no momento da classificação e compra do produto, aliado, às vezes, a emergência de conflitos.

Um dos resultados mais interessantes foi perceber que os agricultores familiares, grosso modo, não abdicaram de produzir alimentos para o autoconsumo da família em detrimento da atividade fumageira. O leque de produtos para a subsistência é mais acentuado em propriedades com dimensões maiores, sendo possível comercializar, eventualmente, tais produtos. A característica é usá-los, talvez, como produto de troca entre vizinhos ou ainda fornecem gratuitamente a pessoas que visitam os agricultores. Quiçá, o ideal nas unidades agrícolas, diante do questionamento sobre sua atividade principal, seria responder como o Senhor Cléber: “O milho e a soja é uma fonte de renda boa, ambas com mecanização total. O feijão tem o preço que não está ajudando, senão seria também bom (...) Eu na verdade não tenho uma atividade principal (...)”¹¹⁷. As diversas atividades do agricultor na propriedade que geram renda dificultam elencar uma atividade preponderante, mas várias. Isso é um indicativo de que a propriedade consegue atingir uma autonomia em relação apenas a atividade fumageira. Casos desse agricultor são minorias na realidade de Arroio do Tigre, não representando uma generalização. Aliás, os poucos agricultores que não se dedicam a cultura do fumo envolvem esforços em agroindústrias familiares, na atividade leiteira e produção de bovinos, suínos, hortaliças e peixes ou ainda em atividades não-agrícolas como balneários, transportes agrícolas, marcenarias, mini-armazéns, etc.

Averiguamos que, apesar de existir o cultivo de produtos para o autoconsumo, isso apenas não chega a ser preponderante para evitar uma possível saída da família do campo, caso restrições mais enfáticas na produção do fumo Burley se concretizem. A diversificação das atividades é apenas uma forma de manter a reprodução temporária da família, diferentemente, daquelas em que a diversificação representa ingresso monetário, geralmente, propriedades maiores. Cabe destaque, nesse momento, a importância da assistência técnica pública quando voltamos à orientação para a produção de alimentos, relevante para conduzir uma autonomia em relação às indústrias e ao mercado propriamente dito, no entanto, sempre

¹¹⁷ Os produtos citados no depoimento são tradicionais e podem ser generalizados a todos os produtores de Arroio do Tigre. No entanto, quando afirma não ter uma atividade principal está considerando o ingresso de renda através do tomate, repolho, aves (poedeiras e para carne), uvas, etc. O agricultor possui vários ingressos financeiros de outras atividades, por isso se torna minoria no lócus pesquisado.

evitando o uso da mesma estratégia para a maioria dos agricultores, quando se trata de abastecimento, apenas, do mercado local.

Este trabalho se preocupou em desvendar os elementos impulsionadores para a adesão da atividade fumageira, mas não se esquecendo das outras atividades que complementam e fornecem segurança aos agricultores. *Entre o produzir e o reproduzir* pretende demonstrar que, atualmente, no lócus de nossa pesquisa, a lida com a terra em atividades parcialmente comerciais está conduzindo a reprodução socioeconômica do município. Quando reportamos para atividade principal limitamos a apresentar os elementos envolventes do complexo do tabaco, desde a produção até a comercialização passando pelo relacionamento dos agricultores com as indústrias, sem questionar os problemas ambientais e sociais que o cultivo representa, pois priorizamos conduzir a discussão pelo olhar dos agricultores (valorizando sua vivência) que necessita reproduzir-se no rural.

Destacamos que as propostas de diversificação não podem, simplesmente, transformarem-se em circularidade discursiva, precisando ser viáveis a realidade dos agricultores e serão, sem dúvidas, postas em comparação com as atividades fumageiras. As limitações (de ordem natural, estrutural ou estatal), aliado desmotivação pelas culturas comerciais e o descrédito das ações governamentais devem ser consideradas quando projetadas intervenções que tem como objetivo suprir a demanda por incentivos na produção de alimentos, por exemplo. Certos casos, um programa também poderá não obter sucesso, pela ordenação interna das famílias agricultoras ou por suas características culturais fortemente arraigadas. Portanto, existe a necessidade de diferentes métodos de intervenção, diferentes inserções na realidade e diferentes estratégias de ação, dada as condições apresentadas pelo território ocupado. Entendemos que a pluralidade, a complexidade e as particularidades de cada região são moldadas pelas características específicas das comunidades rurais, logo, qualquer política pública ou programas de desenvolvimento deve levar em consideração estes pressupostos, para então, propor possíveis soluções para almejar projetos para o desenvolvimento rural.

Parece-nos, diante desse contexto, que a cultura do fumo é a única perspectiva econômica visualizada pelos agricultores, onde fornece um aparato de benefícios e segurança pela garantia de uma renda mínima ao trabalho no campo. Fato este que os boatos de término do mercado para o fumo Burley motivaram, grosso modo, mais de 100 famílias a migrar para o cultivo do tabaco Virgínia no município. Dessa forma, quando tratamos de diversificação no local do estudo, quase sempre é compreendido pelos agricultores como sinônimo de substituição da cultura do fumo, pois já existem atividades diversificadas, no entanto, alegam

que as mesmas não têm condições suficientes para fornecer uma segurança socioeconômica que permita a família conseguir quitar suas dívidas, ter capital para aquisição de insumos para a próxima safra e possa reproduzir-se tranquilamente durante o ano, sem necessitar recorrer a outros meios.

A contribuição desse trabalho vem no sentido de demonstrar, dadas as limitações, como os agricultores pensam, antes de escolher suas estratégias de reprodução e, após, definidas como é ordenada a gestão dos fatores de produção pelas influências externas, também. Diante de nossa pretensão, percebemos que o valor estabelecido a atividade fumageira e ao sistema de integração, mesmo diante das eventuais inserções oportunistas. Perceber que, embora, a característica de muitas famílias ainda não é orientada, diametralmente, pela racionalidade empresarial, mas impõem a cultura do fumo como um ingresso importante para estabelecer transações no mercado de bens e serviços necessários para a produção ou para o lazer e entretenimento das famílias rurais. Este último aspecto que também deve ser levado em consideração nessa análise. Diante, das motivações e benesses do sistema de integração é necessário repensar como, talvez, a ação estatal poderia fornecer condições idênticas para que se acelere o processo da diversificação de renda do agricultor, no cenário exposto.

Esta dissertação procurou dar conta da realidade plural do fazer e do reproduzir através da agricultura, apresentando várias de suas facetas e dificuldades, principalmente, pela tangente do agricultor, valorizando sempre a vida dos atores envolvidos em parte desse processo. Mostramos um rumo que apresenta estratégias produtivas que o município de Arroio do Tigre está usando como suporte para o desenvolvimento econômico, um circuito carregado por uma forte cadeia produtiva e tentadora, no intuito de maximizar e crescer diante de famílias que perspectivam aumentar sua estrutura e ter condições econômicas que fortaleçam a concepção de desfrutar de bens e serviços que lhes possibilite ter condições de uma maior qualidade de vida. As limitações da pesquisa passam, talvez, pela impossibilidade de quantificar fatores que norteiam a decisão do agricultor antes e no momento do período agrícola, no entanto, mesmo usando um sistema de mensuração numérica, as contingências do mercado agrícola ou derivada da relação interna na família podem deixar vulneráveis essa avaliação. No quesito da pesquisa, o número de distritos e, posteriormente, a repetição de ideias entre os agricultores fez-nos delimitar nossa amostra, mas como afirmou Senhor Edson: “Aí tudo depende”. A expressão usada para explicar uma de nossas perguntas na pesquisa, pode resumir toda tentativa de generalização aqui exposta, portanto, reflete em nossa limitação no momento da escrita.

Por fim, desde a construção teórica anterior, da pesquisa a campo, revisitando analistas e a redação desta, alternamos momentos de dúvidas e indecisões e, talvez, erros e acertos de como apresentar a pesquisa de forma mais fiel possível, evitando possíveis alusões distantes da realidade. As conversas formais, mas, principalmente as informais que tivemos com os agricultores durante o andar dessa construção, sentados na varanda da casa, na colheita do fumo, na lavoura ou tomando chimarrão nos momentos de lazer instigaram-nos a acreditar que esse era o caminho mais propenso para o momento. Toda escolha é derivada do momento, assim como, as escolhas dos agricultores fundamentados na ideia de que *tudo depende* podem explicar caminhos que seguimos, mas não o que seguiremos. Dar continuidade ao estudo dessas relações no meio rural, concebendo-as de forma global e interconectada, é, ainda, uma necessidade urgente frente às mudanças e ações das políticas restritivas e de diversificação da cadeia produtiva do tabaco, que vem impondo às dinâmicas cotidianas das diversas famílias no meio rural de Arroio do Tigre e, principalmente, no Sul do país.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 2, 3 e v.29, n. 1, jan.-dez. 1998.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª Ed. São Paulo – Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, R.; SAES, S.; SOUZA, M. C.; MAGALHÃES, R. **Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil**. Brasília: CEPAL, 2003.
- ABRAMOVAY, R. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. **Tempo Social. Revista de sociologia da USP**, v. 21, n. 1. P.65-87, 2009.
- ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar**. Entrevista cedida ao grupo de interesse em pesquisa para a agricultura familiar (GIPAF). Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay>> Acesso em: 30 Set. 2009.
- AFUBRA. **Associação dos Fumicultores do Brasil**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/principal.php>>, Acesso em 2010.
- AFUBRA. **Tabela de preço de fumo é reajustada em 7,7%**. 2008. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=noticias¬icia_id=521&u_id=1>, Acesso em 03 de outubro de 2010.
- AGOSTINETTO, D. et al. Caracterização da fumicultura no município de Pelotas. **Revista Brasileira de Agrociência**. Pelotas, RS. v. 6, n. 2, p. 171-175. 2000.
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, 1986. p. 66-93
- ANDRIOLI, A. I. Agricultura familiar e sustentabilidade ambiental. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 89, outubro de 2008.
- ASSAD, M. L. L.; ALMEIDA, J. Agricultura e Sustentabilidade: contextos, desafios e cenários. **Revista Ciência & Ambiente**, n. 29, 2004. p.15-30.
- BASSO, D. **Desenvolvimento Local e Estratégias de Reprodução das Famílias Rurais: Abordagens sobre o desenvolvimento rural na região Noroeste do Rio Grande do Sul**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2004.
- BEL FILHO, E. D.; BACHA, C. J. C. Avaliação das Mudanças na Política de Garantia de Preços Mínimos: período de 1997 a 2002. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER. **Anais...** Cuiabá. SOBER, 2004.p.1-12.
- BICUDO, M. A. V. **Pesquisa qualitativa em educação**. Piracicaba, Unimep: 1997.
- BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica**. Itajaí: Univali, 2002.
- BONATO, A. **Perspectivas e Desafios para a Diversificação Produtiva nas Áreas de Cultivo de Fumo: A realidade da produção de fumo na região Sul do Brasil**. Curitiba: DESER, outubro de 2007.
- BONATO, A. **A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/sites600/695/00002315.pdf>> , Acesso em 28 de julho de 2008.

- BOTTOMORE, T.; NISBET, R. **História da Análise Sociológica**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BOURDIEU, P. Sur le pouvoir symbolique. **Annales**, Paris, v.32, n.3, p.405-11, maio/jun. 1977.
- BOURDIEU, P. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 105, 1994.
- BOURDIEU, P. Habitus, illusio y racionalidad. In: BOURDIEU, P.; e WACQUANT, L. J. D.; **Respostas, por una antropología reflexiva**. México: Editora Grijabo. 1995. p. 79 -99.
- BOURDIEU, P. “O campo econômico”. **Política & Sociedade**, N. 6, abril de 2005., 2005. p. 15-57.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Problema da Agricultura Brasileira e suas causas**. Journal of Inter-American Studies, 6 (1), janeiro 1964. p. 43-55.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, VII, 2006. Quito, Equador. **Anais eletrônicos...** Disponível em: < <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf>>, Acesso em 23 de Julho de 2010.
- BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA** (UNESP), v. 11, p. 1-12, 2008.
- BUAINAIN, A. M. et al. **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2009.
- CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: F. C. TEIXEIRA DA SILVA et al. (orgs.), **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1999.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 167- 187.
- CARVALHO, E. A. Introdução. In: CARVALHO, E. A.; FERNANDES, F. (Orgs.) **Godelier: antropologia**. [tradução de Evaldo Sintoni et al]. São Paulo: Ática, 1981.
- CARVALHO, C. B. **Relação socioeconômica fumicultores fumageira da região de Sombrio/Sc e uma proposta de transição agroecológica**. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 2006.
- CASANOVA, P. G. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación – pensar América Latina en el siglo XXI**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clasco, 2009.
- CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CHANG, H. J. **Chutando a escada – a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHAYANOV, A. **La Organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

- CHIAVENATO, I. **Introdução a teoria geral da administração**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- COELHO, C. N. 70 anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). In: **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ano X – Nº 03 – Jul-Ago- Set, 2001.
- COSTABEBER, J. A.; CLARO, S. A. Experimentação Participativa e Referenciais Tecnológicos para a Agricultura Familiar. **Revista Ciência & Ambiente**. Santa Maria, v.01, n.1, p.31-48, Jul – Dez, 2004.
- DIEHL, M. R. et al. Caracterização do parcelismo das terras nas propriedades familiares de fumo no município de Paraíso do Sul –RS. **Anais...** In: I Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar. São Luiz Gonzaga: UERGS, 2005.
- DIESEL, V. et al. Diferenciação Espacial do Comportamento da Produção integrada. **Anais...**In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 2000.
- DiMAGGIO, P. Aspectos culturais da ação e das organizações. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. (Eds.). **A Nova Sociologia Econômica: uma ontologia**. Oeiras: Celta, 2003.
- DIRVEN, M. La herencia de tierras y la necesidad de rejuvenecimiento del campo latinoamericano: propuestas preliminares. In: el **VI Congreso de Economistas Agrarios de Chile** “Gestión de Transferencia Tecnológica en la Agricultura” 29-30 de Novembro de 2001. **Anais...** Santiago do Chile, 2001.
- DONALDSON, L. Teoria da contingência estrutural. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD. W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. V.1.
- DURSTON, J. Juventud y Desarrollo Rural: marco conceptual y contextual. **Serie Políticas Sociales**, Santiago do Chile, 1998. p. 1-41.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização**. Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- EMBRAPA SOJA. **Agronegócio da soja no Brasil** (última modificação: 24-Oct-2000). Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br/rectec/aspagro.htm>> Acessado em 20.07.2010.
- ETGES, V. E. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.
- FIALHO. M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre o comportamento coletivo**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2005.
- FLIGSTEIN, N. **The transformation of corporate control**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- FLIGSTEIN, N. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**, p.26-55, 2001.
- FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. **The Sociology of markets**. Annu. Rev. Sociol. 2007.33:105-128. Disponível em: <arjournals.annualreviews.org> Acesso em 20 de Abr. de 2010.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE DADOS. **Dados anuais por variáveis: Arroio do Tigre**. 2009. Disponível em:

<http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp> Acessado em 14 de outubro de 2010.

GARCIA JR, A. **Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Rio de Janeiro: Marco Zero Brasília, 1990.

GARCIA FILHO, D. P. **Guia metodológico de diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília, FAO/INCRA, 1999.

GAZETA DA SERRA. **Arroio do Tigre é destaque no cultivo de Burley**. Arroio do Tigre: Gazeta Grupo de comunicações, 2010.

GAZETA DA SERRA. **Burley garante mais renda e sossego**. Sobradinho: Gazeta Grupo de Comunicações, 2010.

GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GERHARDT, C. H. **Agricultores Familiares, mediadores sociais e meio ambiente: a construção da problemática ambiental em agro-eco-sistemas** (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2002.

GHEMAWAT, P. **A estratégia e o cenário dos negócios**. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora – Artmed Editora S.A, 2007.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 199.

GIL, A. C.. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODELIER, M. Antropologia Econômica. In: COPANS, J. et al. Antropologia, ciência das sociedades “primitivas”? Lisboa, Edições 70, 1971. (Orgs.) **Godelier: antropologia**. [tradução de Evaldo Sintoni et al]. São Paulo: Ática, 1981.

GODELIER, M. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

GODELIER, M. Economias e sociedades: abordagens funcionalista, estruturalista e marxista. In: CARVALHO, E. A.; FERNANDES, F. (Orgs.) **Godelier: antropologia**. [tradução de Evaldo Sintoni et al]. São Paulo: Ática, 1981.

GODELIER, M. **Antropología y Biología**. Hacia una nueva cooperación. Barcelona: Ed. Anagrama, 1976, p.44-64 (publicação original: Revue Internationale des Sciences Sociales. Paris, 26 (4), UNESCO, 1974). Org. Edgard de Assis Carvalho; Traduzido por Evaldo Sintoni. GODELIER, M. Economia e Sociedade. São Paulo: Ática, 1981.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da Lavoura às Biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRANOVETTER, M. S. La fuerza de los vínculos débiles. Traduzido por Mª Ángeles García Verdasco. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6. p. 1360-1380, 1973. Tradução de: The strength of weak ties. Disponível em: <http://www.redcimas.org/archivos/analisis_de_redes/la_fuerza_de_los_vinculos_debiles.pdf> Acesso em 20 de Abr. 2010.

GRANOVETTER, M. S. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985. Disponível em:<<http://www.journals.uchicago.edu/AJS/>> Acesso em: 18 mar. 2010.

GRANOVETTER, M. S. A ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE Eletrônica**. V.6, n. 1, São Paulo, jan./jun.2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp/Intituto de Economia, 1996.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Fatores Determinantes na produção para autoconsumo na agricultura familiar: um estudo comparativo no Rio Grande do Sul. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais*, Vol. 17, nº 2, 2008.
- GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. Por Trás da Falsa Homogeneidade do Termo Agroindústria Familiar Rural: Indefinição Conceitual e Incoerências das Políticas Públicas In.: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. **Anais...** Fortaleza: SBSP, 2007.
- HAURESKO, C. A racionalidade do sistema de produção agrícola dos camponeses integrados à indústria do fumo. **Revista Guairacá**. n.23 p.61-81 Guarapuava, Paraná, 2007.
- HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida. Trabalho familiar de Ppquenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- HOLANDA, A. B. **Mini Aurélio: O Dicionário da Língua Portuguesa**. 6ª. ed. Português. Paraná: Editora Positivo, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. p.1-267
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades: Estrela Velha**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=430781#>> Acesso em 14 de Outubro de 2010.
- IRWIN, A. **Sociology and the Environment** – a critical introduction to society, nature and knowledge. Cambridge: Blackwell Publishers, 2001.
- JEGGLI, D. Tecnocracia e políticas públicas a serviço da inclusão dos quilombolas. In: DIESEL, V.; SILVEIRA, P. R. C. (Org.). **Livro de ouro dos causos**. Santa Maria: UFSM, 2009.
- KAGEYAMA, A. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas, s.n. 1987.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972.
- KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO UNISC. **Mapas de Arroio do Tigre** In: RAUBER, Alexandre. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rauber@unisc.br> em 15 abr. 2009.
- LEITE, S. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, Série Estudos Rurais, 2001.
- LÊNIN, V. L. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARINI, M.; PIERONI, O. **Relación entre la familia y el entorno social**. Tipologia de las familias agrícolas en una zona marginal (Calabria). In: ARKLETON TRUST. Cambio rural en Europa. Coloquio de Montpellier. Madrid, 1987.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. A Coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais: ação e análise organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2004. v. 3.

MIGUEL, L. A. **A pesquisa-desenvolvimento na França e sua contribuição para o estudo do rural. Seminário sobre sistemas de produção: conceitos, metodologias e aplicações**. Curso de Pós-Graduação em Agronomia: Produção Vegetal e Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento - UFPR, Curitiba, 1999. P.16 a 25.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Por que aprovar a convenção-quadro para o controle do tabaco?** 2004. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/tabagismo/publicacoes/cquadro.pdf>>, Acesso em 11 de out. de 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – MDA. **Portal da Cidadania: Programa Mais Alimentos**. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/principal/programa_mais_alimentos> Acesso em 20 de outubro de 2010.

MOORE JR., B. **As origens sociais da democracia e da ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOREIRA, E. D. Colonos do Vinho. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.6 (2): 221-225, 1985.

MOTTA, F. C. P. **Teoria geral da administração: uma introdução**. São Paulo: Pioneira, 1991.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec Educ, 1989.

NICOLAU, I. O. **Conceito de estratégia**. Campo Grande: Working paper 01-01, INDEG/ISCTE, 2001.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos: O caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S.; BONATO, A. A. **Proposta Metodológica para avaliar a diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco**. “Second Meeting of the Study Group on Economically Sustainable Alternatives to Tobacco Growing”. Mexico, Secretary of Foreign Affairs in Mexico City, 17 to 19 June 2008.

PINHEIRO, A. C. A.; CARVALHO, M. L. S. **Economia e política agrícolas**. Edições Silabo, Lisboa-Portugal. 2003.

PLANO AMBIENTAL DE ARROIO DO TIGRE. **Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre/RS**. Arroio do Tigre, 2009. 239 p.

POLANYI, K. **La gran transformación**. Fondo de Cultura Económica, México, 1992.

POLLAN, M. **O dilema do onívoro: uma história de quatro refeições**. Traduzido por Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

PRIEB, R. I. P. **Pluriatividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

PRIEB, R. I. P. A pequena produção fumageira integrada ao CAI: a subordinação indireta do trabalho familiar ao capital agroindustrial. **Revista de Economia e Desenvolvimento**. Santa Maria: Departamento de Ciências Econômicas- UFSM, nº 07, 1997. P. 20-32

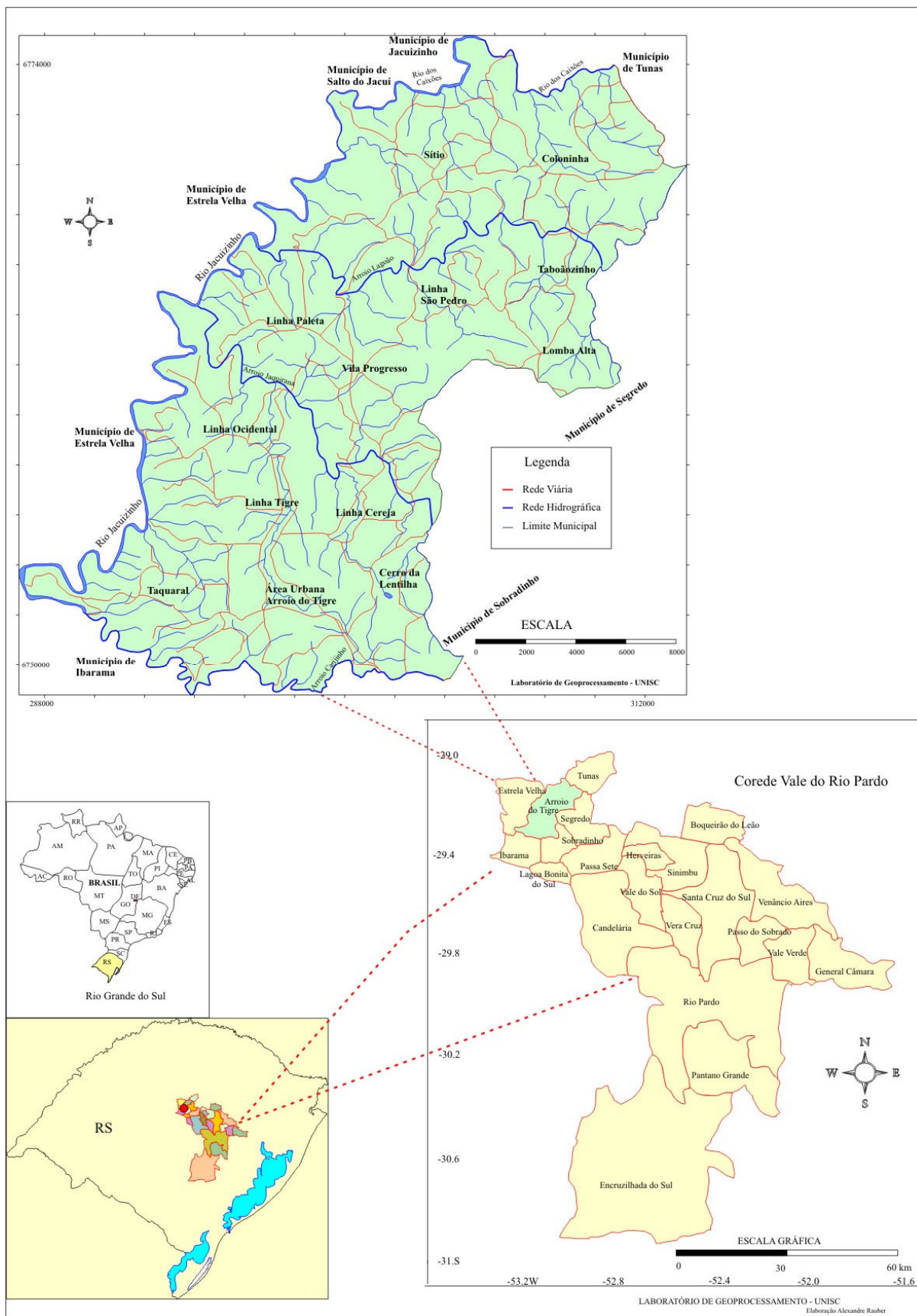
- QUEIROZ, D. T. et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem**. UERJ, Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2): 276-83.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.
- RAUD, C. **A Construção Social do Mercado em Durkheim e Weber. Uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica**. Caderno de Pesquisa, Nº 34, Outubro, 2003.
- RAUD, C. Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n.6, p.59-82, abr. 2005.
- RAUD, C. Bourdieu e a nova sociologia econômica. **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP, v. 19, n. 2, 2006.
- REARDON, T. et al. **Agrifood Industry Transformation and Small Farmers in Developing Copuntries**. World Development, Vol. 37, N 11, pp.1717-1727, 2009. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/worlddevelopment>
- REDIN, E.; LUNARDI, R. **Diagnóstico da atividade fumageira de agricultores de Linha Paleta, Arroio do Tigre/RS com foco na questão ambiental**. Cachoeira do Sul: UERGS, 2007.
- REDIN, E. et al. **O jovem rural, perspectivas e desafios no enfrentamento ao êxodo: o caso da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre - AJURATI**. In: Michele de Lavra Pinto; Janie K. Pacheco. (Org.). 2º Encontro Juventude, Consumo & Educação. Porto Alegre: Núcleo de Editoração e Criação - Gráfica UFRGS, 2008, v. 2, p. 113-129.
- REDIN, E. O jovem rural conquistando o seu espaço: um [re]olhar sobre as questões sociais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, p. 2, 2009.
- REDIN, E. Relações de trabalho e lazer do jovem rural. In: 3º Encontro Juventude, Consumo & Educação, **Anais...** Porto Alegre: ESPM, 2009.
- REDIN, E. et al. A transição para o fumo como estratégia de reprodução dos agricultores de Jaguari/RS. In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010. p. 1-21.
- REDIN, E. O futuro incerto do jovem rural. In: 4º Encontro Juventude, Consumo & Educação. Porto Alegre: ESPM, 2010. p. 1- 14.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. A arte da catira: negócios e reprodução familiar de sitiantes mineiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.22, n. 64, p. 65-74, jun. 2007.
- RODRIGUES, A. et al. É correto pensar a sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma Área de Proteção Ambiental no litoral sul do Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade** - Vol. nº 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI – nº1 - jan./jul. 2003. p.109-127.
- SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo; globalização e meio técnico científico informacional**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.17

- SANTOS, M. L. Fatores que induzem os ajustamentos dos produtores. **Revista Política Agrícola**. Ano XIII - Nº 2 - Abr./Maio/Jun. 2004
- SCHNEIDER, S. O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária, ABRA**, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994
- SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Pluriatividade**. (Tese de Doutorado). Porto Alegre, 1999.
- SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: Guillermo Neiman; Clara Craviotti. (Org.). **Entre el Campo y la Ciudad - Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro**. Buenos Aires: Ciccus, 2006.
- SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs) **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. 1ª ed. Bauru: Edusc, 2000, p. 14-50.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**. Presidente Prudente: Ano 8, n. 7 Jul./Dez. 2005. p. 1-21
- SIMON, H. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1979.
- SINDITABACO. **Sindicato da Indústria do Tabaco**. Disponível em: <<http://www.sindifumo.com.br/?link=imprensa.presskit&id=73>> , Acessado em 24 de Setembro de 2010.
- SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2008.
- SOUZA, R. P. Convenção-Quadro para Controle do Tabaco: reflexões sobre o futuro da fumicultura brasileira. **Anais...** In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, V.16, n.2 pp. 7 -34, 2004.
- SWIDLER, A. “Culture in action: symbols and strategies”, **American Sociological Review**, vol. 51, nº 2, 1986, p. 273-286.
- TENBRUNSEL, A. et al. Cognições em organizações. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD. W. R. (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**: ação e análise organizacionais. São Paulo: Atlas, 2004. V.3.
- TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture**: le paysan polonais. Paris, A. Colin, 1973.
- TROIAN, A. **A percepção de agricultores e outros agentes rurais acerca das dimensões ambiental, social e econômica no cultivo do tabaco no município de Arvorezinha (RS)**. (Dissertação de Mestrado). Santa Maria: UFSM, 2010.
- VAN DER PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.) **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

- VINHA, V. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social (*social embeddedness*). **Revista Econômica**. V. 3. nº 2. Dezembro de 2001.
- WACQUANT, L. J. D.; CALHOUN, C. J. Interesse, racionalidade e cultura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 15, ano 6, fev, 1991.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**, Passo Fundo: UPF, 1998.
- WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. (Orgs). Int. H. H. Gerth e Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- WILKINSON, J. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. Bahia. Hucitec, 1986.
- WILKINSON, J. **Mercosul e Produção Familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, Nº 08, Abril de 1997.
- WILKINSON, J. **Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante**. Estudos Sociedade e Agricultura, 18 de Abril de 2002. Pg.147-174.
- WOLF, E. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G.L. (orgs.) **Antropologia e poder**. Brasília: Editora da UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.
- WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**. Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste. São Paulo, Editora da UnB, 1995.
- XAVIER DA SILVA, L. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. (Tese de Doutorado) Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- XAVIER DA SILVA, L. A cadeia agroindustrial de fumos claros do Sul do Brasil e a “Convenção-Quadro para o controle do tabaco”: estratégias e perspectivas. In: 46º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. p. 1-21.
- ZAGO, H. K. **A Importância da agroindústria caseira de produtos de origem animal para a agricultura familiar de Arroio do Tigre-RS**. 2002. (Dissertação de Mestrado em Extensão Rural). Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural-PPGExR/UFSM, 2002.
- ZANELLA, C. K.; PRIEB, R. I. P. Análise dos interesses articulados ao complexo agroindustrial do fumo a partir dos aportes do direito, ciência política e agricultura sociológica. **Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas**. v. 20,n.02. Julho/Dezembro, 2007. p. 09- 21
- ZERO HORA. **Encontro deve coibir adição de açúcar em cigarros** - Reunião da Convenção Quadro preocupa fumicultores do Sul do Brasil. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/especial/rs/zhdinheiro/19,0,3109561,Encontro-deve-coibir-adicao-de-acucar-em-cigarros.html>> Acesso em 15 de Nov. de 2010.

ANEXOS

APÊNDICE A- Localização do município de Arroio do Tigre/RS/Brasil



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento UNISC

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Título do estudo: “ENTRE O PRODUZIR E O REPRODUZIR na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS”

Pesquisador responsável: Professor Dr. Marco Antônio Verardi Fialho

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria – Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Prédio 44

Telefone para contato: (55) 3220-8663

Local de coleta de dados: Município de Arroio do Tigre/RS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

A Universidade Federal de Santa Maria, através do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, está desenvolvendo uma pesquisa sob a coordenação do Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho, intitulado: “ENTRE O PRODUZIR E O REPRODUZIR: na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS” que será desenvolvida no município de Arroio do Tigre/RS.

- Você está sendo convidado (a) a responder às perguntas do roteiro de entrevistas de forma totalmente **voluntária**.
- Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar.
- Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Objetivo do estudo: O objetivo da pesquisa é compreender e explicar os fatores condicionantes que influenciam os agricultores familiares a optar pela produção familiar fumageira em sua propriedade rural como uma das estratégias de desenvolvimento e reprodução econômica no município de Arroio do Tigre/RS.

Procedimentos: Para o desenvolvimento da pesquisa, precisamos da sua autorização para realizar uma entrevista com algumas perguntas e gostaríamos de ter a permissão do Senhor (a) para usar o gravador de voz. O Senhor (a) tem a liberdade de não querer gravar a entrevista ou

de não responder alguma pergunta que possa lhe causar constrangimentos. A sua identidade e as informações da entrevista são sigilosas e usadas somente para fins da nossa pesquisa. O Senhor (a) também tem a liberdade de recusar a participar da pesquisa ou deixar de concordar, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo, bastando apenas comunicar o coordenador.

Benefícios: Os benefícios da pesquisa é compreender, a partir do ponto de vista dos agricultores familiares, como ocorre o processo de tomada de decisão sobre as estratégias de reprodução usadas nas unidades agrícolas. Além disso, os acréscimos da pesquisa passam pela sua repercussão ou impactos, sendo esta um instrumento de apoio na elaboração de políticas públicas no âmbito municipal. Através dos resultados desta pesquisa, os gestores públicos municipais e as lideranças políticas poderão se apropriar de elementos relevantes para as futuras estratégias de intervenção no meio rural do município de Arroio do Tigre/RS.

Riscos: A sua participação nesta pesquisa não representará qualquer risco para o Senhor (a), porém existe a possibilidade de desconforto psicológico. O Senhor (a) tem total liberdade para não responder alguma pergunta que não lhe agrada ou não quiser falar a respeito da questão.

Crítérios de exclusão: Não serão inseridos na pesquisa os agricultores que não cultivam o tabaco. Da mesma forma, por orientação da ética na pesquisa, não serão entrevistados os agricultores fumicultores que por qualquer motivo não queiram participar da pesquisa, por meio da concessão da entrevista aos pesquisadores.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelo pesquisador responsável. Os nomes dos sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Além disso, os participantes terão o direito de se manterem atualizados sobre os resultados obtidos a partir da pesquisa, podendo buscar informações desta na sala 5112 no Centro de Ciências Rurais/UFSM, prédio 44, localizado na Av. Roraima, nº 1000, Santa Maira - RS.

Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Mais informações: Caso desejar mais esclarecimentos sobre a nossa pesquisa e os cuidados éticos com os agricultores familiares entrevistados, o Senhor (a) poderá procurar Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM, no seguinte endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - Sala 702, Cidade Universitária - Bairro Camobi, 97105-900 - Santa Maria - RS, Tel.: (55)32209362 - Fax: (55) 32208009, e-mail: comiteeticapesquisa@mail.ufsm.br

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria, 24 de novembro de 2010.

Assinatura do sujeito de pesquisa

N. identidade